

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Luís Rodolfo Cabral

**O reino e as rebeldes:
funcionamento discursivo do destacamento em capas de revista semanais de
informação**

Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

**São Paulo
2020**



**PUC-SP PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA PÓS-GRADUAÇÃO**

Luís Rodolfo Cabral

**O reino e as rebeldes:
funcionamento discursivo do destacamento em capas de revista semanais de
informação**

Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, área de concentração: Linguística, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cecília Perez de Souza e Silva.

**São Paulo
2020**

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura _____

Data _____

E-mail: rodolfo.cabral@ifma.edu.br

117 Cabral, Luís Rodolfo
O REINO E AS REBELDES: funcionamento discursivo do
destacamento em capas de revista semanais de informação. /
Luís Rodolfo Cabral. -- São Paulo: [s.n.], 2020.

193p. il.; cm.

Orientadora: Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. Tese (Doutorado)-
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos
Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem.

1. Destacabilidade. 2. Capa de revista. 3. Aforização. 4. Frase sem
texto. I. Souza-e-Silva, Maria Cecília Perez de. II. Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós Graduados
em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. III. Título.

CDD

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Finance Code 001.

AGRADECIMENTOS

Pelo valioso ensinamento de que o maior investimento que alguém pode fazer na vida é a educação: a Isaura Maria Costa Cabral, minha mãe.

Pelo apoio e paciência enquanto estive fora: a Julianne Cabral, minha irmã.

Pelo comprometimento, competência e dedicação, pelas aulas inspiradoras e desafiadoras, e por ter me feito ver que, para chegar a um lá, era preciso sair de um aqui: a professora Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva, a Cecilinha, orientadora desta tese.

Pelas aulas e seminários, pelas recomendações nas bancas de primeira e terceira qualificações: a professora Beth Brait.

Pela disponibilidade e recomendações nas bancas de segunda e terceira qualificações: a Ana Raquel Motta.

Por terem aceitado participar da banca examinadora desta tese: a Ana Raquel Motta, Silma Mendes, Elizabeth Brait, Jarbas Vargas Nascimento, Décio Rocha e Ana Rosa Dias.

Pela organização e disponibilidade: a coordenação do LAEL, em especial a Maria Lúcia.

Pelo acolhimento e pronto atendimento de minhas demandas: ao pessoal da Biblioteca Nadir Gouveia Kfour (PUC-SP), e da Biblioteca Pública Municipal Louis Braille, do Centro Cultural de São Paulo (CCSP).

Pela grande ajuda a organizar todas as revistas coletadas: a Vinícius Trindade.

Por me fazerem apreciar cada vez mais a diversidade do universo ao nosso redor: a todos os meus queridos colegas e amigos do grupo Atelier – Linguagem e Trabalho, em especial a Silma, a Marcela e a Renata, pela inestimável amizade que nasceu.

Pela incrível oportunidade de ter podido viver esta imponderável experiência: ao Instituto Federal do Maranhão – Campus Santa Inês.

Pela bolsa de estudos, que me permitiu ter um contato mais próximo com a língua francesa, indispensável para iniciar a leitura dos textos originais em *Análise do Discurso*: a Aliança Francesa de São Paulo.

Pela companhia, que fez os dias desses quatro anos em São Paulo serem um pouco menos cinza: aos já amigos de São Luís (Júnior, Elane, Lúcia, Diego, Arthur, Camila, Ana Paula, Amélia, Ciro) e aos amigos que aqui (re)encontrei (Luiz, Adriana, Valéria, Marcos, Érico, Pablo Paquito, Davizinho, Álvaroicious, Carlos, Vierling, Doug, Hermes).

Pela saudade do que ainda não vivemos: a cidade de São Paulo.

Pelos inúmeros passeios nas ruas da energética Chicago quando as noites em São Paulo não bastavam: a Aiden Pearce.

E, claro, àquela garota, agora mãe de seis, por ter me ensinado que se eu não fizer algo por mim, ninguém vai fazer.

O reinado do texto é incontestável,
mas ele é prejudicado pelas aforizações.

Estas 193 páginas de balbúrdia são dedicadas a todos aqueles que, como eu, são os idiotas úteis da nação.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar o funcionamento discursivo dos destacamentos em capas de revista semanais de informação. Partimos da observação empírica de que capas de revistas tanto podem circular como produção independente do todo de uma dada edição, quanto podem ser constituídas por enunciados oriundos de outros textos; em seguida, coletamos edições das quatro revistas semanais de informação que circulam no Brasil – *Carta Capital*, *Época*, *Isto É* e *Veja* – publicadas entre janeiro de 2015 e setembro de 2016, período correspondente ao segundo mandato da presidente da República Dilma Rousseff. Para a definição das condições de enunciabilidade dessas produções, recorreremos especialmente a trabalhos da área de Ciências Políticas. A construção do *corpus* foi sendo realizada progressivamente com o avançar da pesquisa. Ancorada na Análise de Discurso de linha francesa, especificamente em conceitos postulados por Dominique Maingueneau, esta pesquisa se sustenta em dois princípios teórico-metodológicos: a primazia do interdiscurso e as cenas da enunciação e mobiliza duas unidades de análise respectivamente: uma unidade tópica, o gênero discursivo, que permite o tratamento do *corpus* quanto às condições de êxito e ao potencial de irradiação; e uma não tópica, o percurso, que contempla o fenômeno da destacabilidade, abordado na perspectiva da enunciação aforizante, distinguindo aforizações e particitações, e enquadres interpretativos desses enunciados. A análise do *corpus* permite tecer as seguintes considerações: do ponto de vista da organização, as capas estudadas são formadas por três zonas, nas quais os enunciados verbais e não verbais encontram-se dispostos. Esses enunciados surgem em decorrência do processo de irradiação e do agenciamento de uma instância enunciativa complexa, o que reforça o papel da destacabilidade nesse gênero. O funcionamento discursivo dos enunciados nas capas sugere que eles tenham sido produzidos sob o regime aforizante. Visto que, do ponto de vista classificatório, as capas de revista não se enquadram nem como aforização primária, nem como aforização secundária, sugerimos a introdução da terminologia “iconoforização” para os casos em que o iconotexto é terminantemente resultado de destacamento aforizante das duas materialidades – verbal e não verbal – que o compõem.

Palavras-chave: Destacabilidade. Capa de revista. Aforização. Frases sem texto.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate the discursive functioning of weekly information magazine covers, verifying the role of the detached utterances in this discursive genre. This research started from an empirical observation that magazine covers can either circulate independently as a production from a full edition, or it can be made up of utterances previously produced from other texts. For the research, it has been created a collection of editions of the four weekly information magazines circulating in Brazil - Carta Capital, Época, Isto É and Veja - published between January 2015 and September 2016, a period corresponding to the second term of President Dilma Rousseff. In order to define the conditions for enunciating these productions, works from the Political Science area were convenient. The corpus was delimited progressively as the research progressed. Supported by the French Discourse Analysis, specifically by concepts postulated by Maingueneau, this research takes two theoretical and methodological principles: the primacy of interdiscourse, and the scenes of enunciation. There are two units of analysis for this research: a topic unit, the *gender*, which allows the treatment of the corpus regarding the conditions of felicity and the potential for irradiation; and a no-topic unit, *parcours*, which contemplates the phenomenon of detachment, approached from the perspective of aphorizing enunciation, distinguishing aphorizations, *participations*, and interpretative frameworks for these phrases without text. The analysis of the corpus allows us to make the following considerations: the magazine covers studies are composed by three different zones, each which of them the verbal and non-verbal utterances are placed to. These utterances come from two different irradiation process, as a result from an agency of a complex enunciative instance, which supports the role of detachment in this genre. The discursive functioning of the utterances in the magazine covers suggests that they were produced under the aphorizing regime, and that the complex enunciative instance, in this genre, assumes the role of aphoriser, the one to whom the enunciative responsibility for an aphorization is attributed. Since, from the classificatory point of view, magazine covers cannot be placed into the categories of primary aphorisations nor of secondary aphorisations, we strongly suggest the term “iconophorization” for cases liked the one studied in this research in which the iconotext is strictly the result of an aphorizing detachment of the two materialities - verbal and non-verbal.

Keywords: Detachment. Magazine cover. Aphorisation. Phrases without text.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dois regimes enunciativos	57
Figura 2 - Enquadramento interpretativo das aforizações	64
Figura 3 - Dilma em comemoração (à esquerda) e a capa da edição 2417 de <i>Isto É</i> (à direita).	70
Figura 4 - Versão I e Versão II do processo de criação da capa de <i>Época</i> , edição 866.....	72
Figura 5 - Versão III e Versão IV do processo de criação da capa definitiva de <i>Época</i> , edição 866.....	73
Figura 6: Versão V do processo de criação da capa definitiva de <i>Época</i> , edição 866.....	74
Figura 7: Capa definitiva de <i>Época</i> , edição 866	74
Figura 8: Capas do Charlie Hebdo.....	76
Figura 9 - Zonas de organização dos enunciados na capa	98
Figura 10 – Amostra da Zona 1	99
Figura 11 - Ausência de chamadas em VJ2474 e em CC897	100
Figura 12 - Amostra da Zona 2	101
Figura 13 - Amostra da Zona 3	101
Figura 14 - Capa de CC879	110
Figura 15 - Capa de VJ2455	119
Figura 16 - Quadro extraído da reportagem <i>Impeachment não é guerra</i> , de VJ2455.....	128
Figura 17 - Imagem articulada à reportagem "A ex-cara-pintada e o ex-petista", de VJ2455	132
Figura 18 - Capa de CC880	141
Figura 19 - Sequência de iconotextos da reportagem de capa - CC880	146
Figura 20 – Contorno formado pelo contraste claro e escuro na capa de CC880.....	149
Figura 21 - Capa de VJ2456	151
Figura 22 - Imagem articulada ao editorial de VJ2456.....	155
Figura 23 - Iconotexto 1/4 na reportagem “De volta ao passado”, em VJ2456.....	157
Figura 24 - Iconotexto 2/4 na reportagem “De volta ao passado”, em VJ2456.....	157
Figura 25 - Iconotexto 3/4 da reportagem “De volta ao passado”, em VJ2456.....	158
Figura 26 – Iconotexto 4/4 da reportagem “De volta ao passado”, em VJ2456.....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produções sobre enunciação aforizante disponíveis no <i>Catálogo de Teses e Dissertações</i>	21
Quadro 2 - Produções sobre enunciação aforizante disponíveis na SciELO.....	25
Quadro 3 - Produções sobre enunciação aforizante disponíveis no <i>Portal de Periódicos CAPES</i>	30
Quadro 4 – Produções sobre enunciação aforizante disponíveis no <i>Google Acadêmico</i>	31
Quadro 5 - Tiragem média das revistas semanais de informação.....	84
Quadro 6 - Edições publicadas durante o período de impeachment de Dilma Rousseff.....	86
Quadro 7 - Edições selecionadas para o <i>corpus</i>	87
Quadro 8 – CC879, de 09 de dezembro de 2015	90
Quadro 9 – CC880, de 16 de dezembro de 2015	92
Quadro 10 - CC897, de 20 de abril de 2016	93
Quadro 11 - CC900, de 11 de maio de 2016.....	93
Quadro 12 - VJ2455, de 9 de dezembro de 2015.....	94
Quadro 13 - VJ2456, de 16 de dezembro de 2015.....	95
Quadro 14 - VJ2474, de 20 de abril de 2016	96
Quadro 15 - VJ2477, de 11 de maio de 2016	96
Quadro 16 - Gêneros irradiadores para a manchete.....	102
Quadro 17 – Acontecimento político relacionado ao <i>impeachment</i> e data de publicação das revistas	104
Quadro 18 - Sequências relacionadas à manchete de CC879	111
Quadro 19 - Organização dos elementos relacionados às retrancas da capa de VJ2455.....	120
Quadro 20 - Sequências relacionadas à retranca I de VJ2455	122
Quadro 21 - Sequências relacionadas à retranca III de VJ2455	129
Quadro 22 - Sequência relacionada à retranca IV de VJ2455	131
Quadro 23 - Sequências relacionadas às retrancas V e VI de VJ2455	134
Quadro 24 - Sequências relacionadas à retranca VII de VJ2455.....	136
Quadro 25 - Sequências relacionadas à retranca VIII de VJ2455	137
Quadro 26 - Sequências relacionadas à manchete de CC880.....	142
Quadro 27 - Sequências relacionadas à manchete de VJ2456.....	152
Quadro 28 - Comparativo de indicadores em VJ2456.....	160

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A DESTACABILIDADE COMO OBJETO DA ANÁLISE DE DISCURSO	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: perspectiva enunciativo-discursiva	41
2.1 Enunciação textualizante: gênero do discurso	46
2.2 Enunciação aforizante: aforização e participação	54
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	68
3.1 Percurso de pesquisa: de observações empíricas a um problema de pesquisa	68
3.2 Condições de enunciabilidade: o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff.....	78
3.3 Revistas semanais de informação: o acervo geral.....	83
3.4 Construção do corpus	87
3.5 O corpus: organização e procedimentos de análise	89
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS	97
4.1 A organização e as retomadas dos enunciados na capa	97
4.2 As manchetes intersemióticas das revistas	109
4.2.1 A manchete intersemiótica da edição 879, de Carta Capital	109
4.2.2 A manchete intersemiótica da edição 2455, de Veja	119
4.2.3 A manchete intersemiótica da edição 880, de Carta Capital	140
4.2.4 A manchete intersemiótica da edição 2456, de Veja	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	174
ANEXOS	185

INTRODUÇÃO

Nesta tese, ancorada na perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso de linha francesa, investigamos o funcionamento discursivo de capas de revistas semanais de informação de circulação nacional. São quatro as revistas nessa categoria: *Carta Capital*, *Época*, *Isto É* e *Veja*. *Carta Capital*, publicada desde 2001 pela Editora Confiança, foi fundada em 1994; *Época*, da Editora Globo, foi lançada em 1998; *Isto É*, da Editora Três, foi criada em 1976, e, por fim, *Veja*, publicada pela Editora Abril, foi lançada em 1968. Para a pesquisa, coletamos as capas de revista publicadas entre de 2 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016, período que compreende a tramitação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Cumprе salientar que, embora o termo “revista semanal de informação” possa soar deslocado em um trabalho de abordagem discursiva, adotamos esta terminologia por ser a mais utilizada¹ especialmente pela bibliografia especializada em jornalismo de revista, assim como pelo Instituto Verificador de Circulação – IVC.

Grosso modo, podemos dizer que, ao mesmo tempo que as revistas semanais de informação devem focar numa gama de assuntos de interesse geral, dirigindo-se a um público leitor, elas também devem zelar pela técnica de construção do texto jornalístico e garantir um efeito de imparcialidade e de objetividade, sem os quais a produção poderia não ser reconhecida como tal.

Entre outros aspectos, graças ao forte apelo das letras e imagens, cores e fontes, manchetes e intertítulos, e frases curtas – geralmente nominais –, as capas dessas revistas semanais de informação podem ser tomadas como um poderoso meio de produção de sentidos. Nelas, as matérias e reportagens são condensadas em imagens e frases que ilustram a primeira página, de forma que, somente pela capa, o leitor tome conhecimento – ainda que de maneira bastante sucinta – de um acontecimento marcante nos últimos sete dias. As capas são, assim, a primeira página de um tipo de produção midiática que se equilibra em uma complexa relação de interesses de diversas ordens.

A proposta por uma investigação acerca do funcionamento discursivo das capas de revistas foi se delineando progressivamente ao longo do próprio percurso formativo do nosso doutoramento. Dois fatores influenciaram nessa tomada de decisão: o contato inicial com as

¹O termo “revista de informação” aparece em Puzzo (2009), Benneti, Scortch e Finatto (2011), Benetti (2013) e Grunszynski e Calza (2013). Utilizar essa terminologia, contudo, não significa que concordemos com ela, como ficará evidenciado ao longo desta pesquisa; propor nova terminologia ou discuti-la foge do escopo deste trabalho, sendo uma questão a ser desenvolvida por outros pesquisadores.

reflexões de Dominique Maingueneau sobre os fenômenos da destacabilidade e da valência genérica, discutidos em disciplinas/minicursos oferecidos pelo LAEL/PUC-SP; e as discussões em um simpósio do qual participamos por ocasião de evento internacional promovido por esse mesmo Programa. Esse caminho de pesquisa será mais bem detalhado na seção 3.1 do capítulo metodológico. Ambas as oportunidades nos estimularam a investir esforços em torno da investigação do processo de saída de enunciados de um texto-fonte e de re-textualização em novos contextos, sendo as capas de revista um objeto a ser analisado sob essa perspectiva.

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Atelier Linguagem e Trabalho (CNPq), sob a coordenação da Professora Dra. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, orientadora desta tese. O Grupo Atelier, formado por mestrandos, doutorandos e pesquisadores sêniores da PUCSP e de outras Instituições de Ensino Superior (UERJ, UFF, PUC-RS, UFPA e UNICAMP), desenvolve pesquisas centradas no estudo de mecanismos de produção e interpretação de textos que circulam em diferentes esferas de atividade: midiática, religiosa, política, educacional e, particularmente, daqueles relacionados ao trabalho. As atividades desenvolvidas pelo grupo abrangem duas linhas de pesquisas: *Estudos discursivos*, que mobilizam os princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, especialmente aqueles desenvolvidos por Dominique Maingueneau; e *Linguagem e trabalho*, que se inserem na perspectiva teórico-metodológica da Ergologia, desenvolvida por Yves Schwartz. Esta tese está vinculada à primeira dessas linhas.

Em relação ao nosso objeto de pesquisa, as capas de revista, vimos notando que elas apresentam uma forma peculiar de circulação. No mundo físico, dificilmente nos deparamos com uma capa de revista uma única vez: em um simples passeio pela Avenida Paulista, por exemplo, elas são encontradas por toda parte, expostas nas bancas, mas também sozinhas coladas nos muros e nas vitrines. Por vezes, em *outdoors*. À maneira dos cartazes, as capas de revistas estão em meio aos variados estímulos visuais do contexto urbano, disputando a nossa atenção. No mundo digital, não é diferente: elas circulam nas plataformas e nas redes sociais, e, por exemplo, são compartilhadas como um *tweet* ou como uma postagem no *Facebook* e no *Instagram*. Se, em geral, é considerada como a porta de acesso da revista, razoável é também suspeitar que ela não se comporte como uma porta fixa. Diferentemente dos outros gêneros que a revista em formato físico coloca em circulação, a capa é aparentemente autônoma, pode ser destacada e pode circular de forma independente.

Nesse sentido, as diferentes revistas semanais de informação podem ser apreendidas como produções discursivas com características em comum. São definidas, por exemplo, pela mesma periodicidade e pela organização gráfica semelhante. Mesmo com essas propriedades

similares, um leitor consegue, ainda na banca, perceber que as capas das diferentes revistas, cada qual à sua maneira, constroem uma encenação particular dos acontecimentos semanais, criando, validando e/ou defendendo um posicionamento. Para o leitor, a capa é o primeiro espaço de manifestação da linha editorial de um veículo, pois marca um lugar do qual a revista fala e também demarca o público ao qual se dirige.

Esse posicionamento editorial tende a determinar o alinhamento discursivo de todos os textos em circulação em um dado número, tornando-os espaço de disputa de sentido com as revistas concorrentes. Nas capas, essa disputa é, à primeira vista, elevada a outra potência, a ponto de, antes mesmo de ler um texto argumentativo do interior da revista, o leitor se depara com um tipo bastante poderoso de posicionamento discursivo manifestado na articulação entre palavra e imagem. O discurso construído pela manchete apela diretamente a um público leitor específico, que decide ou não levar adiante a leitura.

Em vista disso, a nossa hipótese é a de que as capas de revistas semanais de informação retomam enunciados do interior dela ou já em circulação, que são incorporados nas capas como um iconotexto, ou seja, produções que associam texto e imagem. O destacamento nas capas, então, engendraria um duplo funcionamento: ao mesmo tempo que indica as matérias mais importantes de uma dada edição, também institui uma determinada relação com o leitor.

O objetivo desta pesquisa, portanto, consiste em examinar o funcionamento discursivo das capas de revista, depreendendo o papel da destacabilidade nesse gênero, de forma a retextualizar enunciados do interior da revista e/ou fora dela.

Acerca das questões formuladas ao longo da proposta de viabilização deste estudo, são três, a partir dos quais o objetivo geral se desdobra: (i) *como se organizam os enunciados nas capas das revistas semanais de informação?*, (ii) *qual a relação desses enunciados na capa com o interior da revista?*, e (iii) *em que medida os enunciados verbais e não verbais das manchetes são resultado de um destacamento de outros textos previamente produzidos, não necessariamente do interior da revista?*

Assim sendo, esta tese está organizada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No capítulo *A destacabilidade como objeto da Análise do discurso*, levantamos o estado da arte das pesquisas sobre destacamento na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa a partir de consulta em quatro depositários brasileiros de trabalhos acadêmicos.

No capítulo *Fundamentação teórica: perspectiva enunciativo-discursiva*, apresentamos o nosso aporte teórico. Sustentados na Análise do Discurso de linha francesa, especialmente nas noções desenvolvidas por Maingueneau, partimos de dois princípios

teóricos: o de que o interdiscurso precede o discurso, e o de que o discurso usufrui de certa autonomia ao instituir uma cena enunciativa que o legitima. Ainda nesse capítulo, mobilizamos uma unidade tópica e uma unidade não tópica. Como unidade tópica, elegemos o gênero, que será trabalhado para observarmos as condições de êxito e a valência, no subitem *Enunciação textualizante: gênero do discurso*. Quanto à unidade não tópica, trabalhamos com *percurso* para abordar os caminhos de retomadas e transformações de unidades lexicais ou sequências e suas respectivas retextualizações. Relacionamos essa unidade não tópica com a questão da destacabilidade, direcionando as reflexões para a enunciação aforizante, no subitem *Enunciação aforizante: aforização e particitação*. O nosso objetivo, com essa seção, é o de abordar o estatuto pragmático desse regime enunciativo, no que tange ao aforizador, ao auditório e aos enquadres interpretativos. Discorreremos também sobre um grupo específico de enunciados destacados, as particitações.

No capítulo *Procedimentos metodológicos* são detalhados os seguintes pontos, aos quais correspondem respectivamente uma seção específica: o percurso de pesquisa, as condições de enunciabilidade das revistas coletadas, os aspectos gerais do acervo, a delimitação do *corpus*, a organização e os procedimentos de análise. Em suma, montamos um acervo com as quatro revistas semanais de informação, a partir do qual construímos o *corpus* composto por quatro edições de *Carta Capital* e quatro edições de *Veja*, publicadas no período delimitado. Recorreremos especialmente a publicações da Ciência Política para os aspectos sócio-históricos que permitiram a produção discursiva das capas de revistas semanais de informação publicadas entre os dias 5 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016, período correspondente à aceitação do pedido e ao encerramento do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

No capítulo *Descrição e análise do corpus*, apreendemos o *corpus* a partir da mobilização de noções apresentadas no quadro teórico com o intuito de: *i*) identificar o modo de organização dos enunciados na capa; de *ii*) estabelecer a relação dos enunciados verbais da capa com os textos do interior da revista semanal de informação; e de *iii*) averiguar a destacabilidade e o percurso dos enunciados do interior para a capa, apontando as possíveis retomadas e as alterações sofridas pelos enunciados verbais e não verbais antes e depois de serem alçados à manchete. Seguindo a trilha norteada pela obra de Maingueneau e, sem perder de vista nossas questões de pesquisa, buscaremos também investir esforços para apreender, pelas cenas da enunciação, discursos em concorrência nas capas semanais de informação e também verificar se há nelas enunciados verbais e não verbais que apelam para um conjunto de saberes compartilhados por uma dada comunidade.

De modo geral, esta tese, ao investigar o funcionamento discursivo de um gênero que conjuga imagem e palavra, se junta ao corpo formado pelas pesquisas em Análise do Discurso que buscam tratar do destacamento aforizante em objetos multissemióticos. Além disso, acreditamos que a nossa pesquisa, por analisar um *corpus* específico, pode aumentar o suporte empírico para os estudos sobre o regime aforizante.

1 A DESTACABILIDADE COMO OBJETO DA ANÁLISE DE DISCURSO

O fenômeno da destacabilidade se insere no campo investigativo da Análise do Discurso, mais especificamente nos trabalhos sobre as chamadas “frases sem texto” (MAINGUENEAU, 2014), conceito abrangente dos enunciados que, ao mesmo tempo, são sequências organizadas e circulam fora do texto de origem. Esse conceito é desenvolvido ao longo da obra de Maingueneau na perspectiva da aforização, regime constitutivo da dimensão enunciativa que permite a circulação de sequências autônomas por natureza ou extraídas de outros textos. Essas especificações serão detalhadas no segundo capítulo.

Nem todo destacamento é uma aforização, mas elas costumam resultar de um destacamento; é este último caso que interessa para a nossa pesquisa. A enunciação aforizante é um regime enunciativo que vem ganhando espaço nos estudos da Análise do Discurso de linha francesa, como mostrará o estado da arte, para o qual efetuamos um levantamento das pesquisas que tratam do tema a partir dos seguintes repositório de trabalhos acadêmicos: *Catálogo de Teses e Dissertações*², *Portal de Periódicos CAPES*³, *SciELO*⁴ e *Google Acadêmico*⁵.

Para a busca nessas quatro plataformas, foram utilizadas como palavras-chave: “destacabilidade”, “aforização” e “frases sem texto”. Para uniformizar a pesquisa, aplicamos, em todas elas, o filtro “ano da publicação” de modo a mostrar as produções a partir de 2011⁶. Também aplicamos o filtro “Grande área: Linguística, Letras e Artes”, quando essa opção estava disponível.

Esclarecemos três outras decisões para recorte dos resultados dessas buscas: *i*) selecionar apenas trabalhos produzidos em língua portuguesa; *ii*) contabilizar para este primeiro levantamento apenas a primeira ocorrência de um trabalho, já que uma mesma publicação pode estar registrada em mais de um depositário; e, *iii*) descartar *slides*, estudos dirigidos, resumos e resenhas, e produções similares. Dessa forma, este estado da arte foi construído a partir de artigos em periódicos, dissertações, teses e capítulos de livros, sendo que, para cada repositório pesquisado, as informações gerais sobre essas publicações foram dispostas em um quadro, contendo o título da pesquisa, o autor e o ano, além da composição do *corpus*.

² Banco de dissertações e teses mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação. Acesse <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>.

³ Base de dados, criada pela CAPES, para publicações científicas.

⁴ Biblioteca Eletrônica Científica que reúne publicações de periódicos acadêmicos brasileiros indexados.

⁵ Ferramenta de busca criada pela *Google* para pesquisa de trabalhos acadêmicos e escolares, em geral.

⁶ No caso do Catálogo de Teses, estão disponíveis apenas os trabalhos defendidos a partir de 2013.

No *Catálogo de Teses e Dissertações*, a busca⁷ exibiu 11 ocorrências, as quais foram organizadas cronologicamente no quadro a seguir, indicando o título da pesquisa, o(a) autor(a) e o ano de publicação.

Quadro 1 – Produções sobre enunciação aforizante disponíveis no *Catálogo de Teses e Dissertações*

	TÍTULO DA PESQUISA	AUTOR(A) /ANO	CORPUS
1	Pequenas frases na mídia eletrônica brasileira: uma leitura discursiva	Daiany Bonácio/ 2013	Pequenas-frases: “Ai, se eu te peço”, “Menos a Luíza, que está no Canadá”, “Cala boca, Galvão”, e “Vada a bordo, cazzo”
2	Poda mal dada deixa o rio no escuro: um estudo discursivo sobre a construção de imagens de enunciador em manchetes dos jornais Meia Hora e Expresso	Rodrigo da Silva Campos/ 2013	Manchetes dos jornais cariocas <i>Meia Hora</i> e <i>Expresso</i>
3	Aforização proverbial sobre o negro em diferentes materialidades discursivas: cristalização e circulação de preconceitos e estereótipos	Paulo Rogério de Oliveira/ 2014	Livro <i>Provérbios brasileiros</i> , de José Peres
4	Cenas da enunciação e ethos em narrativas sobre a expedição Roncador-Xingu: uma análise discursiva	Karla Amorim Sancho/ 2014	Livro <i>A Marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu</i> , e o filme <i>Xingu</i>
5	Sobrasseverações e aforizações: estratégias de sobrasseveração nos debates políticos e de destaque no discurso jornalístico	André Alves de Assis/ 2015	Debates políticos entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, durante o segundo turno das eleições de 2014
6	Aforização oitocentista: espaço de discursividade na revista <i>Illustrada</i>	Rilmara Rosy Lima/ 2017	Revista <i>Illustrada</i>
7	Das fórmulas e/ou pequenas frases às aforizações em política: questões teórico-analíticas sobre o “Volta, Lula”	Tamires Cristina Bonani Conti/ 2017	Pequena-frase “Volta, Lula”
8	A construção discursiva da mineiridade a partir de jornais marianenses	Alessandra Folha Mós Landim/ 2017	Jornais <i>Voz de Marianna</i> , <i>O Germinal</i> e <i>O Cruzeiro</i>
9	Frases sem texto na publicidade: discursos em torno de um Brasil bilíngue	Edgar Godoi Gabriel/ 2018	Campanha publicitária “Nação Bilingue”

⁷ Realizada no dia 15 de março de 2019.

10	Enunciação aforizante e panaforização: o caso dos <i>memes</i> políticos	Camila Jéssica Medeiros da Costa Xavier/ 2018	Memes no <i>Facebook</i>
11	Em tempos de golpe: reflexões sobre enunciados destacados nos meios digitais	Renata Oliveira Azeredo/ 2019	Sintagma “golpe”

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Detalhando cada um dos 11 trabalhos, iniciamos pela pesquisa de Daiany Bonácio (2013), que se apoia na noção de percurso para investigar as condições de enunciabilidade de quatro pequenas frases, atendo-se, mais especificamente, à formulação, às transformações e às emergências do surgimento desses enunciados. Como resultado, Bonácio (2013) indica que as pequenas frases analisadas mudavam de sentido quando eram aforizadas, pois a significação é pouco dependente do lugar de surgimento das aforizações e o sentido é construído a partir das relações estabelecidas entre o linguístico (significante) e o extralinguístico (ideologia e cultura), em cada contexto de circulação. Notamos que essa pesquisa opera com os enquadres, evidenciando que as aforizações são interpretadas pelos destinatários a partir de procedimentos específicos; todavia, sendo os enunciados extraídos de um *corpus* heterogêneo, a autora não trata do destacamento em um gênero de discurso específico.

Rodrigo da Silva Campos (2013) estuda a construção da imagem do enunciador nas manchetes dos jornais cariocas *Meia Hora* e *O Dia*, em um *corpus* composto por 480 exemplares de cada um deles. Pela noção de destacamento, são analisadas as diferentes formas de citação presentes nas manchetes, salientando a presença de enunciados cristalizados que remetem tanto a falas de personagens da televisão, quanto a letras de músicas ou a trechos da Bíblia. Campos (2013) mostra que, nessas publicações, prevalece a imagem de um enunciador que se entrecruza com as seguintes características: tem valores religiosos, atua para promover a justiça a qualquer custo, possui senso de humor com traços de zombaria, prestigia demonstrações de virilidade e desvaloriza comportamentos relacionados ao estereótipo feminino. Percebemos que, nessa pesquisa, o regime aforizante foi mobilizado para mapear as diferentes imagens discursivas em um *corpus* produzido por uma instância enunciativa complexa, sem se ater mais detalhadamente a estatuto pragmático desse regime.

Paulo Rogério de Oliveira (2014) busca descrever e interpretar as aforizações proverbiais que retratam de maneira pejorativa os negros. Na análise de um *corpus* composto por provérbios que tematizam esse grupo étnico-racial, retirados do livro *Provérbios brasileiros*, de José Peres, Oliveira (2014) indica a recorrência de três núcleos de sentido referentes aos valores com os quais os negros são associados: a desonestidade, a bestialidade e

a desonra. Pelas noções de hiperenunciador e de particitação, essas aforizações proverbiais criam uma cena enunciativa, cujo efeito de fala coletiva permite que o enunciador, ao proferir um desses provérbios racistas, se exima da responsabilidade pelo que diz. Convém destacar que essa pesquisa examina apenas aforizações proverbiais, extraídas de um livro específico.

Karla Sancho (2014) observa, a partir da noção de cenas da enunciação, as produções literárias e filmicas relativas à Expedição Roncador – Xingu, ação de interiorização promovida pelo Governo Vargas para o reconhecimento oficial de áreas indígenas na região central do Brasil. Apesar de essa pesquisa constar nos resultados da busca, ela não apresenta nenhuma discussão sobre o regime aforizante.

André de Assis (2015) explicita o funcionamento das sobreasserações nas falas dos candidatos à presidência, produzidas durante quatro debates políticos transmitidos por televisão em rede nacional, no contexto do segundo turno das eleições de 2014. Apoiando-se na noção de irradiação, o pesquisador especifica os enunciados que foram destacados e postos a circular como notícia em jornais impressos e digitais. Como resultado, Assis (2015) constata que a sobreasseveração é um recurso frequentemente utilizado pelos quatro candidatos na tentativa de controlar a irradiação de suas falas, marcadas especialmente pelas generalizações. Essa pesquisa favorece o entendimento sobre o processo de irradiação dos gêneros promovido pela máquina midiática; todavia, a análise se concentra nas estratégias de antecipação do destacamento, relegando a interpretação do enunciado ao ser posto a circular no regime aforizante.

Rilmara Lima (2017) toma por objeto a linguagem jornalística observada a partir de um corpus formado por edições da revista *Illustrada*, publicadas entre os anos de 1885 e 1893, período de transição da Monarquia para a República. Mobilizando as noções de sobreasseveração e de enunciação aforizante, a pesquisadora investiga o modo de circulação de textos inteiros, fragmentos e/ou adaptados nessa revista, e a forma pela qual essas produções constroem uma encenação dos acontecimentos histórico-políticos da sociedade brasileira do final do século XIX. No caso dos iconotextos, mais precisamente as litografias que acompanham as notícias, Lima (2017) mostra que essas imagens condensam um posicionamento da notícia, fazendo alusão aos personagens históricos. Para testar a hipótese de que essas litogravuras teriam sido produzidas pelo regime aforizante, a pesquisadora recorreu ao enquadramento do regime de memória, de forma a evidenciar que, para interpretar essas produções, é imprescindível ao leitor recuperar a narrativa da qual a aforização é indissociável. Notamos que a pesquisa tratou de um *corpus* de materialidade multissemiótico,

mas a interpretação se concentrou praticamente no regime de memória, possivelmente em decorrência do material analisado.

Tamires Conti (2017) busca entender a produção e a circulação da sequência “Volta, Lula”, traçando o caminho percorrido desde a emergência desse enunciado, que atravessou diferentes gêneros do discurso nos mais diversos *médiuns*. Essa pesquisa incorpora ao regime aforizante a noção de “frase acontecimento”, desenvolvida por Sophie Moirand, por entender que o objeto estudado demanda o exame da dimensão moral. Frisamos que, como define a própria pesquisa, enveredar por essa noção é um “canteiro de trabalho” para os analistas que se debruçam sobre as pequenas frases, não correspondendo às noções basilares da enunciação aforizante.

Alessandra Landim (2017) estuda a construção da identidade mineira, a “mineiridade”, nos jornais publicados na cidade de Mariana – MG. A pesquisadora entende que, nessas publicações, a participação desempenha um papel essencial para a retomada da memória discursiva em torno da identidade coletiva, permitindo que uma comunidade discursiva se reconheça. Notamos que, nessa pesquisa, as discussões em torno do regime enunciativo aforizante ocupa segundo plano, sendo mobilizado apenas para tratar de alguns casos, como os enunciados aspeados nas matérias do jornal. Dado o objetivo geral de identificar formas de representação da identidade local, o eixo teórico principal é a noção de “imaginário sócio-discursivo”, elaborada por Patrick Charaudeau.

Edgar Gabriel (2018) depreende os efeitos de sentido produzidos nas/pelas frases que circulam em cartazes e banners digitais da campanha publicitária “Nação Bilíngue”, promovida por duas escolas de língua inglesa com ampla presença no âmbito nacional. Pelo regime aforizante, foi possível evidenciar a figura do hiperenunciador, presente em todas as peças publicitárias analisadas. Nessas produções, recorre-se a uma instância enunciativa que, de um lado, garante a unidade e a validade dos enunciados pertencentes a um *thesaurus* compartilhado, e, de outro, confirma pertencimentos dos membros de uma dada comunidade discursiva. Essa pesquisa contribui para entender o lugar enunciativo das instâncias de produções midiáticas; entretanto, convém destacar que, a depender do caso, a instância de enunciação complexa pode promover apagamentos enunciativos, o que não pôde ser observado, pois o *corpus* é, em essência, formado por textos de elaboração coletiva em que essa condição já é imposta.

Camila Xavier (2018) estuda os *memes* que circularam no *Facebook* entre os anos de 2015 e de 2018, período em que a história recente do Brasil foi marcada por três momentos: o *impeachment* de Dilma Rousseff, o governo interino de Michel Temer e as eleições

presidenciais. Observando o objeto de pesquisa sob a perspectiva da enunciação aforizante, a pesquisadora verifica que nem sempre os enunciados verbais, postos a circular nos *memes*, surgiram de frases destacadas, devendo, portanto, ser entendidas como produzidas pelo regime textualizante. Nos casos em que há ocorrência de aforizações, foram identificados enunciados destacados por natureza e enunciados destacados de um texto-fonte, o que permite afirmar que nos *memes* analisados não há prevalência de um tipo específico de aforização. Apesar de investigar um objeto de materialidade multissemiótica, essa pesquisa se centrou nos enunciados verbais, sem tratar do destacamento na materialidade não linguística.

Por fim, Renata Azeredo (2019) investiga os sentidos do sintagma “golpe” a partir de dois núcleos temáticos: a chegada dos militares ao poder em 1964 e a deposição de Dilma Rousseff em 2016. O *corpus* é composto por duas capturas de tela da revista *Exame Digital* e por duas postagens do perfil @dilmabr no *Twitter*. Dado o objetivo geral da pesquisa – de investigar a disputa de sentidos em torno do sintagma –, verificamos que Azeredo (2019) mobiliza a noção de destacabilidade apenas para tratar da saída e circulação, sem exatamente se preocupar com a caracterização dos enunciados na perspectiva do regime enunciativo aforizante.

Quanto à busca realizada na *SciELO*⁸, foram exibidas nove ocorrências, todas elas referentes a artigos científicos, organizados no quadro a seguir.

Quadro 2 - Produções sobre enunciação aforizante disponíveis na SciELO

	TÍTULO	AUTOR(A)/ ANO	CORPUS
12	Enunciados de curta extensão: gênero de discurso, aforização, mídia e política	Roberto Leiser Baronas/ 2011	Pequenas frases atribuídas a Dilma Rousseff e a José Serra, durante a campanha presidencial de 2010
13	Aforização e religião: circulação de enunciados na internet	Edvania Gomes da Silva/ 2013	Frases e provérbios bíblicos em sites
14	Mona Lisa: sentidos múltiplos de um sorriso enigmático	Érika de Moraes/ 2013	A Mona Lisa/ A Gioconda, de Leonardo da Vinci
15	A enunciação aforizante: o caso do gênero manifesto	Fernanda Mussalim/ 2013	Manifestos literários
16	Personagens infantis de tiras cômicas em suportes diversos: uma questão de circulação, aforização e estereotipia	Luciana Salazar Salgado e Márcio Antônio Gatti/ 2013	<i>Kid strips</i>

⁸ Busca realizada no dia 27 de março de 2020.

17	Citação, destacabilidade e aforização no texto imagético: possibilidades?	Roberto Leiser Baronas e Samuel Ponsoni/ 2013	Fotografias de atores políticos em jornais brasileiros
18	Por uma vida melhor na mídia: discurso, aforização e polêmica	Roberto Leiser Baronas e Maria Inês Pagliarini Cox/ 2013	Enunciados extraídos do livro “Por uma vida melhor”, postos a circular em matérias jornalísticas
19	Dos discursos do papa Francisco à produção e circulação de pequenas frases: a construção do papa heterodoxo	Marilena Inácio de Souza/ 2016	Sequências extraídas do discurso de papa Francisco proferido entre os anos 2013 e 2016
20	Bela, panaforizada e do lar: reflexões sobre um caso de aforização	Rafael Prearo-Lima e Patrícia Silvestre Leite Di Iório/ 2017	O enunciado “Bela, recatada e do lar”

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Roberto Leiser Baronas (2011) busca compreender o papel da máquina midiática nos processos de produção e circulação de informações políticas sobre as eleições presidenciais em 2010. O autor reflete a teoria trabalhando um *corpus* composto por pequenas frases atribuídas aos candidatos Dilma Rousseff e José Serra. A análise evidencia o papel dos índices de sobreasseveração, que indicam aos jornalistas a propensão à saída do texto-fonte; na passagem para o regime aforizante, o locutor torna-se sujeito de pleno direito, cujo posicionamento prescinde de qualquer diálogo e não apenas insta o leitor a realizar uma interpretação, mas também propõe para esse leitor um percurso interpretativo. Pela apreensão de um objeto empírico, Baronas (2011) explicita a diferença entre citação e aforização.

Edvânia Gomes da Silva (2013) observa a circulação em ambiente digital de enunciados extraídos da Bíblia Sagrada. Em *corpus* construído a partir de publicações de dois *sites*, a pesquisadora mostra que os enunciados destacados do livro sagrado, ao circularem em novo contexto, adquirem estatuto pragmático da enunciação aforizante. Esse trabalho nos chama a atenção por reforçar que os enunciados aforizados, apesar de terem sido produzidos sob o regime enunciativo não textualizante, sofrem as coerções do gênero de destino. Dado o recorte, Gomes da Silva (2013) limita-se a tratar das restrições nos gêneros discursivos do campo religioso, nos quais, segundo ela, prevalecem o tom sentencioso.

Érika de Moraes (2013) toma por objeto de estudo o quadro “Mona Lisa”, de Leonardo da Vinci, entendendo que essa obra suscita leituras, paródias e sátiras, e influencia diversas produções, inclusive contemporâneas, como “Mônica Lisa”, de Maurício de Sousa, e “Mona

Cat”, de Romero Brito. Para Moraes (2013), essa pintura constitui-se como uma “cena validada” que pauta a organização dos conteúdos dos discursos em torno de Gioconda, personagem retratada no quadro, podendo acrescentar nuances de estereótipos diversos. Sustentada nas noções de enunciação aforizante, essa pesquisa se esforça em mostrar que o destacamento não acontece necessariamente na mesma materialidade, mas a partir de um enunciado não verbal que circula em materialidade linguística, como é o caso da sequência cristalizada “sorriso de Mona Lisa”, que se tornou expressão utilizada para definir um estado da humanidade ou o próprio enigma do ser humano. Como o objeto de estudo é um traço marcante da expressão facial de uma personagem, esse estudo trata apenas de um caso específico de destacamento em materialidade não verbal, sendo necessário um *corpus* mais amplo para refletir sobre essa questão.

Fernanda Mussalim (2013) recorre aos conceitos de enunciação aforizante para testar a hipótese de que o manifesto literário é um “gênero aforizante”. O *corpus* é composto por quatro manifestos modernistas, selecionados dentre os seis compilados em “Vanguarda europeia e modernismo brasileiro”, de Gilberto Mendonça Teles. Após a apresentação teórica sobre aforização, Mussalim (2013) identifica algumas propriedades que, para ela, caracterizaria o material analisado como produções do regime enunciativo aforizante: o modo de paragrafação, que mina o encadeamento entre os enunciados; a divisão gráfica de trechos, que separa os enunciados relacionados entre si em tópicos independentes; a estrutura sintática dos enunciados, constituída por sintagmas nominais independentes e por períodos simples justapostos; e uma instância subjetiva, que fala a um auditório universal, dentre outras. Nessa pesquisa, observamos que o resultado pôde ter sido alcançado devido ao critério de construção do *corpus* – manifestos que “mais recorrentemente mobilizam aforizações” (MUSSALIM, 2013, p. 468). Ao final do texto, a autora reconhece que o objetivo da proposta era problematizar a tensão entre os regimes textualizante e aforizante no nível da relação entre os enunciados.

Luciana Salgado e Márcio Gatti (2013) abordam o percurso das tiras cômicas em suportes diversos, mais especificamente em dois objetos: a compilação das *kid strips*, ou seja, as tiras cômicas cujos protagonistas são crianças (ex.: *Peanuts*, Mafalda, entre outros); e a circulação de enunciados desse gênero nas redes sociais, em especial quando aparecem de forma integral ou recortados e alterados, quase sempre articulados ao desenho dos personagens. Nessa pesquisa, a imagem recortada (como, por exemplo, o rosto do Charlie Brown ou do Calvin) é considerada um enunciado produzido sob o regime aforizante, pois, da mesma maneira que o rosto, ele valida o enunciado aforizado. No entanto, mesmo entendendo que o

recorte imagético é uma forma de destacamento, Salgado e Gatti (2013) questionam de que forma produções desse tipo seriam aforizações, indicando que este seja um problema motivador para futuras pesquisas.

Roberto Leiser Baronas e Samuel Ponsoni (2013) testam a possibilidade de se expandir as categorias de aforização e destacabilidade para o tratamento do iconotexto, reforçando que objetos multissemióticos coadunam o campo investigativo da Análise do Discurso de linha francesa. Baseando-se em Maingueneau, os pesquisadores recuperam o percurso teórico sobre aforização, e lançam mão de fotografias de atores políticos que circularam no jornal *Folha de S. Paulo*, durante o segundo turno das eleições gerais em 2010. Com a análise, Baronas e Ponsoni (2013) mostram que, ao tempo em que as imagens circularam a partir de restrições semânticas em relação ao posicionamento discursivo no qual se inscrevem, elas também simulam um ponto de vista tendencioso, constituindo um percurso interpretativo deôntico, determinado pelos excertos destacados. Esse impasse exige que essa hipótese seja testada em *corpus* mais amplo, o que, de certo modo, será realizado nesta tese.

Roberto Leiser Baronas e Maria Inês Pagliarini Cox (2013) tomam por objeto a circulação de enunciados aforizados de “Por uma vida melhor”, livro didático que repercutiu nacionalmente por abordar as variedades língua portuguesa no Brasil. Os autores mostram que os enunciados do livro, apresentados pelo tradicional jornal noturno da Rede Globo, sofreram modificação. Por terem sido postos a circular pela imprensa, o público possivelmente tomou conhecimento apenas da forma alterada, não do enunciado original. Esse seria um caso em que se estabelecem as fronteiras entre o enunciado citado e o enunciado aforizado – neste último, há um trabalho interpretativo em uma dada direção, pois, ao operar alterações, o *Jornal Nacional* atribui ao autor do livro a responsabilidade pelos enunciados que não foram por ele proferidos, pelo menos não como veiculado pela matéria jornalística. Baronas e Cox (2013) compreendem também que os enunciados foram destacados a partir de um filtro semântico, no qual operam semas relativos à homogeneidade da língua portuguesa – “única” e “invariável”, produzindo o simulacro de que aqueles desvios linguísticos são produções de “incultos”, “atrasados”, “ignorantes” e “obscurantistas”. Mobilizando as noções de sobreasseveração e de aforização, sem propor deslocamentos, essa pesquisa reflete sobre um objeto empírico não apenas na perspectiva da enunciação aforizante, mas também sob o prisma de conceitos da Análise do Discurso, em particular a linha francesa proposta por Maingueneau.

Marilena Inácio de Souza (2016) observa o destacamento de enunciados extraídos das falas públicas do papa Francisco, postos a circular pela mídia brasileira tanto em ambiente físico quanto digital. O *corpus* é construído por trechos de discursos proferidos pelo papa entre

os anos de 2013 e 2016, cujos enunciados foram retomados pelos veículos midiáticos sob a forma de “pequenas frases”. A autora evidencia que há casos em que os fragmentos postos a circular pela imprensa sofreram alteração se comparados ao enunciado original, e há aqueles em que o índice de sobreasseveração indica o enunciado a ser destacado. De modo geral, Souza (2016) mostra que os movimentos argumentativos que balizam a fala pública do papa, ao passarem para o regime aforizante, são transformados em uma única frase generalizante, transformando, por vezes, um parágrafo em uma sentença autonomizada, de forma que o leitor dificilmente terá dúvidas sobre a sua autenticidade, ainda que a frase, naquela formatação, jamais tenha sido proferida. Do *corpus*, mais da metade das aforizações atribuídas ao Papa Francisco apresentam o índice polifônico “não” (“Não existe um Deus católico, mas um Deus”, “Não há fogo no inferno”, “Adão e Eva não são reais”, entre outros), colocando os enunciados em um jogo polêmico frente a temas de peso da tradicional fé cristã. A partir da análise discursiva e do funcionamento discursivo desses enunciados, Souza (2016) explica que, na esfera midiática, os procedimentos de destacamento das falas do pontífice potencializam a (re)produção da imagem do papa Francisco como revolucionário e heterodoxo, já que defende modos mais progressistas de ser e agir na sociedade contemporânea.

Rafael Prearo-Lima e Patrícia Silvestre Leite Di Iório (2017) analisam “Bela, recatada e do lar”, título de uma matéria publicada no site da revista *Veja* e enunciado verbal formado por dois adjetivos e por uma locução adjetiva, o qual, segundo os pesquisadores, recupera a estrutura de uma célebre frase do imperador romano Júlio César. Os autores destacam que, por ser uma frase nominal, o enunciado funciona como “aforização eco”, que permite a remissão a diferentes ideias detalhadas no texto, recuperando não um enunciado específico do texto-fonte, mas conceitos principais sobre os quais ele versa. Sendo esse enunciado produzido pelo regime aforizante, o título da matéria estabelece uma cena de fala em que o aforizador se dirige a um auditório universal, expressando uma convicção. Como o enunciado funciona enquanto verdade incontestável, ele é projetado para múltiplos investimentos e se torna objeto de retomada de incontáveis publicações, em língua portuguesa e em outros idiomas, no ambiente digital e fora dele, tornando-se um caso de panaforização. Prearo-Lima e Di Iório (2017) avaliam que o enunciado “Bela, recatada e do lar” apresenta ainda propriedades de “metaforização” (BARONAS, 2013), porque encapsula uma série de valores estereotipados quanto à posição secundária e decorativa da mulher, tornando-se uma metáfora sedimentada nos saberes compartilhados por um “imaginário coletivo”, pronto para significar diferentes acontecimentos discursivos. Esse trabalho nos estimula a observar mais atentamente a presença

de frases nominais nas capas de revista semanais de informação, verificando se elas encapsulam ideais centrais de um texto-fonte.

Quanto à busca realizada no *Portal de Periódicos CAPES*⁹, são duas as ocorrências, como apresentado no quadro a seguir.

Quadro 3 - Produções sobre enunciação aforizante disponíveis no *Portal de Periódicos CAPES*

	TÍTULO	AUTOR(A)/ ANO	CORPUS
21	“A esperança venceu o medo”, do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: um percurso, múltiplos sentidos	Marilena Inácio de Souza/ 2013	O enunciado “A esperança venceu o medo”, proferido por Luiz Inácio Lula da Silva
22	As múltiplas formas de linguagem e produção de sentido: enunciados destacados no discurso jornalístico	Ana Flora Brunelli/ 2014	Enunciados destacados em diferentes veículos nacionais e internacionais

Fonte: elaborado pelo autor.

O artigo científico de autoria de Marilena Inácio de Souza (2013) busca compreender a circulação e os possíveis efeitos de sentido da pequena frase “a esperança venceu o medo”, atribuída a Luiz Inácio Lula da Silva, possivelmente proferida pela primeira vez no pronunciamento de sua vitória nas eleições gerais de 2002. Analisando um *corpus* composto por ocorrências no campo midiático e no campo político, Souza (2013) explica que essa pequena frase tanto recupera a memória discursiva de *slogans* de diferentes campanhas presidenciais do Partido dos Trabalhadores (“Lula lá, cresce a esperança”, “Sem medo de ser feliz: vote Lula!”, em 1989), quanto polemiza com os discursos postos a circular por artistas contrários à vitória de Lula. Apesar de investigar a circulação do enunciado em diferentes contextos, esse estudo não mobiliza noções do regime aforizante.

O capítulo de livro escrito por Ana Flora Brunelli (2013) revisa os principais pontos teóricos sobre a destacabilidade, considerando a perspectiva da enunciação aforizante proposta por Maingueneau, e, posteriormente, analisa aspectos de enunciados destacados no discurso jornalístico. Ressaltamos a investida de Brunelli (2014) em explicitar as diferenças de ordem enunciativa entre os regimes textualizante e aforizante, bem como o enfoque dado aos enquadres, que orientam a interpretação dos enunciados aforizados. Os enquadres enfatizam que uma mesma aforização pode receber tratamento diferente conforme o enquadramento a qual seja submetida.

⁹ Busca realizada no dia 27 de março de 2020.

Finalmente, a partir da busca realizada no *Google Acadêmico*¹⁰, organizamos o quadro 04 com 18 produções, sendo doze artigos (itens 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39 e 40), cinco capítulos de livros¹¹ (itens 23, 24, 25, 26, 28), um resumo expandido em anais de evento internacional (item 29) e uma tese (item 38).

Quadro 4 – Produções sobre enunciação aforizante disponíveis no *Google Acadêmico*

	TÍTULO	AUTOR(A)/ ANO	CORPUS
23	Racionais MCs: uma enunciação aforizante	Ana Raquel Motta/ 2011	Produções do grupo Racionais MCs
24	Corinthians, jogai por nós: fórmulas alteradas	Sírio Possenti/2011	Provérbios alterados
25	Enunciação aforizante performativa? Anotações de leitura sobre uma pequena frase política	Gleice Antônia de Moraes e Tamires Bonani Conti/ 2016	Pequenas-frases “O escárnio venceu o cinismo” e “Não passarão sobre a Constituição do Brasil”
26	<i>Tchau, querida:</i> considerações sobre uma possível aforização e efeito de memória num dos enunciados que marca(ram) o processo de impeachment de 2016	Luciana Carmona Garcia Manzano e Lígia Mara Boin Menossi de Araújo/ 2016	Frase “Tchau, querida”
27	De cadernos de lugar-comum a mensagens compartilhadas: uma análise das práticas contemporâneas de leitura no <i>Facebook</i>	Pâmela da Silva Rosin/ 2016	Publicações das páginas de <i>Facebook</i> : <i>O mundo de Caio Fernando Abreu e Clarice Lispector; Caio, Tati e Clarice o que me diz; e, Trechos de livros</i>
28	Notas de leitura sobre uma pequena frase-acontecimento de Lula	Roberto Leiser Baronas, Paula Camila Mesti, e Tamires Conti/2016	Frase “Nunca antes na história deste país”
29	Apontamentos sobre “Volta, Lula” e seus desdobramentos teórico metodológicos no espaço brasileiro: primeiras propostas sobre a frase-acontecimento	Tamires Bonani/ 2016	O enunciado “Volta, Lula” em notícias e postagens nas redes sociais
30	“Você tem medo de ser uma garota fácil?": foricidade,	Cláuberson Carvalho, José Ferreira Junior e	Matérias da revista <i>Capricho</i>

¹⁰ Busca realizada no dia 27 de março de 2020.

¹¹ O *Google Acadêmico* faz menção às citações dessas obras sem disponibilizar o texto completo. Recorremos às publicações impressas.

	dêixis e aforização no discurso autoajuda	Marize Barros Aranha/ 2017	
31	Aforizações e feminismo na internet: estudo de frases curtas empregadas no movimento <i>Primavera das mulheres</i>	Cristina Duarte e Lafayette Melo/ 2017	Postagens em ambiente digital com as sequências “meu amigo secreto” e “chega de fiu fiu”
32	Aplicativos de notícias e efeitos de sentido: diferenças de destacamento	Érika de Moraes/ 2017	Notícias dos sites UOL e <i>Le Monde</i>
33	Enunciação aforizante no <i>Twitter</i> : uma análise do discurso da hashtag #aprendinoenem	Heloisa Mara Mendes/ 2018	Postagens no <i>Twitter</i> com a hashtag #aprendinonenem
34	Informação ou rivalidade? Sobre o uso de pesquisas científicas em discussões sobre a maconha e o THC no <i>Facebook</i>	Carolina Alves Ieda/ 2018	Publicações no <i>Facebook</i>
35	Do “Primeiramente, Fora Temer!” ao “Tchau, querida!”: da unidade fraseológica ao meme (ou vice-versa)	Débora Luciene Porto Boenavides/ 2018	Memes com os enunciados “Primeiramente, Fora Temer” e “Tchau, querida”
36	Discurso, memória e atualidade na análise de duas aforizações	Edvânia Gomes da Silva/2018	Duas frases: “Bela, recatada e do lar”, e “Escola sem Partido”
37	Meme e aforização: uma abordagem discursiva da iconotextualidade digital	Guilherme Scalzilli/ 2018	Memes
38	As aforizações em <i>Jesus Homem</i> , de Plínio Marcos	Kathrine Butieri/ 2018	Texto teatral <i>Jesus Homem</i> , de Plínio Marcos
39	Linguagem e trabalho em uma perspectiva discursiva: implicações teórico-metodológicas	Maria Cecília Perez de Souza e Silva/ 2019	Produções do Coletivo <i>Nós, mulheres da periferia</i>
40	A construção midiática da gafe: uma abordagem discursiva	Júlia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas/ 2019	Notícias com a sequência “tenho convicção do que a mulher faz pela casa”

Fonte: elaborado pelo autor (2020)

Detalhando cada uma dessas produções, começamos pela pesquisa de Ana Raquel Motta (2011), que busca compreender o funcionamento discursivo das produções do grupo de

rap Racionais MCs, testando a hipótese de que o regime aforizante desempenha papel primordial no funcionamento enunciativo das produções do gênero. Motta (2011) mostra que, no *corpus* analisado, há ocorrência de formas cristalizadas e de sequências que ultrapassam a fronteira da inserção de formas fixas, como provérbios ou citações bíblicas, sendo que a retomada desses enunciados produz um efeito de sentido de incorporação, atenuando a mudança de tom. O uso de *samples* – recurso bastante utilizado no *rap* – permite a retextualização de diferentes materialidades, verbais ou não verbais (trechos de música ou som de trilha sonora em formato original). O enunciado aforizado, apesar de conservar a materialidade original, promove uma ressignificação ao ser inserido em outro contexto ou em outro discurso. Com esse trabalho, a pesquisadora indica que, pelo regime aforizante, produz-se uma enunciação sentenciosa para fortalecer o eu-coletivizado, reflexão também a ser feita em torno do nosso objeto, uma vez que cada revista semanal de informação é produzida por um conjunto de diferentes locutores.

Sírio Possenti (2011) reflete sobre os efeitos das alterações em sequências cristalizadas, partindo da observação de um cartaz segurado por um torcedor na arquibancada de uma partida de futebol, transmitida pela televisão. Em um *corpus* heterogêneo, composto por frases de Millôr Fernandes e de manchetes extraídas de seções de jornais, Possenti assinala os aspectos alterados (ordem das palavras, modificação de palavras, etc.) nessas sequências cristalizadas e verifica a relação entre essa enunciação e o tipo de comunidade discursiva que cada caso comporta (se o conjunto dos leitores empíricos coincidiriam com os leitores-modelo de tais textos, por exemplo). Em muitos dos casos analisados, as particitações desempenham papel relevante, ou seja, a retomada de enunciados partilhados por um grupo, sem a menção de seus autores, ativa um jogo de memória do qual determinada comunidade discursiva participa. Essa pesquisa evidencia que mobilizar o *thesaurus* de uma comunidade é uma das estratégias discursivas do campo jornalístico, o que também será observado em nosso objeto.

Gleice de Moraes e Tamires Conti buscam aproximar a Análise do Discurso de linha francesa e a Pragmática para entender o funcionamento linguístico-discursivo da pequena frase proferida pela ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia, em novembro de 2015, durante o voto que resultou na prisão de Delcídio do Amaral, líder do governo no Senado Federal, e de André Esteves, controlador do Banco BTG. Para Moraes e Conti (2016), as frases “O escárnio venceu o cinismo” e “Não passarão sobre a Constituição do Brasil” são casos de “enunciação aforizante performativa”, porque possuem tanto um valor ilocutório, que permite o destacamento e a circulação na mídia nacional, quanto uma força enunciativa performativa, que faz controlar a interpretação. Observa-se o esforço dos autores em promover

desdobramentos teóricos, a partir de testagem em um *corpus*; entretanto, cumpre assinalar que, apesar de serem tratados como distintos, o enquadre interpretativo acional contempla o aspecto performativo das aforizações.

Luciana Manzano e Lígia de Araújo (2016) testam a hipótese de que o enunciado “Tchau, querida”, originalmente produzido em uma conversa telefônica particular entre Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente da República Dilma Rousseff, tenha sido destacado e submetido ao regime enunciativo aforizante. Como o enunciado foi produzido em contexto privado e se tornou público por decisão judicial, a aforização construiu nova cena, permitindo instaurar uma discursividade que reforça o imaginário social sobre um sujeito político e o desqualifica como tal – no caso, a presidente estaria sujeita às vontades do seu antecessor. Observamos que essa pesquisa mobiliza as noções sobre aforização para mostrar que um enunciado se inscreve numa rede interdiscursiva, a qual circunda certos domínios do saber, permitindo deslocamentos, repetições e alterações. Notamos que, nessa pesquisa, o eixo teórico principal é a noção de efeito de memória, como elaborada por Jean-Jacques Courtine.

Pâmela da Silva Rosin reflete sobre as mensagens compartilhadas em ambiente digital por entender que essa é uma produção contemporânea, da qual os usuários das redes sociais se valem para classificar e remeter enunciados destacados, aí incluída a possibilidade de operar alterações de ordem da seleção, da adaptação, da ilustração e do acréscimo de imagens e/ou de novos trechos. Para a reflexão, Rosin (2016) monta um *corpus* formado por publicações de três páginas do *Facebook: O mundo de Caio Fernando Abreu e Clarice Lispector; Caio, Tati e Clarice o que me diz; e, Trechos de livros*. O artigo de Rosin se insere no campo da Análise do Discurso de linha francesa e mobiliza a noção de destacamento, como preconizado por Maingueneau; todavia, não trata essa questão na perspectiva da enunciação aforizante.

Roberto Baronas, Paula Mesti e Tamires Conti (2016) tomam por objeto a frase “Nunca antes na história desse país” e articulam as noções de enunciação aforizante, segundo Maingueneau, e de frase-acontecimento, de Sophie Moirand. Inicialmente, os autores situam as condições de enunciabilidade da frase, proferida constantemente pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva nos pronunciamentos públicos, mais notadamente a partir de 2008. Apesar de não ser possível situar a exata situação de comunicação em que a frase foi proferida pela primeira vez, os pesquisadores defendem que a intensa circulação do enunciado instaurou uma cena discursiva com o fito de apresentar um “divisor de águas” em relação aos governos antecessores. Para os autores, a aforização analisada é um tipo de frase-acontecimento, porque é uma proposição que instaura um acontecimento e retoma outro, como uma espécie de antecipação enunciativa.

Tamires Bonani (2016) apreende o enunciado “Volta, Lula”, que circulou na imprensa e no ambiente digital por ocasião da reeleição de Dilma Rousseff à presidência da República. Bonani (2016) aproxima as noções de “frases sem texto”, em Maingueneau, e de “frase-acontecimento”, em Moirand, para defender que, apesar não ser possível identificar a origem e nem atribuir a autoria, essa pequena frase teve ampla circulação – atestada pelos buscadores na internet (mais de cem mil ocorrências) - e marcou um acontecimento social que exigiu do leitor a ativação de uma memória discursiva. Nesse trabalho não são mobilizadas as noções de regime aforizante.

Cláuberson Carvalho, José Ferreira Junior e Marize Barros Aranha (2017) conduzem uma “análise linguística” do discurso de autoajuda em matérias da revista *Capricho*. Mobilizando conceitos da enunciação aforizante, os autores explicam que os enunciados destacados promovem a constituição do *ethos* de um sujeito aforizador, que tem autoridade e autonomia para tecer conselhos. Todavia, a pesquisa apresenta deslizos teóricos que resultam na cunhagem de termos como “sobrasseveração interna ao texto” e na sobreposição das noções de sobrasseveração e enunciado aforizado, que torna questionável a discussão realizada.

Cristina Duarte e Lafayette Melo (2017) tratam das sequências cristalizadas em “Meu amigo secreto” e “Chega de fiu fiu”, que circularam em ambiente digital durante o último trimestre de 2015, por ocasião do movimento *Primavera das Mulheres*. A partir do *corpus*, composto por publicações de perfis em redes sociais e por notícias da mídia brasileira, as pesquisadoras observam que as sequências, apesar de se inserirem no rastro formado pelas *hashtag*, apresentam características de enunciado autônomo, reforçado pela impessoalização do enunciador (com o predomínio da modalidade de apagamento enunciativo) e pelo tom de “palavras de ordem” (pelo sujeito situado em posição assimétrica em relação ao auditório para o qual se dirige). No caso de “Meu amigo secreto”, a *hashtag* recupera a memória discursiva das confraternizações de fim de ano e, na aforização, esse sentido é deslocado para a denúncia às agressões físicas, as quais, por algum motivo, não puderam ser notificadas às autoridades. No caso de “Chega de fiu fiu”, o leitor deve interpretar a aforização pelo enquadramento testemunhal para que se depreenda o posicionamento individual avesso ao tratamento machista, conferido às mulheres por meio de assédio verbal. Duarte e Melo (2017) avaliam que, apesar da ampla circulação, as aforizações do movimento *Primavera das Mulheres* não podem ser consideradas “panaforizações”, uma vez que as ocorrências tiveram maior volume apenas em ambiente digital.

Érika de Moraes (2017) estabelece como objetivo geral do trabalho problematizar o debate ético sobre o uso da linguagem em uma sociedade que, cada vez mais, se informa apenas pelos títulos das matérias, sem investir na leitura do texto propriamente dito. Na perspectiva da autora, essa questão está diretamente relacionada à destacabilidade, porque esse fenômeno foi potencializado pelas redes sociais e permite a propagação de pequenas frases. Mobilizando a noção de destacabilidade, sem propriamente se ater às propriedades da enunciação aforizante, Moraes (2017) explica que, nas publicações digitais, há trechos salientados que correspondem a um posicionamento, podendo, inclusive, implicar subversão do sentido original. Esse é o caso dos títulos de reportagens que reproduzem falas entre aspas de determinados enunciadores. Essa reflexão é feita a partir da análise de um *corpus* composto por quatro textos, dois do UOL e dois do *Le Monde*, nos quais a pesquisadora compara títulos de matérias sobre dois temas políticos: i) uma operação de busca e apreensão conduzida pela Polícia Federal, em dezembro de 2015, na casa de Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados; ii) o impedimento da diplomação de Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de Chefe da Casa Civil. Nos textos do jornal francês, o destacamento do texto-fonte, alçado ao título, contribui para esclarecer ao leitor o contexto político brasileiro e para construir uma imagem das personalidades políticas envolvidas no caso (Eduardo Cunha, Dilma Rousseff e Lula). Já no caso das notícias do *site* brasileiro, há maior tendência à objetividade e à imparcialidade, percebida na ausência de qualificadores (por exemplo, no *Le Monde*, Dilma Rousseff aparece como “a presidente de esquerda”; no *UOL*, a referência é feita pelo nome próprio). Essa pesquisa pode nos auxiliar a estabelecer procedimentos para tratamento do *corpus*.

Heloisa Mara Mendes (2018) testa a hipótese de que as *hashtags* sejam produções do regime aforizante. Para tanto, constrói um *corpus* composto por postagens com *#aprendinoem*, publicadas no *Twitter* no ano de 2017. A pesquisadora avalia que, por ser um gênero predominantemente digital, a produção no *Twitter* tende a romper com as restrições usuais impostas pela textualidade e/ou pela oralidade, como a alternância do turno de fala e a definição precisa dos lugares dos participantes da interação, sendo um espaço propício para o regime aforizante. Mendes (2018) entende que os locutores das publicações sobre o exame nacional adquirem, na e pela enunciação marcada com a *hashtag* *#aprendinoem*, o estatuto de sujeito de pleno direito, que se dirige a um auditório universal constituído – no caso, a comunidade de usuários do *Twitter*. A pesquisa registra que a localização do fragmento no texto-fonte (ou seja, da prova) não determinou a propensão ao destacamento, pois as postagens recuperavam sequências do começo, do meio ou do fim das questões. A análise identifica ainda que, no *corpus*, são poucos os enunciados com estruturação pregnante e/ou introduzidos por

metadiscurso. No geral, as sequências destacadas originalmente apresentavam tom sentencioso, ou seja, o *corpus* analisado reforça a hipótese de que a aforização não é necessariamente consequência da sobreasseveração. Além disso, cada locutor opera o destacamento do texto-fonte, mas promove alterações para a postagem no *Twitter*, ainda que seja apresentado sob a forma de discurso direto. Mesmo sendo um objeto do ambiente digital, essa pesquisa nos fornece elementos para o tratamento e análise do *corpus* do nosso trabalho.

Carolina Alves Ieda (2018) ressalta o papel da ciência nas discussões em torno da legalização da maconha. Na pesquisa, o *corpus* é constituído por duas postagens do *Facebook* sobre o assunto, através das quais Ieda (2018) reflete sobre a disputa de sentido e percebe a sobreposição de discursos da moral e da política em relação ao discurso da ciência. Sustentado no aporte teórico da Psicologia Social, esse trabalho, no que tange à Análise do Discurso de linha francesa, limita-se a classificar as postagens em aforizações primárias ou secundárias.

Débora Luciene Porto Boenavides (2018) investiga os enunciados “Primeiramente, Fora Temer” e “Tchau, querida”, postos a circular em memes da internet por ocasião do afastamento da presidente Dilma Rousseff. A pesquisadora elenca as propriedades pragmáticas do regime aforizante, ressaltando a importância do rosto para que seja possível identificar o locutor responsável pelo enunciado. Sobre “Primeiramente, Fora Temer”, recupera-se a memória discursiva do enunciado, que remete à insatisfação popular diante dos governantes, como registrado em diversas manifestações, pelo menos, desde o governo José Sarney, em 1987. Quanto ao “Tchau, querida”, os índices de sobreasseveração, marcados no texto-fonte – a ligação telefônica de Lula para a então presidente Dilma Rousseff –, permitiram o destacamento desse enunciado, que, rapidamente, se tornou uma das sequências mais utilizadas em manifestações públicas e em ambiente digital, especialmente no *Twitter*. Apesar de mobilizar noções de enunciação aforizante para refletir sobre um objeto multissemiótico, Boenavides (2018) se restringe a classificar os enunciados verbais em aforização primária e aforização secundária, e a justificar tal classificação.

Edvânia Gomes da Silva (2018) observa a circulação de duas sequências vinculadas pela mídia brasileira. A primeira, “Bela, recatada e do lar”, foi destacada de uma manchete sobre a primeira dama no governo de Michel Temer, e posta a circular nos mais diversos contextos. Por meio da relação entre memória e atualidade, criaram-se enunciados como “Livre, respeitada e do bar”, em subversão ao já-dito no enunciado original de que beleza e recato precisam caminhar juntos. A segunda é o enunciado “Escola Sem Partido”, título de dois projetos de lei no Parlamento, também destacado e posto a circular sob a forma de paráfrases – “Escola sem obscurantismo”, por exemplo –, cujo efeito de sentido se relaciona à proibição

e ao silenciamento, evocados no período do governo militar. Essa pesquisa promove uma reflexão sobre a ação de captar e subverter enunciados aforizados.

Guilherme Scalzilli (2018) busca reunir subsídios para análise dos mecanismos de aforização presentes nos memes digitais. Após explorar as origens da terminologia, o autor defende que os *memes* sejam abordados no campo da Análise do Discurso, visto que os objetos multissemióticos não lhe são estranhos. Como se trata de um gênero que resulta de um duplo destacamento, simultaneamente verbal e não verbal, a noção de sobreasseveração é, por esse prisma, incompatível. Na avaliação do autor, o aspecto aforizante dos memes reside na pretensão ilocutória de ser uma fala absoluta e na apresentação de uma fala enunciativa, cuja origem está em um contexto não recuperável facilmente, que escapa às tessituras dos gêneros originais. Com quatro exemplos, Scalzilli (2018) mostra que a dimensão linguística determina a natureza primária ou secundária das aforizações, e que a dimensão fotográfica permite ao leitor contextualizar o enunciado. No entanto, notamos que, apesar dos esforços do autor em inserir os memes como objeto de investigação da AD, a análise se centra nos enunciados verbais, praticamente desconsiderando a propriedade primordial do iconotexto, ou seja, a articulação entre diferentes linguagens.

Kathrine Butieri (2018) estuda a obra teatral *Jesus Homem*, de Plínio Marcos, na perspectiva da enunciação aforizante. A autora parte do pressuposto teórico de que, no teatro, há dupla enunciação: a do autor, que se dirige a um público por meio da representação que constitui o ato de enunciação, e a dos personagens, que corresponde à situação representada em um contexto enunciativo supostamente autônomo em relação à representação. Com a análise das sequências, Butieri (2018) mostra que, paralela a essas duas enunciações manifestas no plano textualizante, funciona a enunciação aforizante, permitindo que os enunciados sejam categorizados em aforizações primárias, destacadas do *thesaurus* religioso; e aforizações secundárias, atribuídas a um aforizador, Jesus Cristo; e particitações, validadas por um hiperenunciador, o qual, por força da dupla enunciação teatral, pode ser individuado ou genérico.

Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva (2019) articula as relações entre linguagem e trabalho ao mobilizar o quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa e as noções propostas pela abordagem ergológica, cujo objeto de estudo está direcionado para a atividade humana de trabalho. A interseção entre os dois campos de investigação é evocada para analisar o *Manifesto*, do Coletivo *Nós, mulheres da periferia*. Dentre outras noções, Souza-e-Silva (2019) mobiliza a noção de enunciação aforizante para apreender os enunciados

do material de divulgação de uma exposição promovida pelo Coletivo na zona norte de São Paulo.

Júlia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas (2019) investigam o funcionamento enunciativo do enunciado “tenho convicção do que a mulher faz pela casa”, posto a circular pela mídia brasileira como “uma gafe” do discurso do ex-presidente da República, Michel Temer, no Dia Internacional da Mulher. Costa e Baronas (2019) avaliam que esse enunciado foi originalmente produzido para ser destacado porque apresenta dois índices: um marcador aspectual, que generaliza o “ser mulher”, estabelecendo como o gerenciamento familiar é a única função a ser desempenhada por elas; e um marcador sintático, por destacar, no plano textual, o responsável pela introdução do tema na progressão do texto. Notamos que esses dois marcadores não correspondem àqueles índices de sobreasseveração originalmente elencados por Maingueneau. A análise mostra que a gafe não existe em essência, sendo uma produção de sentido enquanto produto do destacamento operado pela mídia, que, ao modificar o enunciado original e colocá-lo em outro contexto, orchestra uma polêmica interdiscursiva no espaço público.

Esse conjunto de 40 produções acadêmicas constituem, hoje, o estado da arte em língua portuguesa sobre enunciação aforizante, tomando por base o levantamento feito em quatro repositórios. Em quase todas as pesquisas, a unidade não tópica “percurso”, mesmo quando não explicitada, se mostrou bastante produtiva, permitindo que fosse traçado um caminho de circulação dos objetos analisados, buscando evidenciar os sentidos produzidos, as retomadas e ressignificações possíveis pelo trabalho de destacamento.

Dentre os trabalhos acadêmicos exibidos no levantamento, não encontramos nenhum que se debruçasse especialmente sobre o destacamento em capas de revista semanais de informação com circulação nacional, relacionando o verbal e o não verbal. Dessa forma, podemos afirmar que, pelo menos em língua portuguesa, não há dissertação ou tese que pesquise o destacamento em capas de revistas semanais de informação na perspectiva da enunciação aforizante.

Pela breve resenha de cada pesquisa, os trabalhos sobre a destacabilidade na Análise do Discurso podem ser dimensionados em três grandes grupos, conforme os objetivos gerais, quais sejam: *i*) a revisão teórica e/ou testagem das noções de regime aforizante em um *corpus* específico, privilegiando, na maioria dos casos, a materialidade verbal; *ii*) a articulação com outras áreas de domínio da linguagem; e, *iii*) a testagem da hipótese de que objetos multissemióticos também possam ser produzidos sob esse regime.

O primeiro grupo, que contempla o maior número de pesquisas, pode ser subdividido em outros dois: aqueles em que a noção de destacamento é, em geral, abordada apenas para tratar da circulação de enunciados verbais, sem se ater às propriedades do regime aforizante (trabalhos 2, 5, 11, 21, 27, 29 e 35); e aqueles em que o estatuto pragmático do regime aforizante é mobilizado para determinar o regime enunciativo sob os quais os enunciados foram produzidos, tratando dentre outras questões, da instituição de uma comunidade discursivamente marcada e da retomada de elementos da memória em uma rede discursiva compartilhada (trabalhos 1, 9, 10, 12, 13, 15, 18, 19, 20, 22, 25, 26, 30, 31, 34, 36, 38 e 40).

Para a nossa pesquisa, alguns trabalhos desse subgrupo fornecem pistas concernentes a: marcas enunciativas a serem observadas da passagem do regime aforizante para o textualizante (BARONAS, 2011; BARONAS; COX, 2013; BRUNELLI, 2014; Di IORIO, 2017; MENDES, 2018; SOUZA, 2016; XAVIER, 2018); instâncias enunciativas complexas (GABRIEL, 2018); enquadramentos para interpretar as aforizações (BONÁCIO, 2013; COSTA; BARONAS, 2019; DUARTE; LAFAYETTE, 2017); e captação e subversão de enunciados aforizados (GOMES DA SILVA, 2018; POSSENTI, 2011; OLIVEIRA, 2014).

O segundo grupo de trabalhos sobre destacabilidade abarca aqueles que mobilizam noções do regime aforizante para articular a Análise do Discurso de linha francesa com outras bases teóricas, tais como a Teoria Semiolinguística (LANDIM, 2017) e a Ergologia (SOUZA-E-SILVA; 2019). Incluímos também nesse grupo os trabalhos (CONTI, 2017; BARONAS; MESTI; CONTI, 2016) que buscam inserir no quadro da enunciação aforizante a noção de “frase-acontecimento”, desenvolvida por Sophie Moirand, amparados na justificativa de que os enunciados aforizados em análise nessas pesquisas não possuem vida útil efêmera, sendo ainda hoje mobilizados por locutores distintos que fazem ecoar a voz de um locutor original, ainda que circulem sem essa marca expressa.

O terceiro grupo de trabalhos corresponde àqueles que promovem uma leitura menos estreita da teoria sobre enunciação aforizante, avançando em questões já testadas em materialidade predominantemente verbal e investigando a possibilidade de produções imagéticas no regime aforizante. Esses trabalhos tanto fornecem elementos para a reflexão em nosso *corpus* no caso de a materialidade de origem não coincidir com a de destino – por ex.: um enunciado não verbal destacado e posto a circular como uma sequência verbal ou vice-versa (MORAES, 2013) – quanto explicitam marcas a serem observadas para se diferenciar destacamento e destacamento aforizante (BARONAS; PONSONI, 2013).

Feito esse levantamento do estado da arte e as respectivas considerações, iniciamos a discussão teórica no capítulo a seguir.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: perspectiva enunciativo-discursiva

Neste capítulo, expomos a vertente e o princípio teóricos norteadores, definimos as unidades de análise, especificamos quais aspectos dessas unidades serão mobilizados para análise, e apresentamos a fundamentação teórica na qual nos sustentamos. Estabelecer a Análise do Discurso de linha francesa (AD) como solo teórico de uma pesquisa implica uma série de definições quanto à noção de discurso e quanto às expectativas de resultados a serem alcançados. Em primeiro lugar, porque a expressão “linha francesa” soa como “categorização da ciência em linhas teóricas geográficas” (VAN DIJK, 2011), sendo necessário esclarecer que o termo “linha francesa” se refere especificamente a uma vertente dessa disciplina que, entre outras características, tem interesse pela heterogeneidade discursiva, privilegia o tratamento da materialidade linguística e assume que o discurso é produzido no bojo de um interdiscurso (MAINGUENEAU, 1991, 2000). Mais especificamente, esta tese se sustenta no empreendimento teórico desenvolvido por Dominique Maingueneau e nas pesquisas que o tomam por base.

Em segundo lugar porque o termo “discurso” é plástico, possui diferentes acepções, a depender da corrente teórica, podendo remeter tanto a um conjunto de textos efetivos quanto aos enunciados possíveis de serem produzidos em consonância a um sistema de restrições que integram domínios semióticos variados, não unicamente linguísticos.

Nesta tese, quando falamos de discurso, estamos tratando de uma materialidade que se forma a partir de três ideias-forças: é assumida por um sujeito, é regida por normas, e constrói socialmente o sentido. Para sermos mais precisos, entendemos que discurso é “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir um espaço de regularidades enunciativas” e que a AD opera com objetos, ao mesmo tempo, integralmente linguísticos e integralmente históricos, buscando articular “um funcionamento discursivo e sua inscrição histórica, procurando as condições de uma ‘enunciabilidade’ possível de circunscrever-se historicamente” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 15-17).

Nessa linha teórico-metodológica, considera-se que o discurso é assumido por um sujeito, que imprime coordenadas ao enunciado indicando referências pessoais, temporais e espaciais. Trata-se de uma análise do discurso com inspiração enunciativa, sem implicar que se considere o sujeito como a origem do dizer, mas como o responsável pela enunciação, a depender do grau de adesão em relação ao enunciado.

Além disso, admite-se que o discurso também seja regido pelos gêneros do discurso, que, dentre outras coerções, determinam os papéis dos sujeitos engajados na atividade verbal. Quanto ao sentido, entende-se que seja mais uma construção social do que uma camada decifrável a partir de marcas nos enunciados, pois, nesta perspectiva, o sentido é “continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas. Essa construção do sentido é, certamente, obra de indivíduos, mas de indivíduos inseridos em configurações sociais de diversos níveis” (MAINGUENEAU, 2015, p. 29).

Na Análise do Discurso de linha francesa, o princípio teórico norteador é o da primazia do interdiscurso¹², segundo o qual a interpretação de um enunciado depende da relação que se estabelece com outros enunciados sobre os quais ele inevitavelmente se apoia (MAINGUENEAU, 2008a). Assim, não se considera que a cada discurso corresponda uma identidade fechada, nem que eles sejam constituídos independentemente para depois serem colocados em relação. Por esse princípio, considera-se que, na gênese, o discurso é formado de maneira regulada no interior de um interdiscurso.

Com inspiração enunciativa, essa perspectiva de análise do discurso permite ir além das noções de heterogeneidade marcada e mostrada, entendendo que o *Outro* não seja, necessariamente, um fragmento localizável no enunciado, pois “ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 37).

Assim, ao definirmos o primado do interdiscurso como princípio, entendemos ser esse o espaço de análise da materialidade discursiva onde se observa um conflito regulado, no qual se constrói um posicionamento. Esse posicionamento é regido por uma “semântica global” (MAINGUENEAU, 2008a,) que integra os diferentes planos do discurso tanto na ordem do enunciado quanto da enunciação, implicando, dentre outras unidades de análise, a escolha do léxico. Por esse princípio, entende-se, dentre outras implicações, que os lexemas recobrem diferentes categorias exploradas por um discurso, e que o mesmo item lexical pode ser empregado por discursos diferentes, dependendo do posicionamento discursivo. Além do valor estritamente semântico, as unidades lexicais tendem a “adquirir o estatuto de signos de pertencimento. Entre vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores são levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 81).

¹² Segundo Maingueneau, “nem todos interpretam da mesma maneira o postulado do primado do interdiscurso, mas um grande número de pesquisadores o adota” (MAINGUENEAU, 2007, p. 25). A primazia do interdiscurso foi inicialmente elaborada como hipótese, mas, dada a sistematização teórico-metodológica da proposta, vários trabalhos atuais afiliados à linha francesa a tomam praticamente como um pressuposto do qual o analista do discurso parte. A nota introdutória da tradução brasileira do livro *Gênese do discurso*, assinada por Maingueneau, e os textos de Gomes da Silva (2008), Souza-e-Silva e Rocha (2009), Souza-e-Silva (2012a, 2012b) e Sobral (2017) dão força à nossa impressão.

Isso porque a semântica global está associada a um “sistema de restrições semânticas” constituindo um filtro, que delimita o dizível em um dado campo discursivo. Por essa perspectiva, entende-se que “o sistema de restrições não gera enunciados, mas constitui apenas um filtro de enunciados [...] são estruturas que regem a conformidade dos enunciados realizados às restrições de sua formação discursiva¹³” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 70). Em harmonia com o primado do interdiscurso, as restrições semânticas devem ser entendidas como as regras de “exploração sistemática das possibilidades de um núcleo semântico” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 62). Nessa direção, as imposições desse sistema semântico não se restringem à materialidade verbal, e abrangem a produção discursiva nos diferentes planos já que “os diversos suportes semióticos não são independentes uns dos outros, estando submetidos às mesmas escansões históricas, às mesmas restrições temáticas” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 138).

Essa abordagem também integra a noção de comunidade discursiva (MAINGUENEAU, 1989, 1991), aqui entendida em sentido amplo para se referir aos grupos ou à organização de grupos no interior dos quais são produzidos e geridos textos, que dependem de um saber partilhado pelos membros. Esses grupos “*existem unicamente por e na enunciação, na gestão destes textos*” (MAINGUENEAU, 1989, p. 56, grifado no original).

Nessa abordagem teórico-metodológica, destaca-se também a noção de “cenas da enunciação” (MAINGUENEAU, 2013b, 2015), segundo a qual a atividade discursiva é uma encenação da realidade. Com o termo emprestado do mundo do teatro, a noção de “cena” reforça a ideia de que os sujeitos desempenham papéis na interação verbal, e esta metáfora se refere à maneira pela qual o discurso constrói uma representação de sua própria situação, garantindo certa independência discursiva frente às evidências empíricas: o que um texto diz pressupõe um cenário que ele próprio deve validar através de sua enunciação. Essa noção se apoia na ideia de que “o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar. Todo discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende, de fato, suscitar a adesão dos destinatários, instaurando uma cenografia que o legitima” (MAINGUENEAU, 2015, p. 123).

Pelas cenas da enunciação, três dimensões interagem (2013a, 2015): a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. O primeiro acesso do leitor é a cenografia: no caso de nosso

¹³ O conceito de “formação discursiva”, discutido em diversas obras, dentre as quais lembramos a coletânea *Cenas da enunciação*, organizada por Sírio Possenti e por Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva, torna-se mais bem delimitado no empreendimento teórico por ele proposto com a noção de “posicionamento” (MAINGUENEAU, 2015).

objeto, ao se deparar com uma capa de revista, tratada como produção discursiva, ele tem contato com uma encenação da realidade construída por enunciados verbais e não verbais. Todavia, esse envolvimento é feito também por outras duas cenas: simultaneamente, o leitor é interpelado como *aquele a ser informado* (cena englobante midiática) e *aquele que precisa ler o conteúdo do interior* (cena genérica capa de revista). A enunciação se concretiza concomitantemente pelas três cenas.

A cena englobante corresponde ao tipo de discurso ao qual uma dada produção pertence, a partir do recorte de um setor da atividade social caracterizável por uma rede de gênero do discurso. Nessa dimensão enunciativa, define-se um número determinado de propriedades específicas ligadas aos participantes da situação de discurso. Já a cena genérica está relacionada a um gênero, o qual define os papéis a serem desempenhados pelos interlocutores. Essas duas cenas definem o que se pode chamar de “quadro cênico”, ou seja, “o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero do discurso” (MAINGUENEAU, 2013a, p. 97).

Quanto à cenografia, é esta a dimensão em que o discurso se manifesta e se desenvolve plenamente: o texto institui a própria enunciação que o torna pertinente. Na apreensão da cenografia, observa-se como se constrói uma encenação singular da enunciação e como o locutor institui para si uma autoridade enunciativa, que pode ser acessada a partir de marcas linguísticas. O ato de enunciação, assim, supõe a instauração da dêixis enunciativa (*ego, hic et nunc*), cujas instâncias recobrem os participantes, o tempo (cronografia) e o espaço (topografia), linguística e discursivamente marcados.

Dessa forma, a cenografia desloca o quadro cênico para o segundo plano, sendo a dimensão enunciativa com a qual o leitor lida, em um processo de “enlaçamento paradoxal”, já que a cenografia é ao mesmo tempo, o que “engendra o discurso, e o que é engendrado por ele; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia de onde vem o discurso é precisamente a cenografia necessária para enunciar como convém” (MAINGUENEAU, 2013b, p. 191).

Seguindo com as definições dessa linha teórica, assume-se que a atividade de fala se manifesta segundo dois regimes enunciativos: um regido propriamente pelos gêneros do discurso, e outro que, apesar de inscrever o enunciado no horizonte de um gênero, obedece a uma lógica distinta. Diferenciam-se, então, dois tipos de enunciação: a enunciação textualizante e a enunciação aforizante (MAINGUENEAU, 2014).

Tendo em vista o princípio do interdiscurso, a noção básica de cenas da enunciação, e a concepção de dois regimes enunciativos, podemos dizer que a nossa pesquisa se inscreve

também no viés segundo o qual análise do discurso é uma atividade tanto analítica quanto integradora (MAINGUENEAU, 1991, 2008b). A primeira atividade visa a articular os diversos componentes da discursividade, tais como os diversos textos no interior de um mesmo posicionamento ou os dispositivos de comunicação que eles implicam. A segunda está relacionada a procedimentos que não visam a desenvolver uma rede de articulações, mas a destacar nos textos pontos de inconsistências, falhas, lacunas, etc.

Sublinhamos também que essa tendência não é prescritiva, não lhe cabendo determinar aos sujeitos regras de formação de enunciados em dadas circunstâncias, pois compartilhamos da ideia de que “o analista se ocupa não de emitir um julgamento, mas de compreender o que está em jogo nos julgamentos que os locutores fazem da língua e de seus usos” (KRIEG-PLANQUE, 2018, p. 54). No mais, os trabalhos desta linha teórica tornam explícitas redes de relações pouco suspeitas, e operam com unidades tópicas e não tópicas: as primeiras correspondem às categorias previamente delineadas pelas práticas verbais, e as segundas são construídas pelos pesquisadores, independentes dessas fronteiras (MAINGUENEAU, 2007, 2008b).

Nesta pesquisa, mobilizaremos a categoria de gênero, enquadrada como unidade tópica territorial, assim denominada porque corresponde às fronteiras impostas pelo próprio *corpus* e corresponde aos espaços já preestabelecidos pelas práticas verbais. Essas unidades são observáveis a partir do agrupamento de produções de certos setores da atividade social, de acordo com a lógica do funcionamento de um aparelho institucional ou de um campo discursivo, segundo a qual determinados dispositivos sócio-históricos de comunicação instituem práticas verbais específicas – por ex.: um aparelho institucional como o *hospital* faz circular gêneros de discurso diferentes daqueles produzidos pela *escola*. Operaremos com esta unidade tópica para abordar questões relativas ao gênero, no que tange às condições de êxito e à valência genérica (MAINGUENEAU, 2015). Mesmo refletindo sobre essa unidade tópica, nossos objetivos de pesquisa decididamente não contemplam a proposta de elaborar uma “cartografia” dos gêneros que uma revista semanal põe em circulação.

Da mesma forma, mobilizaremos a noção de *percurso*, unidade não tópica pela qual se consegue estabelecer os caminhos de retomadas e transformações do significado e/ou do significante de uma palavra ou sequência, bem como suas retextualizações. Por essa categoria, problematiza-se o contexto da frase destacada, levando em conta o espaço de circulação e a multiplicidade de lugares em que é retomada e/ou comentada. Logo, “não se trata de procurar um ‘verdadeiro’ sentido de certa expressão, mas, antes de tudo, de explorar uma disseminação” (MAINGUENEAU, 2015, p. 95). Nesta pesquisa, a noção de percurso será mobilizada para

atravessar unidades tópicas variadas – no caso, os gêneros de uma dada edição – e mostrar o movimento de saída do enunciado de um gênero no interior da revista para o gênero capa de revista.

Nos dois subitens a seguir, discorreremos teoricamente sobre cada uma das unidades com as quais trabalhamos, relacionando-as com um regime enunciativo.

2.1 Enunciação textualizante: gênero do discurso

Na Análise do Discurso de linha francesa, gênero do discurso designa dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos, associados a um tipo de discurso (MAINGUENEAU, 2004). Por essa perspectiva, de influência dialógica e sócio-retórica, os gêneros possuem relativa estabilidade que permite a permanência e a transmutação, resultado de fatores tanto de ordem histórica e social quanto das mudanças de finalidade relacionada às diferentes atividades humanas, as quais, dado o dinamismo da sociedade contemporânea, estão em constante reformulação.

Nesse sentido, entende-se que um determinado gênero de discurso só pode aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes em um dado momento de uma dada sociedade: “Os gêneros evoluem com a sociedade. Uma modificação significativa de seu modo de existência material é o suficiente para transformá-los profundamente” (MAINGUENEAU, 2004, p. 46). Partindo do pressuposto de que a sociedade é dinâmica e de que os sujeitos são mediados por gêneros que os constroem, aprende-se que essa unidade tópica designa dispositivos sócio-historicamente definidos, e que as várias produções em circulação na sociedade se submetem a um conjunto de coerções comuns, que permitem o agrupamento sob determinada rubrica; afinal, seria utópico considerar um enunciado livre de qualquer coerção.

Além disso, a unidade tópica gênero está diretamente associada a uma unidade superior, a do “tipo de discurso”, termo utilizado para “designar práticas discursivas ligadas a um mesmo setor de atividade, agrupamentos de gêneros estabilizados por uma mesma finalidade social” (MAINGUENEAU, 2015, p. 66). Nessa relação, podem-se observar práticas comuns que atravessam diferentes gêneros de um mesmo tipo de discurso, podendo ser integradas em dimensões simultâneas e contemplando, ao mesmo tempo, um conjunto de regras sobre as quais o discurso se desenvolve. Essas restrições também organizam um conteúdo a ser comunicado, que tanto remete a um modo específico de enunciação, quanto instaura o estatuto conferido aos participantes da interação, ou seja, o enunciador e o coenunciador.

Esta associação entre tipo e gênero, entretanto, não é evidente porque “um mesmo gênero de discurso pode, com efeito, estar relacionado a diferentes esferas de atividades, em função dos imperativos da pesquisa desenvolvida” (MAINGUENEAU, 2015, p. 67). Assim sendo, nesta pesquisa, para abordar esse espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido, definiremos o quadro cênico de nosso objeto dado que se pode apreender capa de revista semanal de informação como uma produção discursiva do tipo midiático jornalístico.

Em linhas gerais, o discurso midiático jornalístico refere-se a um lugar no universo discursivo de onde emana um poder simbólico para construir conhecimentos e sentidos sobre a vida cotidiana (RINGOOT, 2014; MIGUEL; BIROLI, 2017), para formar a opinião pública por meio dos discursos que faz circular (BENETTI, 2013), e para estabelecer uma relação intersubjetiva de vínculo entre uma instituição midiática de produção e um público leitor (FRANCISCATO, 2005).

Inscrita nesse lugar, a produção discursiva interage com outros discursos, apresentando algumas peculiaridades, dentre as quais, se destacam “a categorização das informações em cadernos ou rubricas (política, econômica, esportiva...), as citações de fontes em artigos (notáveis ou anônimos socialmente identificados), a fala concedida a personalidades de fora do jornal (escritores, acadêmicos)”¹⁴ (RINGOOT, 2014, p. 39, tradução nossa).

Nessa direção teórica, concorda-se também que a produção no campo midiático “impõe enquadres para a expressão por meio dos gêneros, das rubricas, dos formatos, da temporalidade, de tipos de narrativa¹⁵” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 29, tradução nossa). Apesar dessa interação, os gêneros de discurso associados ao discurso do tipo midiático jornalístico foram produzidos com a finalidade primeira de informar, por isso a enunciação nesse quadro exige a inscrição em dimensões particulares, quais sejam:

- a) *Pública*, relacionada aos interesses econômicos e institucionais tanto quanto aos interesses coletivos de ser o provedor de informações e de representação da diversidade social, e à representação das normas, das práticas e dos supostos consensos da sociedade (BENNETI, 2013);

¹⁴ Parágrafo original: “L’interaction avec d’autres discours sociaux est signifiée par les dispositifs énonciatifs : la catégorisation de l’information en cahiers ou rubriques (politiques, économique, sportive...), les citations des sources dans les articles (notables ou anonymes socialement identifiés), la parole donnée à des personnalités extérieures au journal (écrivain, universitaire, politique, scientifique, signant un article)”.

¹⁵ Parágrafo original ao qual a citação faz remissão: “les média imposent des cadres de l’expression à travers des genres, des rubriques, des formats, une temporalité, des types de mise en récit”.

- b) *Normativa*, correspondente a regras, princípios e valores impostos e esperados à prática jornalística, dentre as quais se destaca a credibilidade e o valor-notícia, ou seja, ao conjunto de critérios que devem ser atendidos para que um fato se torne notícia (WOLF, 1992); e,
- c) *Técnica*, referente às construções do texto jornalístico, que compreendem o verbal e não-verbal: o projeto gráfico, a escolha das imagens para simular objetividade, o efeito de imparcialidade (como o uso de formas impessoais ou de terceira pessoa, por exemplo), e de veracidade (com a apresentação de testemunhas ou a ancoragem do texto verbal a uma fotografia) (LAGE, 2005).

Por esse ângulo, entendemos que, para que uma produção discursiva seja considerada do tipo midiático jornalístico, o modo de enunciação precisa atender a essas três dimensões, sendo elas as “condições de legitimação do dizer” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 130), ou seja, o modo de enunciação ao qual um sujeito deve se ajustar para se inscrever nesse campo, independente do gênero. Com efeito, o sujeito discursivo, ao enunciar no campo midiático jornalístico, se reveste de todo aparato de uma prática institucionalizada socialmente reconhecida para encenar a realidade com uma narrativa não falseável, de autenticidade garantida, fazendo com que um fato seja, ao mesmo tempo, relatado e construído discursivamente (FRANCISCATO, 2005).

Outro aspecto a ser ressaltado é o de que os discursos que circulam nesse campo constroem uma encenação com um começo, um meio, e uma conclusão, recortando do real o que é necessário para torná-lo suficientemente coerente e pronto para ser assumido como tal. No campo midiático jornalístico, a encenação evocará tanto mais a realidade quanto mais elementos objetivos forem fornecidos (NAVARRO, 2010; CABRAL, 2013).

Integrada ao tipo midiático jornalístico, a produção discursiva define, por conseguinte, uma situação de discurso envolvendo a instância midiática no papel de enunciador e a instância leitora a qual ela se dirige no papel de coenunciador. Essa interação, no entanto, não é tão simples porque as duas instâncias não são estanques e mantêm uma complexa relação entre si: no nível da produção, não apenas se transmitem saberes, mas também se produz uma encenação particular sobre os acontecimentos do mundo e se (re)produzem representações sobre esses acontecimentos e sobre o público ao qual se dirige; e, no nível da recepção, esse público nem sempre acata ou corresponde a essas representações.

O enunciador midiático jornalístico, apesar de apresentar como único, é atravessado pela multiplicidade de discursos correspondentes a interesses mercadológicos, políticos e

editoriais. Essa instância enunciativa corresponde, ao mesmo tempo, a uma empresa, que deve zelar pela saúde financeira, e a uma instituição jornalística, que deve encenar os fatos conforme uma linha editorial, aqui entendida como o “sistema de restrições semânticas” (MAINGUENEAU, 2008a).

Como a equipe de redação costuma ser heterogênea, composta não somente por jornalistas geralmente especializados em áreas específicas mas também por personalidades de notório saber ou prestígio na sociedade – todos eles subordinados hierarquicamente a um editor-chefe –, podemos entender a instância midiática jornalística como uma “instância de enunciação complexa” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 111) cuja produção emerge da colaboração de pontos vista convergentes ou de um compromisso entre pontos de vista divergentes para marcar a posição de um grupo em um campo.

Nessa interação, o coenunciador corresponde ao público leitor, entidade também difícil de ser tratada como homogênea. O veículo pode até fazer previsões e levantar hipóteses a respeito da avaliação do público, baseadas em critérios como o de credibilidade que o leitor pode atribuir à instância midiática, o do grau de clareza com o qual o texto é redigido (explicações muito complexas, vocabulário excessivamente técnico), por exemplo; todavia, nessa perspectiva de estudo, entende-se o perfil leitor é construído discursivamente a cada edição lançada, que compõe uma sequencial no fio da história da revista. Sendo heterogênea e instável, a instância coenunciadora é entendida, portanto, a partir da noção “superdestinatário”¹⁶ (MAINGUENEAU, 2015), correspondente a um “representante ideal” ao qual o enunciador se dirige.

Avançando na definição do quadro cênico de nosso objeto, abordamos, agora, as questões relativas ao gênero. A diversidade das atividades verbais no regime textualizante pode ser organizada em gêneros, que são submetidos a um regime de produção conforme o grau de variação pessoal possível aos sujeitos. Os gêneros, então, podem ser organizados em dois grupos: o primeiro contempla gêneros reivindicados como parte integrante da definição de uma dada atividade discursiva, na qual (ou segundo a qual) o papel dos participantes é particularmente estável e estabelecido *a priori*, e cujos parâmetros são resultado de restrições comunicacionais, de acordo com regras sociais específicas; o segundo grupo contém os

¹⁶ Noção introduzida por Bakhtin para se referir a um terceiro que se sobrepõe ao destinatário imediato da interação verbal. Em Maingueneau, a noção é trabalhada em um sentido mais restrito: “Os produtores de discurso derivados de determinada cena englobante devem, por meio de sua enunciação, mostrar que se conformam aos valores prototipicamente relacionados ao locutor pertinente para o tipo de atividade verbal em pauta” (MAINGUENEAU, 2015, p. 119).

gêneros cuja organização textual e cujo conteúdo são mais instáveis por não estarem fortemente relacionados nem a lugares nem a papéis institucionais.

Em razão desses graus de variação, defende-se que gêneros são produzidos a partir de dois regimes: um regime instituído, cujos “parâmetros que constituem tais gênero resultam, na verdade, da *estabilização de restrições* ligadas a uma atividade verbal que se exerce de maneira repetitiva, em uma determinada situação social”; e um regime conversacional, cujos gêneros não são “estritamente ligados a lugares institucional, a papéis e a *scripts* relativamente estáveis. Sua composição e temática são mais frequentemente instáveis” (MAINGUENEAU, 2004, p. 47, grifos no original).

A noção de gênero, nessa perspectiva teórico-metodológica, pode ser integrada a outra mais abrangente, a de hipergênero (MAINGUENEAU, 2010, 2015), rubrica posicionada acima do gênero, que comporta uma larga faixa de textos, servindo a situações de comunicação variadas. A essa rubrica, corresponde um “tipo de organização textual de coerções pobres, relativamente estável com o decorrer dos séculos, no interior do qual podem-se desenvolver variadas encenações de palavras” (MAINGUENEAU, 2013a, p. 123). Observaremos essa questão em nosso *corpus*.

Salvos os regimes de produção, o gênero também está submetido a “condições de êxito” (MAINGUENEAU, 2004, 2013a) de forma a apreendê-lo enquanto dispositivo de comunicação sócio-historicamente definido e “normalmente caracterizado por parâmetros tais como os papéis dos participantes, suas finalidades, seu médium, seu enquadramento espaço-temporal, o tipo de organização textual que eles implicam, etc.” (MAINGUENEAU, 2004, p. 45).

Sobre os aspectos mais gerais das condições êxito de nosso objeto, podemos afirmar que a finalidade das capas das revistas semanais de informação é a de fornecer ao leitor uma visão panorâmica de temas variados ocorridos nos últimos sete dias (VAZ & TRINDADE, 2013). Grosso modo, essas publicações, se comparadas às outras do tipo midiático jornalístico – como a primeira página de um jornal diário, por exemplo –, destacam-se pela periodicidade ampliada: de um lado, o leitor estabelece relação menos estreita com os fatos, dada a distância temporal entre a publicação e os eventos empíricos aos quais remetem; de outro, espera-se que a produção seja resultado do investimento em técnicas mais aprimoradas no que tange a formulação da pauta, tempo de apuração, e tratamento da linguagem – tanto que não é incomum, nos outros gêneros das revistas, a presença de construções mais desenvolvidas, com aspiração literária ou com incrementos de “didatização” para discussões científicas, de certa forma, dirigidos à educação das pessoas (TAVARES; SCHWAAB, 2013).

Quanto aos papéis estabelecidos para os parceiros, eles dependem de quem parte a fala e a quem ela se dirige, bem como das competências específicas associadas a comportamentos discursivos a serem desempenhados por estes participantes. O gênero estabelece um contrato com termos não necessariamente explícitos, os quais os interlocutores pressupostamente subscrevem. No caso das capas, essa determinação implica um papel sob a perspectiva da condição de que o coenunciador é aquele que precisa ser informado, e o enunciador é aquele que tem condições de fazê-lo (PUZZO, 2009). Esses dois participantes da interação só podem ser entendidos, como dissemos, em termos de instâncias.

O lugar apropriado para a circulação refere-se ao ambiente físico/ material ou ao ambiente digital em que o gênero circula. Cada gênero implica um certo lugar e um certo momento, que não estão necessariamente relacionados a coerções externas, mas à própria constituição do gênero. As revistas, como um todo, estão nas bancas e expostas em seções específicas das livrarias. Já as capas são sempre pensadas para serem vistas em meio a muitos outros estímulos visuais, por isso apresentam a peculiaridade de, ao mesmo tempo em que são expostas nas bancas junto à revista, também aparecem distribuídas independentemente em vários pontos da cidade como se fossem cartazes ou *outdoors* (VAZ; TRINDADE, 2013).

O modo de inscrição na temporalidade está relacionado à periodicidade ou duração de continuidade de um gênero. Considerando que a atualidade é um fator preponderante no campo midiático jornalístico, a duração presumida de uma edição de revista semanal de informação é de sete dias, sendo um tipo de publicação com periodicidade mais larga em comparação aos jornais. Devido ao tempo de produção e de duração da notícia, existe certa longevidade na presença da publicação e dos temas abordados (TAVARES; SCHWAAB, 2013).

O suporte é a dimensão midiológica dos enunciados (manuscrito, impresso, falado, pintado, etc.), que é inseparável do texto. Na versão física, as revistas semanais de informação costumam ter formato padrão (20 x 26,5 cm), impressas em papel *couché*. Na versão digital, a visualização se adapta ao dispositivo móvel em que estiver sendo acessada, e é comum a presença de animação, som e vídeo.

A composição está relacionada ao modo de encadeamento dos constituintes do texto. Nas revistas semanais de informação, esta organização formal depende do projeto gráfico, que define uma composição condicionada pelos interesses e necessidades do público-alvo a que se destina, pelos critérios de edição e pelos valores-notícia (GRUNSKYNSKI; CALZA, 2013).

Para os fins desta pesquisa, entendemos que as capas das revistas semanais de informação são um gênero discursivo rotineiro do tipo midiático jornalístico, mas isso não significa que elas sejam subordinadas exclusivamente aos procedimentos desse tipo discursivo.

Na verdade, trata-se de um tipo de dispositivo de características específicas, que também atende a várias demandas para as elaborações jornalísticas que nele operam. Salva a função pública de informar, essa categoria de revistas “entretêm, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura” (SCALZO, 2004, p. 13), e também possuem a peculiaridade de, dentre outros aspectos, trabalhar com a reiteração de grandes temáticas, permitir o exercício de diferentes estilos de textos, utilizar critérios de seleção específicos para definir a capa, apresentar uma estética particular, em que o verbal e o não verbal são percebidos como unidade, e estabelecer uma relação direta com o leitor (BENETTI, 2013).

Ao tempo que se revestem do frescor da novidade, as capas das revistas semanais de informação também criam um efeito de recorte natural sobre os temas que apresentam ao construir uma encenação da realidade que merece a atenção indispensável do leitor, reiterando a relevância pública de abordar um acontecimento que advém das próprias necessidades da vida social. Desse modo, o enunciador nas capas das revistas se inscreve em um lugar discursivo de “saber dizer”, autorizado por lugar de legitimidade e de credibilidade advindo do jornalismo, e o coenunciador é aquele que precisa tomar conhecimento das demandas apresentadas pelo enunciador (BENNETI, 2013).

Dada a intensa construção e circulação de enunciados que devem ser veiculados pelos dispositivos midiáticos, o campo midiático jornalístico é lugar privilegiado para antecipação da reapropriação de discursos, de forma que eles sejam “retomados em outras circunstâncias, por outros tipos de locutor, em outros termos, encarnados em outros gêneros e outros registros” (KRIEG-PLANQUE, 2018, p. 44). Assim, nesse domínio deve-se considerar que boa parte do trabalho dessa categoria profissional é dedicado à reformulação, reescrita e retomada de enunciados, pois é uma atividade coletiva e não solitária, como se supõe ser a do escritor literário.

Partindo dessa permissão, julgamos que, além das condições de êxito, soma-se em importância refletir também sobre as condições de utilização dos textos e a interação entre gêneros bastantes diversos. Isso implica reconhecer a existência de gêneros irradiadores, ou seja, “que têm a capacidade de ativar a produção verbal de outros gêneros, de fazer falar dele” (MAINGUENEAU, 2010, p. 105). Potencialmente, a produção no campo midiático jornalístico é lugar privilegiado para essa irradiação porque deve levar em conta a capacidade de um texto fazer surgir novas produções ou de circular em diferentes suportes.

A irradiação, em nossa perspectiva teórica, é apreendida como valência genérica, que pode ser interna ou externa. Por valência interna, entende-se “o conjunto dos modos de existência comunicacional de um texto, que são historicamente variáveis”; por valência

externa; “a(s) rede(s) de gêneros de discurso de que faz parte um gênero em uma mesma esfera ou lugar de atividade” (MAINGUENEAU, 2015, p. 71).

Passando às diferenças mais precisas entre as duas, compreende-se que a noção de valência genérica interna permite observar o processo de circulação de um gênero, e tangencia a questão do suporte (relação que, em virtude do *corpus* e dos objetivos da pesquisa, não cabe aprofundar), quando se tenta limitar o controle de circulação das publicações, especialmente na sociedade contemporânea em que a internet impera, permitindo que sejam produzidas “cópias” não esperadas. A título de exemplo, duas produções hipotéticas: uma matéria televisiva que fica disponível no *site* do programa que a veicula, e a publicação de uma portaria do Ministério da Educação no Diário Oficial da União. Em ambos os casos, o vídeo e a portaria surgiram de uma produção primeira, com circulação mais ou menos limitada, que, mais tarde, pode ser ampliada em diferentes cópias, com alcance diverso em relação ao alcance do texto original.

Sobre as cópias, é sabido que, hoje, qualquer produção, seja em situação formal ou informal, pode chegar ao ambiente digital e ser compartilhada gratuitamente de forma a estimular comentários e/ou o debate. A depender do tipo de produção, distinguem-se o núcleo e seus avatares: no caso dos exemplos citados anteriormente, os núcleos seriam a matéria transmitida ao vivo na televisão e a portaria emitida no gabinete do ministério; os avatares seriam, respectivamente, o vídeo no *site* do programa/ portal da emissora e a publicação no DOU. Em pormenores, os avatares (MAINGUENEAU, 2015) são caracterizados em: prescritos (aqueles de circulação obrigatória em outro suporte); previsíveis (aqueles de reprodução facultativa para que se atinja um público mais amplo); e indesejáveis (aqueles realizados sem o consentimento do autor e as publicações piratas).

Já a noção de valência externa concerne à sequencialidade, ou seja, ao encadeamento segundo o qual interagem os gêneros. Um assessor de imprensa, por exemplo, precisa ter em mente que o pronunciamento de uma personalidade pública servirá às redações de jornais e aos *sites* de notícias. Trata-se de um processo de irradiação, ou seja, do “poder que um gênero tem de fazer com se fale dele em outros gêneros, além de nutrir conversas de parcelas mais ou menos vastas da população” (MAINGUENEAU, 2015, p. 73).

No caso das revistas semanais de informação, a valência opera em, pelo menos, duas direções. Em primeiro lugar, é preciso considerar que, ao tomar um número em mãos, o leitor não fica diante apenas de uma edição isolada, mas de uma produção discursiva e material que aponta tanto para o passado, porque se inscreve em uma sequência de números anteriores, quanto para o futuro, porque dá sinal da permanência daquela publicação em expectativa com

a sobrevida pelos números posteriores. Em segundo lugar, a cada edição lançada, as revistas pressupõem a produção de avatares uma vez que a circulação é predominantemente física, mas também é inevitavelmente digital, já que muitas delas podem ser acessadas na internet, inclusive por plataformas não autorizadas.

De todo modo, a valência genérica atua de modo profícuo na prática do campo midiático jornalístico uma vez que “o jornalista é inclinado a reproduzir uma frase importante que poupará do tempo e dos riscos de recuperar todos os conteúdos de um longo discurso” (KRIEG-PLANQUE, 2016, p.25). Nas produções discursivas midiáticas jornalísticas, há uma tendência a favorecer a construção de enunciados que visem a circulação ulterior, em outros gêneros, o que nos permite entender que a valência esteja, de certa forma, associada à destacabilidade.

2.2 Enunciação aforizante: aforização e particitação

Nesta tese, mobilizamos *percurso*, unidade não tópica que permite explorar a disseminação de unidades lexicais, de frases ou de fragmentos de textos, evidenciando retomadas e transformações “do significado e/ou do significante de uma palavra ou de um grupo de palavras em uma série de textos, múltiplas recontextualização de um mesmo texto ou fragmento de texto” (MAINGUENEAU, 2015, p. 96). A unidade percurso está em relação bastante estreita com a destacabilidade, fenômeno compreendido como o ato de pôr em evidência um determinado enunciado associado a outros que formam o todo do texto.

Essas ocorrências podem ser facilmente observadas nas notícias da mídia impressa, em que o paratexto (títulos, subtítulos, por ex.) foi criado a partir de destacamentos de excertos do corpo da notícia. Para a Análise do Discurso, há um tipo especial de destacamento, quando o enunciado é condicionado a determinadas restrições correspondentes a um estatuto pragmático particular. Em outras palavras, quando o “enunciado destacado não é mais um fragmento de texto, ele tem a ver com um regime específico, que chamaremos de aforização”¹⁷ (MAINGUENEAU, 2014, p. 27). O termo também remete aos enunciados produzidos nesse regime.

¹⁷ Maingueneau (2014) explica que apesar de *aphorizo*, em grego antigo, remeter a uma operação de determinação, a acepção contemporânea mais usual do termo, registrada no *Grand Larousse de la langue française*, é a de frase com ar sentencioso, que resume em palavras uma verdade fundamental.

As aforizações podem ser organizadas em primárias ou secundárias, a depender do tipo de destacamento. O primeiro grupo contempla os enunciados destacados por natureza, concebidos para serem autônomos, como os *slogans*, os adágios jurídicos e os provérbios. Já no segundo grupo, estão aquelas que foram destacadas de outros textos: citações célebres, manchetes entre aspas etc. Nesse grupo também estão os enunciados destacados cujo texto-fonte o leitor não consegue recuperar; daí, então, a necessidade distinguir dois tipos de destacamento: quando a aforização está próxima do texto de origem, fala-se em destacamento fraco; quando está dissociada do texto de origem, fala-se em destacamento forte (MAINGUENEAU, 2008b). Em nosso entender preliminar, distinguir gradações de destacamento pode ser problemático, tendo em vista que recuperação do texto-fonte tende a depender mais da comunidade discursiva que tem contato com esses enunciados do que do trabalho próprio de destacamento. Observaremos essa questão em nosso *corpus*.

Em certa medida, pode-se objetar quanto à independência dos enunciados destacados em relação ao texto de origem. Afinal, tanto os títulos quanto os subtítulos de uma matéria, por exemplo, estão inscritos em um texto, e este pertence a um conjunto mais amplo, o jornal ou uma revista. Para as produções do regime textualizante, texto pode ser entendido de duas formas: como correlato de gênero do discurso ou como conjunto de frases que pode ser analisado quanto aos mecanismos de coesão ou aos fatores de coerência. São concepções que se assentam nas tendências Linguística Textual segundo as quais o texto é um espaço de interação e de trabalho cognitivo para a construção de encadeamento de sequências.

Com efeito, o destacamento tensiona essa concepção da irredutibilidade do texto. Alguns enunciados, como os provérbios, criam certo embaraço para os defensores mais ortodoxos de texto como unidade irredutível porque, por um lado tem-se “o sentimento de que o provérbio constitui um enunciado autônomo e, por outro lado, ele não aparece isolado, mas inserido em textos que derivam de gêneros” (MAINGUENEAU, 2010, p. 10). Os provérbios, como aforizações primárias, simulam existir independentemente dos empregos em textos específicos.

A defesa de que fragmentos do texto podem circular independentemente não é feita à revelia, sendo construída a partir de uma série de desdobramentos teóricos, dentre os quais mencionamos a necessidade de distinção entre o enunciado destacado e o enunciado destacável: os primeiros correspondem àqueles que são resultado de um destacamento; os segundos são aqueles que apresentam uma marcação apropriada para o destacamento. Para esse segundo grupo, as produções no campo midiático encontram espaço de circulação com

inevitável prerrogativa, posto que o destacamento está inscrito no próprio funcionamento da máquina midiática, lugar central do compartilhamento das opiniões e das decisões.

Não muito dificilmente, como parte da rotina dos profissionais desse campo, especialmente os das assessorias de comunicação que tentam controlar a circulação de trechos dos textos que produzem, os jornalistas seguem procedimentos técnicos tanto para construção de sequências curtas situadas em posição de realce no corpo do texto, sendo o início ou o fim as mais comuns, quanto para a produção de frases impactantes e curtas que serão recuperadas pelos outros veículos como a condensação de todo o conteúdo de uma fala pública.

Observando essa prática sob o ponto de vista discursivo, assume-se a possibilidade de sinalizar um determinado enunciado como candidato potencial ao destacamento, em um processo denominado “sobreesseveração” (MAINGUENEAU, 2012a, 2014), modalização enunciativa de formatação de um fragmento do texto que se sobressai em relação ao restante dos enunciados. Uma sequência sobreesseverada é “relativamente breve, portanto, memorizável, e constitui uma tomada de posição do enunciador sobre uma questão polêmica” (MAINGUENEAU, 2014, p. 15), e deve atender às seguintes características, não necessariamente cumulativas:

- Ser relativamente breve, de estrutura pregnante de significante (simetria, por ex.) ou de significado (metáfora, por ex.);
- Estar em posição relevante no texto, de forma que se possa atribuir o estatuto de condensado semântico; e,
- Ser introduzida pelo metadiscurso, particularmente pelos conectores de reformulação (“em outras palavras”, “ou seja”, etc.)

Tendo em vista essas características, diz-se que é fortemente sobreesseverada uma sequência em que essas marcações ocorrem cumulativamente na totalidade. No caso de nem todas essas marcas serem mobilizadas, pondera-se a operação dos marcadores de tal modo que o caráter generalizante e a brevidade são mais preponderantes do que a posição privilegiada do enunciado.

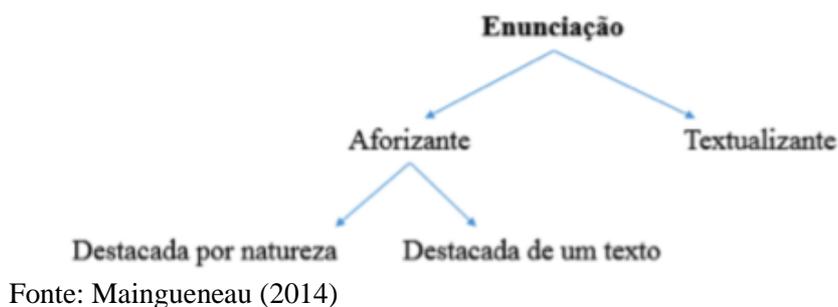
Com essas propriedades, a sobreesseveração opera em dois níveis: no nível textual, o enunciado sobreesseverado aspira à destacabilidade, porque sua compreensão independe do que precede e do que sucede; no nível enunciativo, apresenta-se como generalizações. Postos esses indícios, entende-se que a saída do enunciado é apenas uma possibilidade, tendo-se em

conta que nem todo enunciado sobreasseverado resulta efetivamente em um enunciado destacado.

Em geral, os enunciados destacados sofrem alterações quando saem do texto-fonte. No caso das produções do campo midiático, essas alterações são elevadas ao paroxismo: o jornalista pode operar destacamento de diversas fontes e fabricar um único enunciado a partir de segmentos variados, e ainda pode manipular os enunciados de forma que o locutor efetivo do enunciado fonte não coincide com o locutor do enunciado destacado. Essas alterações revelam que os enunciados destacados possuem um estatuto pragmático específico, relacionado a “enunciação aforizante” (MAINGUENEAU, 2014).

Considerar a enunciação aforizante implica admitir que a atividade de fala corresponde a dois regimes distintos, ou seja, a duas formas particulares de se estabelecer a comunicação verbal e os participantes da interação. Ao regime aforizante (ou enunciação aforizante) opõe-se o regime textualizante, que, como vimos no item anterior, inscreve cada enunciado no horizonte do gênero do discurso. A distinção entre os dois regimes pode ser representada no esquema abaixo.

Figura 1 - Dois regimes enunciativos



A discrepância entre os dois regimes é notada em vários planos. O nosso objetivo não é o de levar essa discussão teórica à exaustão; contudo, alguns refinamentos teóricos são necessários para definição do estatuto pragmático das aforizações. Os enunciados produzidos no regime textualizante são trabalhados seguindo a teoria dos gêneros do discurso, mais

especificamente aquelas afiliadas à tradição do Círculo de Bakhtin. Nesse regime, a atividade de interação é especificada pelas restrições do gênero, que definem duas posições correlativas, a de produção e a de recepção, pelas quais “não nos relacionamos com Sujeitos, mas com facetas, aquelas que são pertinentes para a cena verbal, onde a responsabilidade do dizer é partilhada e negociada” (MAINGUENEAU, 2010, p. 13).

Os enunciados produzidos no regime aforizante almejam funcionar fora das coerções do gênero. Por esse regime são produzidas as “frases sem texto”, assim chamadas porque são “enunciados que, ao mesmo tempo, não entram nas sequências organizadas de frases e que também não são o produto de um gênero do discurso” (MAINGUENEAU, 2015, p. 132). Ou seja, as aforizações rejeitam a concepção de frase, como se pode perceber nas manchetes dos jornais e das capas de revista que, ao tempo que costumam ser frases nominais, não comportam ponto final, a não ser o de interrogação ou de exclamação.

Nas produções midiáticas, proliferam esses enunciados aforizados. São diversas as motivações desse fenômeno: as aforizações criam o efeito de enunciado personalizado, e, nos textos em que o foco é um testemunho direto, o enunciado atestado, formatado, e com uma tomada forte de posição, se sobressai em relação ao todo do texto, notadamente argumentativo. De certa maneira, pode-se entender que o papel das aforizações na máquina midiática, para notoriamente promover o efeito de dramatização e apelar rapidamente ao público, é o de desconjuntar a totalidade do texto em módulos curtos, condensando-o forçosamente em uma única frase, geralmente nominal, posicionada em uma manchete.

Todavia, dizer que uma aforização é uma “frase sem texto” não é suficiente. Pela enunciação aforizante, os enunciados marcam-se pelo apagamento do cotexto, instaurando um novo compromisso ilocucionário, não definido pelos horizontes do gênero do discurso. Em consequência desse rompimento, o aforizador, sujeito da enunciação aforizante, enuncia uma “verdade, dispensada de negociação, exprimindo uma totalidade vivida: quer seja uma doutrina ou certa concepção da existência” (MAINGUENEAU, 2012b, p. 17). Trata-se, então, de uma “fala fundamentalmente monologal” (MAINGUENEAU, 2010, p. 13), cujo efeito central é a própria enunciação do locutor, que não assume o papel prescrito pelo gênero do discurso.

Caso seja produzido pela enunciação aforizante, o enunciado implica um locutor que se apresenta como Sujeito de pleno direito e faz coincidir sujeito da enunciação e sujeito no sentido jurídico e moral, pois quem enuncia nessa posição “se coloca como responsável, afirma valores e princípios perante o mundo, dirige-se a uma comunidade que está além dos alocutários empíricos que são seus destinatários” (MAINGUENEAU, 2010, p. 15).

Nesse regime enunciativo, a interação entre aforizador e público é assimétrica: o sujeito da aforização fala para além dos alocutários empíricos, e deles não exige resposta uma vez que, neste regime, institui-se “uma cena de fala na qual não há interação entre protagonistas situados no mesmo plano” (MAINGUENEAU, 2015, p. 133). Apesar de não haver um alocutário específico, a aforização instaura um auditório cuja natureza é variável. Nas aforizações primárias, o auditório é universal; nas secundárias, trata-se de um auditório limitado.

Para desenvolver uma teoria sobre o regime enunciativo aforizante, Maingueneau (2008b, 2014) segue na direção apontada por um estudo de Benveniste sobre o indo-europeu, em que mostra que, naquela língua, as frases nominais e a sua respectiva contrapartida com cópula¹⁸ constituem dois tipos de enunciação distintos. Segundo o estudo, as frases nominais, em indo-europeu, são um enunciado assertivo finito, paralelo na sua estrutura a qualquer outro que tenha a mesma função sintática; são compostas igualmente por dois elementos: um implícito e invariante, que dá ao enunciado força de asserção; e outro variável e explícito, que pertence à classe morfológica dos nomes.

Como o elemento assertivo dessa estrutura de frase não é susceptível às determinações que a forma verbal tem em si – as marcas de tempo, de pessoa, de número, por exemplo –, a “asserção terá esse caráter próprio de ser intemporal, impessoal, não modal, em suma, de ter por objeto um termo reduzido apenas ao seu conteúdo semântico” (BENVENISTE, 1950, p. 171). Entende-se, então, que a frase nominal “tem valor de argumento, de prova, de referência. É introduzida no discurso para agir e convencer, não para informar. É, fora do tempo, das pessoas e da circunstância, uma verdade proferida como tal” (BENVENISTE, 1950, p. 179).

No prolongamento dessa perspectiva, inscreve-se a enunciação aforizante, proposta por Maingueneau, tendo em vista que a percepção de que, na dimensão constitutiva da enunciação das frases nominais, existe um regime enunciativo específico. Isso implica dizer que, de um lado, mesmo não se voltando diretamente para a textualidade, tampouco para a destacabilidade, Benveniste torna explícita uma lacuna: as frases sem verbo aparecem em um texto, mas, por expressarem uma verdade absoluta, aspiram a saída dele. E que, de outro, nem toda frase nominal é terminantemente produzida sob o regime aforizante, sendo necessário que se distinga a divergência entre duas lógicas: “a lógica da aforização, que institui enunciados autônomos, e a lógica do grupo nominal com sujeito implícito, que inscreve o enunciado no seu contexto, no qual se encontra o suporte implícito da predicação” (MAINGUENEAU, 2014, p. 55).

¹⁸ Como exemplo, Maingueneau (2006) utiliza a frase nominal em latim *Homo homini lupus* e *Homo homini lupus est* (homem lobo do próprio homem e homem é o lobo do próprio homem, respectivamente).

Da mesma maneira, determinar a relação entre frases nominais e aforização não implica dizer que seja esta definição sintática o que delimita a fronteira entre o regime aforizante e textualizante, sendo essencial observar a tensão que se estabelece entre os dois. Tampouco implica defender que o sujeito escolha o regime enunciativo no qual vai produzir os enunciados porque não se trata de “duas possibilidades de uma alternativa, como se os locutores falassem ou por textualização ou por aforização. Toda aforização intervém em uma textualização: é uma encenação construída por outro locutor” (MAINGUENEAU, 2010, p. 24).

Aclara-se, então, a distinção entre os enunciados produzidos por cada um dos dois regimes:

Um texto é uma rede de pensamentos articulados por meio de coerções transfrásticas de diversas ordens: argumentação, narração, resposta a uma questão, etc. Por meio da aforização, trata-se, ao contrário, para o locutor, de retomar aquém ou além a diversidade infinita das interações imediatas, dos gêneros de discurso e textos. **Ela pretende exprimir o pensamento de seu locutor, aquém de todo jogo de linguagem: nem resposta, nem argumentação, nem narração, mas pensamento, tese, proposição** (MAINGUENEAU, 2011b, p. 19, grifo nosso).

São, portanto, singulares as propriedades do regime aforizante. E, no caso das aforizações secundárias, esses aspectos constitutivos são notáveis nos textos jornalísticos em que uma personagem testemunhal é apresentada duas vezes: uma no corpo da matéria, como responsável por uma fala; e outra, destacada e levada a um espaço marcado no texto, geralmente articulado por uma fotografia. O mesmo indivíduo empírico apresenta-se com dois estatutos distintos: i) como locutor, que se inscreve em uma situação de comunicação imposta pelo gênero, e ii) como aforizador, instância enunciativa fora de qualquer situação de comunicação.

Nesse caso, a figura do aforizador surge em decorrência do destacamento e, apesar de a enunciação aforizante se apresentar como expressão de uma subjetividade soberana, ela só existe graças à intervenção de um terceiro, que converte o locutor original em um aforizador. Esse agenciamento de um terceiro permite que um mesmo ser empírico ocupe duas posições enunciativas distintas na mesma produção discursiva, uma no regime textualizante, e outra no regime textualizante.

No caso das produções midiáticas, como a notícia ou a reportagem, desempenha importante papel a fotografia do rosto que geralmente acompanha as aforizações. É que o rosto tem três propriedades notáveis (MAINGUENEAU, 2010): i) identifica o indivíduo como

distinto de qualquer outro; *ii*) é a sede do pensamento; e *iii*) é onde se encontra a boca, a fonte da fala.

Dessa forma, ao se articular com um enunciado destacado, a fotografia do rosto autentica a aforização como sendo a fala de um sujeito responsável pelo que diz, sinalizando ser aquela a *sua* fala. Além disso, muito frequentemente o ângulo da fotografia do rosto não apenas privilegia o olhar, que se direciona a um auditório indeterminado do qual o leitor participa, mas também faz esconder as mãos, cuja presença indicaria a participação de um alocutário partilhando do mesmo espaço de interlocução, o que indica a possibilidade de intervenção e interlocução imediata. Essa ausência de marcas do alocutário na fotografia reforça a autonomia e a atemporalidade, criando o efeito de que “o aforizador é, ao mesmo tempo, singularidade e generalidade” (MAINGUENEAU, 2014, p. 50).

Em virtude dessa atuação de um terceiro para tornar locutor em aforizador, são exibidas aforizações tanto de indivíduos notáveis (políticos, celebridades etc.) quanto daqueles cuja fala é tomada como particularmente importante em um dado momento e em um dado lugar (por exemplo, as testemunhas de um acidente ou, como acontece atualmente, pessoas que se recuperaram da COVID-19). A aforização, portanto, implica também uma ação performativa ao enunciado, pois “o ato de conferir a um indivíduo o estatuto de aforizador destaca-o da multidão e converte-o em autoridade, ainda que efêmera” (MAINGUENEAU, 2014, p. 38).

Essa constatação, no entanto, não implica que toda aforização seja necessariamente atribuída a um sujeito empírico, “o que importa é que seja uma entidade passível de experiências humanas, fonte de uma convicção” (MAINGUENEAU, 2014, p. 37). Há casos em que os enunciados aforizantes são atribuídos a conjuntos organizados de locutores, por exemplo, um partido político e uma empresa. Esses aforizadores reforçam a estabilidade de uma classe de locutores, cuja aforização funciona como prototípica delas. Mais uma vez, o campo midiático torna-se espaço privilegiado para as aforizações: no caso das revistas semanais de informação, impõe-se questionar se é possível falarmos em aforizador uma vez que cada texto é uma produção singular, assinada por um locutor específico, que se dirige a um público, mas os enunciados da capa tendem a afrouxar essa heterogeneidade em favor de uma instância enunciativa complexa que se apresenta como homogênea, e que responde pelo conjunto dos textos os quais veicula.

Assim, ao verificamos o papel da destacabilidade no funcionamento discursivo desse gênero, certamente tocaremos no ponto central do problema: o aforizador é consequência do destacamento. “Quando extraímos um fragmento de texto para fazer uma aforização, convertamos *ipso facto* seu locutor original em aforizador” (MAINGUENEAU, 2016, p. 50).

De toda forma, os regimes aforizante e textualizante não implicam duas possibilidades de uma alternativa, sendo que os sujeitos não escolhem se suas produções serão de um regime ou de outro. Trata-se bem mais de uma tensa relação de proximidade entre os regimes porque, mesmo implicando uma descontextualização, o enunciado destacado só tem sentido no novo contexto em que é colocado. Assinale-se, então, o paradoxo entre os dois regimes, uma vez que a aforização mina a compacidade da textualização: nessa perspectiva, o texto é “ao mesmo tempo, o lugar em que se constitui a aforização e aquilo que ela tem por natureza contestar. Desse ponto de vista, é o texto que fabrica o que contesta” (MAINGUENEAU, 2010, p. 24).

Defender a hipótese do regime aforizante não implica rejeitar as coerções do gênero do discurso porque é nessa dimensão que todo o enunciado se inscreve. Implica, no entanto, que “é preciso tomar consciência da *pretensão ilocutória* ligada à aforização, que é ser uma fala ‘ab-soluta’, sem cotexto, convocada em um texto que, ele mesmo, não é ‘ab-soluto’” (MAINGUENEAU, 2011b, p. 17, grifado no original).

Dada a essa tensão que se estabelece entre a aforização e o todo que a acolhe, o regime aforizante constrói outra cena a partir da re-textualização de um enunciado previamente em circulação em um contexto diverso. Considerando a cenografia que a enunciação constrói e que é por ela validada, como, então, interpretar as aforizações?

Em se tratando de aforização primária, a interpretação guia-se por um “esquema básico”, que permite a aplicação desses enunciados aforizados em um número indefinido de situações. Em geral, o destinatário procura, nas aforizações primárias, elementos que tornem pertinente essa enunciação, já que nelas o sentido “delimita *a priori* o tipo de contexto nos quais podem ser empregados, mesmo que evidentemente caiba ao locutor decidir se as condições para seu emprego estão satisfeitas” (MAINGUENEAU, 2014, p. 30).

No que concerne às aforizações secundárias, a interpretação varia de acordo com a identificação do regime de produção: regime de atualidade e regime de memória. A cada regime correspondem diferentes enquadres, a partir dos quais a aforização é apreendida e interpretada.

Nas as aforizações interpretadas pelo regime de atualidade, pode-se falar em três enquadramentos: informacional, testemunhal e acional. Pelo *enquadramento informacional*, a interpretação depende de um plano anterior de conhecimentos partilhados, pois a cena é da ordem do “fazer saber” e “o aforizador prototípico é um especialista habilitado para analisar o mundo” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 122).

Como a aforização pode associar-se a valores para dar relevo a uma informação que contradiz um ponto de vista generalizado, cria-se o efeito de tomada de posição pessoal frente

a um discurso em circulação. Nesses casos em que a dimensão informacional se enfraquece e faz sobressair a expressão de uma emoção, convicção ou experiência, o *enquadre testemunhal* ganha mais força. Por ele, a interpretação é guiada tanto pelo apagamento enunciativo, que reveste o enunciado de tom sentencioso, quanto pelo superinvestimento subjetivo, que promove um efeito de constatação.

No caso do enunciado sentencioso, ele adquire alcance ilimitado já que a figura do aforizador se potencializa: “para além do problema imediato, é ele o que retorna aos valores que devem garantir a coesão da comunidade” (MAINGUENEAU, 2014, p. 121). Diferente é o efeito na aforização mais “personalizante” porque, por esse enquadre, a interpretação centra-se na “expressão direta das emoções do locutor, e não na afirmação de normas coletivas. O destinatário é, contudo, interpelado a identificar normas relevantes para justificar o superinvestimento subjetivo” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 121).

No terceiro tipo de enquadre, o *enquadre acional*, o destinatário é incitado a interpretar a aforização como um ato estratégico de posicionamento, e o aforizador como personalidade cujas palavras têm o poder de transformação da realidade. As aforizações de atores políticos geralmente são interpretadas por esse enquadre.

De maneira geral, “o enquadre permite projetar a interpretação e também selecionar os tipos de elementos do contexto que são pertinentes para construí-la” (MAINGUENEAU, 2014, p. 128). Mesmo assim, mais de um enquadre pode ser mobilizado e o destinatário pode se mover para um enquadramento específico levando em conta índices de diversas ordens (o tipo, o gênero, as marcas linguísticas). A imprensa profissional, por exemplo, tende a privilegiar a dimensão informativa, o que não é comum na imprensa sensacionalista, mais propensa ao apelo às emoções. A tendência a um enquadramento não implica desautorizar o outro, já que “uma mesma aforização pode ser tratada diferentemente segundo o enquadramento ao qual a submetemos; sem excluir a possibilidade de combinação de dois enquadramentos” (MAINGUENEAU, 2014, p. 119).

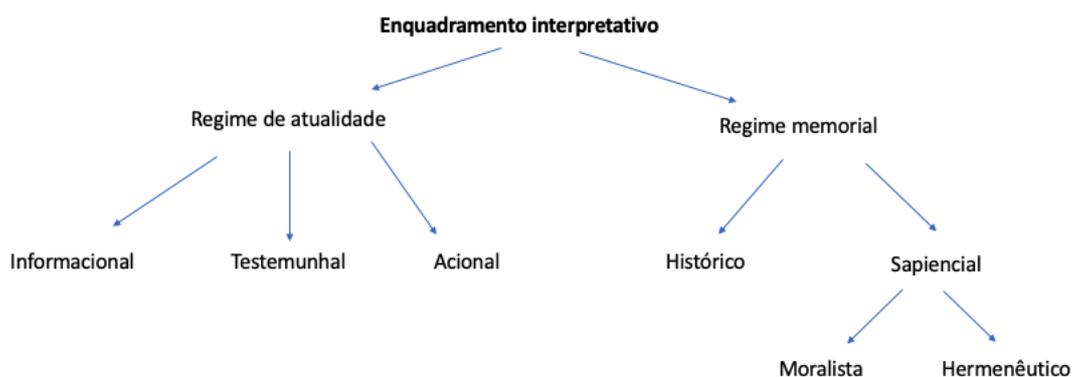
Feita a exposição dos esquadres pelo regime de atualidade, passamos para aqueles do regime memorial. Nele, as aforizações inscrevem-se em uma memória coletiva de longa duração, são atribuídas a um autor identificado e pertencem a um *thesaurus* (MAINGUENEAU, 2014). Esse regime se manifesta através de dois tipos de enquadramento: histórico e sapiencial. Se apreendida pelo *enquadramento histórico*, a aforização é parte de uma narrativa, de um acontecimento singular que se perpetua; pelo *enquadramento sapiencial*, ela é apreendida como um ponto de vista de um sujeito privilegiado.

No enquadre histórico, o papel do intérprete é o de “determinar aquilo que o personagem ‘quis dizer’ na situação, que ato de fala realizou, que implícitos o destinatário imediato teve que descobrir” (MAINGUENEAU, 2014, p. 126). De outra maneira, pelo *enquadre sapiencial*, as possibilidades de interpretação podem ser ainda mais circunscritas: por meio do *enquadramento moralista*, interpretam-se julgamentos sobre a ordem do mundo, e diferentemente do provérbio, a aforização se associa a um nome próprio e a um texto-fonte (MAINGUENEAU, 2014); por meio do *enquadramento hermenêutico*, o destinatário explora sentidos pouco perceptíveis na superfície e exige um trabalho reflexivo de interpretação porque a aforização se relaciona a uma visão singular sobre o mundo a partir da qual deve-se “identificar um sentido oculto, uma ‘mensagem’ que se supõe importante, emitida por uma autoridade” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 124).

No caso do regime de memória, o enquadramento restringe um sentido que não pode ser dado imediatamente e tem como efeito aumentar o potencial semântico da aforização. Por essa razão, a autoridade do aforizador repousa na competência do destinatário especialmente quando “ambos são membros de uma mesma comunidade restrita que se alimenta de um vasto *thesaurus* e que desenvolveu procedimentos de interpretação” (MAINGUENEAU, 2011b, p. 25).

Explanados os regimes de atualidade e de memória, o esquema abaixo apresenta uma representação visual de como se organizam os enquadres.

Figura 2 - Enquadramento interpretativo das aforizações



Fonte: Maingueneau (2012a, 2014)

Esses enquadres são procedimentos interpretativos para as aforizações secundárias. Todavia, dentre os enunciados destacados, há um grupo específico deles que funcionam de

maneira não condizente com a das aforizações. São as “participações”, palavra-valise que combina participação e citação (MAINGUENEAU, 2008b, 2011a, 2014). Elas diferem-se das citações prototípicas: as participações são uma forma singular de coenunciação porque gera um desnivelamento entre a voz do locutor que cita e uma voz “transcendental”, apresentando um estatuto específico para a figura do enunciador.

Grosso modo, o discurso relatado constitui uma enunciação sobre outra enunciação (MAINGUENEAU, 2013a), e as participações se distanciam dessa lógica porque, mesmo estando sob a forma de discurso direto, “não se trata apenas de simular – como geralmente ocorre no discurso direto –, mas de restituir o próprio significante [...]. A restituição é evidentemente associada ao fato de que não há indicação da fonte da fala citada” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 94)

Igualmente a participação não se confunde com as aforizações primárias ou secundárias porque em torno dessa noção se reúnem “frases sem textos” correspondentes a enunciados que, após o destacamento, entram em uma espécie de “memória compartilhada” (MAINGUENEAU, 2008b), disponíveis para reemprego e destinados a retomadas no interior de uma comunidade discursiva mais ou menos vasta.

Por definição (MAINGUENEAU, 2008b, 2011a, 2014), pode-se falar especificamente em participação quando o enunciado:

- For memorizável e autônomo, por natureza ou por destacamento de um texto;
- Tiver a pretensão de ser reconhecido como citação, ainda que o locutor não indique a fonte;
- Não for introduzido por um verbo *dicendi*, sendo a lógica de citação marcada sutilmente por um desnível interno à enunciação, com indícios no plano gráfico, fonético ou paralinguístico (entonação, por ex.);
- Pertencer a um *thesaurus* partilhado por uma comunidade e por ele definida;
- Implicar a figura de um *hiperenunciador*, que garante tanto a unidade do *thesaurus* e da comunidade quanto à adequação dos valores aos fundamentos de uma coletividade.

Considerando as possibilidades do funcionamento pragmático dessa categoria específica de “frases sem texto”, podem-se organizar, pelo menos, quatro famílias de participações (MAINGUENEAU 2008b, 2014): as sentenciosas (provérbios e adágios

jurídicos), as de grupo (gritos de torcida, gritos de militância, *slogans*), as escriturais¹⁹ (relacionadas ao *thesaurus bíblico*, por ex.) e as de comunhão (orações). Não nos debruçaremos sobre o que distingue cada família; ressaltamos, sobremaneira, aquilo que é comum a todas, uma instância enunciativa transcendental. Nas particitações, não se fala em aforizador, mas em hiperenunciador, categoria do âmbito enunciativo que, de um lado, garante a unidade dos enunciados do *thesaurus*, e de outro, conforma o pertencimento identitário dos membros da comunidade.

Essa transcendentalidade do hiperenunciador é reconhecida não sem se ponderar seus efeitos no papel enunciativo do locutor que particita. Ao recorrer à particitação, produz-se um “desnívelamento enunciativo” uma vez que a fala do hiperenunciador não pode se manifestar senão por um locutor, mas este “é apenas o porta-voz contingente de uma Fala vinda não se sabe de onde, passível de ser assumida não importa por qual membro da comunidade” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 109).

No nível enunciativo, é essa transcendentalidade que permite o apagamento próprio do locutor originário, sendo ele um sujeito individuado ou não. Isso porque “a particitação conduz ao paroxismo as características pragmáticas da aforização: a autoridade máxima da particitação se deve precisamente a não ser necessário nomear a sua autoridade” (MAINGUENEAU, 2011a, p. 45). Ao destinatário, cabe reconhecê-la, ainda que não sejam oferecidas marcas para tanto; é este reconhecimento que confirma o pertencimento dos parceiros da enunciação à comunidade correspondente.

Resgatando esse panorama teórico, fica notório que as reflexões sobre enunciação aforizante foram construídas, predominantemente, para abordar a materialidade verbal. Todavia, considerando que os objetos multissemióticos não são alheios à Análise do Discurso, e como na obra de Maingueneau, defende-se a existência de uma semântica global que rege os múltiplos planos do discurso (MAINGUENEAU, 2008a), os esforços atuais vão na direção de uma leitura menos estreita dessa teoria, como registram os trabalhos de Salgado e Gatti (2013), de Moraes (2013) e de Motta (2011), de forma a testar se outras materialidades também estão nesse regime enunciativo.

Em se tratando mais especificamente dos iconotextos que circulam no campo midiático, Baronas (2013, 2016) testa a hipótese que, da mesma forma que os enunciados verbais podem sofrer destacamento aforizante, a imagem destacada também estaria suscetível ao paradoxo da aforização porque implica a descontextualização de enunciado não linguístico que se apresenta

¹⁹ Também traduzido como “particitações gráficas” (MAINGUENEAU, 2008b).

em contexto diferente do de origem. Independentemente de o destacamento ser da imagem por completo ou de partes dela, a materialidade não verbal poderia entrar em um processo de múltiplas retomadas e transformações, à maneira dos enunciados verbais, tornando-se aforizações “não somente pelo fato de circularem, mas pelo fato mesmo de interdiscursivamente entrarem em uma verdade gestada alhures, apresentando-se como inquestionável” (BARONAS, 2013, p. 113).

Dessa hipótese, desdobram-se, pelo menos, três implicações. A primeira delas está relacionada à classificação entre primárias e secundárias, que, segundo Baronas, não seria pertinente aos casos de destacamento imagético porque as aforizações destacadas por natureza são “eminente verbais. Já as destacadas por um processo de extração podem figurar tanto na ordem do verbal (títulos, intertítulos etc.) quanto do visual (imagens) e do verbo-visual (imagens e títulos)” (BARONAS, 2013, p. 111).

A segunda implicação é quanto à figura do aforizador: as aforizações verbais exibem a figura de um enunciador que não somente diz, mas que mostra aquilo que diz; no caso das aforizações imagéticas, esse sujeito de pleno direito se fortalece exatamente porque mostra, por outra materialidade significativa, aquilo que diz. Ao apelar a imagem, o sujeito da enunciação, por esse ponto de vista, “traz à tona justamente a memória do dizer, a ‘formulação origem’ (nos termos de Courtine²⁰) que sustenta a tomada de posição exemplar do locutor diante do mundo, que enuncia a verdade ou a lei” (BARONAS, 2016, p. 84, termo entre aspas no original).

A terceira implicação, decorrente dessa segunda, é a de que o destacamento aforizante imagético segue a imposição interpretativa das aforizações verbais, mas a eleva a um nível mais alto porque “exige-se certa ‘atitude hermenêutica’ dos leitores envolvidos no processo discursivo, em que a exegese moderna faz com que esses mesmos leitores percorram um conjunto de trilhas interpretativas” (BARONAS, 2013, p. 113, termo entre aspas no original). Essa ‘atitude hermenêutica’ recobre o percurso interpretativo deôntico pelo qual o destinatário “é chamado a justificar, pela busca hermenêutica, a própria operação de destacamento: o fato de esse enunciado ser apresentado em um regime aforizante leva o destinatário a legitimar a totalidade do quadro situacional” (MAINGUENEAU, 2010, p. 15).

Em resumo, esse é o aporte teórico que será mobilizado para a análise do *corpus* desta pesquisa, tendo em vista o nosso objetivo geral: verificar o papel da desestabilidade em capas de revistas semanais de informação.

²⁰ Refere-se ao “lugar onde se pode se determinar, no desenvolvimento do processo discursivo, o surgimento de enunciados que figuram como elementos do saber próprio a uma formação discursiva” (COURTINE, 2009, p. 112).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, discorreremos sobre o percurso de pesquisa, aí incluídos a caracterização e as várias etapas de construção do objeto, e os critérios e procedimentos de análise. Cada um desses pontos corresponde a uma seção deste capítulo.

Eleger as capas como objeto não implica o descarte do conjunto da revista, cuja leitura foi indispensável para traçarmos os percursos dos enunciados destacados, tendo em vista o objetivo geral da pesquisa, qual seja, o de examinar o funcionamento discursivo das capas de revista, verificando o papel da destacabilidade nesse processo.

No que se refere aos aspectos gerais do *corpus*, os materiais analisados são as versões impressas²¹ de capas de revistas semanais de informação publicadas durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, sendo composto por 153 edições lançadas entre os dias 2 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016, período correspondente à tramitação do *impeachment* da presidente. A partir de construção progressiva do material a ser analisado, delimitamos quatro edições para efetiva análise no que se refere ao processo de destacamento.

A manutenção da totalidade do *corpus* desempenha papel importante nesta pesquisa. Contudo, a pertinência das delimitações se evidencia na viabilidade dos procedimentos de análise atendendo ao objetivo de responder às três questões norteadoras anunciadas na introdução: (i) como se organizam os enunciados nas capas das revistas semanais de informação?, (ii) qual a relação desses enunciados na capa com o interior da revista?, e (iii) em que medida os enunciados verbais e não verbais das manchetes resultam de um destacamento de outros textos previamente produzidos e não necessariamente do interior da revista?

Tais perguntas foram elaboradas a partir de observações empíricas, como se mostra na seção a seguir.

3.1 Percurso de pesquisa: de observações empíricas a um problema de pesquisa

A proposta de investigação do funcionamento discursivo das capas de revistas foi se delineando progressivamente, em particular com o nosso percurso formativo do doutoramento. Quando do ingresso no programa, nosso objetivo de pesquisa não era exatamente esse, e o projeto inicial levantava a hipótese de que, nas capas das revistas, haveria um agenciamento entre o discurso religioso e o político, manifestado especialmente durante o período de

²¹ Disponíveis no acervo da Biblioteca Nadir Gouveia Kfourri, da PUC-SP, e da Biblioteca Pública Municipal Louis Braille, do Centro Cultural de São Paulo.

juízo do impedimento de Dilma Rousseff. Tendo em vista esse direcionamento do projeto inicial, foi realizada a coleta dos exemplares das revistas *Veja*, *Época*, *Isto É* e *Carta Capital*, publicados entre o dia 1º de janeiro de 2015 e 30 de agosto de 2016, correspondente ao período do segundo mandato da então presidente da República. Nesta tese, mantivemos a totalidade desse material, que foi sendo progressivamente recortado à medida que a pesquisa foi avançando.

Por dois anos, a proposta foi conduzida considerando a hipótese do projeto de ingresso, até que, após exame de segunda qualificação, decidimos descontinuá-la provisoriamente sob o risco de que os resultados fossem recebidos como apenas um prolongamento de nossa dissertação de mestrado (CABRAL, 2012). Dois outros fatores também influenciaram essa tomada de decisão: o primeiro foi o contato inicial com as reflexões de Maingueneau sobre os fenômenos da destacabilidade e da valência genérica, discutidos especialmente durante as disciplinas *Linguística Aplicada II: circulação de discursos na contemporaneidade* e *Teoria Linguística II: continuidades e reconfigurações em análise do discurso*, e no minicurso *Discursos em diferentes dispositivos midiáticos: perspectiva enunciativo-discursiva*, os três ministrados pela professora Dra. Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva, orientadora desta tese; o segundo foi a participação no simpósio *Semântica global e produção de subjetividade: para a construção de um projeto interdisciplinar em Análise do Discurso*, sob coordenação também da professora Souza-e-Silva, em parceria com professor Dr. Décio Rocha, realizado em 2018, durante o *21º InPLA Intercâmbio de Pesquisas em Linguística Aplicada*. Ambas as oportunidades nos estimularam a refletir sobre o processo de saída de enunciados de um texto-fonte e de re-textualização em novos contextos, sendo as capas de revista um objeto a ser analisado sob essa perspectiva.

Dessa maneira, guardamos para outra oportunidade a hipótese inicial do agenciamento do discurso religioso e do discurso político, e passamos a observar o material coletado sob outro ponto de vista – momento de percurso da pesquisa em que Saussure ecoou intuitivamente²². Com as leituras e as discussões, começamos a notar que as capas apresentavam uma forma peculiar de circulação no mundo físico e no mundo digital. Em um simples passeio pelas avenidas, elas podem ser encontradas por toda parte: expostas nas bancas, mas também sozinhas coladas nos muros. Por vezes, estão em *outdoors*. Podem ser compartilhadas em ambiente digital como um *tweet* ou como uma postagem no *Facebook*.

²² Lembramos da passagem: “Bem longe de dizer que objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 1975, p. 15).

Considerada como a porta de acesso da revista, a capa parece não se comportar como uma porta fixa porque, diferentemente dos outros gêneros que as revistas semanais em versão física colocam em circulação, elas, ao primeiro aspecto, são autônomas, podem ser destacadas e podem circular independentemente do todo.

Observando mais atentamente o acervo geral de pesquisa, a relação entre a capa e o interior/exterior da revista também começou a despertar o nosso interesse. Por ser o primeiro acesso do leitor à publicação, a capa permite antecipar o conteúdo de um dado número e, ao mesmo tempo, a imagem e as palavras nela estampadas podem apontar para além do interior da revista.

Fomos, então, desenhando esta proposta de pesquisa, e nos debruçamos sobre o nosso acervo, do qual duas capas nos instigaram a levar a investigação adiante. A primeira é a capa da edição n. 2417, de *Isto É*, de 6 de abril de 2016, que estampou uma imagem do rosto de Dilma articulada com o enunciado verbal “*As explosões nervosas da presidente*”.

Figura 3 - Dilma em comemoração (à esquerda) e a capa da edição 2417 de *Isto É* (à direita).



Fonte: Elaborado pelo autor (2019) a partir de *Isto É* (2016) e de Santos (2014)

Essa capa teve grande repercussão e foi alvo de críticas, especialmente por ter sido uma re-textualização do exato momento em que Dilma comemorava um gol da seleção brasileira,

durante a Copa do Mundo, em 2014 (Fig. 3). A imagem, originalmente de comemoração²³, foi destacada de um vídeo da partida de futebol e manipulada digitalmente. Na encenação promovida pela capa, foi atribuído à então presidente um constante estado de fúria, fazendo circular um discurso de misoginia (POSSENTI, 2018).

Essa descoberta nos estimulou a refletir sobre a possibilidade de que a imagem da manchete de uma revista semanal de informação seria uma retomada de um texto previamente produzido, não necessariamente presente no interior da revista. Essa reflexão foi se tornando mais instigante com a segunda capa, que nos levou a outra descoberta.

Em navegação pelo *site* de *Época*, quando buscávamos informações sobre o número 866, de 9 de janeiro de 2015, deparamo-nos com um texto escrito por Alexandre Lucas, diretor de arte da revista, explicando o processo criativo daquela edição, publicada no contexto do atentado terrorista ao jornal satírico francês *Charlie Hebdo*. Para chegar à versão definitiva da capa, foram criadas outras cinco. A seguir, contamos o percurso criativo de Lucas e explicamos como essa segunda observação, tão despreziosa quanto a primeira, contribuiu para a elaboração das questões de pesquisa.

Segundo Lucas, a redação de *Época* havia definido que a edição 866 trouxesse como matéria principal um texto sobre o ataque ao jornal francês. Como no ambiente digital repercutia mundialmente a postagem *Je suis Charlie*, era de se pressupor que a mídia impressa seguiria a tendência de fazer circular essa frase, especialmente por ter se tornado um *slogan* de sentidos variados para além do literal, entre os quais destacam-se a defesa do humor praticado pelo hebdomadário internacional, a defesa da liberdade de expressão, e o repúdio à violência e ao terrorismo.

À vista disso, Lucas produziu primeiramente duas capas (Fig. 4), em pouco tempo descartadas: “Usei uma versão em português da mensagem e redesenhei o logo da ÉPOCA com a fonte do *Charlie Hebdo*. Já sabia que não a usaria, por isso soltei nas redes sociais uma segunda capa fictícia apenas com a mensagem em francês mesmo” (LUCAS, 2015). Essas duas capas são reproduzidas a seguir.

²³ Tal imagem pode também ser encontrada no *Google Imagens*, utilizando a manchete como termo de busca: “explosões nervosas da presidente”.

Figura 4 - Versão I e Versão II do processo de criação da capa de *Época*, edição 866



Fonte: Lucas (2015)

Partindo de aspectos gráficos pontuais dessas duas capas descartadas, Lucas iniciou um novo trabalho de produção: manteve o *design* de capa do *Charlie Hebdo* e ensaiou alterar o logo da revista *Época*. Essa etapa do processo criativo resultou em duas outras capas, cuja inspiração e motivo de descarte são por ele explicados:

Aproveitando o logo que ficou bem interessante, fiz mais uma capa, dessa vez **utilizando uma ilustração do próprio jornal** coberta com um sangue meio cartunesco. **Quis simular, inclusive, o design da capa do próprio jornal**. Ousado demais. Experimentei também com o logo da *ÉPOCA* normal. **Esquisito demais** (LUCAS, 2015, grifos nossos).

Essas duas novas capas supramencionadas são reproduzidas na Fig. 5. Como atesta o diretor de arte no comentário acima, uma delas é a tentativa de simular o *Charlie Hebdo*, ainda que não haja referência direta ao título do jornal francês. A outra também é uma simulação, mas manteve o logo da revista brasileira. Nessa figura, temos, à esquerda, a capa com uma mulher segurando um aspirador de pó, em *design* simulado do jornal francês e o logo de *Época*

alterado; e, à direita, a outra capa traz a mesma imagem em *design* simulado com o logo padrão de *Época*.

Figura 5 - Versão III e Versão IV do processo de criação da capa definitiva de *Época*, edição 866



Fonte: Lucas (2015)

Insatisfeito, Lucas desistiu de simular o periódico francês e trocou completamente o *design* e a imagem, criando uma quinta versão: “**Fiz uma montagem fotográfica com um exemplar do jornal** coberto de sangue. O detalhe essencial foi aplicar um “*smile*”, desenhado também com sangue” (LUCAS, 2015, grifo nosso). Essa versão está reproduzida na Fig. 6 mais adiante. Essa quinta versão da capa não se tornou a definitiva porque precisava de um ajuste, uma vez que “a imagem com sangue já era forte o suficiente” (LUCAS, 2015); o *smile* foi retirado, resultando, finalmente, na capa da edição 866 de *Época*. A capa que foi para as bancas é a da Fig. 7.

Não é à toa que recuperamos esse processo criativo. O relato de Alexandre Lucas torna evidente o processo de construção de uma capa de revista, que sofre inúmeras modificações, e que, mesmo não finalizada, pode ser reconhecida como uma produção desse gênero. Além disso, mesmo não sendo o nosso objetivo discutir sobre decisões editoriais e gráficas, esse processo foi trazido à baila por ter sido um ponto de partida para refletirmos sobre a destacabilidade nas capas de revista, especialmente a partir da observação de dois aspectos: as

retomadas de enunciados verbais e não verbais já em circulação e as alterações da manchete ao longo do percurso da elaboração de capa.

Figura 6: Versão V do processo de criação da capa definitiva de *Época*, edição 866



Fonte: Lucas (2015)

Figura 7: Capa definitiva de *Época*, edição 866



Fonte: Lucas (2015)

No que se refere ao primeiro aspecto, os próprios comentários de Lucas evidenciam que enunciados verbais e não verbais foram recuperados e retirados do contexto original para a produção da capa. Mesmo tendo circulado apenas nas redes sociais, o uso do *slogan Je suis Charlie* na edição fictícia é bastante significativo: um enunciado produzido em ambiente digital, e compartilhado por inúmeros usuários, poderia ter chegado à primeira página de uma revista física de circulação nacional. Também é bastante significativo que as capas (ver Fig. 5, 6 e 7) usem duas ilustrações do jornal francês sem referência direta às imagens originais, podendo ser recuperadas apenas a partir de pistas.

Na Fig. 5, o enunciado verbal está aparentemente escrito em francês e apoiado na imagem de uma mulher com aspirador de pó nas mãos, ação que lembra uma faxina. Supomos que a combinação das letras na parte inferior formaria as palavras “*femme*” e “*ménage*”. Buscamos no *Google*, como palavras-chave, essas duas palavras em língua francesa, seguidas do título do jornal satírico, e, como resultado, apareceu a capa do *Charlie Hebdo* n. 1009, de 19 de outubro de 2011. Em outra busca, dessa vez com a frase em francês “*journal responsable*”, encontramos a edição n. 10585, de 24 de dezembro de 2012. As duas capas do *Charlie Hebdo*, as quais nos referimos, são reproduzidas em figura mais adiante (Fig. 8).

Notamos que as imagens utilizadas para ilustrar essas duas capas produzidas por Lucas já circulavam bem antes da edição de número 866 de *Época*, tendo sido recuperadas e colocadas a circular em outro contexto, diferente daquele da circulação original. Isso não nos parece uma observação trivial, levando em conta dois aspectos em particular: primeiro, porque, pelas duas capas, as imagens nas capas de revistas semanais de informação não estão necessariamente relacionadas à temporalidade da notícia que está sendo veiculada e podem ter sido manipuladas digitalmente para produzir sentido em uma determinada direção, conforme aconteceu tanto na edição de *Isto É*, com a foto de Dilma Rousseff, quanto na edição de *Época*, com o *Charlie Hebdo* manchado de sangue; segundo, porque, se compararmos as imagens nas capas revistas semanais de informação, elas são diferentes daquelas encontradas nas revistas mensais segmentadas, por ex.: *Marie Claire*, *Vogue* ou *GQ*, em que a imagem de capa costuma ser extraída de uma sessão de fotos realizada exclusivamente para aquela edição (ARAÚJO, 2013).

Essa primeira observação sobre a edição de *Época* nos rememora um artigo de nossa autoria para o qual selecionamos aleatoriamente quatro capas de revistas, em um dado recorte temporal, para questionar quais sistemas de conhecimentos precisariam ser ativados para que o leitor pudesse construir sentido a partir das manchetes. Ainda que filiada à Linguística Textual, cujos fundamentos epistemológicos e objetivos de pesquisa diferem daqueles de

trabalhos ligados à Análise do Discurso, aquela nossa proposta já sinalizava que os enunciados verbais e não verbais nas capas eram retomados de textos produzidos anteriormente, em contextos diversos. Esses enunciados, mesmo não estando necessariamente relacionados a um enunciado do interior daquela edição, podiam ser recuperados pelo leitor, pois pertenciam a um saber partilhado de uma dada comunidade ou grupo (SILVA; CABRAL, 2015).

Figura 8: Capas do Charlie Hebdo



Fonte: Site do *Charlie Hebdo*²⁴.

Articulando esse apontamento com o caso em tela, chama-nos a atenção a forma pela qual as imagens são dispostas ao longo do percurso criativo, considerando a notória diferença entre as capas: na Fig. 5, o leitor lida com uma simulação do *Charlie Hebdo*; nas Fig. 6 e 7, o leitor se depara com o *layout* padrão de *Época*. Nessa direção, o comentário do diretor de arte – “Estranho demais, esquisito demais” – nos leva a conjecturar que o deslocamento da primeira página do jornal francês para o segundo plano, fazendo prevalecer a estrutura da revista brasileira, tenha sido uma manipulação de imagem realizada para considerar os efeitos causados no público leitor, uma vez que as cores, as palavras em francês e a tipografia na capa

²⁴ Ver em <https://charliehebdo.fr>.

de *Época* deveriam remeter ao jornal francês. Seria essa simulação suficiente para o leitor da revista relacionar a edição ao atentado? A brusca mudança de *design* da Fig. 5 para a versão final e a inclusão do nome *Charlie Hebdo* na capa definitiva, se não respondem a essa pergunta, pelo menos nos levam a ponderar como a rede interdiscursiva é mobilizada nas capas das revistas semanais de informação para estabelecer uma relação mais estreita com o público leitor.

Passemos ao segundo ponto de observação: as alterações da manchete ao longo do percurso criativo de Lucas. Da Fig. 5 para a Fig. 7, a manchete sofre alterações. O enunciado “A liberdade abatida a tiros” torna-se mais enxuto – “Liberdade fuzilada” – e se mantém até a capa definitiva. Na passagem da primeira construção para a segunda, o item lexical “liberdade” pode ter sido mantido para retomar, em algum nível, o tratamento editorial da revista em relação ao atentado terrorista, já que, segundo o relato de Lucas, a ideia era defender a livre atuação dos profissionais de imprensa.

Observando mais atentamente o acervo geral de pesquisa, a relação entre a capa e o interior da revista também começou a despertar o nosso interesse.

A alteração “abatida a tiro” para “fuzilada” incitou a leitura do interior da revista. Em um dos trechos da matéria de capa dessa edição de *Época*, encontramos o seguinte enunciado: “encapuzados e **com fuzis**, os suspeitos do ataque ao jornal *Charlie Hebdo* rendem um guarda, instantes antes de matá-lo, no dia 7” (EVELIN et al., 2015, grifo nosso). Na manchete preliminar, o instrumento utilizado pelos terroristas não é especificado, pois falava-se em “tiros”, que podem ser disparados por qualquer tipo de arma de fogo; somente a partir da versão IV, fala-se em “fuzilada”, ação causada por um tipo específico de arma. Essa alteração sugere uma direta retomada do segmento específico supramencionado e, ao mesmo tempo, não corresponde ao título da matéria no interior da revista, “Inimigo interno”.

Essa não correspondência entre a manchete e o título não nos parece ser um caso excepcional dessa edição de *Época*, já que, nas revistas, os títulos das matérias são geralmente inalterados quando listados no sumário, mas eles não correspondem às respectivas manchetes nas capas. A relação entre o enunciado verbal da manchete de uma revista e o título da respectiva matéria principal justifica a necessidade de um exame mais acurado sobre essa forma de destaque.

Ainda que se trate de dois casos específicos, as edições de *Isto É* e de *Época* nos impulsionaram a elaborar questionamentos que permitiram reflexões importantes sobre o objeto de análise. Essa observação empírica e o percurso constitutivo de um doutoramento levaram-nos à formulação mais acurada do objetivo da pesquisa da pesquisa: examinar o

funcionamento discursivo das capas de revista semanais de informação com circulação nacional, verificando o papel da destacabilidade.

Delimitamos, então, inicialmente o extenso *corpus* coletado tendo como critério um recorte temporal baseado em evento de repercussão nacional que, em virtude das coerções do campo midiático jornalístico, teria o potencial de atravessar, de certa maneira, a enunciação das quatro revistas semanais de informação: o período de tramitação do *impeachment* de Dilma Rousseff.

3.2 Condições de enunciabilidade: o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff

Em nossa perspectiva de estudo, o *corpus* deve ser abordado levando em conta as condições históricas de enunciabilidade (MAINGUENEAU, 2008a). As revistas coletadas foram publicadas ao longo de um período de nove meses durante os quais tramitou o pedido de *impeachment* da ex-presidente da República Dilma Rousseff, iniciado em 2 de dezembro de 2015 e finalizado em 31 de agosto de 2016.

Para definirmos essas condições de enunciabilidade, buscamos guarida nos trabalhos da área da Ciência Política, segundo os quais a deposição da presidente pode ser entendida sob dois pontos de vista, o político e o judicial, sem que um implique a nulidade do outro (SINGER, 2015, 2018; BASTOS, 2017; LIMONGI, 2017; LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017; MIGUEL, 2019). Para aspectos pontuais sobre a popularidade e outros dados mais gerais sobre os dois governos de Dilma Rousseff, reportamo-nos a notícias da época publicadas em veículos de notícias do ambiente digital, dentre os quais destacamos o *site Folha de S. Paulo*²⁵, *UOL*²⁶ e *GI*²⁷.

Primeira mulher chefe de estado e chefe de governo, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi afastada do cargo por ter cometido crime de responsabilidade, nos termos da lei. Eleita por duas vezes em chapa com Michel Temer, do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro²⁸ (PMDB), tornou-se a 36ª presidente do Brasil. Atribui-se a primeira vitória de Dilma, em 2011, ao apoio político dado pelo correligionário e presidente antecessor Luiz Inácio Lula da Silva, de quem foi ministra de Minas e Energia e, posteriormente, chefe da Casa Civil. Em 2014, na disputa de segundo turno contra Aécio

²⁵ Site de notícias do jornal com o mesmo nome. É mantido pelo Grupo Folha.

²⁶ *Universo Online*, portal de notícias mantido pelo Grupo Folha.

²⁷ Portal de notícias mantido pelo Grupo Globo.

²⁸ Em convenção nacional realizada em 2017, teve o nome alterado para Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi reeleita para o segundo mandato, interrompido pelo *impeachment*.

Vamos assinalar aspectos pontuais dos dois mandatos de Dilma Rousseff e do processo de *impeachment* na medida em que eles podem contribuir para delinear as condições de enunciabilidade no material analisado.

No primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), foi adotado um conjunto de medidas de forte intervenção governamental na política, compondo a “nova matriz econômica”, cujos pontos principais foram: redução dos juros, redução da tarifa de energia elétrica, aposta na reindustrialização, desvalorização do real, controle de capitais, proteção ao produto nacional, concessão de serviços públicos para a iniciativa privada, uso intensivo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, e desoneração de folha de pagamento; a esses pontos, alinham-se metas inflacionárias mais elásticas a fim de não restringir a capacidade de intervenção do governo (SINGER, 2015; BASTOS, 2017; MIGUEL, 2019). Em 2013, às vésperas da conclusão do mandato, a presidente teve 65% de aprovação popular (FOLHA, 2015a).

Durante as eleições presidenciais de 2014, o plano de governo apresentado pela então candidata à reeleição anunciava um “novo ciclo de mudanças”, sob o mote “Mais Mudança, Mais Futuro”, que se sustentaria na competitividade produtiva, a ser atingida por meio dos “investimentos em infraestrutura social e econômica, na construção de um Brasil sem burocracia e nas áreas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, construindo uma **sociedade do conhecimento**” (PT, 2014, p. 6, grifado no original). Todavia, o segundo mandato de Dilma Rousseff²⁹ começou trilhando em direção contrária às promessas de campanha: logo no primeiro mês, o governo sinalizou a implantação de uma política de austeridade fiscal, com a adoção de medidas impopulares, tais como o aumento da carga tributária e os cortes em diversas áreas (SINGER, 2015), sendo a da educação a mais emblemática, pois contrariava o lema do governo “Pátria Educadora”.

Ainda no primeiro ano do segundo mandato, o desemprego beirava os 10% e a inflação estava próxima dos 11%, sendo uma das principais razões para a insatisfação popular que atingira os 67% (FOLHA, 2015a). No domingo 13 de março de 2016, mais de três milhões de brasileiros, de, pelo menos, 250 cidades, saíram às ruas para manifestar o descontentamento com a presidente, expresso pelos gritos de “Fora, Dilma!” (ÉPOCA, 2016). Na sexta-feira, 18,

²⁹ Os textos quase diários de Mello Franco (2018), ainda que de gênero opinativo, permitem organizar uma linha cronológica desse período.

da mesma semana, quase um milhão e meio de pessoas se reuniram nas ruas de 55 cidades de todos os estados para, com os gritos de “Não vai ter golpe”, manifestar o apoio à presidente (G1, 2016).

Nesse contexto de fortes embates, há agravantes: a Operação Lava Jato³⁰ e a falta de liderança política do governo (BASTOS, 2017; LIMONGI, 2017; LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017).

O primeiro agravante está associado à Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, cujos trabalhos foram retomados em fevereiro de 2015, para apurar, dentre outras questões, os indícios de fraudes em licitações para exploração de petróleo, as irregularidades no contrato de construções de plataformas petrolíferas e as denúncias de desvios de dinheiro dos *royalties* de petróleo (SENADO FEDERAL, 2009). A retomada dessa comissão, inicialmente instaurada em 2009, não pode ser desvinculada das investigações da Operação Lava Jato (LIMONGI, 2015), conduzida pelo Ministério Público Federal, que trouxe à tona um esquema de corrupção na Petrobras, revelando que, por pelo menos dez anos, grandes empreiteiras se organizavam em cartel e destinavam uma porcentagem do montante total de contratos bilionários superfaturados a altos executivos da estatal e a outros agentes públicos, dentre os quais pessoas filiadas ao PT, partido da ex-presidente (MPF, 2019).

O segundo agravante faz referência à inabilidade de Dilma Rousseff em se articular politicamente na conquista de apoio para, dentre outras questões, eleger um candidato à presidência da Câmara, resultando na vitória de Eduardo Cunha (PMDB – RJ), que assumiu o papel de líder da oposição ao governo (SINGER, 2018).

Soma-se aos agravantes um dos desdobramentos das investigações da Lava Jato que atingiu diretamente Eduardo Cunha, impondo a ele a quebra de sigilo bancário autorizado pelo Tribunal Superior Federal a pedido do Ministério Público Federal. Àquela altura, estavam nas mãos do Congresso as chamadas “pautas bombas”, assim chamado o conjunto de projetos de lei que tratavam de ajustes salariais de diversas carreiras do funcionalismo público e do bloqueio de novas formas de arrecadação. A aprovação desses projetos dificultaria os planos do governo de equilibrar as contas públicas (SINGER, 2018).

Em síntese, esses complicadores podem ser mais bem compreendidos se organizados em torno de três pontos:

³⁰ Segundo o Ministério Público Federal, a denominação “Lava Jato” surgiu porque a investigação descobriu “uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas” (MPF, 2019). Mais informações sobre a operação estão disponíveis no site do MPF.

Primeiro, o Congresso Nacional eleito em 2014 era o mais conservador da redemocratização. Segundo, porque a tentativa inicial de enfraquecer o peso do PMDB na base parlamentar do governo teve como saldo, ao contrário, seu fortalecimento e a eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara. Terceiro, porque a operação Lava-Jato minou os arranjos políticos invisíveis que contribuíam para a governabilidade do “presidencialismo de coalizão” brasileiro, enquanto os mecanismos mais tradicionais de governabilidade (distribuição de verbas, obras e cargos públicos) foram fortemente prejudicados pela contração fiscal (BASTOS, 2017, p. 50).

Em resumo, o primeiro ano do segundo governo de Dilma Rousseff foi marcado por instabilidade política e econômica e, por consequência, por insatisfação popular. As primeiras manifestações contrárias à permanência dela no cargo vinham sendo registradas logo após o resultado das eleições de 2014, quando apoiadores do candidato derrotado Aécio Neves foram às ruas pedir anulação das eleições (UOL, 2014). Em setembro daquele ano, já haviam sido impetrados junto à Câmara dos Deputados mais de 30 pedidos de *impeachment*.

No dia 2 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha aceitou um desses pedidos, de autoria conjunta dos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior, Janaína Paschoal e Flávio Henrique Costa Pereira, também sendo signatários os membros da sociedade civil Carla Zambelli Salgado (*43 Movimentos Contra Corrupção*), Kim Katagiri (*Movimento Brasil Livre*) e Rogério Chequer (*Vem pra Rua*). Na denúncia aceita, acusava-se a presidente da República de ter feito “editar, nos anos de 2014 e 2015, uma série de decretos sem número que resultaram na abertura de créditos suplementares, de valores muito elevados, sem autorização do Congresso Nacional” (BICUDO *et al.*, 2015, p. 13), configurando prática popularmente conhecida como “pedaladas fiscais”, enquadrada como atos de improbidade administrativa e de desrespeito à lei orçamentária, tipificados como crimes de responsabilidade nos termos da lei (BRASIL, 1950).

Na denúncia apresentada à Câmara dos Deputados, denomina-se “pedaladas fiscais” a prática da União em realizar:

operações de crédito ilegais a partir do não repasse de recursos a entidades do sistema financeiro nacional controladas pela própria UNIÃO. Tal prática teria ocorrido a partir de adiantamentos realizados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, em diversos programas federais de responsabilidade do Governo Federal, sendo que essas entidades do sistema financeiro estavam autorizadas a funcionar apenas como operadores do programa, não como agente financiador (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015a, p. 9).

Tendo sido a denúncia aceita, o rito do *impeachment* foi definido a partir da interpretação do Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 1950), segundo o qual o pedido de cassação do mandato de um presidente pode ser protocolado por qualquer cidadão, desde que seja caracterizado um crime e que este tenha sido praticado durante o mandato vigente. Conforme essa interpretação, cabe às duas casas do poder Legislativo analisar e julgar os crimes praticados pelo presidente da República, em um processo que deve obedecer ao seguinte rito: 1) ao presidente da Câmara dos Deputados cabe a decisão de aceitar ou arquivar o pedido; 2) em caso de aceite, o pedido começa a tramitar na Câmara, sendo lido em plenário; 3) uma Comissão Especial é constituída para analisar e emitir relatório, respeitando um prazo de dez dias, sobre a admissibilidade ou inadmissibilidade do pedido; 4) se a comissão decidir por um parecer favorável à abertura do processo, o relatório é posto em votação no plenário e, tendo voto de dois terços do número total de deputados, segue para o Senado, onde tramita de maneira idêntica à da Câmara, com a realização de três votações – a do recebimento da denúncia, a da pronúncia e a do julgamento; 5) caso seja aceito por maioria simples do plenário, o Presidente da República fica afastado das atribuições do cargo por 180 (cento e oitenta) dias; 6) a Comissão Especial no Senado deve elaborar parecer que, se aceito por maioria simples, instaura o julgamento; e, por fim, 7) a sessão no Senado é comandada pelo presidente do STF e a decisão deve ser proferida pelos senadores, sendo que, se dois terços da casa julgarem culpado o presidente, este perde o mandato e se torna inelegível por 8 (oito) anos. Caso julguem inocente, o presidente deve voltar imediatamente ao cargo.

Depois de ter passado pelas comissões especiais, foi instaurada a abertura do processo no dia 14 de abril de 2016, em sessão na Câmara, com 367 votos a favor e 137 contra³¹. O processo foi enviado ao Senado e, no dia 11 de maio de 2016, em votação do relatório elaborado pela primeira comissão especial montada para avaliar o caso, o plenário decidiu, por 55 votos a 22, pela continuidade do processo. A decisão implicou o afastamento de Dilma Rousseff, iniciando o mandato interino de Michel Temer.

Até aqui, pelo menos três outros acontecimentos embaralharam a situação política do governo (LIMONGI, 2017). O primeiro deles data de 7 de dezembro de 2015, quando da divulgação de uma carta³² de Michel Temer manifestando à presidente Dilma Rousseff as insatisfações políticas e a impressão de que o governo estaria desconfiando da atuação dele e

³¹ Para a tramitação completa nas duas Casas, ver Câmara dos Deputados (2015b), e Senado Federal (2016).

³² A íntegra da carta foi amplamente divulgada pela imprensa nacional, e pode ser acessada em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>.

do PMDB. O segundo refere-se à autorização do juiz Sérgio Moro, responsável por julgar em primeira instância os crimes investigados pela Operação Lava Jato, para divulgar uma escuta telefônica, tornada pública em 16 de março de 2016, na qual Dilma Rousseff tratava da nomeação de Luiz Inácio Lula da Silva para a Casa Civil. O terceiro, por fim, é a decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal, em plenária realizada em 5 de maio de 2016, que manteve a suspensão do mandato de Eduardo Cunha, afastando-o das atividades parlamentares por tempo indeterminado.

Voltando ao processo, no dia 31 de agosto de 2015, depois da análise pelas comissões especiais do Senado, o relatório foi levado à apreciação do plenário em sessão presidida por Ricardo Lewandowski, quando foram votadas duas matérias. Quanto à acusação de ter praticado crime de responsabilidade, por 61 votos a 20, Dilma Rousseff foi condenada à perda do mandato; quanto aos direitos políticos, a acusada os manteve, uma vez que apenas 42 senadores se manifestaram em favor da perda, quantidade insuficiente à exigência de 2/3 do número de senadores, ou seja, 54 votos. Com a cassação do mandato de Dilma Rousseff, Michel Temer, presidente interino desde o afastamento da titular quando da primeira votação do processo no Senado, foi empossado presidente da República às 16 horas daquele mesmo dia.

São essas as condições de enunciabilidade em que foram produzidas as revistas semanais coletadas do nosso acervo geral de pesquisa.

3.3 Revistas semanais de informação: o acervo geral

Para os fins desta pesquisa, são chamadas “revistas semanais de informação” aquelas que:

1) [...]constituem um segmento importante de formação da opinião; 2) têm caráter investigativo e interpretativo; 3) planejam pautas que exigem investimento de médio prazo; 4) possuem razoável flexibilidade de construção textual e um tom fortemente opinativo; 5) podem ousar na linguagem gráfica; 6) utilizam as capas como pequenos *outdoors*; 7) recorrem a critérios de seleção específicos para a escolha da reportagem de capa; 8) sua durabilidade vai muito além do tempo intervalar da periodicidade; 9) permitem ao leitor certo prazer sensorial, na relação com a textura do papel e com a percepção de cores e imagens (BENETTI; STORCH; FINATTO, 2011, p. 59).

No Brasil, enquadram-se nessa categoria as seguintes revistas: *Carta Capital*, *Época*, *Isto É* e *Veja*. A seguir, apresentamos os dados de circulação impressa de cada revista, algumas palavras sobre o histórico delas, e as seções em que se organizam as edições coletadas.

O Índice de Verificação de Circulação nos oferece dados sobre a tiragem média nacional de cada uma das revistas, conforme quadro a seguir:

Quadro 5 - Tiragem média das revistas semanais de informação

Revista	<i>Veja</i>	<i>Época</i>	<i>Isto É</i>	<i>Carta Capital</i>
Tiragem média anual	1.030.131	385.356	321.797	27.397

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IVC (2014).

A partir da organização dos dados, sabe-se que a média de exemplares de *Veja* sozinha é, em números absolutos, superior à soma da tiragem das concorrentes. *Época* e *Isto É* possuem média de tiragem bastante próximas. *Carta Capital* é aquela com menor número de exemplares impressos.

Passando para as informações gerais de cada uma delas, a revista *Carta Capital* foi fundada por Mino Carta, em 1994. Inicialmente, os primeiros números eram lançados com periodicidade mensal; em 1996, a revista passou a ser quinzenal e, a partir de agosto de 2001, quando começou a ser publicada pela Editora Confiança, tornou-se semanal. São 12 as seções da revista: *Cartas Capitais*, *Brasileira*, *Rosa dos Ventos*, *Editorial*, *A Semana*, *Reportagem de Capa*, *Seu País*, *Economia*, *Nosso Mundo*, *Plural*, *Brasil* e *QI*. São colunistas: Luís Nassif (Economia), Ciro Gomes (Política e Direito), Delfim Neto (Economia e Política), Dráuzio Varella (Saúde e Sociedade), Roberto Amaral (Política) e Mino Carta (Política e Sociedade).

Lançada em 25 de maio de 1998, a revista *Época* é umas das publicações da Editora Globo, parte do Grupo Globo, então presidido pelo jornalista Roberto Marinho. As edições da revista são organizadas em 11 seções³³: *Brasil*, *Da Redação*, *Caixa Postal*, *Primeiro Plano*, *O Filtro*, *Negócios & Carreira*, *Mundo*, *Sociedade*, *Saúde & Bem-Estar*, *Vida Útil*, *Mente Aberta*. São colunistas: Ruth de Aquino (Atualidades), Guilherme Fiuza (Política), Eugênio Bucci (Política), Felipe Patury (Política, Negócios e Poder), Bruno Astuto (Moda, Comportamento e Celebidades), Walcyr Carrasco (Sociedade), Márcio Atalla (Bem-estar) e Gustavo Cerbassi (Finanças).

³³ Essas seções correspondem às edições coletadas; em março de 2018, a revista passou por reforma editorial (PINHEIRO, 2018).

Isto É foi criada pelo empresário Domingo Alzugaray, diretor comercial do Grupo Abril até 1972, quando, ao lado do jornalista Mino Carta, fundou a *Editora Três*. A revista se organiza em dez seções: *Editorial, Cartas, Entrevista, Brasil, Comportamento, Gente, A Semana, Em Cartaz, Internacional e Cultura*. São colunistas: Bolívar Lamounier (Política), Leonardo Attuch (Economia), Marco Antônio Villa (Política), Mario Vitor Rodrigues (Brasil), Mentor Neto (Atualidades), Murillo de Aragão (Atualidades), Paula Alzugaray (Cultura), Ricardo Amorim (Economia), Ricardo Boechat³⁴ (Atualidades) e Rodrigo Constantino (Política).

Finalmente, *Veja* é uma publicação semanal da Editora Abril, integrante do Grupo Abril, tendo sido fundada em 1968 por Roberto Civita³⁵ e Mino Carta. A revista se organiza em sete seções, sendo que a primeira, não rotulada, inclui as rubricas *Carta ao Leitor, Entrevista* (popularmente conhecida como “páginas amarelas”) e *Leitor* (comentários dos leitores enviados à redação). São fixas as seções: *Panorama, Brasil* (em algumas das edições coletadas, aparece sob o rótulo de *Petrolão, Lava-Jato* ou *Impeachment*), *Economia, Internacional, Geral e Artes & Espetáculos*. Há também as colunas semanais assinadas por articulistas em revezamento semanal: Lya Luft (Atualidades), Mailson da Nobrega (Economia), Raul Pompeu de Toledo (Política), Cláudio de Moura Castro (Educação) e J. R. Guzzo (Política). Desde a edição 2473, de 13 de abril de 2016, a seção *Carta Aberta* traz um texto de um especialista sobre sua área de atuação.

O recorte temporal do *corpus* resultou em um conjunto de edições, inclusive as especiais, quando houve, totalizando 153 exemplares, como nos mostra o quadro mais adiante (Quadro 06). Esclarecemos que o fechamento e o lançamento de uma edição costumam ser variáveis a depender da revista, razão pela qual não há uniformidade nas datas de publicação. Como a aceitação do pedido e o encerramento do processo de *impeachment* aconteceram em uma quarta-feira, as datas da primeira e da última edições coletadas correspondem à edição da semana subsequente.

Observando a delimitação inicial do *corpus*, de forma a realizar uma primeira entrada para análise, encontramos algumas regularidades. Nas quatro revistas, o editorial é assinado pelo editor-chefe, em seção de uma página localizada logo após o sumário. Em algumas edições de *Carta Capital*, o editorial segue junto com a matéria principal. As matérias das quatro revistas trazem a assinatura do jornalista responsável, e todas as quatro revistas também

³⁴ Faleceu em 11 de fevereiro de 2019.

³⁵ Foi diretor presidente da *Editora Abril* e presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas. Morreu em 26 de maio de 2013.

possuem colunistas em revezamento semanal. Todas essas quatro revistas possuem *site* oficial, atualizados com notícias de última hora, e cujos textos são diferentes daqueles veiculados nas edições semanais impressas. Os textos das edições em plataformas digitais são os mesmos da versão em papel e, a cada semana, as revistas disponibilizam o acesso à edição em formato *plotter*³⁶, idêntico à versão impressa. Apenas *Veja* e *Época* possuem versão adaptada para formato digital, com audiodescrição, vídeo e som. Apenas *Veja* e *Carta Capital* possuem acervo digital³⁷ com todas as edições anteriores, desde o número um.

Quadro 6 - Edições publicadas durante o período de impeachment de Dilma Rousseff

Revista semanal de informação	Edição após aceitação do pedido de <i>impeachment</i>	Edição após encerramento do processo de <i>impeachment</i>	Número de edições publicadas
<i>Carta Capital</i>	879, de 09/12/2015	917, de 07/09/2016	37
<i>Época</i>	919, de 05/12/2015	957, de 03/09/2016	38
<i>Isto É</i>	2401, de 09/12/2015	2439, de 01/09/2016	39
<i>Veja</i>	2455, de 09/12/2015	2494, de 07/09/2016	39

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Feitos esses apontamentos, uma primeira visada às revistas coletadas nos fez deparar com indícios de que, no período coletado, pelo menos, dois discursos circularam em concorrência: um em defesa da manutenção do mandato da presidente e outro em defesa do afastamento dela em definitivo. Esses discursos permeiam questões em torno da legitimidade e das consequências do processo e se manifestam nas capas das quatro revistas semanais de informação, sendo que uma leitura inicial dos enunciados destacados nas manchetes das capas do acervo geral, ainda que careçam de investigação mais aprofundada, permite inferir que: em *Carta Capital*, o *impeachment* é definido explicitamente como “tentativa de golpe” (edição 879) e “projeto pessoal” de Eduardo Cunha (880) para criar um “complô” de magistrados e parlamentares contra a presidente (903); em *Época*, haveria uma “guerra solitária” (928, 930, 931) de Dilma Rousseff contra Eduardo Cunha, o “senhor do *impeachment*” (906), resultando na chegada de um “presidente acidental” (935) ao poder. A *Isto É* defendeu: “não vai ser golpe” (2419), sendo claros os “sete crimes de Dilma” (2416) e a necessidade do afastamento da presidente para “passar a República a limpo” (2422). *Veja* assim justificou sua posição:

³⁶ Arquivos em versão “fechada”, pronto para impressão.

³⁷ Ambos pagos, exclusivos para assinantes, a depender da modalidade do plano.

“porque é falsa a guerra entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha” (2455) e porque o *impeachment* era a “chance histórica de fazer uma limpeza inédita na vida pública” (2474), colocando Dilma “fora do baralho” (2474) da política.

Esses são os aspectos mais gerais do *corpus*, que nos oferecem pistas para seguirmos com a análise.

3.4 Construção do *corpus*

Partindo do recorte temporal, construímos o *corpus* efetivo de análise a partir de três outros critérios: *i*) maior e menor número de exemplares impressos em circulação; *ii*) personalidade com maior incidência nas capas; e, *iii*) similaridade da data de publicação. Estabelecidos esses recortes, chegamos a oito capas de revistas, quatro de *Carta Capital* e quatro de *Veja*. Entendemos que essa quantidade permita identificar as regularidades relacionadas ao quadro cênico, especialmente à cena genérica, dessas produções. Das oito edições, foram escolhidas duas de cada revista para observarmos o percurso de saída dos enunciados do interior para a capa. O número e a data de publicação de cada uma das oito edições estão explicitados no quadro da página a seguir.

Estabelecemos como primeiro critério o potencial de circulação impressa, e escolhemos as revistas semanais de informação com maior e menor número de exemplares impressos, correspondendo a *Veja* e *Carta Capital*, respectivamente. Tendo em vista que uma de nossas questões norteadoras tangencia a noção de comunidade discursiva (MAINGUENEAU, 1987, 1991), aliamos esse dado objetivo à pista indicada no item anterior, que corresponde ao tratamento editorial diferenciado concedido por essas revistas ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Esses dois aspectos, juntos, podem implicar, em algum nível, que *Carta Capital* e *Veja* apelem a comunidades discursivas diferentes.

Quadro 7 - Edições selecionadas para o *corpus*

CARTA CAPITAL		VEJA	
Edição	Data da publicação	Edição	Data da publicação
879	09/12/2015	2455	09/12/2015
880	16/12/2015	2456	16/12/2015
897	20/04/2016	2474	20/04/2016
900	11/05/2016	2477	11/05/2016

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Feito esse recorte, organizamos uma tabela com as seguintes informações: nome da revista, número da coleta, número da edição, data da publicação, manchete de capa e personalidade na capa. As tabelas salientaram um aspecto relevante do *corpus*: a diferença de visibilidade concedida por cada revista às diferentes/mesmas personalidades políticas no período delimitado. Nas capas de *Carta Capital*, tiveram maior presença, respectivamente, Eduardo Cunha (8 capas), Michel Temer (7) e Dilma Rousseff (6); nas de *Veja*, foram recorrentes Dilma (7) e Lula (6).

Em uma primeira visada, observamos que o ex-presidente Lula, em *Carta Capital*, apareceu na capa somente duas vezes, foi por seis vezes destaque em *Veja* no mesmo período, quase sempre ao lado dos investigados por corrupção na operação Lava Jato. Da mesma forma, o então presidente da Câmara Eduardo Cunha foi praticamente ignorado, aparecendo apenas duas vezes nas capas, a primeira das quais em 27 de abril de 2016, na edição 2475. Em contrapartida, na revista *Carta Capital*, Cunha aparece na primeira edição de dezembro de 2015 e em mais outras sete capas.

Estabelecendo uma comparação entre as duas revistas: nas capas de *Carta Capital* aparecem personalidades do poder judiciário (Sérgio Moro, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Rodrigo Janot); líderes políticos do partido do vice-presidente (Romero Jucá, José Sarney, Renan Calheiros, Rodrigo Maia); e líderes da oposição (Aécio Neves, Geraldo Alckmin, José Serra). Nas capas de *Veja*, essas mesmas personalidades, com exceção de Rodrigo Janot e de Sérgio Moro, não aparecem nas capas, as quais estamparam, mais de uma vez, os presos pela *Operação Lava Jato* (Marcelo Odebrecht, Paulo Gordilho e Leo Pinheiro), e os membros do Partido dos Trabalhadores envolvidos em denúncias de corrupção (Lula, José Dirceu, e João Vaccari Neto). Esses, por sua vez, não apareceram nas capas de *Carta Capital*.

Entendemos que essa discrepância possa estar diretamente relacionada ao posicionamento de cada revista em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff. Considerando que os discursos do campo midiático jornalístico são produzidos em um espaço que deve zelar pela missão de informar, pela inscrição em uma “condição de legitimação do dizer”, e pela submissão a um “sistema de coerções” (MAINGUENEAU, 2008a) a partir do qual elas encenam a realidade e a apresentam ao público, interrogamo-nos se as capas dessas revistas semanais de informação sinalizam a relação estabelecida entre a revista e o público leitor, que, grosso modo, toma conhecimento dos acontecimentos pela capa, especialmente pelas manchetes.

Desse questionamento decorre o segundo critério, relacionado à personalidade com maior incidência na capa, recorte do *corpus* que resultou em 15 capas, sendo oito de *Carta Capital* com Eduardo Cunha, e sete de *Veja*, com Dilma Rousseff.

Em razão da diferente quantidade de edições de cada revista, estabelecemos, finalmente, o terceiro critério de recorte: edições com a mesma data de publicação.

Sendo esses os três critérios de recorte, o *corpus* desta pesquisa fica, assim, delimitado: quatro números de *Carta Capital* (879, 880, 897 e 900) e quatro números de *Veja* (2455, 2456, 2474 e 2477).

Em uma primeira apreciação, o *corpus* nos permite levantar as seguintes hipóteses: *Carta Capital* teria dado relevo à influência e articulação de Eduardo Cunha na condução do processo de afastamento da presidente; *Veja* teria estabelecido uma relação entre a crise política no segundo mandato de Dilma Rousseff e as denúncias de corrupção impetradas ao ex-presidente Lula³⁸. Nesse espaço discursivo, dois discursos estariam em concorrência, o que poderia ser apreendido sem perder de vista o objetivo geral da pesquisa: investigar o funcionamento discursivo das capas de revistas semanais de informação, verificando o papel exercido pela destacabilidade.

3.5 O *corpus*: organização e procedimentos de análise

Em virtude da materialidade multissemiótica de nosso *corpus*, incluímos ao final deste trabalho a reprodução de cada uma das capas organizada por ordem cronológica de publicação (ANEXOS).

Considerando nosso objetivo geral, organizamos os enunciados verbais de cada edição em um quadro individual (quadros 08 a 15), cujo título surge da seguinte codificação: iniciais da revista e número da edição. Por essa combinação de dígitos, o código CC879 refere-se à edição 879 de *Carta Capital*, o código VJ2455 refere-se à edição 2455 de *Veja*, e assim por diante. Na análise, as menções às edições também seguirão essa codificação.

Cada um dos oito quadros divide-se em dois blocos de informação: enunciados na capa e enunciados no interior. Para a terminologia dos elementos no primeiro bloco, fomos guiados pelas seguintes definições (BAHIA, 2015): *manchete* corresponde ao título de capa; *chamada*, à síntese dos assuntos em destaque em uma dada edição; *retranca*, à matéria subordinada à

³⁸ No âmbito da Operação Lava Jato, Luiz Inácio Lula da Silva foi denunciado por corrupção e por lavagem de dinheiro, crimes pelos quais foi condenado a 12 anos de prisão. Em 5 de abril de 2018, começou a cumprir pena em regime fechado. Está em liberdade desde o dia 9 de novembro de 2019, após entendimento do Supremo Tribunal Federal de que o réu só deve cumprir pena depois de esgotado todos os recursos.

manchete. Cada um desses elementos pode conter enunciado que o antecede (antetítulo) ou que o sucede (subtítulo). O *corpus* organizado dessa maneira, no nosso entender, viabiliza a observação de regularidades nas capas de revista.

O segundo bloco foi construído a partir da leitura de cada edição selecionada, buscando relacionar os elementos da capa e o respectivo texto do interior da revista com o qual se pode estabelecer algum tipo de relação. Nos quadros, a disposição dos enunciados foi feita sob as seguintes rubricas: o título no interior, a seção, o gênero e o locutor (aquele assina o texto). Essas pormenorizações, do nosso ponto de vista, põem ao alcance a relação dos enunciados da capa com os gêneros do interior da revista, observando a irradiação.

Responder à terceira pergunta de pesquisa requer um desdobramento dessa organização primeira, de forma que possamos identificar e traçar o percurso das sequências verbais que teriam sido destacadas e alçadas às manchetes. Por esse motivo, sendo quatro as revistas efetivamente analisadas quanto à cenografia, transcrevemos todos os textos do interior delas com os quais se pode estabelecer algum tipo de relação com as respectivas manchetes. Dado o volume do material, decidimos disponibilizar a transcrição apenas em ambiente digital³⁹, com as sequências destacadas marcadas em cor vermelha. No topo da página de cada transcrição, há indicação do título da revista, número da edição, data de publicação e quantidade de textos transcritos. Cada texto, iniciado com a indicação do locutor e da seção de onde foi extraído, tem as linhas enumeradas em ordem crescente.

Em conformidade a esses procedimentos de organização, este é o *corpus*:

Quadro 8 – CC879, de 09 de dezembro de 2015

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR/ SEÇÃO/ GÊNERO/ LOCUTOR
Título da chamada A	Rebelião jovem	Força jovem/ Seu País/ Reportagem/ Miguel Martins
Subtítulo da chamada A	Os estudantes paulistas resistem às pressões do governo Alckmin	
Título da chamada B	Investimentos	O conto chinês/ Economia/ Reportagem/ Carlos Drummond
Subtítulo da chamada B	Empresas chinesas à cata de oportunidades no mercado brasileiro	

³⁹ Acesso: https://drive.google.com/file/d/1Ozt_zplhwFIS96zryAcrDFSf-MmIKirg/view?usp=sharing

Título da chamada C	Estados Unidos	
Subtítulo da chamada C	Um rigoroso estudo desfaz a ilusão de que o poder emana do corpo	Quem manda? Nosso mundo/ Reportagem/ Antônio Luiz Costa
Título da chamada D	D. Pedro I	
Subtítulo da chamada D	A mídia também não gostava dele	Ruim de mídia/ QI/ Reportagem/ Nirlando Beirão
Manchete	Frustração e vingança	A imolação de Cunha/ Rosa dos Ventos/ Artigo de opinião/Maurício Dias
Subtítulo da manchete	Morre a chantagem de Cunha, sobram os riscos e as incertezas precipitadas pelo pedido de <i>impeachment</i>	Tempos de chantagem/ Editorial/ Editorial/ Mino Carta O fim da chantagem/ Reportagem de capa/ Reportagem/ André Barrocal e Rodrigo Martins Tem jeito de golpe/ Reportagem de capa/ Reportagem/ Marcelo Lavanère

Fonte: Carta Capital (2015)

Quadro 9 – CC880, de 16 de dezembro de 2015

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR / SEÇÃO/ GÊNERO/ LOCUTOR
Título da chamada A	Suplemento	-
Subtítulo da chamada A	Grátis com esta edição um raio X de Minas Gerais	
Título da chamada B	Eleição na CBF	O jogo sujo Del Nero/ Seu País/ Reportagem/ Miguel Martins
Subtítulo da chamada B	Marco Polo del Nero, o Cunha do futebol	
Título da chamada C	Venezuela	Uma bofetada no chavismo/ Reportagem/ Nosso Mundo/ Antonio Luiz Costa
Subtítulo da chamada C	A derrota do chavismo deságua em um impasse	
Título da chamada D	Falsificação:	Falso ou autêntico? / Reportagem/ QI/ Nirlando Beirão
Subtítulo da chamada D	o vinho virou caso de polícia	
Manchete	O complô	Cúmplice do golpismo/ Rosa dos Ventos/ Artigo de opinião/ Maurício Dias
Subtítulo da manchete	Eduardo Cunha Michel Temer Eles se unem na tentativa golpista do <i>impeachment</i> , em proveito de um projeto pessoal de poder	Chamem o Cunha/ Editorial/ Editorial/ Mino Carta Juntos e misturados/ Reportagem/ Reportagem de capa/ André Barrocal Nos passos de Brizola/ Reportagem de capa/ Entrevista/ Rodrigo Martins

Fonte: Carta Capital (2015)

Quadro 10 - CC897, de 20 de abril de 2016

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR / SEÇÃO/ GÊNERO/ LOCUTOR
Manchete	E eles vão levar?	O golpe ou a lei? / Editorial/ Capa/ Mino Carta A opinião pública no calor da hora/ Reportagem/ Capa/ Marcos Coimbra Ou ela ou eles/ Reportagem/ Capa/ André Barrocal e Rodrigo Martins

Fonte: Carta Capital (2016)

Quadro 11 - CC900, de 11 de maio de 2016

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR/ SEÇÃO/ GÊNERO/ LOCUTOR
Título da chamada	LSD	A ciência viaja no LSD/ QI/ Reportagem/ Marc Lewis
Subtítulo da chamada	A ciência redescobre a droga	
Manchete	Imolaram o homem bomba	Cunha detonado/ Capa/ Reportagem/ André Barrocal
Retranca I da manchete	Sem utilidade no jogo do golpe desde a aprovação do impeachment na Câmara, Eduardo Cunha é retirado de cena	O tempo político de Janot/ Capa/ Reportagem/ Sérgio Lício O desmonte do Brasil/ Reportagem/ Capa/ Miguel Martins e Rodrigo Martins

Fonte: Carta Capital (2016)

Quadro 12 - VJ2455, de 9 de dezembro de 2015

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR/ SEÇÃO/ GÊNERO/ LOCUTOR
Título da chamada A	Com você não acontece...	O golpe do recorta e cola/ Brasil/ Reportagem/ Hugo Marques e Wálter Nunes
Subtítulo da chamada A	...mas o caçula de Lula copiou a Wikipedia e ganhou, pelo plágio, 2,5 milhões de reais de uma empresa investigada na Zelotes	
Título da chamada B	Para escapar do zika	Para entender o zika/ Saúde/ Reportagem/ Natalia Cuminale
Subtítulo da chamada B	O que fazer para se proteger do vírus que apavora as grávidas e ameaça virar epidemia no verão	
Manchete	Impeachment	A beleza do <i>impeachment</i> / Carta ao leitor/ Editorial/ A própria revista Impeachment não é guerra/ Especial/ Reportagem/ Daniel Pereira A ex-cara-pintada e o ex-petista/ Especial/ Reportagem/ Marina Barros Os ecos da Lava-Jato/ Especial/ Reportagem/ Robson Bonin e Hugo Marques O primeiro choque/ Especial/ Reportagem/ Kalleo Coura e Marina Barros O sistema das crises sem traumas/ Especial/ Reportagem/ Duda Teixeira e Leonardo Coutinho O papel das ruas/ Especial/ Reportagem/ Eduardo Gonçalves A culpa é das pedaladas/ Reportagem/ Sem assinatura
Retranca I da manchete	Por que é falsa a guerra entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha	
Retranca II da manchete	O passo a passo do processo que visa a derrubar a presidente	
Retranca III da manchete	Uma ex-cara-pintada e um ex-petista são os autores do pedido	
Retranca IV da manchete	A euforia dos mercados sinaliza que, sem Dilma, a confiança volta	
Retranca V da manchete	Como a Lava-Jato dará munição aos defensores do impedimento	
Retranca VI da manchete	O STJ pode soltar os corruptos e a indignação catalisar o processo	
Retranca VII da manchete	A primeira reação de Collor e Dilma foi a mesma: culpas os adversários	

Retranca VIII da manchete	Por que é indolor no parlamentarismo trocar governante incompetente	O alicerce apodreceu/ Especial/ Reportagem/ Marcelo Sakate e Bianca Alvarenga
----------------------------------	---	---

Fonte: Veja (2015)

Quadro 13 - VJ2456, de 16 de dezembro de 2015

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR/ SEÇÃO/ GÊNERO/ LOCUTOR
Título da chamada A	Prestação de contas	O fim do segredo/ Brasil/ Reportagem/ *sem assinatura
Subtítulo da chamada A	A pior semana do clã Lula nos domínios da Justiça	
Título da chamada B	Orgulho dos vizinhos	O povo contra o populismo/ Internacional/ Reportagem/ Diego Schelp
Subtítulo da chamada B	Argentinos e venezuelanos saem na nossa frente e derrotam o populismo	
Manchete	A máquina do atraso de Dilma	A igreja arcaica/ Carta ao leitor/ Editorial/ *sem assinatura De volta ao passado/ Brasil/ Reportagem/ Giuliano Guandalini e Marcelo Sakate
Subtítulo da manchete	Como a presidente fez a indústria retroceder 65 anos, a política econômica voltar ao tempo do estatismo militar, a recessão punir os brasileiros como não ocorria desde 1981 e a inflação de 10% rugir depois de treze anos dormida	

Fonte: Veja (2015)

Quadro 14 - VJ2474, de 20 de abril de 2016

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR/ SEÇÃO/ GÊNERO/ LOCUTOR
Manchete	Fora do baralho	O último capítulo/ Impeachment/ Reportagem/ Daniel Pereira e Robson Bonin O muro, a hora e a paz/ Impeachment/ Artigo de opinião/ *sem assinatura
Subtítulo da manchete	Com ou sem vitória na batalha do impeachment, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil	

Fonte: Veja (2016)

Quadro 15 - VJ2477, de 11 de maio de 2016

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR / SEÇÃO/ GÊNERO/ LOCUTOR
Título da chamada A	No topo da cadeia	A sombra do Petrolão/ Petrolão/ Reportagem/ Thiago Bronzatto
Subtítulo da chamada A	Lula é acusado pelo procurador-geral da República de integrar a “organização criminosa” que se instalou na Petrobrás	
Manchete	Tchau, querida Tchau, querido	Chance rara/ Impeachment/ Artigo de opinião/ *sem assinatura O poderoso abatido/ Impeachment/ Reportagem/ Daniel Pereira e Rodrigo Rangel Os últimos dias de Dilma Rousseff/ Impeachment Reportagem/ Thaís Oyama
Subtítulo da manchete	Com o impeachment de Dilma e a queda de Cunha, o Brasil tem chance história de fazer uma limpeza inédita na vida pública	
Retranca I da manchete	VEJA acompanhou os últimos dias da presidente	
Retranca II da manchete	Por que a derrocada do deputado é o primeiro revés de Temer	

Fonte: Veja (2016)

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO *CORPUS*

Neste capítulo, analisamos o *corpus* mobilizando as noções teóricas apresentadas com o intuito de responder às questões norteadoras da pesquisa, quais sejam: (i) como se organizam os enunciados nas capas das revistas semanais de informação?, (ii) qual a relação desses enunciados na capa com o interior da revista?, e (iii) em que medida os enunciados verbais e não verbais das manchetes são resultado de um destacamento de outros textos previamente produzidos, não necessariamente do interior da revista?

Este capítulo está dividido em duas seções, de forma que as três perguntas sejam respondidas progressivamente. Com esse propósito, a subseção 4.1, que se intitula *Organização e as retomadas dos enunciados nas capas de revista*, busca responder às duas primeiras questões ao identificar o modo de organização dos enunciados no *corpus* e ao estabelecer a relação desses enunciados da capa com os textos do interior da revista semanal de informação. Em seguida, a subseção 4.2, intitulada *As manchetes intersemióticas das capas*, tem por objetivo responder à terceira pergunta de pesquisa ao averiguar a destacabilidade dos enunciados do interior para a capa, apontando as possíveis retomadas e as alterações sofridas pelos enunciados verbais e não verbais depois de serem alçados à manchete. Essa subseção se desdobra em outras, sendo que cada uma delas apresenta, individualmente, a análise das quatro manchetes das capas delimitadas para este fim. Todas essas capas estão anexas, ao final desta tese.

Em alguns subitens deste capítulo, a análise está atrelada a elementos visuais do interior da revista, por isso, com o objetivo de viabilizar uma aproximação mais rápida entre esses elementos e aquilo que se analisa a respeito deles, os subitens comportarão, nesses casos, a reprodução dessas imagens em tamanho reduzido. Em ambiente digital, elas poderão ser visualizadas em melhor resolução⁴⁰.

4.1 A organização e as retomadas dos enunciados na capa

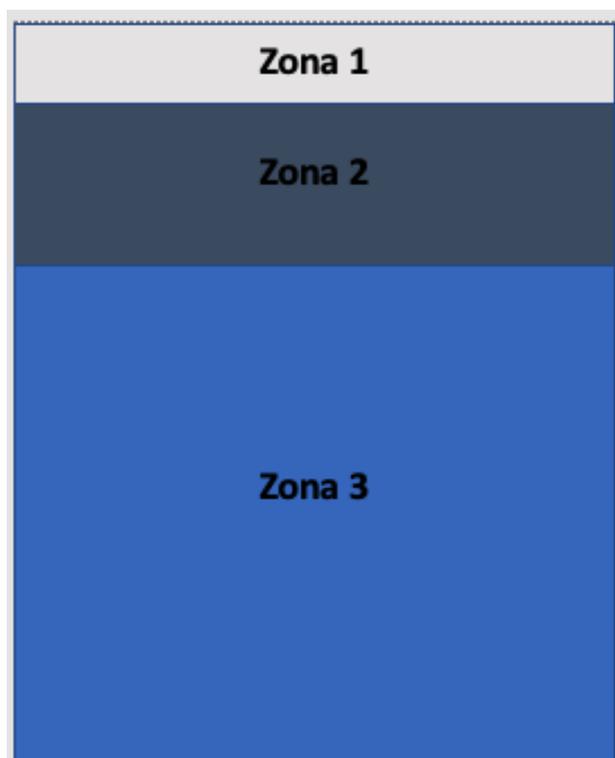
Neste item, buscamos definir o modo de organização dos enunciados na capa e a relação deles com o interior da revista. Partindo das noções teóricas sobre o regime textualizante definidas no capítulo *Fundamentação Teórica*, identificamos, no *corpus*, uma regularidade

⁴⁰ Ver pasta em: https://drive.google.com/drive/folders/1DJCv-E29DDtQuPp48zajO_Fq41I8kuya?usp=sharing

composicional para a distribuição dos elementos verbais e não verbais, conforme a representação na Fig. 9.

No *corpus*, os enunciados da capa organizam-se em três espaços distintos, aos quais denominamos “zonas”, assim discriminadas: na primeira, ocupando a parte superior, são dispostas, em geral, as chamadas; na segunda, encontra-se o logo da revista; e, finalmente, na terceira, de dimensão notoriamente superior às demais, está disposta a manchete. Variavelmente, nessas zonas, podem aparecer elementos visuais tais como o código de barras, a tarja “exemplar do assinante” e/ou a indicação do preço. Apesar da recorrência, eles não estão presentes na totalidade do *corpus*. Dado o objetivo desta pesquisa, esses elementos são irrelevantes e, por isso, serão desconsiderados.

Figura 9 - Zonas de organização dos enunciados na capa



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Detalhando as três zonas, iniciamos pela primeira, em que estão dispostas as chamadas. Cada revista organiza os enunciados nesse espaço de forma diferente: em *Carta Capital*, há marcação visual, seja por uma linha ou pelo contraste de cores, separando os elementos dessa zona daqueles pertencentes às outras, o que sugere uma sinalização do diferente grau de

importância entre elas. Em *Veja*, não há essa marcação, sendo uma única cor de fundo para o todo da capa.

Elaborada a partir de extratos desse espaço em duas das edições que compõem o nosso *corpus*, a Fig. 10 ilustra a forma como as duas revistas demarcam, em geral, a primeira zona. Em se tratando das chamadas, há relativa variabilidade no que tange à materialidade dos enunciados e à quantidade deles. Sobre o primeiro aspecto, os enunciados da Zona 1 nas duas revistas podem ser iconotextos, articulando o verbal e não verbal, ou podem ser de materialidade apenas verbal, como também a Fig. 10 pode ilustrar.

Nas edições CC897 e CC900, os enunciados nessa zona são organizados de maneira particular: um único enunciado verbal (“edição especial da crise”, em caixa alta e cor preta), que corresponde não à chamada para matérias, mas a uma indicação para a peculiaridade daquelas edições. Na edição VJ2474, essa zona não apresenta marcação porque a capa incorpora a cenografia de um cartaz colado num muro.

Figura 10 – Amostra da Zona 1



Fonte: Carta Capital (2015) e *Veja* (2015)

Sobre o segundo aspecto da organização na Zona 1, é também variável a quantidade de enunciados nela presentes, como nos mostram os dados da tabela abaixo.

Tabela - Ocorrência de chamadas nas capas

Número de chamadas por capa	Revista	
	Carta Capital (em 4 capas)	Veja (em 4 capas)
Não há chamadas	CC897	VJ2474
1 chamada	CC900	VJ2477
2 chamadas	0	VJ2455 e VJ2456
3 chamadas	0	0
4 chamadas	CC879 e CC880	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

No *corpus*, é mais comum haver duas chamadas em *Veja* e quatro em *Carta Capital*. Apesar desse indicativo, a quantidade de chamadas varia de uma edição para a outra, sendo impossível estabelecer algum tipo de padrão quanto a este aspecto. Uma das chamadas em CC880 dissipa dúvidas quanto à previsibilidade do número de chamadas, pelo menos no *corpus*, já que remete a um suplemento que acompanhava aquela edição em específico, não aparecendo mais nas outras. Além disso, ainda que nas duas revistas haja edições sem qualquer tipo de chamada, a supressão dessa primeira zona pode causar algum tipo de estranhamento, como acontece em VJ2474 e em CC897 (Fig. 11).

Figura 11 - Ausência de chamadas em VJ2474 e em CC897



Fonte: *Veja* (2016) e *Carta Capital* (2016)

Continuando sobre a organização das capas, seguimos para a Zona 2, em que aparecem os logos da revista e da editora: *Carta Capital* centralizado, e *Editora Confiança* no canto superior direito; *Veja*, com alinhamento variável a cada edição e *Editora Abril* no canto superior esquerdo. Quanto à forma de disposição desses elementos, cada revista apresenta suas peculiaridades: nas edições de *Carta Capital*, as palavras “carta” e “capital”, sem espaço entre elas, costumam aparecer em cor vermelha e em cor branca ou preta, respectivamente, podendo as duas estarem totalmente em cor branca. Em todas as edições dessa revista, o logo, que ocupa toda a extensão da Zona 2, está com as iniciais maiúsculas, sendo o primeiro termo em negrito, possivelmente em referência ao nome do jornalista editor-chefe e fundador do hebdomadário.

A Fig. 12, elaborada a partir de extratos do *corpus*, permite visualizar essa zona. Nas edições de *Veja*, o logo, sempre escrito com letras minúsculas, ocupa apenas parte da Zona 2, sendo posicionado às vezes à direita ou ao centro, mas nunca à esquerda da capa. O logo, preenchido ou vazado, acompanha a cor da manchete ou da retransa, sendo a cor branca a de

maior incidência no material analisando. Refletindo sobre o nome da revista, podemos afirmar que no próprio logo a publicação interpela o leitor pelo verbo em imperativo, chamando a atenção dele para a realidade, para aquilo sobre o que a revista já tem conhecimento e, por isso, é capaz de mostrar.

Figura 12 - Amostra da Zona 2



Fonte: Carta Capital (2016) e Veja (2016)

Finalmente, o terceiro espaço de organização nas capas é a Zona 3, ocupado pela manchete. Na totalidade do *corpus*, essa zona distingue-se das demais pelas seguintes regularidades: apresenta enunciados completamente diferentes a cada edição; está presente em todas as capas; e, é preenchida exclusivamente por iconotextos. Observamos que, nessa zona específica do *corpus*, os elementos verbais estão terminantemente articulados a uma imagem, o que torna problemático entender que “manchete” se limite apenas às palavras.

Figura 13 - Amostra da Zona 3



Fonte: Carta Capital (2016) e Veja (2016)

Por esses aspectos peculiares, a Zona 3 diferencia-se das outras, já que a Zona 1 nem sempre apresenta materialidade imagética, e a Zona 2, pelo menos no *corpus*, traz enunciados praticamente padronizados. A Fig. 13 (acima) é um recorte do *corpus* para visualizar a particularidade dessa zona.

Passando da organização à relação que podemos estabelecer entre os enunciados dessas zonas regulares e os gêneros do interior da revista (Quadro 8 a Quadro 15), elencados no capítulo anterior, pausamos a nossa atenção nos enunciados da Zona 1: eles resultam da valência externa (MAINGUENEAU, 2015) dos diversos gêneros que compõem uma dada edição. Em detalhes, especificamente para essa primeira zona, atentamos que: em *Carta Capital*, as chamadas são irradiações de reportagens publicadas nas seções *Seu País* (edições 879, 880), *Economia* (edições 879), *Nosso Mundo* (edições 879, 880), *QI* (edições 879, 880, 900). Em *Veja*, irradiam para a capa as reportagens das seguintes seções: *Brasil/ Lava-Jato/ Petrolão* (edições 2455, 2456, 2477), *Saúde* (2455) e *Internacional* (2456).

Verificamos, então, nessa primeira zona da capa de revista, um caso de sequencialidade (MAINGUENEAU, 2015), pois a cada chamada em *Carta Capital* e em *Veja* corresponde um texto de uma seção específica do interior da revista, sendo o gênero reportagem, em ambas, aquele com maior força irradiadora. Com a finalidade de promover melhor visualização dessa relação, elaboramos o quadro a seguir:

Quadro 16 - Gêneros irradiadores para a manchete

CARTA CAPITAL		VEJA	
Edição	Seção/ Gênero	Edição	Seção/ Gênero
Edição 879	Rosa dos Ventos/ Artigo de opinião Editorial/ Editorial Reportagem de capa/ Reportagem Reportagem de capa/ Reportagem	Edição 2455	Carta ao leitor/ Editorial Especial/ Reportagem Especial/ Reportagem Especial/ Reportagem Especial/ Reportagem Especial/ Reportagem Especial/ Reportagem
Edição 880	Rosa dos ventos/ Artigo de opinião Editorial/ Editorial Reportagem de capa/ Reportagem Reportagem de capa/ Entrevista	Edição 2456	Carta ao leitor/ Editorial Brasil/ Reportagem

Edição 897	Capa/ Editorial Capa/ Reportagem Capa/ Reportagem	Edição 2474	Impeachment/ Reportagem Impeachment/ Artigo de opinião
Edição 900	Capa/ Reportagem Capa/ Reportagem Capa/ Reportagem	Edição 2477	Impeachment/ Artigo de opinião Impeachment/ Reportagem Impeachment/ Reportagem

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Em princípio, a manchete é um tipo peculiar de chamada que indica a matéria principal de uma edição (BAHIA, 2015). Portanto, seria de se supor que uma manchete correspondesse a um texto específico. Todavia, não é isso que se observa na totalidade do *corpus*. A remissão da manchete não é a uma reportagem em particular da seção principal, mas a várias delas, que podem, inclusive, estar em diferentes seções da revista. Sobre esse aspecto, o Quadro 16 nos auxilia a avançar ainda mais: no *corpus*, além da reportagem, a manchete também remete aos seguintes gêneros: artigo de opinião (CC879, CC880, VJ2474, VJ2477), editorial (CC879, CC880, CC897, VJ2455, VJ2456), e entrevista (CC880).

Dessa forma, os enunciados nessa terceira zona surgem de um processo de irradiação mais complexo: as manchetes correlacionam-se não apenas a um único texto específico, mas a vários dos textos que compõem uma dada edição, e que estão incluídos em seções distintas. Aqui, diferentemente do que acontece na primeira zona, trata-se de uma sequencialidade “entrelaçada”: a manchete se forma a partir do encadeamento de gêneros distintos, incluídos nas mais diversas rubricas da revista. Nas manchetes de *Carta Capital* e de *Veja* predominam a irradiação dos gêneros opinativos, mais notadamente do editorial. Nas chamadas da revista da Editora Confiança irradiam mais frequentemente os textos da seção *Nosso Mundo*, que trata de política internacional, e da seção *QI*, que trata de cultura. Nas chamadas da revista da Editora Abril, os textos com maior força irradiadora são os da seção *Brasil/ Lava Jato/ Petrolão*.

Ora, se as capas de nosso *corpus* são formadas por enunciados organizados em zonas que resultam de um encadeamento, evidencia-se, então, o papel primordial da destacabilidade nessas capas de revista, dada a proximidade com a irradiação. Ainda que não tenhamos elementos suficientes para determinar que os gêneros elencados foram produzidos especificamente para entrar em uma sequência, essa relação pode fazer parte da “memorabilidade” do enunciado nas produções no campo midiático, pois “o próprio fato de

não pretender tornar-se traço também é uma relação com o traço” (MAINGUENEAU, 2015, p. 152).

Mesmo sendo diferentes os gêneros irradiadores, todos eles, inclusive a capa, estão inseridos em uma rubrica maior, a revista semanal de informação que, em algum nível, também determina o funcionamento de todos eles. Compreendemos que ela possa ser um “hipergênero” (MAINGUENEAU, 2010, 2015), manifestando uma propriedade mínima que atravessa essa diversidade e que abrange, em uma só etiqueta, os diferentes gêneros, que tratam de temas bastante variados e são atribuídos a locutores distintos entre si.

Cada texto que esse “hipergênero” coloca em circulação pertence a um gênero em que papéis são pré-determinados (MAINGUENEAU, 2013a). Dar indício de que a capa estabelece uma instância enunciativa e um público leitor é muito pouco, e, no *corpus*, essas duas instâncias podem ser exploradas um pouco mais. Nesse sentido, direcionamos a nossa observação a esses papéis dos participantes da interação, entendendo que os temas, nas manchetes e nas chamadas, são abordados de acordo com a relação entre enunciador e coenunciador estabelecida pela revista.

No *corpus*, todas as manchetes abordam política nacional, e foram publicadas na semana em que se desdobraram acontecimentos que, de alguma maneira, exerceram influência no andamento do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, consoante quadro abaixo:

Quadro 17 – Acontecimento político relacionado ao *impeachment* e data de publicação das revistas

Acontecimento relacionado ao <i>impeachment</i>	Data	Edição de <i>Carta Capital</i>	Edição de <i>Veja</i>	Publicação da revista
Aceitação do pedido na <i>Câmara dos Deputados</i>	02/12/2015	CC879	VJ2455	09/12/2015
Suspensão dos trabalhos da comissão de avaliação do pedido	09/12/2015	VJ2456	CC880	16/12/2015
Autorização da instalação do <i>impeachment</i> em plenária na <i>Câmara dos Deputados</i>	17/04/2016	CC897	VJ2474	20/04/2016
Afastamento de Eduardo Cunha da presidência da <i>Câmara dos Deputados</i>	05/05/2016	CC900	VJ2477	11/05/2016

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A partir do apresentado no quadro 17, e tendo em vista os enunciados nos quadros 8 a 15 (*seção 3.5*), tecemos comentários.

No que se refere às chamadas, os enunciados da Zona 1 tornam evidente que:

- i) em CC879, há chamadas para quatro reportagens, respectivamente sobre: a ocupação dos estudantes nas escolas paulistas; os desafios das empresas chinesas ao mercado brasileiro; a divulgação de um estudo sobre democracia; e, o perfil de D. Pedro I revisto em nova biografia;
- ii) Em VJ2455, as chamadas referem-se a reportagens sobre: a denúncia de plágio cometido pelo filho de Lula; e as formas de proteção contra o Zika vírus;
- iii) Em CC880, as chamadas relacionam-se a reportagens, respectivamente, sobre uma personalidade do futebol, os impasses políticos na Venezuela, e a falsificação de bebida alcoólica;
- iv) Em VJ 2456, as chamadas apontam para duas reportagens: uma sobre a quebra do sigilo bancário do filho caçula de Lula; e a outra sobre a vitória da oposição nas eleições legislativas da Venezuela;
- v) Em CC897, não há chamadas; tampouco há chamadas na edição 2474, de *Veja* – ambas publicadas no dia 20 de abril de 2016.
- vi) Em CC900, a única chamada remete a uma matéria sobre drogas, na seção QI; e,
- vii) Em VJ2474, a única aponta para reportagem sobre a acusação do procurador-geral da República de que o ex-presidente Lula integra uma “organização criminosa” que se instalou na Petrobrás.

No que se refere às manchetes: cada uma das edições estampa em espaço privilegiado da capa um iconotexto que remete a um acontecimento relacionado ao *impeachment* nos dias que antecederam a publicação daquele número. Essa retomada, no entanto, não ultrapassa o período de sete dias, correspondendo à temporalidade presumida para a produção discursiva nesse hipergênero.

Pelos temas abordados nas manchetes e nas chamadas, suscita-se não só que *Carta Capital* e *Veja* compartilhem o público leitor interessado em política, mas também que elas apelam para segmentos diferentes, apesar de circularem com mesma periodicidade. Aqui neste caso, recorreremos à noção de “superdestinatário” (MAINGUENEAU, 2015), que corresponde ao terceiro participante da interação, sobreposto ao destinatário imediato: pelas capas de *Carta Capital* depreende-se um superdestinatário com interesse em temas diversos, como cultura geral e política nacional e internacional; pelo conjunto noticioso das capas, *Veja* dirige-se a um

superdestinatário que se volta para as questões do Brasil, mais fortemente relativas aos desdobramentos da Operação Lava-Jato.

Em ambas as revistas estudadas, essa sequencialidade está sujeita à ação de uma instância enunciativa complexa (MAINGUENEAU, 2008b). Em decorrência da mediação feita por essa instância, que negocia posicionamentos distintos e define o que deve ser levado para a capa ou não, cria-se um efeito de homogeneidade. Em outras palavras: dada a sequencialidade, o posicionamento editorial marcado explicitamente em um gênero do interior da revista é, na capa, levado a outro nível, aumentando as possibilidades de alcance ao público.

Por esse prisma, a interação promovida pelas revistas se dá entre um enunciador, compreendido como “instância de enunciação complexa” (MAINGUENEAU, 2008b), que se dirige a um “superdestinatário”. Ainda que compartilhem um público leitor em comum interessado em política, depreendido discursivamente pelo iconotexto, estimamos a possível interação com superdestinatários específicos, que compartilham valores, de certo modo, incompatíveis, ao se abordar o mesmo tema, como nos casos a seguir: a capa de CC879, publicada na semana em que foi aceito o pedido de *impeachment*, Dilma Rousseff divide o espaço Eduardo Cunha, o que não é feito em VJ2455. Esta edição lança como imagem apenas o rosto da então presidente em um fundo preto. Por ocasião da abertura das discussões sobre a matéria do *impeachment*, CC880 fala em uma trama elaborada pela ação conjunta do presidente da Câmara e do vice-Presidente; enquanto VJ2456 trata do baixo desempenho econômico do país durante os governos de Dilma Rousseff. Na semana da votação que decidiu pelo andamento do processo, CC879 estampa Eduardo Cunha e Michel Temer juntos na capa, e VJ2474 apresenta o *pôster* de campanha de Dilma Rousseff rasgado. Dias após o afastamento de Eduardo Cunha da presidência da Câmara, ele aparece sozinho na capa de CC900 e acompanhado de Dilma Rousseff na capa de VJ2474.

Malgrado a abordagem em maneiras distintas, os temas nas capas de *Carta Capital* e de *Veja* se entrecruzam, como se infere pelo Quadro 17. Entendemos que esse entrecruzamento seja consequência da regulação imposta pelo quadro cênico que se estabelece igualmente para as duas revistas semanais, já que o gênero está relacionado a um campo. A enunciação de ambas se inscreve no campo midiático jornalístico e, por isso, ativa as normas de uma instituição de fala prévia e deve observar as “condições de legitimação do dizer” (MAINGUENEAU, 2008a) nessa esfera.

A essas condições relacionam-se dimensões públicas (a do interesse público), técnicas (efeito de imparcialidade e de objetividade) e normativas (valor-notícia), implicando que a produção discursiva no campo midiático jornalístico, independente do gênero, prime pela

atualidade e cumpra a missão pública de informar. Isso implica dizer que, por força dessas regras, as revistas semanais de informação explanam temas relativos a não mais que os sete dias imediatamente anteriores à data de publicação e, no *corpus*, dada as condições de enunciabilidade à época, tratar do *impeachment* era um tema imposto às duas.

As manchetes do *corpus* mostram que, apesar de impostos, os temas são abordados de maneira diferente em cada uma das revistas, sendo indício de que elas sejam reguladas por “coerções semânticas” (MAINGUENEAU, 2008a) distintas, que definem, em cada uma delas, um modo próprio de colocar emergências e tendências temáticas. Em razão de serem submetidas a restrições específicas, *Veja* e *Carta Capital* produzem e fazem circular discursos na capa de forma que, ao leitor de cada uma delas, seja apresentado como unidade um conjunto noticioso diferente para o que, no mundo, são conjuntos de irrupções das mesmas condições de enunciabilidade.

Então, compreende-se que as “condições de legitimação do dizer” impulsionam as edições com mesma data de publicação a explorar o mesmo tema, só que filtrado por um “sistema de coerções semânticas” (MAINGUENEAU, 2008a) particular. Em razão dessa regulação discursiva a qual cada uma das duas revistas está submetida, *Veja* e *Carta Capital* inscrevem a enunciação e produzem discursivamente enunciados em conformidade a essas condições que lhes são impostas e que elas mesmas assumem.

Esses são aspectos do “quadro cênico” (MAINGUENEAU, 2013a) no *corpus*. Na dimensão da cena englobante, depreendemos regras para a produção do discurso do tipo midiático jornalístico. Na dimensão da cena genérica, foram observadas regularidades nas capas das duas revistas: o aspecto formal, que exploramos mais detalhadamente com a depreensão das três zonas; e a periodicidade ampliada, que permite a ambas as revistas o tratamento mais aprofundado às questões trabalhadas nos noticiários diários. Junto aos parceiros da interação, essas regularidades compõem a “cena rotineira” (MAINGUENEAU, 2013a) desse gênero.

Quanto ao estatuto dos parceiros, soma-se a “superdestinatário” a noção de “instância enunciativa complexa”. Verifica-se que, no *corpus*, as capas de revista resultam da irradiação de diferentes textos-fonte atribuídos a locutores distintos. Na capa, entretanto, não há menção a eles, o que nos leva a ponderar que a responsabilidade enunciativa nesse gênero tende a se afrouxar em favor de um “locutor coletivo” (MAINGUENEAU, 2008b), que promove apagamentos enunciativos para a produção do efeito de unidade. Atribui-se, então, a responsabilidade dos enunciados da capa a um único locutor, que não está associado a um sujeito empírico, mas a uma instituição que, no gênero capa de revista, organiza a enunciação

de diferentes locutores em diferentes gêneros de forma a “construir, reforçar e legitimar sua identidade em determinada conjuntura” (MAINGUENEAU, 2015, p. 75).

Trata-se, portanto, de um funcionamento discursivo distinto dos outros gêneros que compõem o hipergênero revista semanal de informação. No *corpus*, notamos que essa instância coletiva organiza os enunciados a partir de um processo de negociação dos mais diversos pontos de vista para marcar uma posição. Nesse funcionamento, o enunciado da Zona 2 desempenha papel decisivo: é ele que designa o locutor responsável pela enunciação da capa.

Tomar em consideração que a enunciação no gênero capa de revista semanal de informação seja feita por um locutor coletivo não implica necessariamente a refutação da hipótese que motivou esta pesquisa. A esse propósito, repare-se a formatação das chamadas e das manchetes (Quadros 08 a 15). Apuramos que esses enunciados podem ser empregados como título ou subtítulo. Em ambos os casos, marcas visuais se notabilizam em dois aspectos: a tipografia utilizada nos títulos das chamadas e das manchetes, não permitindo distinguir letra maiúscula e letra minúscula; e a ausência de ponto final nos enunciados.

No que se refere aos títulos das chamadas, eles são quase na totalidade formatados em frases nominais e condensam o tema abordado em cada texto-fonte: “rebelião jovem”, “investimentos”, Estados Unidos” (CC879); “suplemento”, “eleição na CBF”, “Venezuela”, “falsificação” (CC880); “LSD” (CC900); “prestação de contas”, “orgulho dos velinhos” (VJ2456); e, “no topo da cadeia” (VJ2477). Como recuperam o título do texto-fonte, pode-se falar de uma forma de “destacamento fraco” (MAINGUENEAU, 2014).

No que se refere aos títulos das manchetes, também há predominância de frases nominais: “frustração e vingança” (CC879); “o complô” (CC880); “impeachment” (VJ2455); “a máquina de atraso de Dilma” (VJ2456); “fora do baralho” (VJ2474); “tchau, querida / tchau, querido” (VJ2477). Para esses enunciados, contudo, a noção de destacamento forte ou fraco se torna problemática porque eles remetem a mais de um texto, e o leitor, apenas pela capa, não consegue identificá-los de imediato. De outra maneira, pode-se entender que o destacamento do texto-fonte foi tão intenso que o leitor tem dificuldade em recuperá-lo. Ainda assim, chama a nossa atenção não a intensidade, mas as diferentes remissões que uma única manchete faz.

Assim sendo, no *corpus* um locutor coletivo organiza diferentes enunciados do interior da revista e opera neles uma formatação que resulta em uma sequência linguística única, autônoma, geralmente uma frase nominal, que, a se ver pela manchete, não corresponde exatamente à(s) contrapartida(s).

Nesse processo, corrobora igualmente a irradiação, já que, não fosse pela força irradiadora dos gêneros, o próprio material de análise desta tese talvez não existisse, pelo

menos não da forma que está. As capas das revistas semanais de informação do *corpus* são resultado incondicional da sequencialidade de gêneros do interior de uma dada edição, dos quais são extraídos os enunciados que chegam à capa na primeira e na terceira zona. No *corpus*, os enunciados da Zona 3, por resultarem de “sequencialidade entrelaçada”, são os únicos formados exclusivamente por iconotexto.

Tendo em vista a terceira pergunta de pesquisa, delimitamos duas edições de cada revista, com mesma data de publicação, e fixamos a nossa atenção na Zona 3 delas porque, diferentemente do que acontece na Zona 1, nesse espaço da capa o iconotexto é imprescindível.

4.2 As manchetes intersemióticas das revistas

Nesta seção, vamos apreender os enunciados das manchetes intersemióticas de duas edições de *Carta Capital* e de *Veja* com mesma data de publicação com a finalidade de investigar em que medida eles são resultado do destacamento de outros textos e, até mesmo, daqueles que não necessariamente estejam no interior da própria revista. Para a análise, mobilizamos noções discutidas no capítulo *Fundamentação Teórica*, e lançamos mão da regularidade formal identificada na seção 4.1 para observarmos o iconotexto da Zona 3 separadamente do todo da capa. Acrescemos que, para estabelecer o percurso dos enunciados, do interior para a capa, e identificar suas possíveis alterações, recorreremos às transcrições dos textos, disponibilizadas em ambiente digital.

4.2.1 A manchete intersemiótica da edição 879, de *Carta Capital*

No iconotexto da manchete desta edição, predominam três cores: azul, vermelho e branco. Há duas personagens em destaque: uma delas, no lado esquerdo superior, ocupando quase a totalidade da capa, é Eduardo Cunha, retratado pelo rosto e mãos. A outra é Dilma Rousseff, trajando salto alto, calça e um sobretudo. Uma luz vermelha, originária do lado superior esquerdo, atravessa toda a capa e incide nos dois sujeitos: na personagem feminina, cobre as costas; na personagem masculina, ilumina os cabelos, parte traseira da cabeça, e o dorso de ambas as mãos. Por estarem posicionados de costas para a luz, tanto Eduardo Cunha quanto Dilma Rousseff formam uma penumbra que, contraditoriamente, permite reconhecê-los pelo rosto.

Figura 14 - Capa de CC879



Fonte: Carta Capital (2015)

O olhar de Eduardo Cunha está fixo em um ponto na parte inferior direita da revista, na direção do espaço ocupado por Dilma Rousseff. O desenho dos lábios com os dentes à mostra e a imposição das mãos como se apanhasse algo no ar reforçam, nele, a expressão facial de obsessão, contrastando com o semblante apreensivo dela, que, pelas pernas flexionadas, parece estar fugindo.

Além desses elementos imagéticos, os elementos verbais que compõem esse iconotexto se organizam em dois grupos. O primeiro, contendo a manchete, em que se lê o enunciado “frustração e vingança”, em caixa alta e cor branca, posicionado do lado inferior direito; e o segundo, contendo o subtítulo da manchete, também em caixa alta e cor branca, mas com fonte menor do que a da manchete, em que se lê “morre a chantagem de Cunha, sobram os riscos e as incertezas precipitadas pelo pedido de *impeachment*”.

Relacionando esses elementos com o interior da revista, recuperamos os seguintes textos (Quadro 08): *A imolação de Cunha*, coluna de Maurício Dias; *Tempos de chantagem*, editorial de Mino Carta; *O fim da chantagem*, reportagem de André Barrocal e de Rodrigo Martins; e, *Tem jeito de golpe*, entrevista com Marcelo Lavanère. Deles, selecionamos os seguintes enunciados, que podem ter sido destacados para produzir o iconotexto da manchete de capa, e elaborados o Quadro 18.

Quadro 18 - Sequências relacionadas à manchete de CC879

LINHAS	SEQUÊNCIA
1	Não foi por qualquer razão de natureza técnica.
1-3	A decisão tomada por Eduardo Cunha, presidente da Câmara de Deputados, de acolher o pedido de <i>impeachment</i> de Dilma foi, acima de tudo, um ato de desespero.
3-5	Este é o fator preponderante de um movimento, muito além de mero jogo político, temperado pelo sentimento de vingança. Cunha jogou a toalha. Um gesto simbólico de desespero.
6-7	Ele confiava desconfiando no acordo com feitiço de chantagem imposto por ele ao Partido dos Trabalhadores.
10-11	A suposta barganha foi para o espaço. Cunha reagiu.
21-22	Ele contribuiu efetivamente para a desmontagem da base do governo no Congresso.
38-40	Em qual dito país democrático o destino do governo e do seu partido fica sujeito à chantagem do presidente da Câmara dos Deputados, disposto a vender caro a sua pele de infrator?
42-43	O PT nega-se a uma capitulação ignominiosa e preserva o que lhe resta de dignidade, logo Eduardo Cunha parte para a vingança
87-88	É bom, para a dignidade do governo e do seu partido que enfim não capitulem diante da chantagem de Eduardo Cunha
109-114	Seu ato de beligerância e claramente amparado na vingança à decisão do PT de votar a favor da continuidade de um processo de cassação contra ele no Conselho de Ética da Câmara serviu para reaproximar do governo os movimentos sociais que andavam afastados por causa da política econômica e deu força aos argumentos de quem enxerga a iniciativa como uma afronta à Constituição e uma mera tentativa de golpe.
136-138	Mais lúcido que o colega Bicudo, Reale Jr., o outro autor da representação a favor do <i>impeachment</i> , declarou ao jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> ter se tratado de “uma chantagem explícita” contra o PT e o Palácio do Planalto
193-195	[José Geraldo] Afirmou que o governo era vítima de uma “chantagem” de Cunha e que não queria ser responsabilizado pela abertura de um processo de <i>impeachment</i> contra Dilma.
224-226	Desde a eleição para a presidência da Câmara, em fevereiro, quando tentou impedir a vitória de Cunha, o governo temia o risco de se tornar refém do deputado, notório antipetista.
237-239	Em um dos mandados de segurança [deputados do PT e do PC do B] alegam que o processo foi aberto por perseguição política e atende aos interesses individuais do presidente da Câmara.

321-322	À frente da Câmara dos Deputados, ele passou meses a chantagear o governo de oposição com o poder de acolher ou rejeitar pedidos de <i>impeachment</i> .
---------	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Carta Capital (2015)

Analisando as sequências, começamos pela linha 1: o marcador polifônico “não” permite distinguir duas proposições – uma expressa pelo enunciado (“foi por razão de qualquer natureza, exceto técnica”) e outra por ele mesmo negada (“foi por razão de natureza técnica”). Para além da polifonia, esse marcador também funciona como negação polêmica, pois essa sequência “mantém necessariamente uma relação de contradição com o enunciado que refuta” (MAINGUENEAU, 1997, p. 82), sendo impossível que ambas as proposições sejam verdadeiras em um só tempo no interior de uma dada situação de discurso. Dessa forma, o marcador “não” condensa, nessa sequência, dois posicionamentos antagônicos em confronto.

Esses posicionamentos antagônicos são manifestados, em diferentes níveis de explicitude, ao longo de todas as sequências selecionadas, e podem ser recuperados se evocadas as condições de enunciabilidade da capa em análise. A edição CC879, datada de 09 de dezembro de 2015, chegou às bancas após uma semana turbulenta na política brasileira: na quarta-feira anterior, havia sido suspensa a sessão para votar o parecer favorável ao afastamento de Eduardo Cunha; no dia seguinte, à quinta-feira, ele aceitou um dos pedidos de deposição de Dilma Rousseff. Esses dois eventos se inserem no desenrolar da tensa relação entre os ocupantes dos cargos mais altos da Câmara dos Deputados e do Palácio do Planalto, conhecida, pelo menos, desde que a vitória de Eduardo Cunha frustrou os planos do governo em eleger um deputado aliado para conduzir os trabalhos em uma das casas do Poder Legislativo (SINGER, 2018).

Acontece que, em 13 de outubro de 2015, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e a Rede Sustentabilidade (Rede) protocolaram, junto ao Conselho de Ética da Câmara, um pedido de cassação de Eduardo Cunha por quebra de decoro parlamentar, já que ele mentira sobre a inexistência de contas bancárias na Suíça em depoimento à CPI da Petrobrás. O presidente da Câmara, para impedir o prosseguimento das investigações, teria articulado com o Partido dos Trabalhadores voto desfavorável ao parecer do relator, e, em troca, não aceitaria nenhum pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (LIMONGI, 2017).

As sequências 87-88, 109-114, 224-226 e 321-322 alimentam esse discurso. Ao construir o episódio da aceitação do pedido de *impeachment* no campo midiático jornalístico, *Carta Capital* sustenta um posicionamento a partir de itens lexicais, tais como “acordo com feitiço de chantagem” (linhas 3-5), “suposta barganha” (linha 10-11), “chantagem” (linha 38-

40, linhas 87-88) e “capitulação ignominiosa” (linha 42-43). A atitude de Eduardo Cunha frente à expectativa não correspondida é categorizada como “ato de desespero” (linhas 1-3), “movimento temperado pelo sentimento de vingança” e “gesto simbólico de desespero” (linhas 3-5), “vingança” (linhas 42-43), “ato de beligerância e claramente amparado na vingança” (linhas 109-114) e “perseguição política” (linhas 237-239).

Essa coesão discursiva tecida pelos itens lexicais não aparece apenas nos textos de gênero opinativo – “A imolação de Cunha” e “Tempos de chantagens” –, nos quais prevalece a voz de um único locutor, mas também na reportagem principal, em que o locutor jornalista recorre a diferentes vozes, orquestrando-as de forma a garantir estabilidade discursiva em torno do mesmo referente – no caso, a aceitação do pedido.

Nas linhas 237-239 do texto “O fim da chantagem”, é mencionado o mandado de segurança impetrado contra Eduardo Cunha pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O locutor jornalista recorre ao discurso indireto (MAINGUENEAU, 2013a) e, por inserir a fala utilizando o verbo *dicendi* “alegar”, direciona o discurso citado para o campo jurídico.

Ainda nesse mesmo texto, há mais duas falas atribuídas a outros locutores, também introduzidas por verbo de dizer. A primeira retoma a entrevista do jurista Miguel Reale Junior ao jornal *Folha de S. Paulo* (linhas 136-138), e a segunda é um excerto da fala pública do deputado federal José Geraldo (PT-PA) no plenário da Câmara.

Nesses três casos, as falas são apresentadas sob a forma de discurso relatado (MAINGUENEAU, 2013a), encenando uma enunciação sobre outra. Ou seja, pela “enunciação citante”, o locutor jornalista recupera uma “enunciação citada”, introduzida por verbos *dicendi* (nas sequências, são os verbos “alegar”, “declarar” e “afirmar”).

Nessas duas últimas falas especificamente, apesar de terem sido introduzidas sob a forma de discurso indireto, aparecem aspas em determinados termos: “chantagem explícita” (linha 138) e “chantagem” (193) marcam explicitamente os limites da enunciação do locutor jornalista e das enunciações de Miguel Reale Jr. e de José Geraldo, respectivamente, criando um efeito de discurso direto.

Com o uso das aspas, provoca-se um efeito de reconstituição objetiva do enunciado na forma como foi dito originalmente, mas essa marcação é necessariamente subjetiva e está condicionada à interpretação do discurso citado, pois “o discurso direto é um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante para lhe dar um enfoque pessoal” (MAINGUENEAU, 2013a, p. 182). Dito isso, observamos que tanto a fala de Reale Jr. quanto a de José Geraldo são mobilizadas para dar suporte à objetividade pretendida pelo locutor

jornalista de que a decisão de Eduardo Cunha tem motivações pessoais, reconhecidas até por um dos juristas que acusam Dilma Rousseff de ter cometido crime de responsabilidade.

Do ponto de vista do percurso, essas três falas, introduzidas por discurso indireto e direto, também são representativas do potencial de destacabilidade dos enunciados na mídia. Estes, também por força da irradiação, transitam de um gênero para outro, mesmo quando produzidos por veículos institucionais distintos e com periodicidade também distinta. Com efeito, essas ocorrências trazem à tona novamente, no *corpus*, a questão de “memorabilidade” (MAINGUENEAU, 2015) das produções no campo midiático porque muito possivelmente as falas assinaladas foram proferidas sem a pretensão de serem retomadas, sendo casos de destacamento de enunciados originalmente produzidos em outro gênero: a fala do deputado José Geraldo foi destacada de um discurso no plenário da Câmara Federal, e a declaração de Miguel Reale Jr. foi pinçada de uma entrevista para a *Folha de S. Paulo*, jornal de publicação diária.

Em ambos os casos, os enunciados apareceram primeiro em um gênero, e, em seguida, foram postos em circulação na reportagem de uma revista semanal de informação. Não se pode afirmar, no entanto, que elas tenham sido produzidas com a finalidade do destacamento, apesar de ele ter acontecido. Desconfiamos que essas sequências não tenham sido destacadas aleatoriamente uma vez que elas contêm itens lexicais alinhados ao posicionamento defendido nos textos da edição CC879. Esse seria um indício do funcionamento da máquina midiática: a operação de destacamento estaria diretamente relacionada às “condições de legitimação do dizer” (MAINGUENEAU, 2008a) das produções dessa instância midiática.

Sendo assim, os destacamentos nas linhas 138 e 193 reforçam a objetividade pretendida pela produção no campo midiático jornalístico: ao recorrer à fala de personalidades políticas, o locutor opera um destacamento que simula a restituição das falas citadas como se tivessem sido proferidas tal qual apresentadas, de forma que ele se exime da responsabilidade do que foi dito e intensifica o posicionamento por ele mesmo defendido.

Esse efeito de objetividade também se torna mais forte com a fala do advogado Marcello Lavanère, na entrevista intitulada “Tem jeito de golpe”. Por ter sido um dos responsáveis pelo pedido de afastamento do então presidente Fernando Collor, a revista instaura para esse locutor um lugar enunciativo de autoridade para tecer comentários sobre a decisão de Eduardo Cunha de levar adiante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Ao discorrer sobre o pedido, Lavanère o classifica como “peça inepta” (linha 315), recuperando o posicionamento marcado na linha 1 de que as denúncias não possuem motivação técnica, sendo

o desfecho das chantagens (linha 321) do presidente da Câmara dos Deputados contra a presidente da República.

A fala de Lavanère soma-se aos outros enunciados citados que são mobilizados em CC890 para firmar um posicionamento. Todavia, diferentemente de Reale Jr. e de José Geraldo, cujas falas foram destacadas de outro contexto e inseridas na enunciação de *Carta Capital*, a Marcello Lavanère é concedido um lugar de enunciação dentro da própria revista, no gênero opinativo entrevista.

Aprendemos que, para marcar um posicionamento no espaço discursivo, os sujeitos devem se adequar às regras e às exigências que lhe são imputadas por esse “sistema de restrição semântica” (MAINGUENEAU, 2008a). Da mesma forma, os sujeitos também devem recusar os enunciados que não estejam em conformidade com essas regras. A filtragem dos enunciados é percebida em todas as ocorrências do termo “*impeachment*” nos textos selecionados, já que essa terminologia técnica se refere ao procedimento ao qual a presidente deverá responder (linhas 2, 154-155, 156, 243, 290), mas, em sentido bastante estrito e especificado, sobretudo, na linha 50 do editorial assinado por Mino Carta: “O *impeachment* era, e continua a ser, golpe”.

Inserido no fio interdiscursivo, esse termo polemiza com o discurso de VJ2455. Em ambas as edições, fala-se em *impeachment*, processo de deposição de um chefe de Estado motivado por denúncias robustas e fundamentado em argumentos técnicos, exatamente o que, para *Carta Capital*, não se aplica ao que está acontecendo com Dilma Rousseff.

Desse jogo de agenciamento de falas, podemos reconhecer peças do sistema de coerções que governam os enunciados nessa edição em tela, e garantem a coesão discursiva na enunciação dos sujeitos, inclusive, daqueles que não pertencem ao quadro da revista: o advogado Marcelo Lavanère classifica expressamente o episódio da semana como um “golpe institucional” (linha 324).

Assim, os itens lexicais que categorizam a decisão de Eduardo Cunha estão de acordo com as regras desse sistema semântico que rege o dizer em CC879, segundo o qual o processo ao qual a presidente está sendo submetida não tem sustentação jurídica, ou seja, é um “golpe” (linhas 27, 50 e 114). O termo “golpe”, entretanto, é alçado apenas ao título da entrevista, não sendo levado à manchete. Na capa de CC879, o acontecimento da semana é qualificado como “frustração e vingança”, frase nominal que caracteriza a situação de forma mais pessoal do que política e técnica.

Nesses elementos dos enunciados verbais da manchete, cada um dos substantivos remete às diferentes ideias das sequências selecionadas (Quadro 18), resumindo os conceitos principais sobre os quais elas discorrem. Considerando essa remissão, o termo “frustração” se

relaciona à “suposta barganha” (linhas 10-11) e ao “acordo com feitiço de chantagem” (linhas 6-7) entre Eduardo Cunha e o Partido dos Trabalhadores. Este, todavia, “nega-se a capitulação ignominiosa e preserva o que lhe resta de dignidade” (linhas 42-43). “Frustração” também se associa a um “ato de desespero” (linha 3), sequência sobreasseverada por uma operação metadiscursiva (MAINGUENEAU, 2014) acionada pela expressão “acima de tudo”. Quanto ao termo “vingança”, ele aparece expressamente em alguns trechos das sequências, mas também alude a “ato de beligerância” (linha 109).

Ressalta-se que, originalmente, esses enunciados foram proferidos por locutores distintos (Maurício Dias, Mino Carta, André Barrocal e Rodrigo Martins), inclusive não pertencentes ao quadro editorial da revista (Marcelo Lavanère, Miguel Reale Junior e José Geraldo). Na capa dessa revista, contudo, o “locutor coletivo” organiza essas diferentes vozes e as apresenta como se fossem suas; mas esses enunciados a ele atribuídos só existem porque foram destacados. Pelo que se nos mostra, estamos lidando com uma produção do regime aforizante.

Nesse sentido, o enunciado verbal dessa manchete surge do destacamento de diferentes elementos e de diferentes sequências do interior da revista, o que nos induz a classificá-lo como uma aforização secundária (MAINGUENEAU, 2014). Contudo, em detalhes, o enunciado “Frustração e vingança” não atende aos preceitos da aforização canônica, sendo também impossível estabelecer um único enunciado de contrapartida, porque há vários sugerindo essa relação. Podemos, então, também apreendê-la como “aforização-eco”, pois “a frase não verbal se apresenta como o traço de uma aforização prévia completa, que, na realidade, é construída por essa própria remissão” (MAINGUENEAU, 2014, p. 54).

Sendo aforização, o locutor coletivo torna-se aforizador, sujeito da enunciação que estabelece sua convicção livre de qualquer forma argumentativa e de negociação. Nesse sentido, a frase nominal avigora essa propriedade pragmática do regime aforizante: por não apresentar dêiticos, o enunciado inscreve-se de maneira perene no tempo e no espaço tal qual uma “verdade” incontestável. Paradoxalmente, o enunciado “frustração e vingança” não expressa um posicionamento sobre o mundo em todas as suas dimensões, e só tem validade como uma tomada de posição indisputável frente a um acontecimento específico da política brasileira no final do ano de 2015. Desse contrassenso, emana a força ilocutória do sujeito aforizador, que pretende exprimir um posicionamento aquém de qualquer jogo de linguagem, e o faz por um enunciado generalizante, exprimindo uma convicção em torno da abertura do processo de afastamento de Dilma Rousseff, qualquer que seja o tempo em que essa capa circule.

Para interpretar essa aforização, entra em cena o subtítulo da manchete, que, assim como o título, é resultado do destacamento de outras sequências do interior da revista (“Cunha jogou a toalha”, linhas 3-5; “chantagem de Cunha” – linhas 87-88), portanto, também aforização secundária. Esse enunciado direciona o leitor para o enquadre exigido pela aforização, oferecendo elementos para interpretá-la: as expressões nominais “chantagem de Cunha” e “incertezas precipitadas pelo pedido de *impeachment*” permitem o enquadre informacional (MAINGUENEAU, 2014), porque apresentam ao leitor a informação de que ele precisa saber naquela semana.

Esse enquadre, no entanto, é insuficiente para abarcar todos os enunciados aforizados do iconotexto na capa, demandando do leitor uma interpretação associada (MAINGUENEAU, 2014). Diferentemente dos enunciados verbais, que foram produzidos pelo regime de atualidade, os enunciados não verbais, além de recuperarem sequências do interior dessa edição, também extraem elementos de um *thesaurus*, ou seja, de um conjunto de saberes partilhados dignos de interesse coletivo.

Pelo regime de memória, interpretamos o iconotexto a partir da aproximação, em certo nível, com elementos de “Chapeuzinho vermelho”, conto de fadas clássico, que sofreu inúmeras adaptações e releituras na cultura popular. Na literatura, a versão dos Irmãos Grimm é a mais conhecida; no cinema, a mais recente é *Caminhos da Floresta*, filme dirigido por Rob Marshall com elenco composto por Meryl Streep, Johnny Depp e Emily Blunt.

Em que pesem as adaptações, o quadro estabilizado da narrativa desse conto é o de uma menina, que usa vestimenta de veludo em cor vermelha. Orientada pela mãe, a protagonista deve levar doces para a avó, que vivia no meio da floresta, mas, ao trilhar sozinha pelo caminho desconhecido, se torna alvo da obsessão de um lobo faminto. Se o leitor depreende do iconotexto da manchete essa narrativa, ele, então, partilha do mesmo *thesaurus* que o enunciador da revista mobiliza.

A narrativa-base do conto é polissêmica e pode motivar inúmeras interpretações. Ocorre que, nessa manchete, esses elementos foram recuperados e sofreram algum tipo de variação para significar em um contexto de circulação bastante específico. Conforme essa circunstância, a narrativa foi levada ao iconotexto da capa pelo processo de captação e de subversão (MAINGUENEAU, 2010), segundo o qual o locutor não apenas extrai os enunciados, mas também os explora em uma determinada direção.

Pelo enquadramento histórico, o leitor busca sentido a partir de orientações como: “dizendo *p*, procura-se o efeito *X*” (MAINGUENEAU, 2014, p. 126). Sem perder de vista que a narrativa não foi mobilizada em todos os sentidos possíveis, estreitamos a interpretação para

as possibilidades de sentido engendradas pelo sistema de coerções em CC879: cotejando a narrativa base com o iconotexto, identifica-se uma subversão que permite a analogia de que Dilma Rousseff é a protagonista em apuros, e de que Eduardo Cunha é o antagonista perseguidor.

Essa interpretação conforma-se com as coordenadas enunciativas pelas quais se depreende a cenografia (MAINGUENEAU, 2013a) da manchete: a topografia constrói a cena da enunciação em um lugar sombrio, geograficamente não localizável; a cronografia corresponde a um tempo estático, quase à maneira de uma pintura que, pelos movimentos das pernas de Dilma Rousseff e pela imposição das mãos de Eduardo Cunha, retratam momentos antecedentes ao de uma captura, como quando um animal persegue a sua presa. Além disso, “os riscos” e “as incertezas”, no subtítulo, reforçam a similitude que a cenografia explora: à semelhança da floresta do conto, o caminho do *impeachment* é desconhecido, daí o breu predominante na capa.

Tendo estabelecido que a produção se inscreve no regime de memória e que os enunciados movimentam elementos do *thesaurus*, o iconotexto se mostra suscetível a mais outra interpretação: pelo enquadramento histórico, expressa-se uma visão singular de mundo. Por esse prisma, o iconotexto representa uma narrativa que se perpetua como exemplar e esse efeito de perenidade se fortalece pela articulação com a frase nominal da manchete.

Dada a pujança do *thesaurus* para a interpretação, compreendemos que esse iconotexto contempla das características dos enunciados produzidos pelo sistema de particitação (MAINGUENEAU, 2008b), dentre as quais sublinhamos as seguintes: não há indicações expressas do texto de origem, apenas marcas de um deslocamento interno à enunciação (a manipulação da imagem pode ser assim entendida); o enunciado mantém aspectos do significante, mas foi reconstituído em uma determinada variação (as personagens do conto são mantidas, mas, na capa, assumem o papel de personalidades políticas); e, o locutor supõe que ele e seu alocutário partilhem de um mesmo *thesaurus* (o leitor deve reconhecer a narrativa do conto).

Caso se trate de uma particitação, apresenta-se, pois, uma enunciação cuja responsabilidade é atribuída a uma instância anônima porque “o anonimato da fonte caminha de mãos dadas com o caráter compartilhado das falas citadas” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 95). Dessa forma, observa-se que, em CC879, uma voz inominável também enuncia e desnivela a voz do aforizador: é o “hiperenunciador”, que confere autenticidade ao enunciado, funcionando como instância transcendental e validante, e que sustenta o patrimônio de uma comunidade discursiva – no caso dessa capa, da ordem da literatura ou da cultura popular.

Considerando que a cenografia é, ao mesmo tempo, o que engendra o discurso e o que é por ele engendrado (MAINGUENEAU, 2013b), o locutor coletivo da revista, ao apelar a uma instância detentora de valores compartilhados por ele e por uma comunidade discursiva, garante a validade da cena enunciativa que constrói e busca comprovar que aquela é a forma que melhor retrata o fato de Eduardo Cunha ter aceitado o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff: uma perseguição.

4.2.2 A manchete intersemiótica da edição 2455, de *Veja*

Figura 15 - Capa de VJ2455



Fonte: *Veja* (2015)

Os elementos da manchete intersemiótica de VJ2455 estão distribuídos em dois planos. No plano de fundo, encontra-se exclusivamente a cor escura. No primeiro plano, há elementos imagéticos: em cores, vê-se o rosto de Dilma Rousseff em perfil, posicionado à esquerda da

página, e virado para a direita. Pela curvatura da sobrançelha e pelo desenho dos lábios, ela aparenta estar apreensiva. No primeiro plano, há também elementos verbais, organizados em dois blocos: o primeiro bloco posiciona os enunciados na parte superior da zona 3, em que se lê, em caixa alta e na cor vermelha, “Especial 24 páginas”.

Abaixo desse enunciado, posicionado exatamente à altura da testa de Dilma Rousseff, há outro: “Impeachment”, em caixa alta e fonte de tamanho maior que o enunciado anterior. O segundo bloco de elementos verbais no primeiro plano concentra os enunciados em cor branca e caixa alta que se localizam à direita da capa, ocupando todo o espaço entre o centro e o rodapé; são os enunciados, ordenados de cima para baixo: “Por que é falsa a guerra entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha”; “O passo a passo do processo que visa a derrubar a presidente”; “Uma ex-cara-pintada e um ex-petista são os autores do pedido”; “A euforia dos mercados sinaliza que, sem Dilma, a confiança volta”; “Como a Lava-Jato dará munição aos defensores do impedimento”; “O STJ pode soltar os corruptos e a indignação catalisar o processo”; “A primeira reação de Collor e Dilma foi a mesma: culpar os adversários”; e, “Por que é indolor no parlamentarismo trocar governante incompetente”.

No iconotexto da manchete dessa edição, o enunciado “Impeachment” está articulado a outros enunciados verbais organizados em lista cujos itens são introduzidos por um caractere em forma quadrado minúsculo. Eles funcionam como retranca (BAHIA, 2015), ou seja, são breves chamadas relacionadas à manchete. Em razão do volume desses elementos e com o intuito de tornar mais explícita a remissão feita em cada retranca, organizamos essa relação no quadro a seguir:

Quadro 19 - Organização dos elementos relacionados às retranscas da capa de VJ2455

	Enunciado da retranca	Gênero do interior da edição	Título do texto	Locutor
Retranca I	Por que é falsa a guerra entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha	Editorial	A beleza do impeachment	-
		Reportagem	O papel das ruas	Eduardo Gonçalves
Retranca II	O passo a passo do processo que visa a derrubar a presidente	Reportagem	Impeachment não é guerra	Daniel Pereira

Retranca III	A euforia dos mercados sinaliza que, sem Dilma, a confiança volta			
		Reportagem	O alicerce apodreceu	Marcelo Sakate e Bianca Alvarenga
Retranca IV	Uma ex-cara-pintada e um ex-petista são os autores do pedido	Reportagem	A ex-cara-pintada e o ex-petista	Marina Barros
Retranca V	Como a Lava-Jato dará munição aos defensores do impedimento	Reportagem	Os ecos da Lava-Jato	Robson Bonin e Hugo Marques
Retranca VI	O STJ pode soltar os corruptos e a indignação catalisar o processo			
Retranca VII	A primeira reação de Dilma e Collor foi a mesma: culpar os adversários	Reportagem	O primeiro choque	Kalleo Coura e Marina Barros
Retranca VIII	Por que é indolor no parlamentarismo trocar governante incompetente			
		Reportagem	O sistema de crises em traumas	Duda Teixeira e Leonardo Coutinho

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Como é de se supor, a cada retranca corresponderia um texto específico, todavia não é isso que identificamos com a leitura dessa edição. O disposto no quadro 19 afina a percepção de que, no *corpus*, há caso de “sequencialidade entrelaçada”; especificamente em VJ2455, esse fenômeno manifesta-se de forma que uma mesma reportagem irradie para mais de uma retranca na mesma capa: “Impeachment não é guerra” associa-se às retrancas I, II e III; “Os ecos da Lava-Jato”, às retrancas V e VI; e “O primeiro choque”, às retrancas VII e VIII.

A sequencialidade é o ponto de partida para a destacabilidade nessa capa, que será abordada inicialmente a partir da relação entre a retranca I e os seguintes textos: o editorial “A beleza do impeachment”, e as reportagens “Impeachment não é guerra” e “O papel das ruas”, de Daniel Pereira, e de Eduardo Gonçalves, respectivamente. Desses três textos, selecionamos os trechos abaixo, que podem ter sido destacados para compor a primeira retranca:

Quadro 20 - Sequências relacionadas à retranca I de VJ2455

Texto-fonte	Linha	Sequência
A beleza do <i>impeachment</i>	711-719	[impeachment] não é golpe. O impeachment é previsto na Constituição brasileira e seus termos estão definidos em lei desde 1950.
	714-717	Não é também uma disputa pessoal, a despeito de a chefe da nação e o deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, dono da iniciativa, terem dado ao processo as cores dramáticas de um confronto em torno da integridade moral de cada um
	725-272	o impeachment é tão legítimo para destituir um presidente quanto o voto popular é para elevá-lo ao mais alto posto da hierarquia política do país.
	729-730	Embora tenha sua origem na acusação de crime de responsabilidade contra um presidente, o impeachment é, essencialmente, um processo político.
A beleza do <i>impeachment</i>	730-732	Seus rumos e seu desfecho não são determinados pela força ou fraqueza das evidências de autoria do crime imputado ao presidente, mas pelo somatório de forças contra e a favor da sua destituição.
	736-737	[...] o Brasil terá a chance de ter de volta um presidente e um Congresso não mais devotados a saber quem quer vingar o quê
<i>Impeachment</i> não é guerra	762-764	Em tese, será discutida uma questão meramente técnica. Na prática, o impeachment é um processo essencialmente político, que refletirá as convicções de cada parlamentar.
	768-771	O deputado foi chamado de corrupto e chantagista e acusado de agir motivado pelo nada nobre instinto de vingança. Esses argumentos encontram amplo respaldo nos fatos, mas são usados de maneira ardilosa para tentar confundir os brasileiros. Dilma e Cunha são adversários figadais.
	776-778	O fogo cruzado entre os dois, que dominou a agenda política nos últimos meses, agora é absolutamente secundário. A decisão sobre o futuro da presidente não cabe mais a Eduardo Cunha nem a negociações de caráter pessoal
	795-797	Impeachment é remédio amargo, ou o mais amargo dos remédios contra uma autoridade pública, mas está devidamente regulamentado na legislação brasileira. Se há golpe em curso, como estrilam alguns petistas, é contra a inteligência alheia.
	812-813	Eduardo Cunha negociou nos bastidores um acordo de proteção mútua com Dilma.
	817-818	A parceria acabou em ruptura depois de o PT prometer votar contra Cunha no Conselho de Ética da Câmara
	835-838	Que Dilma e Cunha enfrentem as denúncias que pesam contra eles. Que exerçam seu direito à defesa e ao contraditório [...] e que seus destinos sejam selados, à luz do dia, pelas instituições.

	838	O tempo de tramitação do processo de impeachment ainda é incerto.
O papel das ruas	1102-1103	Deflagrado o processo de impeachment, o futuro da presidente Dilma Rousseff será decidido pelo Congresso
	1115-1116	o impeachment é um instrumento constitucional e não se resume a chantagens de Cunha.
	1116-1118	“Estamos no meio de uma batalha de narrativas. Vamos voltar às ruas para mostrar que não é Dilma <i>versus</i> Cunha, mas Dilma <i>versus</i> o Brasil”, diz Renan Haas, um dos líderes do MBL.
	1125-1126	“Não há motivação nenhuma para essa solicitação não ser o desespero de Cunha, que deveria estar preso”, afirmou Vagner Freitas, presidente da CUT.
	1127-1129	O argumento ignora o fato de que o pedido não foi formulado por Cunha, que ele cumpriu um papel que a lei estabelece ao presidente da Câmara e que o seguimento da questão independe dele.
	1131-1133	“Um pedido popular que tem quase 70% de aprovação não pode ser manchado por um jogo de barganha”, diz Rogério Chequer, coordenador do Vem pra Rua.
	1144-1146	“Na ocasião, havia consenso entre diferentes estratos da sociedade – políticos, sindicatos e estudantes”, diz o cientista político Rubens Figueredo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Examinando as sequências, começamos por aquelas extraídas do editorial “A beleza do impeachment” das quais duas chamam a atenção pela ocorrência do marcador “não” (linhas 711 e 714) estabelecendo negação polêmica. Esse efeito é produzido pela refutação do nome que caracteriza o tema abordado na edição (o *impeachment*), e pela marcação do operador “também” (linha 1339), que encadeia o enunciado anterior com o posterior dessa sequência, restringindo o limite das possibilidades de sentido que podem ser atribuídos a esse referente. Pelo item lexical “golpe” (linha 711), depreende-se um conflito regulado que estabelece a fronteira do dizível, distinguindo as determinações estabelecidas no ordenamento jurídico brasileiro e a possibilidade de interferência pessoal nos trâmites processuais.

No geral, a totalidade dessas sequências mantém a coesão discursiva de que *impeachment* está previsto na Constituição, e de que tal quais as eleições presidenciais, é a expressão da vontade popular. Contudo, ainda que defenda o respaldo constitucional, o discurso engendrado pela revista também cede espaço para questionar as motivações pessoais e a imparcialidade na condução do processo. Essa abertura pode ser observada nas sequências 729 e 732, em que os operadores argumentativos de concessão “embora” e “mas”, respectivamente, distribuem de forma desproporcional o peso dos argumentos em torno do

tema, constituindo “movimento argumentativo que integra uma aprovação e uma refutação, apresentando um argumento a favor de uma certa conclusão e um argumento mais forte em favor da conclusão inversa” (MAINGUENEAU, 1997, p. 169). Pela concessão, perde força o argumento de que o *impeachment* esteja previsto na legislação brasileira há mais de meio século, revelando a consonância do locutor com outro ponto de vista, o de que é um processo “essencialmente político” (linha 730) cujos rumos são determinados “pelo somatório de forças contra e a favor da destituição” (linha 732) do acusado.

Continuando com a retranscrição I, ela pode ser associada a sequências da reportagem “O papel das ruas”, de Eduardo Gonçalves. Esses enunciados reiteram o amparo constitucional do *impeachment* (linhas 1115-1116) e reforçam o posicionamento de que a continuidade do processo não depende de uma única pessoa, mas de vários deputados e senadores, razão pela qual não se confunde com fruto de desavença pessoal, mesmo que se reconheça a existência das “chantagens de Cunha” (linha 1115-1116).

Nesse texto, recorre-se à fala de duas personagens externas ao corpo editorial de *Veja*. A primeira é a de Renan Hans, membro do Movimento Brasil Livre (linhas 1116-1118), e a segunda é a de Rogério Chequer, coordenador do Vem pra Rua (linhas 1131-1133). Ambos pertencem a movimentos signatários do pedido de *impeachment*, e, pelo discurso indireto introduzido por verbo *dicendi* (MAINGUENEAU, 2013a), as falas deles dois foram inseridas na reportagem para corroborar o posicionamento de que afastar a presidente é um anseio da sociedade civil organizada, não um “jogo de barganha” (linha 1132).

Cumprido assinalar que o enunciativo jornalista utiliza esse mesmo recurso enunciativo para introduzir falas dissonantes ao posicionamento predominante na revista. A primeira ocorrência é a fala de Vagner Freitas, presidente da Central Unida dos Trabalhadores, entidade sindical embrionária do Partido dos Trabalhadores, em que, pela predicação, classifica o pedido como “desespero de Cunha” (linhas 1125-1126); e a segunda é a fala do cientista político Rubens Figueiredo, ponderando que, ao contrário do que aconteceu com a deposição de Fernando Collor, não haveria consenso quanto ao afastamento de Dilma Rousseff (linhas 1144-1146).

Ao serem inseridas na enunciação de VJ2455, as falas desses dois locutores também alheios à revista, mesmo não estando, *a priori*, em conformidade com o discurso da revista, submetem-se ao império do sistema de coerção que as rege quando são inseridas nesses textos. Como apresentam um posicionamento em concorrência, essas duas falas promovem uma disputa de sentido que é contrabalaneada pelo locutor do texto em defesa de que Eduardo

Cunha tenha exercido a prerrogativa do cargo para aceitar o pedido de *impeachment* (linhas 1127-1129).

Passando para os enunciados extraídos da reportagem “Impeachment não é guerra”, com os quais também se pode relacionar a retranscrição I, observamos que eles mantêm a coesão discursiva verificada no editorial e na reportagem. Nas sequências selecionadas, afirma-se que, no *impeachment*, há, pelo menos, dois aspectos indissociáveis de uma discussão “meramente técnica” e, ao mesmo tempo, espelhada nas “convicções de cada parlamentar” (linhas 762-764), formando um paradoxo constituído pela oposição entre “tese” e “prática”. Estabelecido o paradoxo, as “negociatas de caráter pessoal” (linhas 776-778) deslocam-se para o segundo plano, e prevalece a aplicação do “mais amargo dos remédios contra uma autoridade pública”, em um desenrolar imprevisível “devidamente regulamentado na legislação brasileira” (linha 795-797).

Ao evocar a lei, o texto torna o item lexical “golpe” elemento de disputa de sentido estabelecendo uma relação polêmica entre os discursos (re)produzidos por VJ2455 e por CC879, competindo por um lugar de sobressalência acerca da deposição de Dilma Rousseff. Por não reconhecer a validade do discurso de que o *impeachment* é uma afronta à ordem constitucional (ou seja, um golpe), o enunciador em VJ2455 traduz o discurso concorrente no interior do sistema de coerções do seu discurso, construindo um simulacro (MAINGUENEAU, 2008a). Nas sequências do quadro 20, o item lexical “golpe” recupera o discurso em concorrência para torná-lo inválido: em VJ2455, golpe é um “golpe contra a inteligência alheia” (linhas 795-797).

Nesse embate discursivo promovido pelas duas revistas em torno do mesmo acontecimento, o sintagma “golpe”, de um lado, rompe com o valor estritamente semântico e adquire estatuto de “signo de pertencimento” do discurso em CC879; de outro, esse mesmo elemento linguístico é explorado de outra maneira pelo discurso em VJ2455, que o mobiliza para desqualificar o discurso concorrente. Ou seja: o mesmo item lexical é enunciável em *Veja* para se referir à uma forma de manipulação da opinião pública (linhas 795-797), enquanto, em *Carta Capital*, serve de reclame para a falta de legitimidade do *impeachment* de Dilma Rousseff. Essa disputa apreendida a partir de um item lexical atesta a noção teórica de que “entre vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 81).

Cotejando as sequências selecionadas desses três textos e a retranscrição I, pode-se dizer que elas estão submetidas ao mesmo sistema de coerções semânticas, engendrando o discurso de que o processo de deposição de um presidente, regulamentado na legislação brasileira, não está

sujeito às intempestividades, mesmo sabido o impulso “nada nobre do instinto de vingança” (linhas 768-771) daquele que o aceitou. Por essas restrições semânticas, firma-se o posicionamento de que o *impeachment* é um mecanismo legal, previsto constitucionalmente e, ao mesmo tempo, um litígio político, no qual confronta-se a possibilidade de atenuação das evidências quanto à autoria do crime impetrado ao acusado frente à preponderância da capacidade de o julgado deter aparato político para contornar a denúncia enfrentada.

Igualmente, o discurso produzido por essa sistema de coerções também sustenta que a alegada desavença em torno desse episódio deve-se à tensa cooperação entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha, que eram tanto “adversário figadais”, quanto aliados em um “acordo de mútua proteção” (linhas 812-813), até que a “parceria” (linhas 817-818), por pressão das denúncias de desvio de dinheiro público, foi rompida com a decisão do Partido dos Trabalhadores de votar pela cassação do mandato do presidente da Câmara, o que causou um “fogo cruzado entre os dois” (linhas 776-778).

Até aqui verificamos que as produções discursivas em *Carta Capital* e em *Veja* disputam espaço no campo midiático jornalístico, e, em decorrência das coerções desse campo, “a aceitação do *impeachment*” é um tema imposto às duas revistas, sendo abordado, em cada uma a delas, a partir da relativização das diferentes forças que atuam na condução desse processo. Segundo o princípio das coerções semânticas, a um mesmo item lexical pode ser atribuído sentidos diferentes, dependendo do discurso que o assume, e no caso em tela, pode-se depreender, pelo menos, dois sentidos ao termo “*impeachment*”, a depender das restrições: em VJ2455 refere-se a um dispositivo constitucional e aos desdobramentos processuais; em CC879, corresponde aos bastidores políticos desse processo, sendo uma terminologia técnica mobilizada, por vezes, como sinônimo de “golpe”.

Essa polêmica depreendida pelo item lexical *impeachment* corrobora a hipótese de que um dado discurso resulta da integração do sistema de coerções semânticas, impondo determinados temas, que “se dividem em *temas compatíveis* e em *temas incompatíveis*. Os primeiros convergem semanticamente com o sistema de restrições; os segundos, não, mas, mesmo assim, estão integrados” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 84, grifado no original). O *impeachment* é um desses temas impostos à duas revistas, mas não é o único. Recuperando a análise da manchete de CC878, submetida às mesmas condições de enunciabilidade de VJ2455, identifica-se que a “motivação pessoal de Eduardo Cunha em aceitar o pedido” é outro tema imposto às revistas, só que ele é compatível apenas com o discurso de *Carta Capital*, sendo incompatível com o de *Veja*.

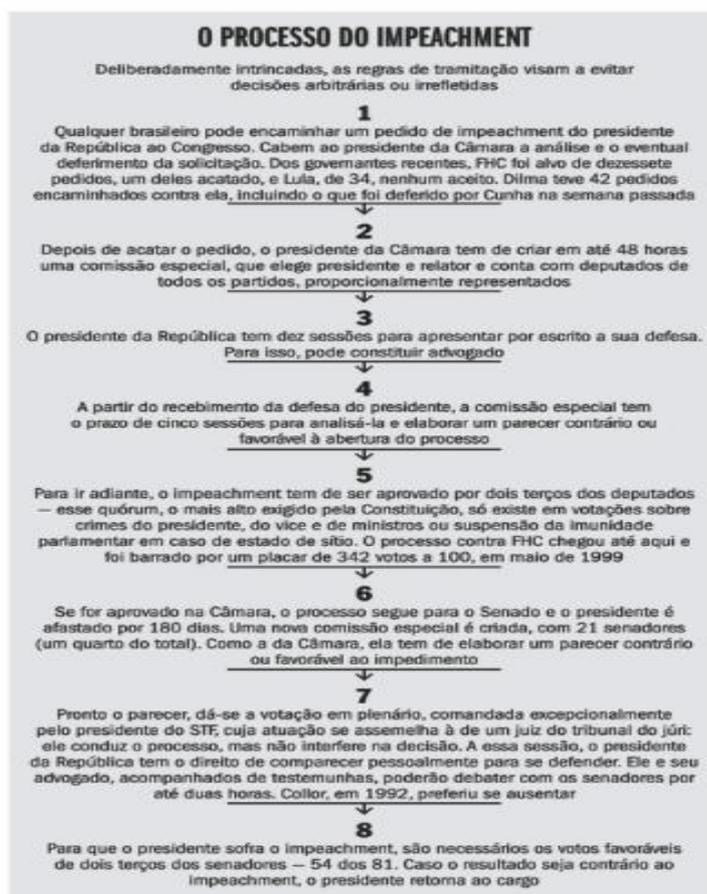
Nessa direção, observa-se a imposição desse tema pelo sintagma nominal “fogo cruzado” (linha 776), que marca explicitamente a existência de desavença pessoal entre a presidente da República e o presidente da Câmara. Ocorre que, apesar de imposto à *Veja*, ela não o integra completamente, sendo que, como é obrigada a abordá-lo, ele aparece na revista para ser propulsado com as falas de terceiros, inscritos em lugares enunciativos de setores da sociedade civil organizada, tais como Renan Hans e Rogério Chequer, sobrelevando o anseio coletivo pela deposição de Dilma Rousseff diante das acusações de vingança pessoal.

Dessa multiplicidade de locutores – no quadro 20 há, pelo menos, seis locutores, aí incluídos os jornalistas que assinam os textos –, nenhum deles aparece na retranca I, em que prevalece a fala do locutor coletivo marcado na Zona 2 da capa da revista. Nos textos-fonte, esses diferentes pontos de vista foram subordinados a coerções da cena genérica dos gêneros editorial e reportagem, determinando a inscrição dos enunciados em sequências textuais argumentativas.

Seguindo para a retranca II (“O passo a passo do processo que visa a derrubar a presidente”), ela também pode ser vinculada a enunciados da reportagem “Impeachment não é guerra”, assinada por Daniel Pereira, notadamente nas linhas 798-811, em que se discorre, em um parágrafo inteiro, sobre três etapas fundamentais de tramitação do processo. Articulado à reportagem, encontra-se um quadro com uma representação gráfica da tramitação, reproduzido na Fig. 16.

Analisar a figura mais detalhadamente foge do propósito dessa seção, mas cumpre assinalar que o subtítulo desse iconotexto (“Deliberadamente intrincadas, as regras de tramitação visam a evitar decisões arbitrárias ou irrefletidas”) sugere que ele tenha sido produzido sob o mesmo sistema de coerções que rege a enunciação de VJ2455, engendrando o discurso de que, no *impeachment*, impera a lei, não a personalidade. Deixando de lado aqui os aspectos concernentes às coerções do gênero, fitamos o nosso olhar em um aspecto específico: a organização desses elementos ordenados numericamente possibilita interpretar que essa figura tenha servido como base para a retranca II.

Figura 16 - Quadro extraído da reportagem Impeachment não é guerra, de VJ2455



Fonte: Veja (2015)

Analisar a figura mais detalhadamente foge do propósito dessa seção, mas cumpre assinalar que o subtítulo desse iconotexto (“Deliberadamente intrincadas, as regras de tramitação visam a evitar decisões arbitrárias ou irrefletidas”) sugere que ele tenha sido produzido sob o mesmo sistema de coerções que rege a enunciação de VJ2455, engendrando o discurso de que, no *impeachment*, impera a lei, não a personalidade. Deixando de lado aqui os aspectos concernentes às coerções do gênero, fitamos o nosso olhar em um aspecto específico: a organização desses elementos ordenados numericamente possibilita interpretar que essa figura tenha servido como base para a retranca II.

No que concerne à retranca III, ela também recupera sequências da reportagem “Impeachment não é guerra”, somando-se a outras da reportagem “O alicerce apodreceu”, de Marcelo Sakate e Bianca Alvarenga, como vemos no quadro a seguir.

Quadro 21 - Sequências relacionadas à retranca III de VJ2455

Texto fonte	Linha	Sequência
Impeachment não é guerra	781-782	O simples início da tramitação do caso fez a cotação do dólar cair e a Bolsa subir, puxada pela valorização das ações de empresas controladas pelo governo.
O alicerce apodreceu	1180-1181	Segundo o IBGE, o PIB brasileiro encolheu 1,7% no terceiro trimestre do ano em relação aos três meses imediatamente anteriores.
	1182-1184	De acordo com a consultoria Austin Ratings, de 42 países, apenas a Ucrânia, conflagrada por uma guerra civil, teve um desempenho tão negativo.
	1184-1187	A produção econômica retrocedeu ao nível do início de 2011, quando Dilma assumiu o cargo. É como se a primeira metade da década não tivesse existido para o país. Pior: analistas preveem que a renda per capita em 2020 será semelhante à de 2010. O Brasil terá assim mais uma década perdida.
	1194-1198	“O que começou como uma recessão impulsionada pela necessidade de ajuste de uma economia que acumulou grandes desequilíbrios agora está se tornando uma depressão completa, dada a profunda contração da demanda doméstica”, disse, em um relatório, o economista Alberto Ramos, responsável pelas análises sobre a América Latina do banco americano Goldman Sachs.
	1204-1205	Agora, o tombo total deverá atingir 8,1%, pelas projeções de Sílvia Matos, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).
	1216-1219	A piora no mercado de trabalho, os preços em alta e o crédito caro indicam que as vendas serão ruins, assim como ocorreu nas outras datas comemorativas do ano”, diz Flávio Calife, economista-chefe da Boa Vista, empresa que administra o Serviço Central de Proteção ao Crédito
	1231	A reação dos investidores à abertura do processo de impeachment foi positiva
	1231-1235	Na quinta-feira, o principal índice de ações da Bovespa subiu 3,3%, enquanto o real se fortaleceu ante o dólar. Os papéis de empresas estatais e de bancos estiveram entre as maiores altas do dia, refletindo a expectativa de que uma eventual saída do PT do poder decreta o fim do modelo de intervenção do Estado na economia.
1236-1238	“É difícil que uma empresa tome a decisão de investir sem saber qual será o governo e quais serão as políticas discal e monetária”, diz o economista Thiago Curado, da 4E Consultoria	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

No primeiro texto-fonte, essas sequências específicas dissertam sobre a reação do mercado financeiro após a aceitação de abertura do processo – “fez a cotação do dólar cair e a bolsa subir, puxada pela valorização das ações de empresas controladas pelo governo” (linhas 781-782). O qualificador “simples” (linha 781) marca o investimento subjetivo do locutor do texto editorial em expressar que, mesmo em fase embrionária, o processo de deposição da presidente já mostra efeitos positivos para a economia brasileira.

No segundo texto-fonte, o tema abordado é inserido completamente na seara econômica, promovendo um deslocamento perceptível pelos termos a ela relacionados, tais como “investidores” (linha 1231), “índices de ações da Bovespa” (linha 1232), “papéis de empresas estatais e bancos” (linha 1233). Na reportagem também são comparados indicadores econômicos (linhas 1180-1181 e 1184-1187) de 2015 com os de 2011, ano em que Dilma Rousseff assumiu o cargo pela primeira vez.

Interpretamos que esses elementos linguísticos e não linguísticos tenham sido integrados ao discurso dessa edição de *Veja* para sustentar que foi equivocada a política econômica adotada pela presidente, trazendo como consequência um “retrocesso ao nível do início de 2011” (linha 1185) – posicionamento reiterado na edição da semana posterior, VJ2456, como veremos mais adiante.

À vista disso, recorre-se à “modalização em discurso segundo” (MAINGUENEAU, 2013a), para encaixar, na encenação do texto, falas de terceiros, tais como: os dados do IBGE⁴¹ (linha 1180) e a avaliação da consultoria Austin Ratings⁴² (linha 1183). Da mesma forma, pelo discurso indireto entre aspas, são inseridas no texto as falas dos economistas Alberto Ramos (linha 1197), Silvia Matos (linhas 1204-120) e Flávio Calif (linhas 1216-1219), conferindo autenticidade ao discurso relatado porque criam o efeito de reconstituição de que teriam sido proferidas exatamente daquela forma.

Essas diferentes falas, por serem introduzidas por modalizadores (“segundo”, “de acordo com”, “pela”), são atribuídas a locutores cujos pontos de vista não são de responsabilidade do locutor da reportagem, que apenas os cita. Dessa forma, não é o locutor jornalista, são terceiros, inscritos em lugares enunciativos do mercado financeiro, que fazem reclamo da progressão decrescente rumo à recessão impulsionada pelo governo de Dilma

⁴¹ Instituição pública criada em 1934 e, dentre as atribuições, realiza pesquisas para elaborar indicadores ligados a estatísticas sociais, demográficas e econômicas.

⁴² Agência brasileira classificadora de risco de crédito. Ver o site www.austin.com.br

Rousseff, o que, pelo discurso de VJ2455, teria gerado queda nos índices de confiança junto aos consumidores e aos investidores.

Em outra frente, a enunciação citada de Tiago Curado (linhas 1236-1238), consultor do mercado financeiro, circunscreve um posicionamento divergente. Como especula sobre as incertezas do cenário econômico decorrentes de uma eventual mudança de governo, essa fala promove o efeito de imparcialidade esperado no gênero reportagem, na tentativa de equiponderar os pesos de diferentes argumentos em torno do tema imposto. De toda forma, apesar desse contrapeso, não é ele que predomina, a se ver pelo título do texto (“O alicerce apodreceu”), que baliza a leitura, desde o início, em direção ao despreço pela política econômica adotada pela presidente ao longo dos anos. Sob a forma de frase verbal, esse título recupera as falas dos locutores alheios à revista, nela convocados a enunciar para expressar os motivos que tornaram insustentável a manutenção do pilar econômico tal qual proposto, ainda que, no texto, recorra-se também a locutores cujas falas avaliam com cautela a expectativa da saída de Dilma Rousseff.

Essa ponderação possivelmente dá-se em decorrência das coerções do gênero reportagem, em que sequências argumentativas são exigidas, tendo em perspectiva a mobilização de diferentes pontos de vista. O enunciado na capa, entretanto, não exhibe essa pretensão de objetividade, sendo que a retranca III direciona o sentido apenas para a reação positiva (“euforia”) do mercado financeiro em expectativa (“sinaliza”) pela retomada da confiabilidade dos investidores junto ao governo brasileiro. Somada à assertividade, a não correspondência entre os enunciados potencialmente destacados também é indício de que a retranca III tenha sido produzida pelo regime aforizante.

No que se refere à retranca IV, ela se vincula ao texto assinado por Marina Barros, ou seja, à reportagem “A ex-cara-pintada e o ex-petista”, cujo primeiro parágrafo transcrevemos no quadro abaixo:

Quadro 22 - Sequência relacionada à retranca IV de VJ2455

Linhas	Sequência
874-879	Cara-pintada em 1992, quando era diretora do centro acadêmico da Faculdade de Direito da USP e participou da organização dos protestos para derrubar Fernando Collor, a hoje professora da instituição Janaína Paschoal, de 41 anos, foi a responsável por unir o ex-petista Hélio Bicudo e o jurista Miguel Reale Jr. na apresentação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, acolhido pelo presidente da Câmara dos Deputados na semana passada.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

O segmento selecionado inicia a reportagem e, nele, a introdução de dois referentes não é feita por nomes próprios, mas por descrições definidas: “cara-pintada” (linha 874), “diretora do centro acadêmico da Faculdade de Direito da USP” (linha 874), “professora da instituição” (linha 876), para ela; e “o ex-petista” (linha 877), para ele. Apesar do que está no título da reportagem e da retranca IV, o número de juristas signatários do pedido de afastamento de Dilma Rousseff são três, não apenas dois: Miguel Reale Jr., Janaína Paschoal e Hélio Bicudo. Esses dois últimos são, em VJ2455, apresentados por designações indiretas, não pelos seus nomes próprios, em razão de, no nosso entender, serem personalidades, à época da publicação, pouco conhecidas no debate público, pois “atribui-se um nome próprio apenas a seres *frequentemente evocados*, relativamente *estáveis* no espaço e no tempo e que tenham *relevância social ou afetiva*” (MAINGUENEAU, 2013a, p. 246, grifado no original).

Figura 17 - Imagem articulada à reportagem "A ex-cara-pintada e o ex-petista", de VJ2455



Fonte: Veja (2015)

No título do texto-fonte, essas duas designações funcionam como propriedades sobressalentes dos dois referentes que os situam no contexto do *impeachment* a partir de termos introduzidos por artigo definido (“a” e “o”). Nessa forma de definição, o valor genérico é mais

forte porque “o definido genérico singular leva em consideração o conjunto dos elementos pertencentes a uma classe, mas visa diretamente ao objeto típico da classe (o homem por excelência, a mulher típica)” (MAINGUENEAU, 2013a, p. 256). Como se trata de um iconotexto, o efeito de especificação também é produzido pela articulação do plano verbal com materialidade imagética da (Fig. 17), na qual Janaína Paschoal e Hélio Bicudo aparecem sentados um ao lado do outro, mantendo o paralelismo do título (“ela” e “ele”).

Na retranca IV, essas mesmas duas designações são, de outro modo, introduzidas por artigo indefinido (“uma” e “um”), permitindo duas possibilidades de interpretação, não excludentes: *i*) genérica (faz-se referência a dois grupos de pessoas, ou seja, aos petistas e aos cara-pintadas); *ii*) e/ou específica (delimita um objeto particular em um grupo de semelhantes). Esse valor duplo genérico/ específico é explorado na retranca de forma a favorecer o sentido de que o afastamento da presidente possui amplo apoio popular e político. Do mesmo modo, essas designações situam os referentes na esfera jurídica e acadêmica, e no ativismo político, aí incluídos os movimentos estudantis.

Ao passo que o título da reportagem sugestiona a interpretação genérica, a retranca IV autoriza interpretação polissêmica porque o artigo indefinido “tem a vantagem de levar ao genérico sem anular o individual” (MAINGUENEAU, 2013a, p. 253). Igualmente, a designação com determinante indefinido exige do leitor o conhecimento não apenas do léxico da língua, mas também de determinados elementos do *thesaurus*, ou seja, o leitor precisa mobilizar o conhecimento de que: “petista” refere-se aos membros do Partido dos Trabalhadores, ao qual pertence Dilma Rousseff; e, “cara-pintada” denomina os manifestantes civis que foram às ruas, no início de 1992, protestar contra a permanência do então presidente Fernando Collor no poder.

Nessa reportagem, depreende-se que a enunciação tenha sido moldada para encenar que a deposição de Dilma Rousseff, além de seguir um bem-sucedido lastro político de militância de oposição na derrubada de governantes, tem ainda respaldo do espectro político da esquerda, mais pontualmente de um dissidente do próprio partido da presidente. O enunciado na capa mantém esse posicionamento, mas, em aspectos linguísticos, difere da contrapartida do interior da revista.

Levando a análise para a destacabilidade que permitiu as retrancas V e VI, identificamos esse potencial nos trechos da reportagem “Os ecos da Lava-Jato”, de Robson Bonin e Hugo Marques, discriminados a seguir.

Quadro 23 - Sequências relacionadas às retrancas V e VI de VJ2455

Linhas	Sequência
902-904	No pedido, os advogados observaram que a Lava-Jato, a cada nova leva de prisões, “colhe pessoas próximas à presidente, destruindo a aura de profissional competente e ilibada, criada por marqueteiros muito bem pagos”.
904-907	Segundo eles, seria impossível dissociar a presidente dos desvios bilionários da Petrobras que começaram no governo de Lula e prosseguiu até o ano passado, quando desencadeada a Operação Lava-Jato.
910-912	Coordenador da campanha de Dilma em 2010, o ex-ministro Antonio Palocci é investigado como suspeito de ter intermediado um repasse de 2 milhões de reais de recursos desviados da Petrobras para o caixa de campanha da petista.
912-915	O atual ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Edinho Silva, tesoureiro reeleição de Dilma em 2014, foi acusado por um dos empreiteiros de ter pressionado os empresários envolvidos no caso a dar dinheiro à campanha da presidente.
915-917	O senador Edison Lobão, ex-ministro de Minas e Energia de Dilma, é acusado de ter recebido propina para facilitar os negócios ilegais.
917-920	Marqueteiro responsável pelos dois triunfos eleitorais da presidente, o publicitário João Santana é suspeito de ter recebido dinheiro em contas secretas no exterior de uma das empreiteiras do petróleo, a Odebrecht, como pagamento pelos serviços prestados à campanha petista.
937-939	“O STJ... ontem eu conversei com o Zé Eduardo (<i>o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo</i>), muito possivelmente o Marcelo na turma vai sair”, afirma o senador em conversa gravada no dia 4 de novembro.
944-945	Ribeiro Dantas votou pela liberdade do empreiteiro durante o julgamento do habeas-corpus.
948-951	“Não se justifica o estabelecimento de novos paradigmas para o instituto da prisão preventiva, sob pena de este se configurar um verdadeiro julgamento de exceção, o que é repudiável pela ordem constitucional em vigor”, disse o ministro, em uma crítica direta à atuação do juiz Sergio Moro.
952-954	Magistrados do STJ que defendem a legitimidade das prisões da Lava-Jato interpretaram as posições adotadas por Ribeiro Dantas como um indicativo de que o tribunal prepara uma intervenção na Lava-Jato
963-964	VEJA ouviu de dois magistrados do STJ um relato inusitado: os magistrados que vão decidir sobre a liberdade dos empreiteiros estão sob pressão.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

No geral, o conjunto dessas sequências alimenta o posicionamento de que o governo Dilma Rousseff esteja imerso em esquemas de corrupção envolvendo uma série de pessoas, desde o responsável pela campanha eleitoral da então candidata ao primeiro mandato, até personalidades políticas diretamente vinculadas à administração pública federal sob o comando

da presidente. São elas: Antonio Palocci (linha 911), Edinho Silva (linha 913), Edison Lobão (linha 916) e João Santana (linha 918).

Alguns dessas sequências não foram originalmente produzidas pelos jornalistas de *Veja*, a quem se atribui a responsabilidade enunciativa na reportagem. Retoma-se, em um desses trechos, uma frase retirada do próprio pedido de impedimento sugerindo o envolvimento de “pessoas próximas à presidente” (linha 903). Inserido pelo discurso direto marcado por aspas, essa fala reforça a pretensão de objetividade que permeia o texto para demarcar o posicionamento de que a corrupção atravessa os diversos segmentos da gestão federal e de que a Operação Lava-Jato potencializa as consequências política e popular para desencadear a progressiva derrubada do governo.

As sequências 937-939 foram destacadas de uma gravação, trazida à público pela imprensa, em que o filho de um dos presos na Operação Lava-Jato dialoga com Marcelo Ribeiro Dantas, ministro relator do caso no Superior Tribunal de Justiça. Essa declaração, retirada do contexto original, assegura a validade do posicionamento de que a relatoria na instância judicial esteja agindo em favor dos acusados, como explicita o locutor da reportagem na sequência 944-945, sobre o voto para a libertação de Marcelo Odebrecht, empresário então preso em caráter preventivo⁴³.

Desse voto proferido pelo ministro, foi destacado um trecho (linhas 948-951) que evoca a “ordem constitucional” e, ao ser incorporado à reportagem, submete-se às regras do sistema de coerções de forma que, por esse discurso, a defesa do direito à liberdade confunde-se com o questionamento da legitimidade da operação policial. Frise-se que o trecho destacado é uma avaliação subjetiva de um sujeito específico – no caso, o ministro Marcelo Ribeiro Dantas – e que, no texto, ela é mobilizada para investir no sentido de que esteja trinfando o interesse individual de um único ministro diante do entendimento colegiado do tribunal em validar as prisões preventivas.

Essa contraposição se marca com utilização de duas designações distintas para sujeitos pertencentes ao mesmo grupo, criando um efeito de fragmentação: de um lado, nas linhas 937 e 944, refere-se a um dos sujeitos pelo nome próprio (Marcelo Ribeiro Dantas) limitando a identificação de um único ser junto a um coletivo; de outro, a designação – “magistrados do STJ” (linhas 952 e 963) – estabelece um lugar enunciativo institucional, retomando falas

⁴³ Em 8 de março de 2016, foi condenado a 19 anos e 4 meses de prisão pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

atribuídas a um sujeito que não atende por um nome próprio, mas pelo papel social que desempenha.

Na capa, as retrancas V e VI associam-se ao posicionamento defendido no conjunto das sequências do quadro 23. Todavia, mitiga-se o efeito de fragmentação, pois a retranca VI remete apenas à instituição, sem mencionar seus integrantes. Esse enunciado verbal da capa, ao contrário do texto de origem, imputa à instância judicial, não a um único ministro, a responsabilidade por tentar conceder liberdade aos suspeitos de prática criminosa. Em ambas as retrancas, não há correspondência com a contrapartida do texto de origem, o que, somado ao exposto, orienta a atenção para a hipótese de mudança de regime enunciativo.

Seguindo a análise para a retranca VII, ela surge da irradiação da reportagem “O primeiro choque”, de Kalleo Coura e Marina Barros, da qual selecionamos os seguintes segmentos:

Quadro 24 - Sequências relacionadas à retranca VII de VJ2455

Linhas	Sequência
990-992	A reação levou menos de duas horas. Ato contínuo ao anúncio do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de que havia decidido aceitar o pedido de afastamento de Dilma Rousseff, ela surgiu em cadeia nacional na TV para se dizer indignada com a iniciativa.
995-996	Vinte e três anos atrás, defrontado com a mesma situação, Fernando Collor de Mello preferiu reagir com o silêncio.
996-998	Só dezenove dias depois de o então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, ter aceitado dar andamento à ação contra ele foi que o ex-presidente decidiu fazer um pronunciamento na TV.
1001-1003	Collor atribuiu o pedido de impeachment aos “setores do atraso”, que viram seus “interesses contrariados e ambições frustradas” diante do seu programa de governo.
1003-1005	Já a presidente Dilma preferiu ignorar a oposição e os 65% de brasileiros que apoiam a abertura do processo contra ela para circunscrever ao presidente da Câmara a responsabilidade pela ofensiva ao seu mandato
1012-1014	(...) 67% dos brasileiros consideram o governo Dilma ruim ou péssimo. Collor era rejeitado por 68% da população quando o impeachment começou a tramitar na Câmara
1014-1016	Ambos os presidentes enfrentaram ainda uma crise econômica e foram alvo de manifestações populares massivas

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A reportagem traça um paralelo entre as reações de dois presidentes, descrevendo a indignação de Dilma Rousseff e lembrando o silêncio de Fernando Collor, quando cada um deles se deparou com a abertura de um pedido de *impeachment*. O contraste da reação dos dois

presidentes é marcado pelo operador argumentativo “já” (linha 1003), diferenciando como cada um deles procedeu em situação similar: Fernando Collor, primeiramente em silêncio, atribuiu a “setores do atraso” (linha 1002) o interesse de seu afastamento; Dilma Rousseff responsabiliza uma única pessoa, Eduardo Cunha (linha 991). Além desse paralelo, o locutor do texto também fornece dados de pesquisas de popularidade (linhas 1012-1014) dos dois presidentes, articulando a expectativa pela deposição deles com alta rejeição popular e recessão econômica.

No texto fonte, menciona-se que, enquanto Dilma Rousseff reagiu “em menos de duas horas” (linha 990), Fernando Collor só teria rompido o silêncio “dezenove dias depois de o então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, ter aceitado dar andamento à ação” (linha 996-998). Apesar de aparecerem no texto-fonte, o tempo que cada presidente levou para se manifestar não serve de apoio ao enunciado da retranscrição VI, segundo o qual a “primeira reação” de ambos foi a de “culpar os adversários”. Na retranscrição, o jogo argumentativo da reportagem flexibiliza-se com a formatação de uma fala fora de negociação, a ponto de as atitudes de Collor e de Dilma, face à iminente deposição, serem avaliadas como idênticas, a despeito das peculiaridades.

Passando para a retranscrição VIII, ela surge da irradiação do texto “O primeiro choque”, de Kalleo Coura e Marina Barros, e de “O sistema de crises sem traumas”, de Duda Teixeira e Leonardo Coutinho. Desses dois textos, selecionamos os seguintes segmentos:

Quadro 25 - Sequências relacionadas à retranscrição VIII de VJ2455

Linhas	Sequência
1032-1035	A substituição de um chefe de governo que perdeu a capacidade de governar é um mecanismo previsto em lei tanto no regime presidencialista quanto no parlamentarista. A diferença é que no segundo caso ela é praticamente automática (veja a reportagem na pág. 80) e no primeiro, quase sempre traumática.
1035-1040	Primeiros-ministros não têm mandato, mas investidura de confiança. Quando essa se vai, vai-se também o titular do cargo – e essa é a regra do jogo, sabida e prevista. Já no presidencialismo, a queda de um governante eleito, determinada pelo Poder Legislativo, está longe de ser um evento natural. É antes um grave acidente de percurso – de consequências extensas e imprevisíveis, como é da natureza dos eventos inesperados
1045-1046	A interrupção de um mandato por qualquer motivo, ainda que ocorra dentro dos ditames da Constituição, é vista como uma anomalia.
1046-1047	Tem-se a sensação de que algo deu errado, ou que a vida política está irremediavelmente fora da ordem.
1050-1053	Em nações parlamentaristas, a lógica é diferente. Nesse sistema político, o mandato pode ser encurtado ou esticado em nome de prerrogativas como o

	cumprimento de promessas de campanha, a governabilidade, a estabilidade e o respeito às leis.
1053-1055	Como já disse a chanceler alemã Angela Merkel à presidente Dilma Rousseff: “No parlamentarismo, a renúncia não é um componente da crise. A renúncia é a solução”.
1064-1067	Livre da obrigação de conquistar maiorias nas câmaras a cada votação, o governo em um sistema parlamentarista costuma ser mais estável. Ao chefe de Estado, por sua vez, é reservado um papel simbólico.
1069-1070	Um primeiro-ministro fraco pode antecipar as eleições, na esperança de obter uma coalizão política mais robusta
1070-1074	o Parlamento pode votar para tirá-lo do cargo e substituí-lo por alguém mais capaz. Já um governante forte, mas que enfrenta uma rebelião dentro do próprio partido, também pode renunciar e convocar eleições para garantir a governabilidade, em vez de se estender em disputas e impasses políticos.
1098-1101	O sistema parlamentarista não é impermeável a crises, mas, por ter no Executivo uma extensão do Legislativo, possui mecanismos para garantir que a queda de um chefe de governo seja menos traumática para as instituições. As soluções costumam ser mais rápidas e indolores.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

À primeira vista, essas sequências podem ser, em certo nível, aproximadas daquelas nos quadros 20 a 24, sugerindo que elas tenham sido afinadas pelo mesmo sistema de restrições semânticas. Sendo esse o filtro discursivo, foram identificados itens lexicais de eixos axiológicos antagônicos para definir o *impeachment*, a depender do sistema de governo adotado: se for o presidencialismo, o processo é caracterizado por sintagmas nominais de conotação negativa, tais como “traumática” (linha 1035), “anomalia” (linha 1046), “fora de ordem” (linha 1047), e “disputas e impasses políticos” (linha 1073-1074); se for o parlamentarismo, as alterações no tempo de mandato do chefe de governo estão relacionadas a designações como “cumprimento de promessas de campanha”, “governabilidade”, “estabilidade” e “respeito às leis” (linhas 1052-1053) e “mais estável” (linha 1066), favorecendo ao leitor estabilizar esse referente em uma dimensão apreciativa.

As vantagens do parlamentarismo em comparação ao presidencialismo são também depreendidas pelo verbo “poder”, que, pela modalização deôntica, firma o enunciado no eixo das normas, oferecendo ao leitor um amplo conjunto de possibilidades de atuação para solucionar uma crise política nessa forma de governo, dentre elas: “antecipar eleições” (linha 1069) e “renunciar” (linha 1072).

Em outra direção, mas mantendo a mesma coesão discursiva, apresentam-se as desvantagens do presidencialismo, quando se mencionam (os três parágrafos correspondentes às linhas 1076-1097) as soluções encontradas por diferentes países parlamentaristas, tais como

Grécia, Portugal e Itália (1719), os quais, diante de instabilidade política, teriam assegurado uma queda “menos traumática” (linha 1725) de chefe de governo, com “soluções mais rápidas e indolores” (linha 1100-1101). Outrossim, esse posicionamento discursivo é reforçado pelo enunciado atribuído à chanceler alemã introduzido entre aspas por verbo *discendi*, que afiança ser o parlamentarismo o melhor sistema de governo (linhas 1053-1055). Importante ressaltar que esse destaque não faz referência ao contexto de origem, dando ênfase à objetividade pretendida pelo texto, especialmente de que essa recomendação – a de renunciar – é verdadeira e válida a qualquer tempo.

De maneira geral, esses enunciados do quadro 25 podem ser associados à retranscrição VIII, em que há a indicação de que, no interior da revista, serão apresentadas as razões pelas quais o parlamentarismo suplanta o presidencialismo.

Sendo aforizações, a totalidade dos enunciados dessa manchete podem ser interpretados a partir do enquadramento informacional, corroborando a cena rotineira de capa de revista: a apresentação de uma lista dos assuntos a serem explanados, os quais o leitor deve tomar conhecimento. Considerando as circunstâncias em que essa edição foi posta em circulação, exige-se do leitor a ativação de determinado conhecimento da atualidade, sendo que a carga informacional desses enunciados pode ser apreendida pela incidência de operadores argumentativos (“por que”, “como”) em que se estabelece ao enunciativo um lugar enunciativo de quem detém uma informação e tem a capacidade de explicitar pormenores. Esse lugar enunciativo de um sujeito cuja fala enuncia uma verdade incontestável manifesta-se também na retranscrição II, em que o sujeito se apresenta como alguém que não apenas conhece detalhadamente as etapas legais da deposição da presidente, mas também é capaz de explicá-las de maneira didática na forma de um “passo a passo”.

Assim sendo, apesar de os textos do interior serem argumentativos, nas retranscrições I, II, IV e VIII a pretensão enunciativa é a de uma fala fora de negociação marcando uma relação assimétrica com o destinatário, e estabelecendo uma dessemelhança enunciativa em relação aos enunciados que os originaram.

Caso nos apoiemos nos itens lexicais “petista” e “cara-pintada”, a interpretação move-se em direção a um enquadramento no regime de memória porque exige a mobilização do *thesaurus* para recuperar o papel do movimento estudantil brasileiro que, no início dos anos 90, mobilizou milhares de manifestantes pedindo o afastamento do presidente Fernando Collor.

Esses enunciados verbais se articulam aos elementos não verbais: o escuro predominante na capa e o rosto em perfil de Dilma Rousseff permitem a apreensão de uma cenografia segundo a qual a presidente precisa lidar, sozinha, não apenas com as denúncias

apresentadas, mas também com todas as consequências da abertura do processo. Em meio a um ambiente de instabilidade, em que é praticamente impossível visualizar com clareza o porvir, a única certeza é a de que a presidente precisa encarar as pressões e demandas, elencadas nos enunciados verbais das retrancas.

4.2.3 A manchete intersemiótica da edição 880, de *Carta Capital*

Nessa manchete intersemiótica, a materialidade linguística está na parte inferior da capa, distribuída em cinco linhas, e incorporada a elementos não verbais: em cor branca, lê-se nas duas primeiras linhas sobrepostas “Eduardo Cunha” e “Michel Temer”, respectivamente; e, nas duas últimas linhas, também em mesma cor, “Eles se unem na tentativa golpista do *impeachment*, em proveito de um projeto pessoal de poder”. Em cor vermelha, o termo “o complô” divide esses elementos em dois blocos.

Quanto à imagem, ela está em preto e branco, com nuances de cinza amarelado, dispondo os elementos em dois planos: no primeiro, a fotografia de Michel Temer, enquadrada à altura do peito, e no segundo, atrás do então vice-presidente, a fotografia de Eduardo Cunha à altura dos ombros, levemente posicionada à esquerda. Sobre essas duas figuras dispostas em planos diferentes da imagem, incide uma luz que lhes delinea o rosto em contraste com a sombra.

Em relação à maneira de apresentação desses atores políticos, eles se portam de maneira bastante semelhante: ambos trajam terno, com colarinho branco à mostra, e a linha dos lábios deles lembra a de um sorriso contido. O olhar de Michel Temer está ligeiramente direcionado à esquerda, e o de Eduardo Cunha fita algo à direita, criando a impressão de que os dois estão se entreolhando. O tom escuro é predominante em todo o fundo da capa, à exceção do espaço central, em que o tom em sépia clareia o rosto das duas personagens.

Na articulação do enunciado verbal com a imagem, pode-se estabelecer “paralelismo” entre as duas primeiras linhas da manchete e a disposição dos rostos de Eduardo Cunha e de Michel Temer, respectivamente. Esses elementos assim dispostos podem auxiliar o leitor a associar cada um dos rostos a um desses nomes. Ambos os nomes próprios são retomados pelo pronome “eles”, no início do subtítulo da manchete, de forma que se atribui a mais de uma pessoa o empenho pela realização de um “projeto pessoal”. Em razão do “paralelismo” criado pela relação nome próprio e rosto, cria-se um efeito de que os anseios são tanto conjuntos quanto individuais, e de que esses sentimentos se associam às pessoas apresentadas na capa.

Figura 18 - Capa de CC880



Fonte: Carta Capital (2015)

Os termos “complô”, no enunciado em cor vermelha, e “tentativa golpista”, em um dos enunciados em cor branca, também no subtítulo, podem ser entendidos como marca de posicionamento nesse espaço discursivo. Importante a estrutura do termo “tentativa golpista”, formado por sintagma nominal em que “tentativa” é o núcleo, e “golpista” o qualifica. Como o termo núcleo compreende uma ação que o qualificador encerra, a revista investe no sentido de que, por se referir a um processo em curso, o *impeachment* pode ser revertido.

A esses dois itens lexicais de CC880, juntam-se “frustração e vingança” e “chantagem de Cunha”, presentes na capa CC879, formando peças do “sistema de coerções”

(MAINGUENEAU, 2008a) que rege os enunciados em *Carta Capital*, atravessando duas edições. Nesse sentido, esses vocábulos funcionam como retomada e/ou paráfrase do sintagma “golpe”, que teve proeminente circulação durante o período de tramitação do processo de afastamento de Dilma Rousseff, estabelecendo uma relação polêmica com os discursos em favor do *impeachment* e retomando a memória discursiva de quando os militares tomaram o poder em 1964 (POSSENTI, 2016; FONSECA; CAMPOS, 2017).

Por se inscrever no interdiscurso, esse discurso que *Carta Capital* produz e faz circular se firma a partir da relação estabelecida com outros. Neste espaço discursivo, concorrem, pelo menos, dois discursos: um em defesa da permanência da presidente e outro em defesa do afastamento definitivo. A iminente deposição da presidente eleita e a conseqüente ascensão do vice-presidente ao posto de titular permitiram um embate *situação x oposição*, em torno do qual as revistas disputavam sentidos quanto à legitimidade do processo.

Por esse prisma, esses enunciados verbais na capa de CC880 firmam um posicionamento de que é controversa essa legitimidade e, ainda que utilize o termo “impeachment”, ele não aparece em essência, porque se alinharia ao discurso com o qual concorre. Diferente do que acontece em VJ2455, em CC880, esse termo técnico, que se refere ao procedimento político de afastamento da presidente, aparece como modificador, não como núcleo da designação. Em outras palavras, “impeachment”, na enunciação de *Carta Capital*, se caracteriza estreitamente por “tentativa golpista”, balizando o sentido de que esse processo se desenvolve em função de uma investida em infringir a harmonia institucional entre os Poderes.

O Quadro 09 nos mostra que a manchete em tela surgiu da irradiação dos seguintes textos do interior da edição CC880: “Cúmplice do golpismo”, da coluna *Rosa dos Ventos*, assinada por Maurício Dias; “Chamem o Cunha”, editorial assinado por Mino Carta; “Juntos e Misturados”, reportagem de capa assinada por André Barrocal, e “Nos passos de Brizola”, entrevista de Ciro Gomes conduzida por Rodrigo Martins.

Desses quatro textos, extraímos as seguintes seqüências relacionadas ao iconotexto da capa e elaboramos o Quadro 26.

Quadro 26 - Sequências relacionadas à manchete de CC880

LINHAS	SEQUÊNCIA
336-337	Ao saber disso [da aceitação do processo de <i>impeachment</i>], [Temer] calou-se e traiu o princípio de fidelidade a Dilma

341-343	Repleta de lamúrias e insinuações, a missiva de Temer pode ser comparável à senha de uma conspiração articulada com o deputado peemedebista Eduardo Cunha, presidente da Câmara.
348	A mágoa de Temer deixou rastros nas linhas mal traçadas enviadas à presidenta.
368	Houve nesse episódio [a aceitação do processo] uma inominável traição. Com anuência silenciosa de Temer.
402-403	Com um gesto obsoleto (romântico?) em tempo de redes sociais, [Temer] escreve uma carta.
403-404	[Temer] se dispõe, sem demitir a expressão sonsa, a oferecer colaboração a Eduardo Cunha, sinuosa, poderosa, porém.
454-455	Michel Temer deu sinais inequívocos ao mundo de que, entre a presidenta e o correligionário Eduardo Cunha, prefere o colega de partido.
458-459	Tudo começou com a carta ressentida tornada pública na segunda-feira 7. Na missiva, Temer reclama de ser um vice “decorativo” e acusa Dilma de não confiar nele.
465-466	Entende-se a mágoa do vice em certos aspectos, não a reação a elas, especialmente em um momento tão crucial para a história do país (p. 23)
513-514	Temer inclina-se em favor de Cunha desde as primeiras horas da abertura do processo de <i>impeachment</i> .
571-572	O vice parece destinado a dormir na sala, caso Dilma sobreviva ao <i>impeachment</i> .
669-670	Na verdade, Temer é o homem de Cunha, e não o inverso.
674	Aquilo ali [a carta] é um festival de vaidades e de mágoas explícitas.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Carta Capital (2015)

Desse conjunto de sequências, em apenas uma delas (linhas 669-974) se pode falar de enunciado sobreasseverado (MAINGUENEAU, 2014), uma vez que, das treze sequências, é a única que apresenta modulação enunciativa, sendo introduzida por conector de reformulação. Nesse conjunto, todas as sequências foram produzidas por locutores diferentes e podem ser agrupadas de acordo com o posicionamento discursivo em comum nelas marcado.

Dentre os locutores, ressaltam-se os enunciados produzidos por Ciro Gomes (linhas 669-674), convocado pela revista a conceder uma entrevista, não na posição de colunista, mas de professor de Direito Constitucional filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), reforçando as condições de qualificação para que se possa enunciar em *Carta Capital*: pelo “sistema de coerções” que regula o discurso nessa revista, inscrevem-se sujeitos que defendem a continuidade do mandato da presidenta e que entendem a interrupção dele o desfecho de uma trama pouco republicana.

Em algum nível, todas essas sequências versam sobre o tema (in)fidelidade, sustentando o posicionamento de que o vice-presidente Michel Temer teria preterido Dilma Rousseff ao conceder apoio a um correligionário, Eduardo Cunha, criando uma “inominável traição” (linha 368). Esse sentido pode ser depreendido no conjunto das sequências, e é explicitado

verbalmente em dois trechos: “Temer traiu o princípio de fidelidade a Dilma” (336-337) e “Michel Temer prefere o colega de partido” (454-455).

Nessas sequências, sobressaem vocábulos que podem ser associados a uma intriga entre duas pessoas; são eles: verbos que denotam favoritismo – “preferir” (454-455), “inclinarse em favor de” (513-514); verbos que denotam desavença – “reclamar” (458-459) e “acusar” (458-459); e, ainda, substantivos que denotam ressentimento – “lamúria” e “insinuações” (341-342), “mágoa” (348), e “traição” (368). No caso dos verbos que denotam favoritismo, o termo “Temer” ocupa posição de agente e Dilma Rousseff e/ou Eduardo Cunha, a posição de complemento. Por esse conjunto de vocábulos, constrói-se uma rede de sentido na qual se firma o posicionamento de que o rompimento de Michel Temer com o governo é um caso de quebra de confiança.

Tendo em vista essa rede de sentido, que garante a coesão do posicionamento discursivo formado pelo conjunto de produções de diferentes locutores, pode-se explicar também o referente “carta”, introduzido e recategorizado por diferentes grupos nominais, tais como “missiva” (linhas 341-343), “linhas mal traçadas” (348) e “aquilo ali” (linha 674). São designações claramente avaliativas. Além disso, essas retomadas são seguidas de expressões categorizadoras que reforçam uma avaliação negativa do referente: “repleta de lamúrias e insinuações” (341-343), “gesto obsoleto” (402-403), e “festival de vaidades e mágoas explícitas” (674).

Essas menções ao referente “carta”, que corresponde à produção escrita de teor íntimo e pessoal com coenunciador precisamente marcado, evocam as condições de enunciabilidade desta edição em análise. É que, no dia 7 de dezembro de 2015, foi divulgada pela imprensa a íntegra de uma carta escrita por Michel Temer e endereçada à Dilma Rousseff em que o então vice-presidente da República reclamava que o governo teria demonstrado agir com falta de confiança à atuação dele e ao principal partido de base governista, o PMDB, por ele presidido.

As referências ao episódio da publicização dessa carta, narrado detalhadamente na reportagem de André Barrocal, atravessa os vários segmentos selecionados de diferentes gêneros da edição 880, sempre na direção de que o conteúdo da correspondência teria trazido à tona o sentimento de infidelidade e de rancor. Em dois segmentos específicos (454-455 e 458-459), argumenta-se que o rompimento com a titular teria se dado porque o vice-presidente, em vez de entrar em defesa pela manutenção do governo, decidiu se alinhar a Eduardo Cunha, presidente da Câmara, responsável pela aceitação do processo de *impeachment*.

Contribuindo para fortalecer a coesão discursiva em torno desse posicionamento, notabilizamos a sequência 669-670, em que a expressão “homem de” pode indicar tanto uma

relação entre possuidor e coisa possuída quanto pessoa a serviço de outrem. De toda forma, essa expressão situa o rompimento de Dilma Rousseff e Michel Temer para além da seara da política, reforçando uma estreita relação entre duas pessoas.

Entendemos que, no conjunto dessas sequências, evoca-se uma cena validada (MAINGUENEAU, 2013a, 2013b) que apela aos estereótipos de briga conjugal, sendo que a expressão “dormir na sala” (linha 571-572) recupera a cena culturalmente partilhada de que, quando marido e mulher encerram uma discussão pouco amigável, eles decidem dormir em cômodos separados até que os ânimos se acalmem. Haja vista essa cena validada e a recorrência dos vocábulos que denotam favoritismo e ressentimento, podemos interpretar que os sentidos postos a circular por essa edição giram em torno da temática de que Michel Temer traiu Dilma Rousseff com Eduardo Cunha.

No interior da revista, a reportagem de capa é ilustrada por uma sequência de imagens (Fig. 19) em tom sépia ou em cor azul acinzentado, formando conjuntos entrecruzados por legendas de fundo preto e texto em cor branca, e por balões de fundo branco e cor preta. Todas as imagens apresentam pelo menos uma personalidade política com semblante bastante expressivo.

Os conjuntos são acompanhados por legendas, quais sejam: “Em uma certa manhã de Brasília, antes de o governo perceber...”, “Sem o apoio do vice...”, “No Congresso e na Justiça...” e “Qual o peso das ruas?”. A quarta imagem é a única que não apresenta legenda, apenas um balão, em que se lê: “Aécio Neves e o PSDB esperam, enquanto estimulam o rompimento do PMDB”, posicionado ao lado direito da fotografia do segundo colocado nas eleições de 2014.

Nessa sequência iconotextual, tanto as legendas quanto os balões orientam o caminho pelo qual a leitura deve ser conduzida e instruem o leitor quanto à identificação de cada um dos personagens, a se ver pelas indicações do lugar (“à direita”) ocupado nas imagens. Na primeira legenda, apesar da presença de elementos dêiticos espaço-temporais (“manhã de Brasília”), o ponto de referência no qual eles se ancoram só é conhecido se relacionado o disposto na linha 458 (“segunda-feira, dia 7”). De outra forma, na terceira legenda, as coordenadas se ancoram nos elementos da própria imagem. Também os balões auxiliam a construir a linha narrativa de sucessão dos fatos apresentados pelas imagens, apoiando-se nos verbos no tempo passado (“desencadearam”, “teve”, “interferiu”, “suspendeu”) nos quatro primeiros quadros; nos verbos no presente (“esperam” e “estimulam”), no quinto; e no verbo na forma de futuro perifrástico (“vão influenciar”). Trata-se, então, de uma narrativa sobre um passado, um presente e um futuro próximo.

Figura 19 - Sequência de iconotextos da reportagem de capa - CC880



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Carta Capital (2015)

Ao contrário do que ocorre com as imagens articuladas aos textos dos outros gêneros midiáticos jornalísticos dessa edição, o conjunto dessas imagens instaura uma cenografia pouco usual, sendo praticamente independente do texto verbal argumentativo da reportagem principal. Observando a organização e os elementos visuais, especialmente as cores das imagens, a fonte utilizada para os enunciados verbais e a expressão facial dos atores políticos, depreendemos uma “cenografia difusa” (MAINGUENEAU, 2013a), não correspondendo especificamente a um gênero de discurso preciso, mas a um conjunto vago de cenografias

possíveis em uma dada ordem. No caso em tela, remete à cenografia de fotonovela, um tipo de narrativa que gira em torno do relacionamento amoroso entre um homem e uma mulher, e da rivalidade com um terceiro diante dessa relação, formando um triângulo amoroso, ainda que uma das partes sequer saiba que a fidelidade do parceiro está em jogo (MIGUEL, 2016).

Essas narrativas costumam ser iniciadas por enunciados do “plano não embreado” (MAINGUENEAU, 2013a), que se apresentam como se estivessem desligados da situação de enunciação. Essa manobra enunciativa aparece na legenda da primeira imagem da sequência - “Em uma certa manhã”. Cria-se, então, um efeito paradoxal, pois é tanto uma coordenada espaço-temporal da enunciação, quanto uma sequência cristalizada que introduz uma narrativa cujo desenrolar pode ser acompanhado pela ordenação do próprio iconotexto, conduzida pelo fio das frases nominais de cada quadro: “a carta do vice-presidente”, “a saída de Eliseu Padilha do ministério”, “a destituição de Picciani da liderança do PMDB, a nomeação de Quintão”, “o afastamento de Pinato”, etc.

Para não perder de vista os objetivos desta tese, faremos apenas alusão à cena enunciativa dessa sequência de imagens, pois ir mais adiante exigiria análise detalhada de cada um dos iconotextos individualmente, o que aqui seria fora de propósito. Ainda assim, ressaltamos que, no conjunto desses iconotextos, também são observados os ajustes enunciativos do “sistema de coerções” que engendra a organização do discurso dado a circular em CC8880: o termo “*impeachment*” tem o sentido restrito a “complô”, e se desdobra em “traição”. Sendo o discurso manifesto em uma “prática intersemiótica” (MAINGUENEAU, 2008a), o tema “traição” é imposto a essa edição de *Carta Capital* não apenas à materialidade linguística, mas também às outras semioses.

Posto que resulta da irradiação de, pelo menos, três gêneros, a manchete intersemiótica dessa capa também está submetida a essas “restrições semânticas”. Mesmo que não se possa apontar um elemento específico da sequência de imagens ou uma sequência linguística em particular que tenha sido destacada e alçada à capa, saltam aos olhos a proximidade do ponto de vista defendido não apenas na reportagem “Juntos e misturados”, mas também no artigo de opinião (linhas 336-337; 341-343; 348; 368) e no editorial (402-404).

Porquanto os enunciados no regime aforizante não necessariamente correspondam à contrapartida de origem, estimamos que os enunciados verbais e imagéticos da manchete de CC880 surgiram em decorrência do destacamento de vários elementos do interior da revista, os quais, a partir do agenciamento de uma terceira instância, se apresentam como um conjunto homogêneo em uma única página. Podem ser tratadas, nessa medida, como aforizações.

Sendo aforizações, os enunciados da manchete exigem um enquadre interpretativo. Nesse caso, podem ser apreendidos em um regime de atualidade, mobilizando uma interpretação associada (MAINGUENEAU, 2014) de mais de um enquadre. Com o enquadramento informacional, orientado pelo subtítulo da manchete, a aforização visa a fazer o leitor tomar conhecimento dos bastidores da articulação política para destituir a presidente eleita. Ao mesmo tempo, além da carga informacional, esse iconotexto também se associa a valores, que apelam diretamente à expressão de uma convicção manifesta pelos termos designativos “tentativa golpista” e “projeto pessoal de poder”, pelos quais o hiperenunciador sustenta o posicionamento acerca do processo de *impeachment*.

Nesse iconotexto, os enunciados condensam o ponto de vista defendido nos três textos irradiadores, avigorando o caráter aforizante da enunciação. Ainda que não apresente um investimento enunciativo sentencioso, o iconotexto dessa manchete também pode ser interpretado pelo enquadramento testemunhal porque apresenta, de certa forma, uma tomada de posição sobre um fato. A interpretação, portanto, segue em direção a depreender um ponto de vista com contornos de denúncia, revestido pela autoridade que enuncia na revista.

Quanto à cena enunciativa na qual se engendra a aforização, o iconotexto dessa manchete obedece às rotinas da cena genérica da capa de revista semanal de informação, por apresentar ao público um acontecimento tido relevante nos últimos sete dias. Concomitantemente, depreende-se uma “cenografia exógena” (MAINGUENEAU, 2015), resultado da importação de outra cena genérica, a da fotonovela, que se entrelaça com a cena genérica rotineira da capa.

Avançando na depreensão dessa cenografia exógena, o quadro enunciativo é construído pelo imbricamento de coordenada enunciativa espaço-temporal, linguisticamente marcada no termo “*impeachment*” do subtítulo, que ancora a produção em um tempo e em um espaço precisos. A cronografia e a topografia podem ser também depreendidas pela composição imagética que contrasta o fundo escuro e a claridade no rosto dos personagens.

Com a finalidade de que esse contorno sutil seja mais bem exibido aos olhos, traçamos uma linha em vermelho marcando a diferença entre os tons claro e escuro na imagem da capa CC880, e elaboramos a Fig. 20. Pelo contraste de tons, marca-se uma forma de contornos imprecisos, mas suficientes para fazer evocar o universo da fotonovela. Reconhecida ou não a forma em contraste, o lugar e o momento da cena enunciativa na manchete não podem ser outro senão aquele de onde emana a enunciação de um casal em crise, que, como se disse sobre a carta do vice para a presidente, se circunscreve em linhas mal traçadas (linhas 348), como as

produzidas pelo feixe de luz na imagem, e na turvação do ressentimento (linhas 458-459), que, tal qual o acinzentado predominante na capa, cobre de nebulosidade os envolvidos na relação.

Figura 20 – Contorno formado pelo contraste claro e escuro na capa de CC880



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Carta Capital (2015)

Sendo essa a cenografia da manchete de capa, Eduardo Cunha e Michel Temer são, então, protagonistas de uma narrativa sobre fidelidade conjugal. No entrelaçamento com a “cena rotineira” (MAINGUENEAU, 2013a) da capa de revista, produz-se o efeito de que “o complô”, com letras garrafais e em vermelho, é tanto uma manchete de capa de revista semanal de informação quanto título de uma fotonovela, a qual o iconotexto, no todo, retrata, e indica, pelos enunciados em branco, quem são os personagens principais da trama e em torno do que eles se unem. Como a cenografia é o que legitima o enunciado e, por sua vez, é também por ele legitimado, ao estabelecer a fotonovela como a cenografia apropriada, a revista assume ser essa a melhor via para validar o discurso que faz circular sobre o *impeachment*, decorrente do

rompimento do vice-presidente com o governo em favor de um correligionário: cenário de infidelidade visto apenas em folhetins.

4.2.4 A manchete intersemiótica da edição 2456, de *Veja*

No iconotexto dessa manchete (Fig.21), há dois planos: no plano de fundo, o branco se notabiliza. No primeiro plano, a televisão posicionada ao centro exibe o rosto de Dilma Rousseff em preto e branco e, à altura do queixo da presidente, lê-se o enunciado “aí a nossa matriz econômica”, como se fosse a legenda de um pronunciamento. As reticências, no início e no fim da frase, e o desenho dos lábios da presidente, permitem inferir que se trata de uma fala em continuidade, cuja transmissão está sendo feita em rede televisiva. Ainda, o desenho dos lábios da presidente autoriza a leitura de que a imagem estática em tela capta o exato momento em que tais palavras foram proferidas.

Abaixo da televisão, o enunciado verbal da manchete, em preto, é “A máquina do atraso”, e a sub-manchete, em mesma cor, é a seguinte: “Como a presidente fez a indústria retroceder 65 anos, a política econômica voltar ao tempo do estatismo militar, a recessão punir os brasileiros como não ocorria desde 1981 e a inflação de 10% rugir depois de treze anos domada”. Estes enunciados fornecem pistas iniciais para a ancoragem no tempo: “estatismo militar”, “1981”, “retroceder 65 anos”.

Pelos elementos não verbais, são mais precisas as coordenadas enunciativas (MAINGUENEAU, 2013a) pelas quais se desenvolve a cena da manchete. A televisão de tubo, facilmente reconhecida pela cor amadeirada e botão giratório de sintonizar os canais que, a depender do modelo do eletrônico, eram exibidos em preto e branco, evoca um tempo não contemporâneo. A esponja de aço enrolada na extremidade de uma das antenas, na parte superior do iconotexto, faz lembrar o período em que o sinal analógico da televisão exigia do espectador determinados truques para que a mínima qualidade da imagem fosse garantida. Como a cronografia remete a tempos de outrora, quando havia televisão de tubo com esponja de aço nas antenas, a topografia nesse iconotexto só pode ser a sala de estar, cômodo domiciliar onde costumava ficar esse tipo de eletrônico.

Figura 21 - Capa de VJ2456



Fonte: Veja (2015)

Dessa forma, tanto cronografia quanto a topografia nessa manchete compõem as coordenadas de apoio para uma “cena validada” (MAINGUENEAU, 2013a, 2013b) partilhada por uma comunidade que valoriza o hábito de reunir a família em torno da televisão, especialmente à noite, quando, ainda hoje na contemporaneidade, são exibidos os noticiários, as novelas, e os pronunciamentos presidenciais.

Potencializada por essa cena validada, a cenografia exógena se entrelaça com a cena rotineira do gênero capa de revista semanal de informação. Nesse caso, esse entrelaçamento das duas cenas enunciativa promovido pela capa equilibra a posição do leitor entre aquele que espera pelas notícias da segunda semana do mês de dezembro de 2015 e, ao mesmo tempo, aquele que se depara, ao primeiro lance, com a imagem de um pronunciamento antigo.

Podemos falar, então, que nessa capa há um “enlaçamento paradoxal” (MAINGUENEAU, 2013a, p. 98) da cenografia junto à cena genérica. No nível quadro cênico, instaura-se o estatuto dos participantes da situação de discurso, que, no caso das capas das revistas semanais de informação, posiciona o leitor como sujeito convocado a tomar conhecimento das notícias da última semana. A cenografia dessa capa em específico, todavia, também impõe ao leitor outra posição, a de espectador de um pronunciamento presidencial.

Esse paradoxo se reforça com a ancoragem cronográfica dos enunciados verbais da manchete e da legenda da televisão. Apesar de, por um lado, a imagem do eletrônico marcar o iconotexto em um tempo não atual, a fala de Dilma Rousseff recupera, por outro, um período mais recente uma vez que o termo “matriz econômica” refere-se ao conjunto de medidas adotadas no primeiro mandato dela quando o Ministério da Fazenda era comandado por Guido Mantega, entre os anos de 2011 e 2014.

Evocando as condições de enunciabilidade: à época da publicação de VJ2456, a pasta de economia do governo federal estava sob responsabilidade de Joaquim Levy⁴⁴, que, logo no início de 2015 já vinha investindo em medidas de ajuste fiscais, pondo fim ao chamado “ensaio desenvolvimentista” (SINGER, 2015).

Tendo em vista que essa produção se inscreve segundo “condições de legitimação do dizer” (MAINGUENEAU, 2008a), em que se impõe discorrer sobre a atualidade, a cenografia da capa reforça o paradoxo que ela mesma encena: “a máquina de atraso” impôs à revista uma viagem no tempo para noticiar um plano econômico que já não está mais em vigor, mas cujos efeitos ainda podem ser sentidos por todos.

Observando o interior da revista, identificamos que dois textos permitiram o iconotexto da manchete: o editorial, intitulado “A *igrejinha arcaica*”, e a reportagem, incluída na seção *Brasil*, com o título “*De volta ao passado*”, e assinada por Giuliano Guandalini e por Marcelo Sakati (Quadro 13). No quadro 27, temos os segmentos desses textos, possivelmente destacados.

Quadro 27 - Sequências relacionadas à manchete de VJ2456

LINHAS	SEQUÊNCIA
1249-1251	O colapso do sistema político potencializou os efeitos de um tosco experimento estatal arrogantemente chamado por Dilma Rousseff de “nova matriz econômica”. Essa estratégia nada tinha de nova. Nem de matriz.

⁴⁴ Ministro da Fazenda entre 1º de janeiro e 18 de dezembro de 2015, deixando o cargo dois dias após a publicação de VJ 2456. Nelson Barbosa assumiu o Ministério, permanecendo no cargo até 12 de maio de 2016, quando Michel Temer assumiu interinamente a Presidência.

1254-1255	Irresponsavelmente imposta ao país, essa política anulou conquistas modernizadoras e está custando aos brasileiros uma viagem forçada rumo ao passado.
1255-1257	A reportagem de <i>Veja</i> nos mostra como a máquina do atraso do governo nos fez retroceder no tempo.
1257-1258	Em termos de participação no PIB, a indústria nacional voltou aos patamares de 1950 – isso mesmo, 65 anos atrás.
1261-1263	O centralismo, com protecionismo, controle de preços e gigantismo estatal, remonta a 1974, início do governo do general Ernesto Geisel, que quebrou o Brasil.
1264-1266	Não sofríamos com o aumento do desemprego com essa intensidade desde 2002 e, por último, mas não menos crucial, há treze anos não sabíamos o que era viver sob uma inflação acima de 10%.
1267-1268	Quem teme perder o mandato por causa de “pedaladas” deveria mesmo estar preocupado com os efeitos das “atropeladas” da razão
1278-1279	Em raros outros momentos da história o Brasil regrediu tão rapidamente em tão pouco tempo.
1280-1282	A produção regride continuamente, e a sua participação na produção econômica do país desabou para 10,9% em 2014, algo não visto há mais de seis décadas.
1304-1307	O descalabro do Orçamento federal, resultado de uma ganância em um volume superior em muito às possibilidades do país, havia sido mascarado por algum tempo pelas infames “pedaladas fiscais”, as manobras contábeis criadas por Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, e seu secretário do Tesouro, Arno Augustin.
1307-1309	A estratégia de usar bancos públicos para financiar o excesso de gastos remonta à chamada “conta em movimento”, usada à larga nos anos finais da ditadura e que se imaginava extinta em 1986.
1330-1331	O modelo fundado no Brasil seria uma “nova matriz econômica”, que de nova não tinha nada. De quebra, ela arrasou a economia.
1334-1336	Fica difícil compreender como hoje, em pleno século XXI e na era da revolução tecnológica, um governo possa ressuscitar políticas antiquadas para beneficiar setores antiquados. Mas foi isso que Lula e Dilma fizeram.
1339-1340	as dificuldades vividas hoje na economia lembram os desequilíbrios e as agruras dos últimos anos dos militares no poder.
1425-1427	O governo, em outras de suas viagens à história, quer agora reeditar o imposto do cheque, cobrado pela primeira vez em 1993, no governo Itamar Franco.
1432-1433	O Natal dos brasileiros será apertado. É um presente da máquina de voltar no tempo da presidente Dilma.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de *Veja* (2015)

Nenhuma dessas ocorrências apresenta índices de sobreasseveração (MAINGUENEAU, 2014), portanto, não sinalizam saída do texto. Entretanto, chama a atenção a relação de destacabilidade que se pode estabelecer com o iconotexto da manchete.

Detalhando essa relação, começamos pelo termo “nova matriz econômica” (linhas 1249-1251), que, no editorial, aparece entre aspas, marcando a fronteira entre duas falas, uma das quais é citada e de responsabilidade atribuída a Dilma Rousseff, como especificado verbalmente no mesmo segmento. Por estar marcado por aspas, cria-se um efeito de autenticidade (MAINGUENEAU, 2013a), ou seja, de que o termo foi proferido exatamente daquela forma, até mesmo porque corresponde à legenda do iconotexto na manchete.

Por imposição dessa “nova matriz econômica”, de que tratam o editorial e a manchete, o Brasil “fez uma viagem forçada rumo ao passado” (linhas 1254-1255), e, no texto da seção *Carta ao Leitor*, compara-se às ações do governo do General Ernesto Geisel, nos anos 1970, marcadas pelo “protecionismo”, “controle de preços” e “gigantismo estatal”, que, em última consequência, “quebrou o Brasil” (linhas 1261-1263). Essas sequências mantêm certa coesão semântica em torno de um posicionamento de que, em razão da política econômica implantada pelo governo de Dilma Rousseff, o país está fadado ao colapso porque essas medidas já foram experimentadas anteriormente, sem sucesso.

Ainda seguindo as pistas desse texto na seção *Carta ao Leitor*, notamos que ele próprio forma um iconotexto, composto por sequências argumentativas e narrativas e por uma imagem legendada, situada no topo direito da página. No que tange à materialidade verbal do texto, depreendemos mais elementos que, no conjunto, foram filtrados pelas “coerções semânticas”: a recorrência de comparação do presente com o passado pelo uso de verbos relacionados à regressão no tempo, às vezes expressamente marcada, tais como “retroceder” (linhas 1255-1257), “voltou aos patamares de 1950” (linhas 1257-1258), “remonta a 1974” (linhas 1261-1263); ou pelas expressões de tempo transcorrido, marcando o antes e o agora, como nas expressões “65 anos atrás” (linhas 1257-1258), “desde 2002”, “há treze anos” (linhas 1264-1266).

No que tange à imagem do iconotexto desse editorial, fizemos um recorte para produzir a Fig. 22. Ela mostra um objeto composto por duas partes: a superior, com bordas e suporte em metal, aparenta uma tela, que exhibe o rosto de Dilma Rousseff em preto e branco; e a inferior, sobre a qual se sustenta a primeira, é uma base retangular de cor marrom, com tom amadeirado, em que se veem pelo menos dois botões, um dos quais lembra o de sintonizar, fazendo com que esse aparelho de baixo se assemelhe a um rádio. Ambas as partes estão suspensas por um suporte metálico que as torna distante do chão.

Figura 22 - Imagem articulada ao editorial de VJ2456



Fonte: Veja (2015)

Como se vê, trata-se de um objeto não identificado, que combina tela moderna e rádio antigo. Partindo da noção de que o sistema de coerções abrange as várias materialidades semióticas (MAINGUENEAU, 2008a), interpretamos que essa imagem na Fig. 22 foi produzida segundo as mesmas restrições do texto argumentativo, e, ao se articular a ele, direciona o sentido para uma representação visual da política econômica do governo de Dilma Rousseff: um “tosco experimento” (linha 1250). Na figura, o objeto, que conjuga um eletrônico obsoleto e outro moderno, não funciona bem: a tela moderna exhibe imagem em preto e branco. Esse arranjo mirabolante, com desempenho comprometido, não é nem televisão, nem rádio; da mesma maneira, a nova matriz econômica “não tem nada de nova, nem de matriz” (linhas 1249-1251).

Passando para a reportagem “De volta ao passado”, identificamos outras pistas desse sistema de coerção, que se materializa pela permanente tendência comparativa entre passado e presente, e pode ser apreendida pelo uso de verbos, entre os quais estão: “regrediu” (linhas 1278-1279), “desabou” (linhas 1280-1282), “arrasou” (linhas 1330-1331). Com esses verbos no pretérito perfeito, o enunciado é produzido no plano embreado (MAINGUENEAU, 2013a), ancorando-se à situação de enunciação, situando o tempo anterior ao presente da enunciação. Essa ancoragem, no texto, é feita pelo embreado “hoje”, que firma como ponto de referência um elemento do cotexto – “século XXI” (linhas 1334-1336) – a partir do qual se estabelece o

presente. Dessa forma, o leitor é levado a uma “viagem à história” (1425-1427) cujo ponto de partida é ancorado no dêitico “agora”, marcado na mesma sequência.

Esses enunciados estão no plano embreado (MAINGUENEAU, 2013a), por isso criam uma referência temporal que situa o passado, a partir do qual são estabelecidos os parâmetros comparativos para avaliar o presente. Fortalece-se, então, o posicionamento de que são intransponíveis para o Brasil da “era da revolução tecnológica” (linhas 1334-1336) as medidas econômicas malsucedidas “dos anos finais da ditadura” (linhas 1307-1309).

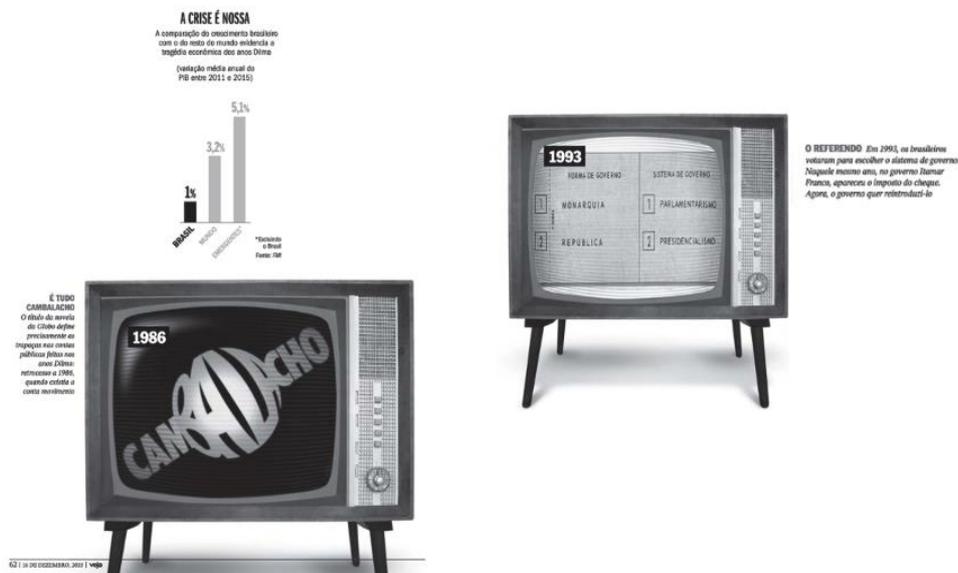
Ressalte-se também a referência à “imposto do cheque” (linhas 1425-1427) para caracterizar uma das investidas do governo de Dilma Rousseff em tentar equilibrar as contas públicas (SINGER, 2015). A expressão reaviva a memória de uma medida inicialmente criada nos anos 90 durante o governo de Itamar Franco, e tornada lei no governo Fernando Henrique Cardoso, vigorando entre até 2007: a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Em uma época em que os cartões de débito existiam apenas nas mentes mais criativas e em que o cheque era um dos meios de pagamento mais utilizado, movimentar dinheiro implicava pagar imposto. Ou seja, ao categorizar como “imposto do cheque” uma das propostas do governo, associa-se a ela uma lembrança negativa relacionada a esse tributo.

Tendo em vista que o “sistema de coerção” engendra a produção discursiva nas diversas semioses, verificamos que os iconotextos na reportagem de capa também corroboram o posicionamento de que há um descompasso temporal entre o novo e o antigo. Ao texto dessa reportagem, datada de dezembro de 2015, articulam-se imagens de televisões exibindo, em preto e branco, cenas de fatos do passado. Há também as imagens, em preto e branco, da princesa Diana, e de uma cena da série de filmes *Star Wars* (Fig. 23 a Fig. 26). Além das fotografias, a reportagem também contém indicadores econômicos. Todas essas imagens são acompanhadas de legendas, as quais transcrevemos a seguir.

Na Fig. 23, a indicação do ano é 1950, e o enunciado é: “Há 65 anos – final entre Brasil e Uruguai, no Maracanã: a seleção saiu derrotada, mas a economia dava os primeiros passos na era da indústria moderna”.

Na Fig. 24, há três imagens, sendo que, em cada uma, há indicação temporal diferente. A primeira é 1953, a segunda é 1974, e as duas se articulam à mesma legenda: “Anos de milagre – No ano em que Emerson Fittipaldi venceu o Grande Prêmio do Brasil e se sagrou bicampeão mundial de Fórmula 1, o general Ernesto Geisel assumiu o poder: crescimento econômico inflado pelo estatismo”. A terceira imagem é indicada pelo ano 1981, e a legenda é: “Lula lá – nos anos finais do governo militar, o país viveu uma recessão profunda. Um sindicalista ganhou proeminência e acabou preso”.

Figura 25 - Iconotexto 3/4 da reportagem “De volta ao passado”, em VJ2456



Fonte: Veja (2015)

Figura 26 – Iconotexto 4/4 da reportagem “De volta ao passado”, em VJ2456



Fonte: Veja (2015)

Na Fig. 25, há dois iconotextos: o primeiro é articulado ao ano 1986, e se relaciona à legenda: “É tudo cambalacho – o título da novela da Globo define precisamente as trapaças nas

contas públicas feitas nos anos Dilma: retrocesso a 1986, quando existia a conta em movimento”. O segundo apresenta a indicação “1993”, com o enunciado: “O referendo – em 1993, os brasileiros votaram para escolher o sistema de governo. Naquele mesmo ano, no governo Itamar Franco, apareceu o imposto do cheque. Agora o governo quer reintroduzi-lo”.

Finalmente, na Fig. 26, são três os iconotextos: o primeiro, etiquetado pelo ano de 1997, e articulado à legenda “Desequilíbrio – o descontrole fiscal chegou a tal ponto que, em 2014, o governo gastou mais que arrecadou, já excluindo a despesa com os juros. Foi um fato inédito desde que esse cálculo começou a ser feito, no último ano de vida da princesa Diana”. O segundo e o terceiro trazem, na parte superior, os anos 2002 e 2003, respectivamente, sendo articulados à mesma legenda: “De outro planeta – a inflação anual fechou o ano em dois dígitos pela última vez em 2002, ano de estreia do filme *Ataque dos clones*, da série *Star Wars*, Dilma repete o feito neste ano, às vésperas do lançamento de *O despertar da força*”; e “A explosão – o rendimento acumulado na poupança até novembro ficou 2 pontos percentuais abaixo do IPCA, o pior resultado desde 2003, ano do acidente com ônibus espacial Columbia”.

Essa sequência de iconotextos com os quais a reportagem se articula constrói uma linha cronológica, que se inicia nos anos 1950 e se finda em 2015. O embreante “neste ano” na legenda da Fig.20 ancora o enunciado no presente da enunciação. Cada iconotexto, etiquetado com um ano e articulado a um gráfico, cria um efeito comparativo. Como estão em preto e branco, eles também encenam que esses acontecimentos estão no passado, marcado com a indicação do ano na parte superior de cada um deles.

No geral, essa sequência de iconotextos, seguindo as coerções semânticas, investe no posicionamento de que a estratégia econômica “dos anos Dilma” (legenda na Fig. 25) é desastrosa e surte efeitos similares aos do período de recessão. Nos iconotextos, esse comparativo é amparado tanto em dados gerados por instituições de diferentes setores da economia e quanto em indicadores econômicos; são eles: na Fig. 23, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federal das Indústria do Estado de São Paulo (FIESP⁴⁵); na Fig. 24, Instituto Brasileiro de Economia (IBRE⁴⁶); na Fig. 25, Fundo Monetário Internacional

⁴⁵ Entidade da indústria brasileira, que, dentre outras funções, reúne representações sindicais desse setor.

⁴⁶ Órgão da Fundação Getúlio Vargas que desenvolve estudos sobre o Produto Interno Bruto brasileiros, dentre outros indicadores da economia do país.

(FMI⁴⁷); na Fig. 26, Banco Central do Brasil (BCB⁴⁸), Tesouro Nacional (TN⁴⁹) e Índice de Preços no Consumidor (IPCA⁵⁰).

Para apreender esse efeito comparativo produzido pela sequência de iconotextos, organizamos os enunciados das figuras em um quadro (Quadro 28).

Quadro 28 - Comparativo de indicadores em VJ2456

Acontecimento	Ano do acontecimento	Indicador macroeconômico no ano do acontecimento	Indicador macroeconômico “nos anos Dilma”	Fonte/ Indicador
Final da Copa do Mundo Brasil x Uruguai	1950	Participação da Indústria no Produto Interno Bruto: 11,5%	Participação da Indústria no Produto Interno Bruto: 10,9%	IBGE e FIESP
Prisão de Lula	1981	Variação acumulada do Produto Interno Bruto: -8,5%	Variação acumulada do Produto Interno Bruto: -8,1%	IBRE
Exibição da novela “Cambalacho”	1986	- Não indicado -	Produto Interno Bruto: 1%	FMI
- Não especificado -	1995	Taxa de juros do cheque especial: 284%	Taxa de juros do cheque especial: 278%	BCB
Morte de princesa Diana	1997	Controle de contas públicas: +1,8	Controle de contas públicas: -17	TN
Estreia do filme “Ataque dos clones”, da série <i>Star Wars</i>	2003	Inflação: 12,5%	Inflação: 10,5%	IPCA

Fonte: Elaborado a partir de Veja (2015)

Evidentemente, esses indicadores econômicos existem e foram construídos de acordo com metodologia própria das pesquisas nessa área. Todavia, nessa reportagem, os números e as instituições são mobilizados segundo o sistema de coerção que regula a produção discursiva da reportagem “De volta ao passado”. Em outras palavras, cada aspecto econômico abordado

⁴⁷ Instituição internacional que, dentre outros objetivos, monitora as políticas econômicas de seus países membros.

⁴⁸ Autarquia federal vinculada ao então Ministério da Fazenda, hoje Ministério da Economia, que tem por função, dentre outras, executar a política monetária do governo, aí incluída a taxa de juros.

⁴⁹ Órgão público que gerencia a dívida pública do país.

⁵⁰ Produzido pelo IBGE, é um dos indicadores utilizados para averiguar tendências de inflação.

se sustenta na reconhecida autoridade dessas instituições para manifestar um posicionamento desfavorável sobre o desempenho do governo de Dilma Rousseff.

Assim sendo, para discorrer: *i)* sobre a participação da indústria participação no Produto Interno Bruto, recorre-se aos dados dos anos 1950 e 2015, gerados pela instituição de pesquisa sobre economia e pela entidade relacionada a esse setor de atividade; *ii)* sobre a variação acumulada do PIB ser menor que nos três primeiros anos da década de 80, recuperam-se as estimativas do órgão responsável pela elaboração desse indicador; *iii)* sobre o crescimento do país frente ao mundo e, mais especificamente, a outros países emergentes, utiliza-se comparativo elaborado por órgão internacional de monitoramento; *iv)* sobre a taxa de juros do cheque especial, mobilizam-se dados de autarquia federal vinculada ao próprio governo; *v)* sobre a dívida pública; mostram-se estimativas do próprio governo; e, *vi)* sobre permanência da inflação em dois dígitos, recorre-se ao órgão que a calcula.

Importante assinalar que VJ2456 tem data de publicação semelhante a de CC880, dia 16 de dezembro de 2015, correspondendo à semana em que foram suspensos os trabalhos da comissão de avaliação do pedido de *impeachment* para que se estabelecesse o rito do processo. Depreendemos discursos em concorrência em torno da possibilidade de afastamento da presidente: em *Carta Capital*, o discurso construído na capa daquela edição marca um posicionamento discursivo de que afastar de Dilma Rousseff é “tentativa golpista” sob a forma de um processo sem fundamentação técnica, agravado ainda mais pela aproximação de Michel Temer a Eduardo Cunha, em um “complô” cujos indícios foram notabilizados pela divulgação de uma carta em que o vice rompia com a presidente. Em *Veja*, constrói-se o posicionamento de que os indicadores econômicos do país são ruins, em comparação aos de outrora, e o de que alguns deles são similares aos de período de recessão da década de 80. Apesar de na capa de VJ2455 não haver menção ao *impeachment*, essa produção discursiva não se desprende das condições de enunciabilidade e, na relação interdiscursiva também formada com a edição anterior (VJ2455), defende-se que, em se tratando de rumos para o país, devem prevalecer a saúde das contas públicas e o bom desempenho econômico, o que não acontece com o Brasil sob a gestão de Dilma Rousseff.

Merece atenção também que, nas capas, em nenhuma das duas revistas trate dos aspectos materiais que motivaram o processo, as chamadas “pedaladas fiscais”. Na capa de CC880, encena-se uma briga conjugal, situando o *impeachment* longe da seara política e mais próximo da intimidade. Na capa de VJ2456, cuja manchete analisamos neste item, também não há menção a esse tema. Nos gêneros selecionados dessa edição de *Veja*, o termo aparece apenas duas vezes, sendo uma no editorial (linhas 1267) e outra na reportagem (linhas 1304-1307);

nesta, é descrito em poucas linhas como “manobras contábeis criada por Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, e seu secretário do Tesouro, Arno Augustin”.

Ocorre que, para poder validar que o diz na reportagem, *Veja* apela a um conjunto de outros enunciadores legitimados na esfera econômica. Juntando-se a enunciação deles, a fala do locutor da matéria expande-se em validação discursiva para firmar um posicionamento de que, contrariamente ao movimento da sequência de imagens que ilustra o caminhar ininterrupto da história sempre para frente, a economia brasileira, por força das ações do governo de Dilma, andou para trás.

Esse descompasso entre os movimentos é também explorado pelo efeito visual das imagens em preto e branco, incluídas em uma edição de revista semanal publicada na segunda década dos anos 2000, quando a produção midiática em cores é praticamente onipresente, o que acentua o paradoxo explorado em VJ2456. Em outras palavras, ainda que não esteja no nível da explicitude, o posicionamento dessa revista sugere que o “atraso” promovido pela “nova matriz econômica” justifica o afastamento da presidente.

Tendo em vista a “prática intersemiótica” (MAINGUENEAU, 2008a), os iconotextos da reportagem e do editorial estão sujeitos às mesmas coerções que a materialidade linguística. Estimamos, então, que cada um desses iconotextos na reportagem foi produzido por destacamento de imagens, se relacionam aos elementos verbais do texto, e também constroem, cada um deles, uma cenografia independente; analisá-los individualmente foge dos propósitos nesta tese. Interessa mais o sentido que eles produzem em conjunto, e nessa sequência de imagens, observa-se, em comum a todas, a marcação do presente visto pelas lentes do passado, em uma cronografia também depreendida na capa.

Concatenando essas regras que regem o dizer nessa edição com a questão da irradiação, vimos que, tanto o editorial e quanto reportagem, em VJ2456, são produções em que o texto argumentativo se articula a imagens, formando um iconotexto. Todavia, a relação entre esses elementos verbais e imagéticos são mais “internas” do que “externas”: a cada iconotexto articulam-se segmentos inscritos no próprio texto verbal, em um processo de destacamento que, nesses dois casos, não atravessa os diferentes gêneros irradiadores. No editorial, em específico, há remissão expressa à reportagem (linhas 1255-1257), mas não se pode dizer que seja imprescindível a relação entre esses dois gêneros. Essa sequência pode ser, inclusive, suprimida sem que se comprometa a linha argumentativa do texto.

De outra maneira, na manchete de capa de VJ2456, o destacamento depende da irradiação do editorial e da reportagem do interior da revista. Nessa direção, assumimos ser insuficiente interpretar a frase nominal da manchete (“A máquina de atraso de Dilma”) apenas

como resultado da formatação de um único enunciado: “máquina de voltar no tempo da presidente Dilma” (linha 1432-1433), na reportagem. Corrobora também a divergência enunciativa entre um enunciado e o outro: o enunciado do interior da revista é atribuído a Giuliano Guandalini e a Marcelo Sakati; e o enunciado da capa, por sua vez, é atribuído à *Veja*.

Partindo do entendimento de que a responsabilidade enunciativa da capa de VJ2456 não é a mesma nem da reportagem, nem do editorial, e, ainda assim depende dessas duas enunciações para existir, compreendemos que, na manchete, estamos lidando com uma produção do regime aforizante, resultado da irradiação de dois gêneros. Por esse prisma, o iconotexto da manchete surge do agenciamento de um terceiro, que, dentre outros movimentos enunciativos, promove um destacamento e condensa linguisticamente em uma frase nominal o posicionamento defendido por Giuliano Guandalini e Marcelo Sakati, na reportagem, e pela própria revista no editorial.

Esse aspecto enunciativo chama a atenção: ao contrário do que acontece em *Carta Capital*, os editoriais em *Veja* não são assinados, e, por não haver indicação de um locutor, prevalece a voz institucional, ou seja, quem fala nesse editorial de *Veja* é a revista. Dessa forma, atribui-se à *Veja*, como “locutor coletivo”, a responsabilidade do texto *Igrejinha arcaica*. À *Veja* também se atribui a responsabilidade pelos enunciados da capa. Ocorre que, mesmo a responsabilidade dessas duas produções discursivas sendo conferidas a uma mesma “entidade passível de experiências humanas”, discursivamente ela se inscreve em diferentes posições enunciativas, a depender de cada uma das produções.

No editorial, que não surge em consequência da irradiação, o “locutor coletivo” se inscreve nos limites do gênero. Na capa, esse “locutor coletivo” assume outra posição enunciativa, a partir de um agenciamento por ele mesmo operado, de forma que se recuperem os diferentes locutores dos gêneros irradiadores, inclusive a si mesmo, na posição enunciativa marcada no editorial. Desse agenciamento, ele recupera os elementos verbais e imagéticos dos textos-fonte, opera sobre eles, e os apresenta como um único iconotexto pelo qual responde.

Esse funcionamento divergente de uma mesma “entidade” parece-nos revelador da enunciação aforizante nessa capa uma vez nela, como preconiza a enunciação nesse regime, “a palavra deve ser retomada para poder ser plenamente dita” MAINGUENEAU, 2012b, p. 18, grifado no original). Assim sendo, por ser produto do destacamento e do agenciamento de um terceiro, o locutor coletivo na capa de VJ2456 assume o papel de aforizador.

Nessa perspectiva, o enunciado verbal “A máquina do atraso de Dilma”, no iconotexto da manchete, é uma “aforização-eco” (MAINGUENEAU, 2014) uma vez que, ao mesmo

tempo, recupera e encerra em si as diferentes ideias dispersas nos elementos verbais e imagéticos do editorial e da reportagem.

Do ponto de vista da estrutura, a frase nominal explora uma ambiguidade. “Máquina” é o núcleo do sintagma nominal, ao qual se articulam dois outros sintagmas: “do atraso” e “de Dilma”. Elementos destes dois últimos formam um sintagma também: “o atraso de Dilma”, em que “atraso” é o núcleo, articulado ao sintagma preposicionado “de Dilma”. Na relação desse sintagma preposicionado com “atraso”, há uma ambiguidade estrutural: ele exerce a função tanto de complemento nominal quanto de adjunto. Sendo a primeira função, interpreta-se que o atraso é promovido por Dilma; sendo a segunda, entende-se que Dilma é atrasada.

Pela estrutura, cria-se um efeito de sentido de que a “máquina” faz voltar ao passado porque está nas mãos de uma pessoa que a opera assim e, ao mesmo tempo, porque é essa pessoa o próprio atraso. Essa ambiguidade está imbricada em todo o iconotexto da manchete: são imagens de um pronunciamento sobre a “nova matriz econômica”, que é transmitido por eletrônico obsoleto, em uma revista datada de dezembro de 2015. Em outras palavras, é a encenação de um anúncio que é, simultaneamente, novidade e vetustade.

Nesse iconotexto, o rosto de Dilma Rousseff é destacado de uma fala pública, cuja origem não se pode indicar, correspondendo, então, a uma forma de “destacamento forte” (MAINGUENEAU, 2014). Por ter sido deslocado para outro lugar e para outro momento, esse recorte do corpo eleva a potencialidade da aforização em construir uma cena deslocada da interação que a originou.

Sendo aforização, o iconotexto está, então, submetido aos enquadres interpretativos. No conjunto dele, a dimensão informacional (MAINGUENEAU, 2014), orientada pelo subtítulo da manchete, direciona o sentido ao “fazer saber” as consequências das medidas do governo de Dilma na economia brasileira. O enunciado verbal que acompanha a manchete funciona tanto para que o leitor tome conhecimento de um evento (o anúncio do plano econômico) quanto apresenta um ponto de vista sobre ele (é uma “máquina de atraso”).

Considerando o enquadre informacional, o locutor, no subtítulo da manchete, reivindica um lugar enunciativo de legitimidade, ou seja, a posição de um locutor que enuncia porque tem a autoridade do “poder dizer”: pelo operador argumentativo “como”, que introduz esse enunciado, cria-se o efeito de antecipação do que está por vir no interior da revista – a explicação das causas que levaram às consequências – sobressaindo um locutor que se marca como também legitimado para poder fazê-lo.

Nesse sentido, verifica-se a enunciação de um locutor que “se coloca como responsável, afirma valores e princípios diante do mundo, dirige-se a uma comunidade para além dos

alocutários empíricos que são seus destinatários” (MAINGUENEAU, 2012b, p. 17). Então, compreendemos que essa aforização deve ser interpretada também a partir de um enquadre testemunhal (MAINGUENEAU, 2012a, 2014), exigido pelo investimento subjetivo do aforizador. Os termos “retroceder”, “voltar ao tempo”, “punir” e “fugir” delineiam a singularidade da aforização e indicam, articuladamente ao plano não verbal do iconotexto (o aspecto da televisão, a ausência de colorido na transmissão, a esponja de aço nas antenas), em que direção a aforização deve ser interpretada: a expressão da convicção de que o governo de Dilma Rousseff está levando o país ao atraso.

Essas duas dimensões interpretativas alcanças pelo enquadramento no regime de atualidade, no entanto, tornam-se enfraquecidas por demandas do iconotexto, especialmente pela imagem, que se relaciona a um conjunto de saberes compartilhados. Sendo assim, a interpretação orienta-se também pelo regime de memória porque a aforização mobiliza o *thesaurus* (MAINGUENEAU, 2014). No caso em tela, a cena validada, entrelaçada à cenografia do iconotexto da manchete, recupera elementos discursivos partilhados por uma comunidade não muito restrita, e pode ser interpretada por um público leitor bastante amplo, uma vez que retrata um eletrônico que, apesar de antigo, é popularmente conhecido, e ativa na memória o convívio familiar em espaço doméstico.

Pelo enquadramento sapiencial, a aforização é apreendida como ponto de vista de um sujeito, e segue-se a orientação interpretativa “dizendo *p*, provoca-se o efeito *x*”. para alçar uma visão de mundo para além do sentido imediato da aforização. Nesse sentido, reforça-se o iconotexto como a materialização do paradoxo entre passado e presente manifesto no eletrônico e também recuperado pela cena validade. Depreender esse efeito a partir do iconotexto é primordial para a interpretá-lo, corroborando a noção de que, por esse enquadre, “a autoridade do aforizador está assim respaldada na competência do destinatário” (MAINGUENEAU, 2011b, p. 25).

Posto que, por esse enquadramento, aumenta-se o potencial semântico da aforização, refinamos essa interpretação correlacionando o iconotexto com o enunciado “Mais Mudança, Mais Futuro” (PT, 2014). O anacronismo que perpassa os textos-fonte nos leva a interpretar que o iconotexto recupera o *slogan* do governo nas eleições de 2014 na medida em que, em algum nível de interpretação, também o subverte, ainda que não expressamente. Em direção contrária a da proposta do governo em promover mudanças para alcançar o futuro, as ações econômicas implantadas por Dilma Rousseff não foram nem de mudança – porque já haviam sido experimentadas em outros momentos da história do Brasil – nem de futuro – porque evidencia-se retrocesso nos indicadores econômicos. Por essa interpretação, a subversão

ultrapassa o dizer apenas com as palavras, sendo que a manchete intersemiótica é imprescindível para construir constrói a cenografia apropriada para essa mesma subversão: a potência da “máquina de atraso de Dilma” impõe incondicionalmente o atraso a todo o Brasil de forma que a própria revista foi forçada a se inscrever no passado para enunciar sobre o presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da compreensão de que a atividade verbal se manifesta por dois regimes enunciativos: o regime textualizante, relacionado aos gêneros do discurso; e o regime aforizante, que, apesar de também inscrever o enunciado em um gênero, estabelece a interação entre um sujeito de pleno direito e um auditório. Seguindo a tendência de observação do regime aforizante em materialidades não verbais, conforme elucidado no primeiro capítulo, a nossa pesquisa testou a hipótese de que as capas de revista seriam produções discursivas do regime aforizante.

Coletamos edições das quatro revistas semanais de informação com ampla circulação nacional publicadas em um dado recorte temporal. Os aspectos gerais das condições de enunciabilidade foram apreendidos em articulação com publicações de outras áreas, em especial da Ciência Política, e os aspectos concernentes ao quadro cênico foram observados a partir da delimitação de oito capas. As questões concernentes especificamente ao destacamento, objeto de nossa pesquisa, foram observadas e investigadas detalhadas em quatro edições, sendo duas de *Carta Capital* e duas de *Veja*.

Apesar de a análise ser de dois pares de edições com data de publicação similar, cada revista gere os enunciados de maneira distinta. Nesse espaço discursivo, estabelece-se uma relação polêmica, cujo primeiro indício observado é a forma como *Carta Capital* e *Veja* dirigem-se, cada uma delas, a um superdestinário específico. Essa relação revista x leitor pôde ser apreendida nas capas: no *corpus*, *Veja* dirige-se a um público interessado em política interna, especialmente sobre a Operação Lava Jato; *Carta Capital*, supõe um leitor que tem interesse em temas diversos. Quanto aos superdestinatários, podemos entender que cada revista se dirige a um representante ideal de comunidades discursivas distintas, cujos valores são compartilhados pelo discurso que cada uma das duas (re)produz e faz circular. Ainda que se tenha identificado esse apelo, não houve elementos para que se pudesse estabelecer relação entre as comunidades discursivas e a tiragem de cada revista.

Além disso, mesmo não sendo o objetivo de nossa pesquisa registrar a flagrante inadequação do termo “revista semanal de informação”, observamos que os temas impostos às duas revistas eram semelhantes, permitindo entender que elas tenham sido produzidas pelas mesmas “condições de legitimação do dizer”, que impõem as regras para a enunciação no campo midiático jornalístico, no qual ambas se inscrevem. Ao apreendermos a relação entre os enunciados da capa e a contrapartida no interior da revista, tangenciamos a forma pela qual cada revista aborda discursivamente um mesmo acontecimento, em virtude do “sistema de

coerções semânticas” ao qual cada uma delas está submetida. O leitor, portanto, não lida com a informação, mas com uma encenação da realidade.

Do mesmo modo, assinalamos a impertinência de se compreender “manchete” como enunciado estritamente verbal. Nas manchetes estudadas, o efeito de sentido é construído a partir da indisputável associação entre os elementos verbais e não verbais, o que nos levou a adotar o termo “manchete multissemiótica”.

Com a finalidade de responder à primeira questão norteadora, buscamos primeiramente, a partir da delimitação do *corpus*, identificar o “quadro cênico”, regularidade discursiva subjacente às produções nas duas revistas: no que tange à cena englobante, a enunciação no campo midiático jornalístico prima, dentre outros aspectos, pelo interesse público de prover a informação a partir de regras e técnicas; no que tange à cena genérica, salientamos a periodicidade ampliada, que permite às revistas semanais tratamento mais aprofundado às questões trabalhadas nos noticiários diários. Também pela cena genérica, chegamos à regularidade composicional, permitindo, no *corpus*, distinguir três zonas preenchidas por enunciados verbais e não verbais. A capa, como um todo, pode ser apreendida como um iconotexto único; mas, se decomposta em zonas, vemos que cada uma delas apresenta modo variável de preenchimento, sendo que apenas na terceira o iconotexto é imprescindível, por isso sobre ela nos debruçamos com mais atenção.

Dado o nosso objetivo geral, direcionamos o olhar mais diretamente à questão do destacamento, e, pela unidade não tópica percurso, mostramos que os enunciados da Zona 1 decorrem da sequencialidade de um único texto do interior de uma edição, sendo que cada chamada é resultado da irradiação de uma reportagem. Na Zona 2, os enunciados não surgem de destacamento. Na Zona 3, os enunciados são provenientes de um processo de irradiação mais complexo, e surgem em consequência do encadeamento de mais de um texto, de gêneros distintos inseridos nas diferentes seções da revista, tais como: editorial, artigo de opinião, entrevista e, predominantemente, reportagem.

Comprendemos, desse modo, que a capa de revista semanal de informação origina-se a partir da irradiação de diferentes gêneros do interior de uma dada edição, correspondendo não a uma simples continuidade individuada de cada um deles, mas a uma “sequencialidade entrelaçada” de vários textos, sem a qual as capas que compõem o *corpus*, pelo menos da forma como foram publicadas, dificilmente existiriam.

A análise do *corpus* também explicita que, apesar de o enunciador da revista apresentar propriedades de “instância enunciativa complexa”, em torno da qual se homogeneízam diferentes locutores individuais, é na capa que essa enunciação coletiva uniformizada

prevalece. Dessa forma, atribui-se a responsabilidade enunciativa do conjunto produzido na revista a um “locutor coletivo”, que organiza essas diferentes vozes e as enuncia como se fosse uma só. É assim, por exemplo, que se pode fazer comentários como: “Eu li uma reportagem da *Veja* dessa semana” ou “O ensaio sobre política que a *Carta Capital* publicou essa semana....”. Apesar de os textos individualmente indicarem quem os produziu, eles são atribuídos a uma rubrica mais ampla, em que enuncia o locutor coletivo.

A análise elucidou que a Zona 1 e a Zona 3 são resultado do agenciamento de um terceiro, o qual, além de determinar o que deve ser levado à capa, geralmente formata os enunciados de origem em uma frase nominal sempre articulada a uma imagem, no caso da manchete. Isso nos levou a tratar o destacamento nas capas sob a perspectiva da enunciação aforizante, o que trouxe à tona o embaralhamento de duas instâncias enunciativas: a primeira, relativa ao “locutor coletivo”, e a segunda, correspondente ao “aforizador”, sujeito da enunciação aforizante.

Nesse embaralhamento, o locutor coletivo perde força, possivelmente em virtude do destacamento operado por ele mesmo, que, ao assumir o papel de um terceiro, agencia na capa de revista o efeito de unidade do posicionamento manifesto nos mais diferentes textos de uma edição. O “locutor coletivo” se torna aforizador, apresentando a um auditório universal uma “verdade” incontestável e inegociável.

Em ambos os casos, a responsabilidade enunciativa é atribuída à instância expressa no enunciado da Zona 2, em que se encontra o logo da revista. Dessa forma, a mesma entidade desempenha, ao mesmo tempo, dois papéis enunciativos, correspondentes ao regime textualizante e regime aforizante, respectivamente, sem que isso implique mútua exclusão. Reforça-se, então, o paradoxo constitutivo das aforizações: à maneira dos rebeldes, elas se manifestam no lugar o qual contestam.

O embaralhamento de instâncias enunciativas é consequência do destacamento aforizante operado nos dois planos do iconotexto. Acontece que, no *corpus*, cada materialidade exigiu formas distintas de entrada para a análise, sem perder de vista a indissociabilidade dos enunciados.

Para os enunciados verbais, conseguimos estabelecer a relação com possíveis enunciados de origem e, nesse sentido, a sobreasseveração tornou-se um critério inicial, mas, como previsto teoricamente, não suficiente porque a destacabilidade pôde ser percebida em enunciados sem essa indicação textual. Nessa materialidade, ao traçarmos o percurso do interior para a capa, foi possível identificar a predominância de aforizações secundárias nas

capas das revistas. Também operamos com os enquadres, que permitiu, pelo regime de atualidade, interpretar as aforizações.

Para os enunciados não verbais, não foi possível recorrer à noção de sobreasseveração, pois, de maneira geral, a materialidade imagética foi interpretada pelo enquadramento hermenêutico, correspondendo ao percurso interpretativo deôntico. Todavia, ao contrário do registrado em outros trabalhos, não enveredamos pela noção de “formulação-origem” por entendermos que, no *corpus*, prevalece o *thesaurus*, visto que pareceu preeminente o papel dos saberes partilhados pela comunidade discursivamente instaurada.

Nas capas CC880 e VJ2456, há elementos que apelam para esse conjunto de saberes partilhados, que permitiram a exploração de “cenas validadas” para legitimar a enunciação. Também na capa CC879, o locutor coletivo recorre a elementos do *thesaurus*, submetendo-os à captação e à subversão. Motivadas pela enunciação proverbial, outras pesquisas verificaram em aforizações primárias e em aforizações secundárias a presença desse processo, que, ao que indica a análise dessas manchetes, pode ser ampliado para enunciados não verbais.

A abordagem da materialidade não verbal do *corpus* reitera a percepção de que o destacamento aforizante imagético, diferentemente do que acontece com a materialidade estritamente verbal, não pode ser encaixado em classificações como aforização primária ou aforização secundária. Em nosso trabalho, isso revelou outra dificuldade uma vez que o *corpus* é formado exclusivamente de iconotextos e, nessa medida, há enunciados verbais, que estão submetidos à classificação, e enunciados não verbais, que não podem ser categorizados. Como, então, tratar um todo, se as partes dele são avaliadas segundo critérios distintos?

Aventuramo-nos, então, na conjectura de refletir se não seria o caso de se introduzir mais uma peça ao inventário das noções relacionadas ao regime aforizante, a “iconoforização”, palavra-valise formada por iconotexto e aforização. O termo apresenta a vantagem de conjugar em um só item lexical duas noções: a de iconotexto, que abarca as produções sincréticas de linguagem em que o verbal e o imagético são indissociáveis, e a de aforização, que recupera todo o estatuto pragmático desse regime enunciativo.

A relação do destacamento imagético com o funcionamento das aforizações encontra base na própria teoria. Além das frases sem texto, a fotografia do rosto dos sujeitos, que costuma acompanhar os enunciados verbais aforizados, é também resultado de um destacamento. Dessa articulação, cria-se um efeito de perenidade, correspondendo à expressão de uma convicção atemporal. Em certa medida, a encenação promovida pelo iconotexto das capas estudadas investe nesse mesmo efeito.

A escolha do termo também se justifica por duas razões. Primeiro, porque segue o lastro teórico de que há enunciados aforizados cuja interpretação é indissociável da iconografia, como nos fala Maingueneau sobre a “*tu quoque mi fili*”, aforização no quadro “A morte de César”, de Vincenzo Camuccini – trata-se de frase sem texto inseparável da materialidade não verbal. Segundo, porque posiciona no centro da discussão essa mesma indissociabilidade das dimensões intersemióticas do iconotexto.

Assim sendo, aventamos essa terminologia porque suspeitamos que, em nosso *corpus*, por predominar o iconotexto, há um tipo peculiar de aforização. Com a análise, vimos que: *i*) em se tratando da materialidade verbal, possíveis enunciados fonte puderam ser identificados em diferentes seções da revista; e, *ii*) em se tratando da materialidade imagética, esse movimento não pôde ser traçado, muito possivelmente devido à manipulação visual, pois uma imagem já em circulação pode ser totalmente alterada e balizar o sentido em outra direção.

Igualmente, sublinhamos outra característica particular do iconotexto das capas analisadas: são manipulações de imagens já existentes, especialmente de recortes do rosto de Eduardo Cunha, de Dilma Rousseff ou de Michel Temer. A nossa análise permite refletir que essa manipulação não acontece à revelia e está diretamente articulada ao sistema de coerções que rege o todo da revista. Especificamente as edições VJ2455 e CC879 recuperam traços das imagens vinculadas à matéria principal. No *corpus*, de maneira geral, o enunciado formado pela materialidade não verbal resulta de destacamento imagético, mas também se mostra em estreita relação com os enunciados verbais do interior e de fora da revista, o que amplia o movimento de destacamento aforizante entre essas duas linguagens.

Em outras palavras, o iconotexto das capas de revista semanal de informação só significa no conjunto composto pelo verbal e não verbal. Entretanto, a reflexão teórica em nosso *corpus* sugere que essa articulação seja resultado de movimentos distintos de destacamento aforizante, sendo cada tipo de destacamento relacionado a uma materialidade específica. As capas de *Isto É*, com “as explosões nervosas da presidente”, e de *Época*, publicada em homenagem às vítimas do Charlie Hebdo, nos fazem desconfiar de que o nosso *corpus* não seja um caso isolado.

No nosso entendimento, sugerir “iconoforização” não implicaria, de modo algum, tentativa de deslocamento. Sem a pretensão de qualquer tipo de subversão teórica, seria apenas um trabalho de exploração dentro das possibilidades já abertas desde a introdução da hipótese do regime aforizante, que permitiu, por exemplo, distinguir “meta-forização” para as aforizações que funcionam como metáfora e que circulam intensamente de forma a estabelecer uma analogia de sentido entre diferentes acontecimentos discursivos.

A sugestão terminológica também se inscreveria na própria tendência classificatória das “frases sem texto”, que diferencia aforização primária e secundária, e que incorporou uma terceira categoria, a das particitações, para abarcar os enunciados destacados que não apresentam propriedades que permitam o encaixe em um desses dois tipos de aforização. O iconotexto das capas estudadas enfrenta problema similar.

À primeira vista, cogitar essa terminologia não provocaria, em nenhum nível, tentativa de rompimento com a noção de gênero. Aliás, toda a teoria sobre a enunciação aforizante elaborada por Maingueneau, ainda que proponha o tratamento de sequências em circulação fora do contexto de origem, foi erigida sobre o princípio de que é impossível inscrever um enunciado fora dessa coerção. Recuperamos, aqui, a epígrafe desta tese, segundo a qual o reinado do gênero é incontestável e, a esse propósito, ainda que a nossa hipótese fosse na direção do regime aforizante, a abordagem em cenas da enunciação permitiu examinar o *corpus* de forma a reiterar o papel preponderante do gênero nas produções discursivas. Dessa unidade tópica de análise, depreendemos as condições de êxito, especialmente a da forma, que organizam os enunciados na capa de revista.

Entendemos que, com “iconoforização”, o foco não seria para o gênero, mas para o que antecede a essa coerção e determina a formatação dos enunciados verbais e imagéticos que compõem o próprio gênero. Em outras palavras, a terminologia ampliaria a atenção para um processo que só pode ser observado no resultado – mais uma vez o paradoxo da tensa relação entre o regime textualizante e o regime aforizante.

Ressalte-se que essa reflexão surge a partir da observação de um *corpus* limitado e, do ponto de vista teórico-metodológico, impõe-se a verificação contingente de produções discursivas em que o iconotexto é terminantemente resultado de destacamento aforizante das duas materialidades que o compõem.

Independentemente do termo “iconoforização”, a abordagem discursiva para a destacabilidade em materialidade imagética, nos motiva como ponta pé inicial para refletir sobre outras questões relacionadas ao destacamento aforizante, tal como a noção de *ethos*, já que, partindo das chamadas e das manchetes, mostramos que, apesar da semelhança formal, *Carta Capital* e *Veja* se dirigem a públicos distintos, o que pode, de certo modo, ser entendido como um dos elementos para a construção de si no espaço público. Nesse sentido, essa imagem discursiva socialmente estabilizada pode ter sido evocada em notícias falsas que circularam nas redes sociais e nos aplicativos de troca de mensagens, em que o iconotexto, formado por destacamentos verbais e imagéticos, simulava a capa de um hebdomadário. Longe de entrever as possibilidades desse funcionamento, essas produções discursivas chamam a nossa atenção

pelo frequente destacamento do logo das revistas semanais (*Veja*, *Época*, *Carta Capital* e *Isto É*), o que, nessa perspectiva teórica, investiria de credibilidade o texto de origem duvidosa.

Finalmente, como toda produção no campo acadêmico, esta tese torna-se pública para exame. Acima de tudo, o que esperamos mesmo deste trabalho é que a discussão sobre a hipótese da enunciação aforizante, já em andamento, seja ainda mais estimulada.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, S. A. de. Rotinas produtivas em revista: padrões e transformações no fazer de uma publicação segmentada. In: TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013 (p. 261-271).

ASSIS, A. W. A. de. Sobreasseverações e aforizações: estratégias de sobreasseveração nos debates políticos e de destacamento no discurso jornalístico. 214f. **Tese de Doutorado**. Doutorado em Estudos Linguísticos, Unidade Federal de Minas Gerais, 2015.

AZEREDO, R. O. Em tempos de golpe: reflexões sobre enunciados destacados nos meios digitais. 72f. **Dissertação de Mestrado**. Mestrado em Estudos da Linguagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

BAHIA, J. **Dicionário de jornalismo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2015.

BARONAS, R. L. Enunciados de curta extensão: gênero de discurso, aforização, mídia e política. **Ling. (dis)curso** (Impr.) [online]. vol.11, n.1 (pp.59-79), 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v11n1/a04v11n1.pdf>. Acesso em 28 de março de 2020.

BARONAS, R. L.; COX, M. I. P. Por uma vida melhor na mídia: discurso, aforização e polêmica. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 13, n. 1, p. 65-93, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v13n1/a04v13n1.pdf>. Acesso em 27 de março de 2020.

BARONAS, R. L.; PONSONI, S. Citação, destacabilidade e aforização no texto imagético: possibilidades? **Alfa**, rev. linguíst. (São José Rio Preto) [online], vol.57, n.2 (pp.413-431) 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v57n2/04.pdf>. Acesso em 28 de março de 2020.

BARONAS, R. L. **Enunciação aforizante: um estudo discursivo sobre pequenas frases na imprensa cotidiana brasileira**. São Carlos – SP: EdUFSCar, 2013.

BARONAS, R. L. **Comunicação política brasileira em diferentes dispositivos: uma abordagem discursiva**. São Carlos – SP: EdUFSCar, 2016.

BARONAS, R. L.; MESTI, P.; CONTI, C. Notas de leitura sobre uma pequena frase-acontecimento de Lula. In: BARONAS, R. L.; LIMA, R. R.; MORAES, G. A. de; OLIVEIRA, H. **Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica: abordagens discursivas**. Campinas, SP: Pontes, 2016 (p. 173-190).

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutura, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/198055272129>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

BENETTI, M.; STORCH, L.; FINATTO, P. Jornalismo de revista, meta-acontecimento e dispositivo de autoridade. In: LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. B. (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos**. Volume 2. Florianópolis: Insular, 2011.

BENETTI, M. Revista e jornalismo: conceitos e peculiaridades. In: TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013 (p. 44-57).

BENVENISTE, E. [1950] A frase nominal. In: BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. 5ª. edição. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri. Revisão de Isaac Nicolau Salum. Campinas - São Paulo: Pontes, 2005 (p. 163-182).

BICUDO, H.; REALE JUNIOR, M.; PASCHOAL, J. C. **Excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados...** Brasília, 2015. Disponível em: <https://ep00.epimg.net/descargables/2015/12/03/753f58eed8d66adf4ad11129cb833401.pdf>. Acesso em 30 de março de 2019.

BOENAVIDES, D. L. Do “Primeiramente, Fora Temer!” ao “Tchau, querida!”: da unidade fraseológica ao meme (ou vice-versa). **Memento** – Revista de Linguagem, Cultura e Discurso – Mestrado em Letras UNINCOR, v. 9, n. 2, julho-dezembro, 2018. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/4502/pdf_134. Acesso em 29 de março de 2020.

BONÁCIO, D. Pequenas frases na mídia eletrônica brasileira: uma leitura discursiva. 192f. **Tese de Doutorado**. Doutorado em Linguística. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013.

BONANI, T. Apontamentos sobre o “Volta, Lula” e seus desdobramentos teórico-metodológicos no espaço brasileiro: primeiras propostas sobre a *frase-acontecimento*. **Anais...VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e ética**. São Carlos, 27-30 de julho, 2016. Disponível em: <http://www.revistaaledbr.ufscar.br/index.php/revistaaledbr/article/view/194/189>. Acesso em 31 de março de 2020

BRASIL. **Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1079.htm. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

BRUNELLI, AF. Enunciados destacados no discurso jornalístico. In: SIMIS, A., et al (Orgs.). **Comunicação, cultura e linguagem**. Desafios contemporâneos collection. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014 (pp. 12-39). Disponível em: <http://books.scielo.org/id/2h3ks/pdf/simis-9788579835605-02.pdf>. Acesso em 28 de março de 2020.

BUTIERI, K. As aforizações em Jesus Homem, de Plínio Marcos. 126f. **Dissertação de Mestrado**. Mestrado em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

CABRAL, L. R. Messias de papel: a construção discursiva da candidatura de Roseana Sarney (2009-2010) pelos editoriais de O Estado do Maranhão. 154 f. **Dissertação de Mestrado** – Mestrado em Letras. Universidade Federal do Piauí, 2012.

CABRAL, L. R. Parece, mas não é: considerações sobre o efeito de verdade no gênero editorial. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Covilhã, 2013. Disponível em:

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/cabral-rodolfo-2013-parece-mas-nao-e.pdf>. Acesso em 30 de março de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decisão da Presidência**, 2015a. Disponível em [https://www.camara.leg.br/internet/agencia/pdf/Decisão sobre impeachment CD.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/agencia/pdf/Decis%C3%A3o_sobre_impeachment_CD.pdf). Acesso em 16 de fevereiro de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Impeachment Presidente Dilma Rousseff**, 2015b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>. Acesso em 30 de março de 2019.

CAMPOS, R. da S. Poda mal dada deixa o rio no escuro: um estudo discursivo sobre a construção de imagens de enunciador em manchetes dos jornais *Meia Hora e Expresso*. 107f. **Dissertação de Mestrado** – Mestrado em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

CONTI, T. C. B. Das fórmulas e/ou pequenas frases às aforizações em política: questões teórico-analíticas sobre o “Volta, Lula!”. 107f. **Dissertação de Mestrado** – Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, 2017.

CARVALHO, C. C.; FERREIRA JUNIOR, J.; ARANHA, M. B. R. “Você tem medo de ser uma garota fácil?": foricidade, dêixis e aforização no discurso de autoajuda para adolescentes. **Veredas**, Volume 21, número 2, 2017 (pp. 26-34). Disponível em : http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2018/04/Artigo_2_Veredas201721.pdf. Acesso em 28 de março de 2020.

COSTA, J. L.; BARONAS, R. L. A construção midiática da gafe: uma abordagem discursiva. **Redis: revista de estudos do discurso**, n. 8, ano 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/re/article/view/6561/6115>. Acesso em 28 de março de 2020.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: EdUFSCar, 2009.

DUARTE, C. R.; MELO, L. B. Aforizações e feminismo na internet: estudo de frases curtas empregadas no movimento *Primavera das mulheres*. **Revista do Gel**, v. 14, n. 1, p. 269-287, 2017 (p. 269-287). Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/1477/1177>. Acesso em 29 de março de 2020.

ÉPOCA. **As manifestações de 13 de março em todo o Brasi**, 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/manifestacoes-de-13-de-marco-em-todo-o-brasil-acompanhe.html>. Acesso em 13 de março de 2019.

EVELIN, G et al. Inimigo interno. **Época**. 16/01/2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/01/binimigo-binterno.html>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

FOLHA. **Avaliação Data Folha da presidente Dilma Rousseff**, 2015a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2015/02/118652-avaliacao-datafolha-da-presidente-dilma.shtml>. Acesso em 15 de março de 2019.

FOLHA. **Pezão pede 'racionalidade' contra o impeachment de Dilma**. 13 de dezembro de 2015b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1714753-pezaopede-racionalidade-contra-o-impeachment-de-dilma.shtml>. Acesso em 30 de março de 2019.

FONSECA, F. C. de M.; CAMPOS, M. M. de. A fórmula discursiva do *golpe*. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, v.09, n.01, jan/jul, 2017. Disponível em: <http://www.revlet.com.br/artigos/422.pdf>. Acesso em 01 de março de 2019.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão – SE: Editora UFS, 2005.

G1. **Manifestantes fazem maiores atos a favor de Dilma desde o ano passado**, 2016. Atualizado em 19/03/2016 às 11h15. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestantes-fazem-ato-em-apoio-ao-governo-dilma-pelo-pais.html>. Acesso em 30 de março de 2019.

GABRIEL, E. G. Frases sem texto na publicidade: discursos em torno de um Brasil bilíngue. 132f. **Dissertação de Mestrado** – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

GOMES DA SILVA, E. Competência discursiva e polêmica na constituição do discurso religioso. In: POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. **Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso do Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008 (p. 27-48).

GOMES DA SILVA, E. Aforização e religião: circulação de enunciados na internet. **DELTA**, v. 29, n. 3, Número Especial - Circulação dos Discursos, 2013 (p. 423-441). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/19336/14350>. Acesso em 20 de julho de 2019.

GOMES DA SILVA, E. Discurso, memória e atualidade na análise de duas aforizações. **Discurso & Sociedad**, Vol.12(3), 2018 (p.467-479). Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12\(3\)GomesdaSilva.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12(3)GomesdaSilva.pdf). Acesso em 20 de julho de 2019.

GRUNSZYNSKI, A.; CALZA, M. U. Projeto gráfico: a forma de um conceito editorial. TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013 (p. 203-220).

IEDA, C.A. Informação ou rivalidade? Sobre o uso de pesquisas científicas em discussões sobre a maconha e o THC no *Facebook*. **Polêm!ca**, v. 18, n. 4, p. 60-79, outubro, novembro e dezembro, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/45073/30626>. Acesso em 31 de março de 2020.

ISTO É. **As explosões nervosas da presidente**. Edição 2417, de 06 de abril de 2016. Disponível em:

https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/.

Acesso em 28 de setembro de 2018.

IVC. **Revista Paga Média Anual - 2014**. Disponível em <https://goo.gl/WmyCtc>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

KRIEG-PLANQUE, A. Les « petites phrases: un objet pour l’analyse des discours politiques et médiatiques, **Communication & langages**, vol. 168, no. 2, 2011 (p. 23-41).

KRIEG-PLANQUE, A. As pequenas frases: um objeto para análise dos discursos políticos e midiáticos. Tradução de Gleice Antônia de Moraes e Rilmara Rôsy Lima. In: BARONAS; R. L.; LIMA, R. R.; MORAES, G. A. de; OLIVEIRA, H. **Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica: abordagens discursivas**. Campinas, SP: Pontes, 2016 (p. 13-38).

KRIEG-PLAQUE, A. **Analisar discursos institucionais**. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Helena Boschi. Uberlândia, MG: EDUFU, 2018.

LAGE, N. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro : Elsevier, 2005.

LANDIM, A. F. M. A construção discursiva da mineiridade a partir de jornais. 152f. **Dissertação de Mestrado** – Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

LIMA, R. R. Aforização oitocentista: espaço de discursividades na Revista Ilustrada. 301f. **Tese de Doutorado**. Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, 2017.

LIMONGI, F. O passaporte de Cunha e o *impeachment*: a crônica de uma tragédia anunciada. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 103, novembro, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000300099. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

LIMONGI, F. Impedindo Dilma. **Novos Estudos**, São Paulo, Especial, p. 5-13, 2017. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/wp-content/uploads/2017/06/IMPEDINDO-DILMA-Fernando-Limongi.pdf>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. C. A crise atual e o debate institucional. **Novos Estudos**, São Paulo, n. ju 2017, p. 79-97, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25091/S0101-3300201700030008>. Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

LUCAS, A. Capa: a liberdade fuzilada. **Época**. 16/01/2015. Atualizada em 02/11/2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/faz-caber/noticia/2015/01/capa-liberdade-fuzilada.html>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes – Editora da UNICAMP, 1989.

MAINGUENEAU, D. **L’Analyse du Discours**. Paris : Hachette, 1991.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução Freda Indursky. 3ª. edição. Campinas, SP: Pontes – Editora da UNICAMP, 1997.

MAINGUENEAU, D. Analisando discursos constituintes. Tradução de Nelson Barros da Costa. **Revista do GELNE**, v. 2, n. 1/2, p. 1-12, 2000. Disponível em <https://periodicos.ufm.br/gelne/article/view/9331/6685>. Acesso em 27 de março de 2018.

MAINGUENEAU, D. Diversidade dos gêneros do discurso. Tradução de Emília Mendes Lopes, Ida Lucia Machado e Renato de Mello. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/ FALE/ UFMG, 2004 (p. 43-58).

MAINGUENEAU, D. A Análise do Discurso e suas fronteiras. Tradução de Décio Rocha. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, 2007 (p. 13-37). Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga20/arqs/matraga20a01.pdf>. Acesso em 05 de março de 2019.

MAINGUENEAU, D. **Gênese do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008a.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. Org. de POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de. São Paulo: Parábola, 2008b.

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. Organização de Maria Cecília Perez de Sousa-e-Silva e de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2010.

MAINGUENEAU, D. A aforização proverbial e o feminino. Tradução de Luciana Salazar Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011a (p.41-58).

MAINGUENEAU, D. Aforização, enquadramento interpretativo e configuração humanista. In: MOMESSO, M. R.; SCHATZMANN, M. N.; ABRIATA, V. L. R.; FERREIRA, F. A. (Orgs.). **Discurso e linguagens: objetos de análise e perspectivas teóricas**. Coleção Mestrado em Letras. Franca – SP: EDIFRAN – Editora da Universidade de Franca, 2011b (pp. 15-34).

MAINGUENEAU, D. Texto, gênero do discurso e aforização. Tradução de Ana Raquel Motta. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012a (p. 109-128).

MAINGUENEAU, D. Enunciação ligada, enunciação desatada. In: DI FANTI, M. da G.; BARBISAN, L. B. **Enunciação e discurso: tramas de sentidos**. Tradução de Leci Borges Barbisan, com revisão do autor. São Paulo: Contexto, 2012b (p. 13-24).

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6ª. Edição ampliada. São Paulo: Cortez, 2013a.

MAINGUENEAU, D. Argumentação e cenografia. In: Brunelli, A.F.; Mussalim, F.; Fonseca-Silva, M.C (orgs) **Língua, texto, sujeito e (inter)discurso**. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2013b (p. 187-204).

MAINGUENEAU, D. **Frases sem texto**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2014.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e Análise do Discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MAINGUENEAU, D. Sobre uma pequena frase “de” Nicolas Sarkozy: aforização e autoridade. In: BARONAS; R. L.; LIMA, R. R.; MORAES, G. A. de; OLIVEIRA, H. **Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica**: abordagens discursivas. Campinas, SP: Pontes, 2016 (p. 47-66).

MANZANO, L. C. G.; ARAÚJO, L. M. B. M. de. *Tchau, querida*: considerações sobre uma possível aforização e efeito de memória num dos enunciados que marca(ra)m o processo de impeachment de 2016. In: BARONAS; R. L.; LIMA, R. R.; MORAES, G. A. de; OLIVEIRA, H. **Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica**: abordagens discursivas. Campinas, SP: Pontes, 2016 (p. 153-172).

MELLO FRANCO, B. **Mil dias de tormenta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

MENDES, H. M. Enunciação aforizante no Twitter: uma análise discurso da *hashtag* #aprendinoem. **Calidoscópio**, Unisinos, vol. 16, n. 2, maio/agosto, 2018 (p. 216-224). Disponível em: <http://shorturl.at/eqY46>. Acesso em 30 de março de 2020.

MIGUEL, R. de B. P. As “mocinhas heroínas” das fotonovelas da revista *Capricho*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 1, maio, 2016 (p. 295-313). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44350>. Acesso em 16 de agosto de 2019.

MIGUEL, L. F. BIROLI, F. Introdução: mídia, conflito e formação de preferência. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017 (p. 7-22).

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expresso Popular, 2019.

MORAES, E de. Mona Lisa: sentidos múltiplos de um sorriso enigmático. **DELTA**, v. 29, n. 3, Número Especial - Circulação dos Discursos, 2013 (p. 443-465). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/19337/14351> Acesso em 20 de julho de 2019.

MORAES, E. de. Aplicativos de notícias e efeitos de sentidos: diferenças de destaque. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 46 (3), 2017 (pp. 826-836). Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/1511/1301>. Acesso em 29 de março de 2020.

MORAES, G. A. de; CONTI, T. B. Enunciação aforizante performativa? Anotações de leitura sobre uma pequena frase política. In: BARONAS; R. L.; LIMA, R. R.; MORAES, G. A. de; OLIVEIRA, H. **Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica**: abordagens discursivas. Campinas, SP: Pontes, 2016 (p. 191-208).

MUSSALIM, F. A enunciação aforizante: o caso do gênero manifesto. **D.E.L.T.A.**, 29: Especial, 2013 (p. 467-484). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v29nspe/v29nspea06.pdf>. Acesso em 27 de março de 2020.

MOTTA, A. R. Racionais MCs: uma enunciação aforizante. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011 (p.163-173).

MPF. Ministério Público Federal. **Lava Jato: entenda o caso**, 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em 16 de março de 2019.

NAVARRO, P. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. A. A **(des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010 (p. 79-64).

O GLOBO. **‘Impeachment é o remédio jurídico da nossa democracia’, diz presidente da OAB**. 23 de março de 2016. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/impeachment-o-remedio-juridico-da-nossa-democracia-diz-presidente-da-oab-18961777>. Acesso em 30 de março de 2019.

OLIVEIRA, P. R. de Aforização proverbial sobre o negro em diferentes materialidades discursivas: cristalização e circulação de preconceitos e estereótipos. 2015. 157 f. **Dissertação de Mestrado - Mestrado em Estudos de Linguagem**, Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Cuiabá, 2014.

PINHEIRO, D. Contra manipulação. **Época**. 05 de março de 2018. Disponível em <https://epoca.globo.com/sociedade/noticia/2018/03/contra-manipulacao.html>. Acesso em 13 de abril de 2018.

POSSENTI, S. Corinthians, jogai por nós: fórmulas alteradas. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011 (p.58-68).

POSSENTI, S. A misoginia como condicionante do golpe de 2016 no Brasil. *Discurso & Sociedad*, Vol.12(3), 2018 (p.581-593). Disponível em: [http://dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12\(3\)Possemi.pdf](http://dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12(3)Possemi.pdf) Acesso em 20 de março de 2019.

POSSENTI, S. Diferenças condensadas em palavras. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.26, n.3, p. 1075-1099, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10959/pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

PREARO-LIMA, R.; DI IÓRIO, P. S. L. Bela, panaforizada e do lar: reflexões sobre um caso de aforização. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 17, n. 3, p. 381-398, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v17n3/1518-7632-ld-17-03-00381.pdf>. Acesso em 27 de março de 2020.

PT. **Mais mudança, mais futuro**: programa de governo Dilma Rousseff, 2014. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

PUBLIABRIL. **Mídia Kit Veja**, 2016. Disponível em: http://publiabril.abril.com.br/uploads/brand/mediakit/1/VEJA_M%C3%ADdiaKit_1.pdf. Acesso em 29 de março de 2019.

PUZZO, M. Gêneros discursivos: capas de revista. **Caminhos em Linguística Aplicada**, n. 1, 2009. Disponível em <https://bit.ly/2RBFutv>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

RINGOOT, R. **Analyser le discours de presse**. Série « Discours et communication » dirigée par Dominique Maingueneau. Armand Colin : Paris, 2014.

ROSIN, P. da S. De cadernos de lugar-comum a mensagens compartilhadas: uma análise discursiva das práticas contemporâneas de leitura no *Facebook*. **Anais...VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas**. São Carlos, 27-30 de julho de 2016. Disponível em: <http://shorturl.at/adMNS>. Acesso em 30 de março de 2020.

SANCHO, K. A. Cenas da enunciação e *ethos* em narrativas sobre a expedição Roncador-Xingu: uma análise discursiva. 100f. **Dissertação de Mestrado – Mestrado em Estudos da Linguagem**, Universidade Federal do Mato Grosso, 2014.

SANTOS, C. **Que comemoração é essa, meu povo?** 2014. (14s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zfTTv_MoLsM. Acesso em 28 de setembro de 2018.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Cultrix: São Paulo, 1975.

SALGADO, L. S. GATTI, M. A. Personagens infantis de tiras cômicas em suportes diversos: uma questão de circulação, aforização e estereotipia. **DELTA**, v. 29, n. 3, Número Especial - Circulação dos Discursos, 2013 (p. 517-534). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/19341>. Acesso em 20 de julho de 2019.

SCALZILLI, G. de C. Meme e aforização: uma abordagem discursiva da iconotextualidade digital. **Cad. Est. Ling., Campinas**, v.60 n.3, set./dez, 2018 (pp. 795-807). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8650832/18712>. Acesso em 30 de março de 2020.

SCALZO, M. **Jornalismo de revista**. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2004.

SENADO FEDERAL. **CPI – Petrobras**, 2009. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=1461>. Acesso em 01 de março de 2020.

SENADO FEDERAL. **Denúncia n.1**, 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125567>. Acesso em 30 de março de 2019.

SILVA, L. M. O. C.; CABRAL, L. R. Construção de sentido: análise no gênero capa de revista. **Littera online**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Letras, número 10, p. 1-26, jul-dez. 2015. Disponível em <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/download/3562/1598>. Acesso em 10 de abril de 2018.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, n. 02, julho, 2015 (p.36-67). Disponível em http://www.adcefetrj.org.br/arquivos/13_10_15_01.pdf. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOBRAL, A. Elementos sobre o dispositivo enunciativo de Maingueneau: a partir e para além de *Gênese du discours*. In: DI FANTI, M. da G.; BRANDÃO, H. N. (Orgs.). **Discurso: tessituras de linguagem e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2017 (p. 51-88).

SOUZA, M. I. de. “A esperança venceu o medo”, do acontecimento histórico ao acontecimento discurso: um percurso, múltiplos sentidos. **Veredas Online – Atemática**, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, número 2, 2013 (pp. 414-436). Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/04/22º-ARTIGO.pdf>. Acesso em 29 de março de 2020.

SOUZA, M. I. Dos discursos do papa Francisco à produção e circulação de pequenas frases: a construção do papa heterodoxo. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 16, n. 3, p. 465-487, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v16n3/1518-7632-ld-16-03-00465.pdf>. Acesso em 27 de março de 2020.

SOUZA E SILVA, M. C.; ROCHA, D. Por que ler Gênese dos Discursos? Resenha de “Gênese dos discursos”, de Dominique Maingueneau. **ReVEL**, vol. 7, n. 13, 2009. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/resenhas/resenha.pdf>. Acesso em 30 de março de 2019.

SOUZA-E-SILVA, M. C. Concepção integrada de discurso: discursividade e espaço discursivo. In: FIGARO, R. (Org.). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012a (p. 99-118).

SOUZA-E-SILVA, M. C. Texto/ discurso: qual a relação com a leitura? SOUZA-E-SILVA, M. C.; BRAITH, B. **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012b (p. 183-196).

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de. Linguagem e trabalho em uma perspectiva discursiva: implicações teórico-metodológicas. **Verbum**, v. 8, n. 3, dez. 2019 (p. 08-22). Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/verbum/article/view/46659>. Acesso em 29 de março de 2020.

TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. In: TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013 (p. 27-43).

UOL. **Novo protesto em SP pede anulação da eleição ou impeachment de Dilma**, 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/11/15/novo-protesto-em-sp- pede-anulacao-da-eleicao-ou-impeachment-de-dilma.htm>. Acesso em 01 de março de 2019.

VAN DIJK, T. Cinco perguntas para Van Dijk, por Luís Rodolfo Cabral. **Littera Online**. São Luís, n. 3, 2011 (p. 2-5). Disponível em <https://bit.ly/2CecBte>. Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

VAZ, P. B.; TRINDADE, V. C. Capas de revistas e seus leitores: um novo texto em cartaz. In: TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013 (p. 221-234).

XAVIER, C. J. M. da C. Enunciação aforizante e panaforização: o caso dos *memes* políticos. 106f. **Dissertação de Mestrado** – Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 2a ed. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

ANEXOS

ANEXO A - Edição n. 879, de 09 de dezembro de 2015

REBELIÃO JOVEM
Os estudantes paulistas resistem às pressões do governo Aicikmin

INVESTIMENTOS
Empresas chinesas à cata de oportunidades no mercado brasileiro

ESTADOS UNIDOS
Um rigoroso estudo desfaz a ilusão de que o poder emana do povo

+OI
D. Pedro I
A MÍDIA TAMBÉM NÃO GOSTAVA DELE
pág. 65



CartaCapital

cartacapital.com.br

EDITORA CONFIANÇA

FRUSTRAÇÃO E VINGANÇA

MORRE A CHANTAGEM DE CUNHA, SOBRAM OS RISCOS E AS INCERTEZAS PRECIPITADAS PELO PEDIDO DE *IMPEACHMENT*



ANEXO B - Edição n. 880, de 16 de dezembro de 2015



ANEXO D - Edição n. 900, de 11 de maio de 2016

EDIÇÃO ESPECIAL DA CRISE + **OL**
LSD
AGÊNCIA
RECONSTRUÇÃO
A DBOUA
1993-2016

CartaCapital

cartacapital.com.br

EDITORIA
CONFIANÇA

IMOLARAM O HOMEM BOMBA

- SEM UTILIDADE NO JOGO DO GOLPE DESDE A APROVAÇÃO DO IMPEACHMENT NA CÂMARA, EDUARDO CUNHA É RETIRADO DE CENA
- O DESMONTE DO ESTADO NOS PROGRAMAS DO FUTURO GOVERNO TEMER

The magazine cover features a photograph of Eduardo Cunha, a Brazilian politician, wearing a blue suit and glasses. He has a shocked or concerned expression. Strapped to his chest is a large, cylindrical object resembling a bomb, wrapped in red and black striped material. A clock face is visible on the side of the bomb. The background is dark, making the subject stand out.

ANEXO E - Edição n. 2455, de 09 de dezembro de 2015



COM VOCÊ NÃO ACONTECE...
...mas o caçula de Lula copiou a Wikipédia e ganhou, pelo plágio, 2,5 milhões de reais de uma empresa investigada na Zelotes

PARA ESCAPAR DO ZIKA
O que fazer para se proteger do vírus que apavora as grávidas e ameaça virar epidemia no verão

veja
www.veja.com

Editora ABRIL
edição 2455 - ano 48 - nº 49
9 de dezembro de 2015

ESPECIAL 24 PÁGINAS

IMPEACHMENT

- POR QUE É FALSA A GUERRA ENTRE DILMA ROUSSEFF E EDUARDO CUNHA
- O PASSO A PASSO DO PROCESSO QUE VISA A DERRUBAR A PRESIDENTE
- UMA EX-CARA-PINTADA E UM EX-PETISTA SÃO OS AUTORES DO PEDIDO
- A EUFORIA DOS MERCADOS SINALIZA QUE, SEM DILMA, A CONFIANÇA VOLTA
- COMO A LAVA-JATO DARÁ MUNIÇÃO AOS DEFENSORES DO IMPEDIMENTO
- O STJ PODE SOLTAR OS CORRUPTOS E A INDIGNAÇÃO CATALISAR O PROCESSO
- A PRIMEIRA REAÇÃO DE COLLOR E DILMA FOI A MESMA: CULPAR OS ADVERSÁRIOS
- POR QUE É INDOLOR NO PARLAMENTARISMO TROCAR GOVERNANTE INCOMPETENTE

ANEXO F - Edição n. 2456, de 16 de dezembro de 2015



PRESTAÇÃO DE CONTAS

A pior semana do clã Lula nos domínios da Justiça



Mauro, o presidente argentino, e a mulher, Juliana

ORGULHO DOS VIZINHOS

Argentinos e venezuelanos saem na nossa frente e derrotam o populismo



veja

www.veja.com

Editora ABRIL
edição 2456 - ano 48 - nº 50
16 de dezembro de 2015



A MÁQUINA DO ATRASO DE DILMA

COMO A PRESIDENTE FEZ A INDÚSTRIA RETROCEDER 65 ANOS, A POLÍTICA ECONÔMICA VOLTAR AO TEMPO DO ESTATISMO MILITAR, A RECESSÃO PUNIR OS BRASILEIROS COMO NÃO OCORRIA DESDE 1981 E A INFLAÇÃO DE 10% RUGIR DEPOIS DE TREZE ANOS DOMADA

ANEXO G - Edição n. 2474, de 20 de abril de 2016



ANEXO H - Edição n. 2477, de 11 de maio de 2016



NO TOPO DA CADEIA
Lula é acusado pelo procurador-geral da República de integrar a "organização criminosa" que se instalou na Petrobras

veja
www.veja.com

Editora ABRIL
edição 2477 - ano 49 - nº 19
11 de maio de 2016

**TCHAU,
QUERIDA
TCHAU,
QUERIDO**

Com o impeachment de Dilma e a queda de Cunha, o Brasil tem chance histórica de fazer uma limpeza inédita na vida pública

- > VEJA acompanhou os últimos dias da presidente
- > Por que a derrocada do deputado é o primeiro revés de Temer